

A CHINA E OS CHINS

Recordações de viagem

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Mauro Luiz Jecker Vieira
Secretário-Geral Embaixador Sérgio França Danese

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

*Centro de História e
Documentação Diplomática*

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

*Conselho Editorial da
Fundação Alexandre de Gusmão*

Presidente: Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

Membros: Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg
 Embaixador Jorio Dauster Magalhães e Silva
 Embaixador Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão
 Embaixador José Humberto de Brito Cruz
 Embaixador Júlio Glinernick Bitelli
 Ministro Luís Felipe Silvério Fortuna
 Professor Francisco Fernando Monteoliva Doratioto
 Professor José Flávio Sombra Saraiva
 Professor Eiiti Sato

A *Fundação Alexandre de Gusmão* (FUNAG), instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

O *Centro de História e Documentação Diplomática* (CHDD), da Fundação Alexandre de Gusmão / MRE, sediado no Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro, prédio onde está depositado um dos mais ricos acervos sobre o tema, tem por objetivo estimular os estudos sobre a história das relações internacionais e diplomáticas do Brasil.

www.funag.gov.br/chdd

A CHINA E OS CHINS

Recordações de viagem

HENRIQUE CARLOS RIBEIRO LISBOA



Rio de Janeiro, 2016

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70.170-900 Brasília - DF
Telefones: +55 (61) 2030-6033 / 6034
Fax: +55 (61) 2030-9125
www.funag.gov.br/chdd
chdd@funag.gov.br

Coordenação Editorial:

Maria do Carmo Strozzi Coutinho
Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD)

Revisão e Diagramação:

Wílma R. d'Oliveira Kroff
CHDD

Projeto gráfico da Capa:

Ingrid Erichsen Pusch

Impresso no Brasil 2016

L 681

Lisboa, Henrique Carlos Ribeiro, 1847-1920.

A China e os chins: recordações de viagem / por Henrique Carlos Ribeiro Lisboa: 1ª reed. –
Rio de Janeiro : Fundação Alexandre de Gusmão / CHDD, 2016.

334 p.: il.: 22,5 cm

ISBN 978.85.7631.593-3

1. China – Descrições e viagens. 2. Usos e costumes – China. I. Título.

Bibliotecária responsável: Maria Simone de Oliveira Rosa, CRB – 7/3059

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme a Lei n. 10.994, de 14/12/2004.

NOTA EDITORIAL

Numa época em que mitos e superstições influenciavam a percepção do ocidente sobre o então chamado Extremo Oriente, o diplomata Henrique Carlos Ribeiro Lisboa, secretário da missão especial que o Império do Brasil enviou à China em 1880, fez um registro detalhado de suas impressões de viagem, que cobriram aspectos considerados por seu autor como curiosos, ou interessantes. Por essa ótica, a China e os chins são revelados como uma nação e um povo respeitáveis, com quem se poderia aprender e estabelecer proveitosas parcerias comerciais e políticas.

O Centro de História e Documentação Diplomática da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), em cumprimento de seus propósitos institucionais, oferece aos pesquisadores esta reedição, obra de domínio público hoje esgotada e sem o suficiente apelo editorial que permita vislumbrar uma edição comercial nos próximos anos.

O texto recebeu atualização ortográfica, mas não foi possível guardar a desejável semelhança com o original, de que foram suprimidas apenas ilustrações, sem qualquer prejuízo de conteúdo. Dos 44 desenhos com bico de pena que ilustraram a edição original, 23 aceitaram bem o restauro.

A apresentação é de autoria de Ricardo Pereira de Azevedo, ex-pesquisador do CHDD e hoje integrante do corpo jurídico do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, mas que, ainda assim, gentilmente se dispôs a lançar mão da experiência e conhecimento acumulados durante as pesquisas. Os textos, sob a supervisão do CHDD, foram transcritos pelas estudantes de história Hanna Giacometti Halm (UniRio) e Stephanie Barros Madureira (UFRJ), estagiárias do Centro.

Maurício E. Cortes Costa
Diretor do CHDD



APRESENTAÇÃO

Ricardo Pereira de Azevedo

No fim do século XIX, a China vivia um momento novo em sua história. Depois de se envolver em um conflito armado com a Grã-Bretanha – no qual foi derrotada – por ter decretado a proibição do comércio de ópio em seu território, o Império do Meio foi asediado por outras nações europeias, pelos Estados Unidos, pelo Japão e pela Rússia, que se lançaram aos seus domínios com o objetivo de estabelecer relações comerciais e diplomáticas. As novas circunstâncias obrigaram os chineses a sair do seu tradicional isolamento, que alimentava a ideia de que naquele território não havia apenas uma “grande civilização”, mas era a própria civilização.¹

A primeira tentativa de impor o fim do isolamento ocorreu somente no final do século XVIII, quando lorde George Macartney foi enviado à China pelo governo britânico com o objetivo de estabelecer embaixadas recíprocas em Londres e Pequim e ampliar o acesso comercial inglês a mais portos ao longo da costa chinesa. A importância da missão era tão grande que Henry Dundas, secretário do *Home Office* à época, sugeriu que Macartney consentisse “com todos os cerimoniais daquela Corte que não venham a comprometer a honra de seu Soberano ou atentar contra sua própria dignidade, de modo a não colocar em risco o sucesso de sua negociação”. Nesse sentido, o emissário não deveria “permitir que nenhuma formalidade frívola se interpusesse no caminho dos importantes benefícios que podiam ser obtidos”² pelo sucesso de sua missão. Macartney, no entanto, voltou à Grã-Bretanha sem conseguir alcançar nenhum dos objetivos pretendidos.

1. KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. 1 v. p. 28.

2. *Ibid.*, p. 53.

A China, portanto, permaneceu alheia aos efeitos da industrialização e tratou os ingleses como apenas mais uma tribo bárbara que buscava ampliar o seu comércio.³ Esta situação, porém, não se prolongaria por muito tempo. Sobre a decadência do Império Chinês, Eric Hobsbawm fez as seguintes considerações:

O enfraquecido império, dirigido pela imperatriz (viúva do imperador) Tzu-hsi (1835-1908), mais temida dentro do império que fora dele, parecia fadado a desaparecer sob os ataques violentos e combinados do imperialismo. A Rússia avançou sobre a Manchúria, de onde seria expulsa por seus rivais japoneses, que separaram Taiwan e a Coreia da China, após uma guerra vitoriosa em 1894-1895, e se preparavam para abocanhar maiores porções de território.⁴

Ao perceber que tanto seus vizinhos, Rússia e Japão, como os países ocidentais estavam dispostos a penetrar seu território, a China se viu obrigada a participar do concerto de nações e construir relações políticas e comerciais com os países que tentavam se aproveitar da frágil situação vivida pelo Estado chinês, com o fim de obter vantagens econômicas e territoriais.

Humilhada pela derrota imposta pelo corpo expedicionário britânico, que conseguiu garantir o comércio do ópio proveniente da Índia e da Birmânia – cultivado por companhias britânicas – a China viu-se forçada não só a pagar pesadas reparações de guerra, como também a firmar uma série de tratados desiguais, que abriram as suas portas a japoneses, russos, alemães, franceses, italianos e espanhóis, além, é claro, dos próprios ingleses.⁵ O fato de a China ser alvo prioritário da cobiça de países estrangeiros não era sem motivo. Henry Kissinger acentua que:

A escala chinesa não era muito superior à dos Estados europeus apenas em população e territórios; até a Revolução Industrial, a China

3. KISSINGER, Henry. *op. cit.*, p. 51.

4. HOBBSAWN, Eric J. *Era dos Impérios* 1875-1914, 3ª. Ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992. 1 v. p. 389-390.

5. PORTUGAL, Biblioteca Nacional. *Os Portugueses e o Oriente: Sião, China, Japão, 1840 - 1940*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2004. 1 v. p. 69

era muito mais rica. Unida por um vasto sistema de canais que ligavam os grandes rios e centros populacionais, a China foi por séculos a economia mais produtiva do mundo e a região de comércio mais populosa. Mas, por ela ser amplamente autossuficiente, outras regiões tinham uma compreensão apenas periférica de sua vastidão e riqueza. Na verdade, a China produzia uma parcela maior do PIB mundial total do que qualquer sociedade ocidental em 18 dos seus últimos vinte séculos. Ainda em 1820, ela produziu mais de 30% do PIB mundial – quantidade que ultrapassava o PIB da Europa Ocidental, da Europa Oriental e dos Estados Unidos combinados.⁶

Foi nesse contexto que o governo imperial do Brasil enviou sua primeira missão diplomática à China, com os objetivos de assegurar ao país os benefícios da colonização e firmar um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, que embora, assinado, não foi ratificado pelo Congresso brasileiro, senão algum tempo mais tarde, com modificações no texto original. A documentação produzida pelos diplomatas brasileiros foi publicada nos *Cadernos do CHDD*, em edição dedicada ao Oriente.⁷ Um dos integrantes daquela missão, que lá esteve entre os anos de 1880 e 1882, foi Henrique Carlos Ribeiro Lisboa (1847-1920), autor da obra que ora levamos ao público e filho do também diplomata Miguel Maria Lisboa (1809-1881), que chefiou missões diplomáticas pioneiras na Venezuela, Nova Granada e Equador. O conjunto dos documentos resultante destes trabalhos foi publicado nos *Cadernos do CHDD*, números 13 e 14.

Além de *A China e os chins: recordações de viagem* (1888), Lisboa escreveu *Os Chins de Tetartos: continuação d'a China e os Chins* (1894). Os dois livros cumpriram o papel de informar os brasileiros sobre diferentes aspectos da China e explorar eventuais possibilidades de uma mudança de posicionamento do Brasil a respeito do país asiático.

Com efeito, o período que antecedeu o fim da monarquia brasileira foi caracterizado pela busca de um maior protagonismo da ação externa do Império. A isso se deveu, também, o envio de missões

6. KISSINGER, Henry, *op. cit.*, p. 29.

7. CHDD - Centro de História e Documentação Diplomática. *Cadernos do CHDD*, Ano XI, n. 20. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012. p. 23-157.

diplomáticas para o Oriente. Sobre o fenômeno, Amado Luiz Cervo pontua:

Pretendia-se, entretanto, imprimir maior prestígio e extensão para a ação externa – e nesse sentido eram programadas importantes viagens do Imperador pelo mundo, o Brasil marcava presença em congressos, feiras e foros de arbitramento internacionais, buscava o contato com o Oriente e aceitava, enfim, juntamente com os Estados Unidos envolver-se com o pan-americanismo.⁸

Além do comércio, que por si só despertava o interesse das nações em relação à China, o Brasil também buscava o fornecimento de mão de obra alternativa à escravidão, abolida no mesmo ano em que o livro foi publicado. Sobre a missão brasileira na China, Cervo destaca:

Dentre as iniciativas que marcam a expansão da política externa brasileira, nesse período de distensão, merece particular destaque o estabelecimento de relações diplomáticas regulares com a China, pelo tratado de 3 de outubro de 1881. A missão à China, decidida em 1879 e conduzida por Eduardo Callado e Arthur Silveira da Mota, tinha por objetivo inicial promover uma corrente de imigração chinesa para atender às necessidades da lavoura, ressentida pela escassez crescente de braços escravos e insuficiência de imigração europeia.

Três grandes obstáculos iriam comprometer a realização daquele objetivo: a) no Parlamento brasileiro, insurgiu-se a opinião contra a iniciativa do governo, combatida ferozmente por Joaquim Nabuco e Alfredo d'Escagnolle Taunay, entre outros, que se opunham à vinda de chineses com argumentos sociais e raciais, porque supunham que iria desenvolver-se no Brasil uma nova escravidão e efetuar-se uma contaminação biológica. A eles associaram-se posteriormente os positivistas liderados por Miguel Lemos; b) internacionalmente, era quase idêntica a avaliação feita pelos governos e pela opinião pública acerca das experiências migratórias chinesas para Califórnia, Peru, Cuba e Austrália; c) insurgira-se o próprio governo chinês diante da situação humilhante em que se encontravam pelo mundo seus emigrados, chamados de *coolies*, e decidira bloquear-lhes a saída.

8. CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*, 4ª. Ed. Revista e ampliada. Brasília: Ed. UnB, 2011. 1 v. p. 129.

Dessa forma, após intensas negociações, o governo brasileiro não obteve pelo tratado a autorização explícita desejada, mas apenas um dispositivo facultando aos súditos de ambos os impérios a liberdade de comerciar e transitar pelo outro país.

É relevante, porém, o fato de o governo brasileiro buscar a China com as predisposições de obter um tratado desigual, nos moldes daqueles arrancados com métodos imperialistas pelas potências ocidentais. Já em seus preparativos, a missão se concertava na Europa com os governos ocidentais em busca de apoio e levava instruções específicas para não discordar, nas cláusulas a convencionar, de nenhum direito já outorgado anteriormente pela China, tendo em vista manter a simpatia e o consenso das nações “amigas”. Dom Pedro II negou-se a ratificar uma primeira versão do tratado, precisamente por não se conformar com algumas cláusulas da série de tratados desiguais.⁹

O tema da imigração, principal fim da missão brasileira na China, mereceu especial atenção de Henrique Lisboa, que analisou as experiências de outros países que receberam imigrantes chineses e, bem assim, a opinião de intelectuais brasileiros. Na introdução da obra, esclarece:

Dois são os fins que tenho em vista ao submeter esta obra ao juízo do público. Um é confiar, simplesmente, as impressões de quem visitou o curioso Império do Meio e procurou estudar conscienciosamente o caráter e os costumes dos seus habitantes. O outro é concorrer, na medida das minhas forças e de conformidade com as minhas convicções, para a resolução do árduo problema que, há alguns anos, conserva em crise permanente a sociedade brasileira: “A transformação do trabalho”.

O registro de Lisboa, de mais de 130 anos, nos revela uma China há muito desaparecida. O cerimonial do milenar império recebeu minuciosa descrição e, já nos primeiros parágrafos, nos damos conta de que as transformações por que passava o país eram profundas e, sobretudo, irreversíveis. Obra escrita por pessoa culta e observadora, *A China e os chins* certamente será útil àqueles que têm na China de hoje seu campo de trabalho e estudo.

9. CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *op. cit.*, p. 136-137.



A CHINA E OS CHINS

RECORDAÇÕES DE VIAGEM

POR

HENRIQUE C. R. LISBOA

Ex-secretário
da Missão especial do Brasil na China

OBRA ILLUSTRADA
COM UM MAPPA E 44 GRAVURAS

MONTEVIDEO
TYPOGRAPHIA A VAPOR DE A. GODEL - CERRITO, 231

1888



INTRODUÇÃO

*Na ciência, o estudo comparativo das sociedades
é o que mais seguramente conduz
ao conhecimento das leis do progresso.*

Ramalho Ortigão

Dois são os fins que tenho em vista ao submeter esta obra ao juízo do público. Um é confiar, simplesmente, as impressões de quem visitou o curioso Império do Meio e procurou estudar conscienciosamente o caráter e os costumes dos seus habitantes. O outro é concorrer, na medida das minhas forças e de conformidade com as minhas convicções, para a resolução do árduo problema que, há alguns anos, conserva em crise permanente a sociedade brasileira: “A transformação do trabalho”.

No desenvolvimento desses dois propósitos vali-me, não só das minhas observações pessoais, como também da opinião de autores sérios que se ocuparam da China e estudaram com sinceridade o caráter daquele interessante povo.¹ Procurei escrupulosamente nada afirmar que não pudesse ser facilmente comprovado pelo testemunho imparcial de escritores, que nenhum interesse tinham em exaltar as qualidades dos chins, pois nem ao menos podiam alguns deles recomendar, nem mesmo referir-se ao aproveitamento da emigração chinesa, que ainda não havia começado a encaminhar-se para os países do ocidente quando eles escreveram.

Contém pois este livro duas partes bem distintas, ainda que

1 – Entre as obras que merecem crédito e apreço, coloco em primeiro lugar a importante publicação denominada *Chinese Repository*, as obras do Padre Huc e o excelente livro de marquês de Courcy *L'Empire du Milieu*.

materialmente confundidas, destinadas a satisfazer o seu duplo objeto, que são: a parte descritiva, que também tenho a pretensão de chamar recreativa, e a que ousou denominar filosófica. A primeira não exige explicação prévia; só ao leitor cabe ajuizar se consegui o que me propus. Quanto à segunda, confesso que empreendi uma difícil tarefa. Uma coisa é estar um escritor possuído de sinceras convicções e outra é fundamentá-las e desenvolvê-las de maneira a incuti-las no espírito do leitor.² Não é pequeno trabalho (e alguns dirão mesmo que é grande atrevimento) produzir argumentos para demonstrar verdades que parecem, à primeira vista, ridículos paradoxos, isto é: que nas instituições, no caráter e nos costumes chineses têm muito que aprender as raças do ocidente, para alcançarem o aperfeiçoamento a que almeja a sua civilização. É entretanto o que procuro levar ao convencimento do público, prestando o meu fraco concurso para a destruição do preconceito orgulhoso de todas as raças e em todas as épocas, que induz cada uma a atribuir à sua civilização especial o suprasumo das aspirações humanas. Assim, latinos ou saxônios, europeus ou chins, muitos se embalam na fatal ideia de que o estudo da civilização moral e material dos outros a nenhum benefício real conduz. Quantas lições não oferece, contudo, o estudo comparativo das civilizações ainda as mais opostas?

Embora reserve mais particularmente os capítulos ímpares deste livro, até o nono, para as descrições e a narração de alguns episódios que me pareceram interessantes, não deixei de aproveitar neles qualquer ocasião que se oferecia para o desenvolvimento do meu tema principal: aquele que chamei filosófico. É, porém, nos outros capítulos que encontrará o leitor as informações que podem interessar ao economista e, principal-

2 – E é isso ainda mais difícil no que se refere à apreciação do caráter chinês, que tão diversa impressão produz nos que o julgam por ligeiras observações e nos que se aplicam com sério empenho ao seu estudo. Estes últimos fazem unânime justiça aos pontos recomendáveis daquele caráter, ao menos quanto às qualidades que tornam o chin o melhor trabalhador do mundo. A opinião contrária é apenas adiantada por *turistas* apressados que se deixam iludir pela impressão, com efeito desfavorável, que oferecem à primeira vista hábitos tão diversos dos nossos. Confesso que eu mesmo deixei-me levar por esse sentimento muito natural, nos primeiros tempos da minha residência na China; só depois de mais calma observação e de acostumar-me à originalidade daquela civilização, pude reparar o fatal juízo que havia tão erradamente formado.

mente, ao brasileiro amante da sua pátria e que deseja contribuir com a sua opinião ou os seus esforços diretos para o engrandecimento dela.

Ao político ofereço as proveitosas lições que fornece a história das relações dos europeus com a China e não menos úteis informações sobre a organização administrativa daquele império. O lavrador encontrará sucintos mas preciosos dados relativos ao esmerado cultivo da terra e à produção inexcedível em quantidade e qualidade de muitos artigos comuns à China e ao Brasil. A leitura do que resumidamente refiro sobre a preparação da seda, da porcelana etc., poderá talvez excitar o industrial a estudar mais minuciosamente antigos porém incomparáveis processos e a utilizar o inteligente braço chinês para o desenvolvimento no Brasil de tão rendosas indústrias. Ao mineiro, ao construtor de estradas de ferro, ao comerciante não faltam informações sobre a utilidade que podem retirar das atitudes especiais e da perseverança daquela raça; e ao próprio moralista, de boa-fé temeroso de contato de uma civilização que supõe carregada de vícios, poderá convir a leitura do que refiro sobre a religião, moral, educação e alguns respeitáveis, embora originais, costumes chineses.

Assim, passando das partes ao todo, tento finalmente levar ao ânimo dos homens sinceros que dirigem os destinos do Brasil a convicção de que a questão da imigração chinesa *livre*, ao menos como ensaio, não merece o eterno esquecimento em que a querem relegar os seus adversários. Estes mesmos, depois de meditarem sobre o que lerem e de procurarem, debalde, argumentos para contrariar ainda que não seja senão uma limitada experiência daquela imigração, já talvez não se deixem cegar pela paixão que excita os mais encarniçados a repudiar até os princípios de justiça e de calma reflexão que devem presidir a todos os cometimentos de interesse público, propondo-se combater a todo transe a simples enunciação de semelhante ideia, sem admitir, ao menos, a sanção prática de um recurso para a solução da nossa crise agrícola.³

3 - Assim declarou, em nome da Sociedade Central de Imigração, o seu vice-presidente, devendo-se contudo notar que essa resolução encontra oposição no próprio seio dessa associação, à qual honra-se de pertencer o autor deste livro como propugnador que é da colonização europeia, como elemento de povoamento.

Quanto à ordem dos capítulos, procurei guiar insensivelmente o leitor até o último, em que resumo o fundamento da ideia que predomina em toda a obra. Depois de acompanhar-me numa viagem cômoda, curta e barata, visitando os principais lugares acessíveis aos estrangeiros e obtendo informações sobre outros; depois de presenciar alguns episódios em que trato de destacar a originalidade dos costumes chineses e, já conhecendo as instituições e o caráter daquele povo, entra o leitor no estudo da questão da imigração chinesa e fica assim habilitado a julgá-la com imparcialidade e sem cair no erro deplorável e tão justamente censurado por um ilustre senador, dos que querem decidir levemente delicadas questões de interesse vital para o progresso do país, sem dar-se ao trabalho de examiná-las conscienciosa e praticamente.

Mas, o pensamento daquele senador traduz tão claramente a falsa situação dos mais acérrimos inimigos da imigração chinesa e os meios práticos que os que combatem de boa-fé têm à sua disposição para ilustrarem-se sobre as suas vantagens, que tomo a liberdade de adotá-lo como a mais sucinta explicação do objeto deste livro.

Se, com efeito, fosse dado aos nossos políticos e escritores ir à *China ou aos países que gozam do benefício do trabalho livre chinês*, a fim de observá-lo de perto, não haveria nenhum, estou bem convencido, que deixasse de ficar impressionado com o que visse, constituindo-se não poucos deles em centros de pregação ativa e convencida em favor da ideia que em si resume a solução mais pronta de todas as dificuldades econômicas do Brasil.⁴

Montevideu, janeiro de 1888.

H. C. R. L.



4 - Este período, com exceção das palavras sublinhadas que alterei a fim de adaptá-lo ao meu caso, pertence à obra *A nacionalização* (página 112), publicada em 1886 pelo exmo. sr. senador Escagnolle Taunay, com o louvável empenho de facilitar o desenvolvimento da colonização europeia.

CAPÍTULO I

HONG KONG

À vista da terra florida – Juncos – Contrastes – Bosquejo histórico –
Piratas – Movimento comercial – Hongos – Compradores –
Pitchin English – Macaístas – *Queen's Road* – Bairro chinês –
Metamorfose de um cozinheiro – Partida para Cantão – O vapor *Uen-fai* –
Passageiros perigosos – Fumadores de ópio – Trombas d'água –
Um sinistro – Fleuma britânica – Chegada a Cantão.

Depois de uma penosa navegação de três meses, avistei finalmente, numa bela tarde do mês de junho de 1880, as costas da China Florida, daquela terra que se tornava para mim de promessa, pelo anelo de deixar o incômodo barco que me transportava e satisfazer a curiosidade, desde a infância alimentada, de conhecer a pátria dos pacientes fabricantes de mil admiráveis artefatos.

O sol matizava de cores deslumbrantes as rochosas faldas das altas montanhas do Kuang-tung, que cresciam à nossa esquerda cortadas de argênteas cascatas. Pela proa erguia-se, majestoso, o pico de Vitória, primeira testemunha da chegada dos audazes *Fan-Kuai*¹ à terra dos dez mil dragões.

À medida que avançamos, distinguimos os detalhes de uma vida nova para nós. Enormes juncos deslizam lentamente sobre as águas tranquilas, fendendo-as a custo com a sua proa rombuda, ornada de horrenda figura com dois enormes olhos e destinada, sem dúvida, a amedrontar Éolo e Netuno. As velas destas embarcações são de pesadas esteiras e feitas de pedaços mal ligados, por entre os quais escapa a maior parte da força de impulsão. A sua marcha corresponde a essa estrutura e a sua construção geral lembra as antigas gravuras que representam as caravelas de Colombo. Nesses juncos vive todo um mundo; ali nascem, crescem, morrem gerações inteiras, sem que muitos dos seus habitantes tenham jamais pisado a terra. Os tripulantes de alguns, em cuja vizinhança

1 – Diabos estrangeiros.

passamos, chamam a nossa atenção pelos gritos estridentes com que saúdam a nossa chegada, ou, talvez, nos maldizem.

Não é menos interessante o panorama que começamos a discernir em terra, do lado em que se levanta em anfiteatro a cidade de Hong Kong.

A luz roxa do sol, que desaparece no horizonte, reflete-se sobre edificações estranhas, pintadas das cores mais vivas e adornadas de bandeiras, bandeírolas e enormes cartazes com inscrições em letras douradas. Mais longe, contraste notável, veem-se as monótonas construções do bairro europeu, com as suas ruas bem alinhadas, suas venezianas verde sujo e seus telhados sem cor.

Mas, oh encanto! o globo solar some-se, quase sem transição crepuscular, nas profundidades do ocidente e, qual aparição de fosfóreos vagalumes em floresta tropical, cobre-se a cidade chinesa de luzes multicores que se balanceiam ao suave sopro da brisa, nos ângulos dos telhados, nas pontas dos mastros e vergas dos numerosos juncos fundeados, oferecendo-nos um espetáculo de que são apenas ridículas caricaturas as custosas iluminações europeias. Por outro lado, mesmo nas sombras da noite, apresenta-nos a orgulhosa Albion um testemunho da sua conquista, simbolizada pelo humilde acendedor de gás que, a passo ligeiro, desenrola cordão luminoso nas alcantiladas ruas do bairro inglês.

Hong Kong ou Victoria está situada ao norte da ilha de Hiang-Kiang, cedida em 1842 à Inglaterra, em consequência da guerra que, em nome da civilização, fez essa nação à China para impor-lhe o uso do ópio. Apenas existia, então, no lugar que ocupa agora a cidade, uma pequena aldeia de 2.000 pescadores ou piratas. Hoje a população de Hong Kong excede 150.000 habitantes.

Desde os primeiros tempos do comércio europeu com o porto de Cantão, a baía de Hong Kong oferecia aos navegantes seguro abrigo contra os tufões que, por vezes, açoutam aqueles mares. Em 1839, alguns negociantes, fugindo dos perigos a que os expunha a residência em Cantão, transportaram as suas feitorias para Hong Kong. Em 1841, os ingleses tomaram posse da ilha como ponto estratégico e, confirmada essa conquista pelo tratado de paz do ano seguinte, tratou o

governo britânico de organizar a sua nova colônia de modo a torná-la útil aos seus interesses políticos e mercantis.



Vista do cais da cidade de Hong Kong

Era preciso, em primeiro lugar, destruir a preponderância comercial do porto português Macau, cuja antiguidade e posição privilegiada criavam grandes dificuldades ao progresso do novo estabelecimento. Começou-se por declarar Hong Kong porto franco e concedeu-se ao mesmo tempo a maior facilidade para a aquisição de terrenos urbanos, adiantando o governo capitais de importância a associações edificadoras. Os resultados de tão sãs medidas não tardaram a fazer-se sentir. Quase todas as casas comerciais de Macau mudaram-se para Hong Kong, trocando, sem pesar, uma rotineira e pouco vantajada existência pela atividade febril e as esperanças de lucros que lhes oferecia a nascente colônia. Os chins, cuja ambição não é menor, não tardaram a invadir aquele torrão da sua terra, onde sabiam que o produto do seu trabalho não seria presa da rapacidade dos mandarins.

Outro propósito que ocupou a preferente atenção dos primeiros governadores de Hong Kong foi a extinção dos piratas que infestavam essas paragens. Uma divisão naval inglesa esteve permanentemente empregada nesse serviço de desapiedada exterminação, em que não

se dava quartel nem às mulheres e crianças. No ano de 1855, só em duas expedições desta sorte, foram destruídos 84 juncos e pereceram 4.000 piratas.

Por mais bárbaro que seja tal procedimento, a ele se deve a quase extinção da pirataria. Apenas um ou outro caso de louca audácia tem-se dado nestes últimos vinte anos, e isto mesmo pela relaxação das medidas de prevenção geralmente adotadas. Ainda hoje os navios mercantes, a vapor ou a vela, navegam por esses mares, armados em pé de guerra. Nos paquetes que fazem o serviço costeiro há um compartimento especial, fechado por fortes grades de ferro, em que são encerrados os passageiros chineses e vigiados os seus movimentos por sentinelas de espadas desembainhada e revólver em punho.

Dissipado o susto que infundiam os piratas e afirmada a sua supremacia sobre Macau, depressa cresceu Hong Kong, aumentando a sua população e o seu comércio. Estabeleceu-se aí o principal depósito de ópio, e esta funesta mercadoria, que só era até então importada por contrabando, teve de ano em ano maior procura. Em 1858, dezesseis anos apenas depois da fundação de Hong Kong, a importação anual de ópio na China subiu a 75 mil caixas, de 10 a 15 mil que se calcula eram introduzidas antes, por contrabando.

Ainda que essa importação se fizesse pelos portos franqueados ao comércio estrangeiro (Cantão, Xangai, Amoy, Fu-tcheu e Ning-pó) em virtude da convenção assinada em Nanquim em 1842, Hong Kong, porto franco e situado em posição vantajosa, no caminho que conduz àqueles portos, tornou-se o principal centro das transações de importação e exportação.

Além do ópio, começaram a ser introduzidas em larga escala as fazendas e ferragens de Manchester, Birmingham e Sheffield. Os Estados Unidos inundaram o país de relógios e máquinas de costura. De diversas precedências da Europa, América e colônias europeias na Ásia aportaram ricos carregamentos de algodão em rama e tecido, arroz, madeiras de lei e de tinta, ferro, cobre, estanho, mercúrio, prata, ouro, especiarias, vinhos, tabaco etc..

Eram 400 milhões de consumidores ávidos de novidades. Mas, para poderem pagar os benefícios da civilização ocidental, tiveram de dar maior extensão à sua produção, conseguindo, desde então, sortir-se os mercados europeus, em condições muito mais vantajosas do que antes, de chás, sedas, esteiras, vermelhão, cola, verniz, drogas, papel, porcelanas, louça, peleteira e uma grande variedade de curiosos artefatos de charão, marfim, sândalo etc..

Em 1854, a estatística oficial do comércio da China com a Europa, importação e exportação, já subia à importante cifra de cento e vinte mil contos de réis. A deficiente organização do serviço aduaneiro e o ativo contrabando que ainda se praticava, permitem, contudo, supor que esta cifra está muito aquém da verdade. De outro modo, dificilmente se explicaria o prodigioso aumento que indica a mesma estatística dez anos depois, representado pela enorme soma de setecentos mil contos o comércio total de 18 portos abertos ao tráfico estrangeiro.

Não é todavia impossível que tão estupendo progresso fosse ainda devido aos irresistíveis argumentos do obus e da metralha.

Ainda recalcitrantes à nova civilização que, com as suas mercadorias, querem impor-lhes os *Cabelos vermelhos*, alguns chins, afiliados a sociedades secretas, espécie de carbonários de rabicho, concertam rebelar-se contra a invasão dos *bárbaros ocidentais*. Sangrentos atentados são simultaneamente cometidos em Cantão, Macau, Ning-pó. Mesmo em Hong Kong produz-se uma tentativa de revolta que leva a consternação à sua laboriosa população europeia.

Estes graves sucessos, ocorridos de 1850 a 1857, foram a origem da guerra em que se aliaram contra a China a França, a Inglaterra e os Estados Unidos. As hostilidades concluíram com a tomada de Pequim, a destruição do famoso palácio de verão e a assinatura dos tratados de paz de 1858-1860. Por estes pactos, a China abriu mais treze portos ao comércio estrangeiro, cedeu a cada um dos aliados o usufruto de uma extensão de terreno nos portos abertos, reduziu consideravelmente a tarifa das alfândegas e submeteu a empregados

européus a organização e direção do serviço aduaneiro.

Tão importantes concessões deram em resultado um aumento prodigioso do movimento comercial e um correspondente crescimento das rendas das alfândegas, até então absorvidas pela avidez dos *Tao-tais*².

Desta época em diante desaparecem as travas que encontrava o comércio estrangeiro. As mercadorias ocidentais chegam com relativa comodidade até as províncias mais afastadas do litoral, e não há filho do céu, por mais embrenhado que esteja, a quem cause hoje pavor a vista de uma máquina fotográfica, ou que não seja habilitado a consultar a hora num *remontoir* da “American Brass and Clock Company”.

Um dos abusos com que se concluiu foi a antiga e incômoda instituição dos *Hongs* ou agentes oficiais intermediários entre os negociantes europeus e chineses. Esta instituição, fundada em 1720, tinha o monopólio de todas as transações com os estrangeiros e, aos que a ela não pertenciam, era proibido, sob severas penas, ter contato com os *Fan-kuai*. Este rendoso privilégio era geralmente concedido a parentes ou amigos dos *Tao-tais* das alfândegas, os quais se reservavam uma boa parte dos benefícios.

Já antes da paz de 1842 e da extensão do comércio europeu, começou-se a sentir os grandes inconvenientes de tal instituição. Nem sempre podiam ocultar os *Hongs* os abusos, que cometiam nas suas operações de corretagem e a proteção que davam ao contrabando, com o prejuízo do comércio legal e proveito seu e dos mandarins que os nomeavam. Começaram a sofrer cruenta guerra de compradores e vendedores, chegando alguns dos mais acreditados, e talvez mais honrados, a falir com enormes passivos, produzindo graves perturbações no mercado. Pelo tratado de Nanquim foi finalmente abolido este odioso privilégio.

Não podiam, contudo, os europeus prescindir de intermediários nas suas relações comerciais. A ignorância da língua, as dificuldades e os perigos das viagens no interior do país e a mútua desconfiança

2 – Inspetores das alfândegas.

de estrangeiros e naturais eram outros tantos embaraços para as transações diretas. Alguns negociantes de Macau serviam-se de agentes especiais indígenas aos quais davam o nome de *compradores*. Esta instituição, que corresponde aos caixeiros vendedores das grandes casas comerciais do ocidente, generalizou-se depressa entre os negociantes ingleses, que também adotaram a sua denominação portuguesa.

O *comprador* também compra, mas principalmente vende. É o primeiro dos curiosos *contrários* que cito, de muitos que encontrei nos hábitos da China comparados com os da Europa. Um bom *comprador* deve ser esperto, de fisionomia simpática, sadio e conhecedor dos dialetos de Cantão e Fu-tcheu e do *pitchin English*.

O *pitchin English* (*business English*) é a língua comercial dos portos da China; mau inglês com algumas palavras portuguesas e construção gramatical chinesa. “*My sape this piecy gelman pilong numer one.*” Sei que este cavalheiro é distinto; ou, traduzido literalmente: “eu sei este pedaço cavalheiro pertence numero um”. A palavra *pilong*, do inglês *belong*, pertencer, é de suprema utilidade e coloca-se em quase todas as frases de uma conversação, traduzindo os verbos ser e estar.

Esta algaravia está generalizada em toda a costa entre estrangeiros e chins, e presta mesmo a estes últimos um importante serviço, permitindo comunicarem-se entre si indivíduos de diferentes províncias, que de outro modo não se entenderiam pela diversidade dos dialetos.

A introdução de algumas palavras portuguesas nesta língua provém da preferência que se dá aos macaístas para os empregos comerciais. Verdadeira raça híbrida, os filhos de Macau conservam do português e do chin paciência, submissão e hábitos sóbrios, que não admitem a competência dos europeus. Desde Hong Kong até Pequim e o Japão encontra-se esse tipo original, a cuja vista fica-se em dúvida se é o europeu com cara de chin ou o chin disfarçado de europeu. Para chin, falta-lhe o traje e o rabicho; para europeu, sobram-lhe a cor, os olhos torcidos e os pômulos salientes.

Levam, entretanto, os macaístas grandes vantagens sobre os

estrangeiros estabelecidos na China. Conhecem o dialeto de Cantão, aprendem os outros com facilidade e estão afeitos aos hábitos chineses, o que os torna excelentes intérpretes e *compradores*; não ambicionam, como os europeus, reunir caudais para retirar-se do país; são modestos nas suas pretensões e só almejam viver e morrer na sua pátria querida, a China e Macau. Tomaram do chin a modéstia, a urbanidade; do português a perseverança, a frugalidade. São simpáticos, apreciados por chins e estrangeiros e respeitados mesmo pelos ingleses, que tiram grande utilidade dos seus serviços.

Em Hong Kong, existem muitas casas de alto e baixo comércio dirigidas por macaístas. Em *Queen's Road*, principal artéria da cidade, leem-se nas tabuletas das lojas os nomes de Ferreira, Guimarães, Pinto, merceeiros, ourives ou algibebe, ao lado da *Stationery* ou *Dispensary* de Smith ou Williams.

Queen's Road é a única rua de Hong Kong onde podem transitar comodamente as carruagens. Estende-se, paralela à costa, de um extremo a outro da cidade, conservando sempre uns doze ou quatorze metros de largura, e está bem macadamizada. Nela encontram-se os melhores edifícios, como o *club* inglês, o correio, o Hong Kong hotel, a catedral, os grandes escritórios de alguns dos dezessete estabelecimentos bancários que possui a colônia, esplêndidas lojas de sedas, porcelanas e quinquilharias e verdadeiros palácios, em que funcionam casas comerciais de *prince merchants*, algumas das quais possuem esquadras a vapor e à vela, como a firma Jardine, Matheson & C.º, que transporta anualmente cem mil contos de réis de mercadorias em mais de trinta navios da sua propriedade.

Seguindo para o lado ocidental de *Queen's Road*, vão pouco a pouco desaparecendo as magnificências da civilização europeia e patenteando-se aos atônitos olhos do viajante todas as excentricidades da vida chinesa. As construções transformam-se, apresentando linhas menos regulares porém mais elegantes e uma harmônica disposição de variadas cores e adornos resplandcentes, que proporcionam à vista sensações sempre novas. Nas fachadas veem-se em letras douradas

ou pretas sobre fundo escarlate, inscrições que indicam o nome e a profissão do inquilino ou sentenças filosóficas.

Um vaivém contínuo, carros, cadeirinhas, carrinhos de mão transportando gente ou mercadorias; *coolies* curvados ao enorme peso de volumes suspensos às pontas de flexível bambu; vendedores ambulantes apregoando suas fazendas; barbeiros exercendo seu mister nas esquinas; enfim, todo um caos, mas um caos em que preside a ordem e uma compostura desconhecida nas aglomerações populares das regiões do ocidente.

Suaves em extremo nos seus movimentos, conseguem os chins aplicar o preceito francês: *Hâtez-vous lentement*. De busto ereto, a passos medidos e amortecidos pelas solas de papel, circulam cuidadosamente evitando os encontros, e sem aquela despreocupação egoísta ou brutal do transeunte ou arruador europeu. Pouco afetos às bebidas espirituosas, cujo uso é proibido por severos éditos imperiais, ainda não cederam ao funesto exemplo dos marujos europeus, que oferecem diariamente nas ruas de Hong Kong espetáculos tanto mais repugnantes, quanto contrastam com a atitude séria da população indígena. Nos seus *cafés* populares apenas consomem chá e doces e, só como confortativo higiênico, é usada uma aguardente destilada do arroz, a que chamam *tsui*.

Numa das excursões que fiz ao bairro chinês com o meu amigo Vissière, intérprete da missão, resolvemos almoçar à moda da terra. Depressa achamos uma casa de pasto que nos pareceu das mais decentes. Ocupava uma casa de três andares, dos quais, ao contrário do que sucede geralmente, o mais alto era reservado para os fregueses que podiam pagar melhor, o do centro para a classe média e o térreo para o povo miúdo.

Introduzidos no local que nos correspondia como *ta-jen* (excelências), assentamo-nos a uma das vinte mesas que guarneciam a vasta sala, ao lado de um grupo de fidalgos ou endinheirados celestiais, os quais, já contaminados pelos exemplos europeus, sorviam espumante champagne depois de opípara refeição cujos restos nada tinham de oriental.

Repelimos os utensílios ocidentais que trouxe-nos um *kia-jen*

(criado) muito amável, dando-lhe a entender que queríamos comer à chinesa. Depois de alguma dificuldade para compreender a lista verbal dos pratos do dia, escolhemos o seguinte *menu*: pato guisado, ovos de pombo ensopados, peixe de uma espécie sem espinhas chamada *pi-fan*, arroz branco, chá, doces e uma fruta deliciosa, muito açucarada, chamada *li-tchi*. Tudo isso foi-nos ser[vi]do ao mesmo tempo, em taças grandes, e a carne já cortada em pequenos pedaços. Por talher tínhamos, cada um, duas varinhas de marfim de 25 centímetros de comprimento, com que fizemos prodígios de prestidigitação para levar algumas parcelas à boca. Teríamos talvez renunciado a tão difícil empresa, senão fosse a caridosa intervenção d'aqueles amáveis vizinhos, os quais, condoídos de nossas infrutíferas tentativas, prestaram-se a ensinar-nos o manejo dos tais pauzinhos, o que nos permitiu despachar o almoço.

Paga a conta que alcançou a 1.300 *sapecas* (perto de três mil réis), descemos ao andar inferior, cuja sala estava apinhada de fregueses mais ruidosos do que os nossos companheiros de almoço. Nesta sala achavam-se alinhadas quatro compridas mesas com seus respectivos bancos, e aí sentados uns 40 ou 50 chins que comiam, bebiam chá e charlavam jovialmente, trocando de uma mesa à outra ditos que deviam ser graciosos pela hilaridade que provocavam.

No momento em que nos retirávamos fui surpreendido por um celestial de longo rabicho e cabeça frescamente rapada, o qual, chamando-me pelo meu título, indagou da minha saúde em bastante bom português. Com dificuldade reconheci o João, cozinheiro de bordo, transformado da cabeça aos pés e rodeado de amigos que festejavam o seu regresso à pátria. Com efeito, o João Chin tinha saído havia 15 anos de Hong Kong para o Peru e daí para o Brasil, onde depressa identificou-se com os hábitos europeus. Ao ter notícia da partida de uma missão à China, ofereceu-se para cozinheiro, com o único objeto de voltar à sua terra, e essa manhã tinha desembarcado com sentimento geral de oficiais e marinheiros, que devidamente apreciavam as suas qualidades morais e culinárias. O seu primeiro cuidado, ao pisar o solo natal, foi entregar a cabeça a um artista competente, o qual,

além de rapá-la à última moda, agregou-lhe um apêndice postiço, em lugar do natural, desaparecido ao bárbaro corte de tesouras ocidentais. Assim refrescado e ataviado por um diligente algibebe, não encontrou João obstáculos ao seu reconhecimento por numerosos patrícios, que depressa o rodearam, ávidos das suas surpreendentes narrações de longínquas peregrinações.

Ao despedir-me de tão simpático companheiro de viagem, ouvi com satisfação as suas palavras de gratidão pela hospitalidade que tinha recebido no Brasil e as seguranças que me deu do seu concurso para o objeto da nossa missão, prometendo induzir os seus amigos a emigrar para um país onde ele tinha vivido prosperamente durante longos anos, chegando a ajuntar uma pequena fortuna.

Mas, deixemos Hong Kong, suas construções e hábitos antagônicos, curiosa combinação do materialismo britânico com o ingênuo sentimentalismo das raças orientais, e vamos estudar em toda a sua originalidade a pátria dos mil *bibelôs*³ que, na casa paterna, atraem os nossos infantis olhares, pela estranheza das suas formas e viveza das suas cores. Vamos a Cantão.

Os botes (*sampans*), que fazem o serviço de embarque e desembarque de passageiros em todos os portos da China, são da forma de um tamanco francês (*sabot*), e tripulados por mulheres, que transmitem movimento a essas embarcações por meio de um remo colocado à popa, fazendo dupla função de hélice e leme.

Entregando a uma dessas catraieiras a minha maleta e minha sorte, pois o mar estava bastante agitado, dirigi-me ao vapor *Uen-fai*, em que devia fazer a travessia de trinta léguas que separam a colônia inglesa da grande capital comercial do sul da China.

O *Uen-fai* era um pacote de construção norte-americana, de duas chaminés lado a lado e grande balancim visível. Todo pintado de branco, cravejado de janelinhas e coberto de casinholas de todas as formas, mais parecia uma barca de banhos das que estacionam em

3 – Peço ao leitor que desculpe os galicismos e neologismos que por necessidade ou para maior clareza, emprego nesta obra.

frente ao cais Pharoux do que a embarcação a que ia confiar os meus dias numa viagem por mar proceloso. Ao aproximar-me, porém, verifiquei com satisfação que a forma esguia do seu casco e as dimensões de suas rodas o habilitariam a alcançar em poucas horas as mais tranquilas águas do rio das Pérolas.

A acomodação interior dos vapores que fazem o serviço costeiro entre os portos da China é a de mais luxo que tenho visto e está apropriada aos diversos climas de tão extensa navegação. No verão, o ar é renovado por um bem combinado sistema de ventilação e, durante as refeições, são os passageiros refrescados pelo movimento de enormes abanos suspensos ao teto da câmara, aos quais se conserva o nome indostânico de *Pan-kah*. Estes instrumentos são universalmente adotados nos hotéis, vapores, repartições públicas, escritórios comerciais e habitações particulares do Extremo Oriente, e nunca ouvi ali dizer que sejam inconvenientes à saúde, como se crê no Brasil, onde tentou-se introduzir o seu uso.

No inverno transformam-se os vapores, fechando-se a entrada do ar frio e alimentando-se uma temperatura aprazível por meio de estufas, tubos de água quente e outros sistemas de calefação.

Enquanto ao tratamento que recebem os passageiros, não pode ser melhor. As cinco refeições que geralmente se faz são abundantes e servidas com nitidez [*sic*]. A mais importante é o *Tiffin*, do meio-dia a uma hora, que compõe-se de alguns pratos quentes e viandas frias, doces e frutas. A qualquer hora do dia obtém-se à discrição bebidas de toda classe e, no verão, há sempre profusão de gelo.

Na cobertura do *Uen-fai* estavam acomodados uns sessenta passageiros chineses, encerrados por forte grade de ferro e guardados à vista por duas sentinelas europeias armadas de espada e revólver. Acostumados a esse tratamento não pareciam os chins ressentir-se dele e, divididos em alegres grupos, entretinham-se, uns a palestrar tomando chá, outros a jogar cartas, dominó ou damas e alguns a deleitar-se nas baforadas de compridos cachimbos de ópio.

Muito se tem exagerado sobre o uso do ópio na China. Pode-se

comparar o seu abuso ao vício da embriaguez entre os ocidentais; geralmente reprovado, apenas afeta esse vício uma parte relativamente diminuta da população. O ópio ainda está menos generalizado na China do que as bebidas alcoólicas no ocidente, e os ébrios inveterados são, entre algumas raças europeias, muito mais numerosos do que os que chegam, na China, ao estado de bestialidade a que conduz o abuso daquela droga.

Para demonstrar tal asserção, basta notar que a introdução anual do ópio na China é de 4½ milhões de quilogramas, o que, sendo o consumo médio de um fumador ordinário de 10 gramas diários, faz apenas subir o número de consumidores a 1.260.000, sem levar-se em conta a redução que deve sofrer esse número pela exageração do vício entre os que duplicam ou mesmo triplicam aquela razão diária. Essa cifra está para a população de 400 milhões da China na razão aproximada de 3 por 1.000. Felizes os países ocidentais se o uso e abuso das bebidas alcoólicas alcançassem neles tão reduzida proporção!

Mas já o *Uen-fai* sulca as águas salobras do rio das Pérolas, tumultuosamente agitadas pelo vento fresco que se levantou acompanhado de aguaceiros próprios da estação. Alguns juncos alterosos arrastam-se com a velocidade que lhes permitem suas pesadas e mal amanhadas velas, em direção à costa, fugindo do temporal que se anuncia no horizonte.

Por primeira vez me é dado presenciar de perto a formação de afuniladas trombas d'água, que elevam cada vez mais a sua base ao céu, até desfazerem-se em imensas cataratas. Uma delas dirige-se lentamente e redemoinhando para o ponto em que navega um grande junco, a uns 200 metros do *Uen-fai*. Os tripulantes, assustados, manobram para desviar-se do terrível fenômeno; mas, já é tarde! Em poucos minutos vemos o pobre junco dar voltas como um pião e a tromba desmanchar-se em cima dele, virando-o de quilha para o ar.

Soltei um grito de terror, pensando nas mulheres e crianças que havia pouco corriam alegres sobre o convés do junco. Virei-me ansioso para o capitão do nosso vapor, esperando vê-lo mandar uma

daquelas manobras em que tanto se distinguem pela serenidade e prontidão os filhos da netunina Albion. Mas, oh decepção! em vez da voz do mando, apenas saiu dos lábios do rubicundo capitão esta frase: *a few dogs to the sharks*⁴. E o *Uen-fai* seguiu sua marcha, ostentando, suspensos aos turcos, seus escaleres salva-vidas e, cuidadosamente atadas às balaustradas, suas boias de socorro!

Mais caritativos, os tripulantes de outros juncos que navegavam perto do lugar do sinistro fizeram força de vela e alcançaram ainda salvar alguns dos desgraçados náufragos, que já a custo distinguíamos com o binóculo, agarrados à quilha do seu barco.

Afastando a vista de tão triste cena, procurei distração às amargas reflexões que me sugeria a fleuma britânica no panorama que ia-se desenrolando à medida que nos aproximávamos de Cantão.

Depois de navegar durante uma hora pela esplêndida baía de Lin-tin, entramos no desfiladeiro de Bocca Tigris, ponto estratégico que, bem defendido, poderia tornar materialmente impossível a subida de uma esquadra a Cantão. Mas ainda estão muito atrasados os chins na arte de fortificações e defesa de portos, as fortalezas que aí ostentam gigantescos estandartes apenas poderiam resistir alguns minutos à artilharia moderna.

Passamos sucessivamente diante de Num-hoi, Uan-tong e Uam-pu, imensas aldeias de 100.000 almas, e avistamos finalmente, como indescritível caos, Cantão, a cidade anfíbia.

Eram cinco horas da tarde; o *Uen-fai* abria difícil caminho entre a infinidade de embarcações que sulcavam o rio, todas ornadas de pitorescas figuras de proa e cobertos os mastros de elegantes galhardetes. Arrimados à terra de um e outro lado, víamos outros juncos enfileirados e unidos por pranchas que os põem em comunicação uns com os outros. Estes juncos, assim colocados em várias ordens, todas paralelas à costa, formam a cidade aquática em que vive uma população de 200.000 almas.

Na cidade imensa, à nossa direita, reproduzia-se, em grau mais

4 – “Alguns cães para os tubarões”.

vasto e esplêndido, o espetáculo que tinha me encantado ao avistar Hong Kong.

Curiosos e multicores telhados estendiam-se a perder de vista, entremeados de altas torres de pagodas ou templos, cujas cúspides douradas dardejavam aos raios solares. Algumas ruas que a vista podia enfiar pareciam formigueiros, pela multidão que nelas circulava. Um ruído cavernoso, como o que se ouve nas cercanias das catadupas do Niágara, indicava que ainda estava entregue às buliçosas fainas comerciais esse gigante de mais de um milhão d'almas, a que os naturais chamam a cidade dos gênios.

Mas já fundeamos; não quero perder as últimas horas do dia e, ainda que a custo, separo a vista de tão interessante espetáculo para descer ao *sampan* que me vai conduzir à terra.



CAPÍTULO II

OS EUROPEUS NA CHINA

Primeiras relações dos europeus com a China –

Tradições e narrações de viagem – Os portugueses aportam a Cantão

– História da primeira embaixada portuguesa – Estabelecimento dos espanhóis, holandeses, russos, franceses, norte-americanos e ingleses –

Guerra do ópio – Paz de Nanquim e suas consequências –

Aliança da França, Inglaterra e Estados Unidos – Tratados de 1858 e 1860

– Relações com outras potências europeias e com o Peru e Brasil –

Nova política chinesa.

Tanto as tradições ocidentais como as do império chinês demonstram, ainda que obscuramente, o conhecimento que, já antes da era cristã, tinham os gregos e romanos da existência nos confins da Ásia oriental de uma nação numerosa e de civilização excepcionalmente adiantada.

Ptolomeu, referindo-se aos Sinœ ou Seres, coloca-os em território que corresponde pouco mais ou menos ao da China atual pela sua

posição e dimensões. O caráter e os costumes desses povos, descritos por Ammiano Marcelino, de acordo com as relações dos viajantes do seu tempo, concordam igualmente com as tradições transmitidas pelos antigos historiadores chineses.

Faltam, entretanto, documentos que acreditem a época em que foi primeiramente visitado esse longínquo império pelos europeus, antes do reinado de Marco Aurélio. Este sábio monarca, desejando dar maior desenvolvimento ao comércio de sedas, que se fazia até então por intermédio dos povos da Ásia central, mandou uma embaixada ao imperador Tchang-ti, o qual a acolheu favoravelmente, atribuindo-se a essa época a inauguração do comércio direto com as nações ocidentais.

Pouco tempo depois, alguns missionários cristãos penetravam na China e conseguiam levar notícia da nova fé a esse vasto império, preparando assim a obra dos nestorianos, cuja propaganda foi iniciada em fins do V século. A estes padres deve-se a introdução do bicho da seda na Europa.

Foi contudo, somente no século IX que apareceu a primeira notícia circunstanciada da China, escrita pelo árabe Abuzaïd. Dessa época em diante, citam-se muitos viajantes que deixaram relações de suas viagens, sendo as mais interessantes as do judeu Benjamin de Tudela, no ano de 1160, do franciscano Carpini, embaixador do papa Inocencio IV, de Rubruquis, enviado pelo rei de França São Luiz, e que permaneceu na China dois anos, de Matteo e Marco Polo, que visitaram várias vezes o império de Cathay e fizeram uma extraordinária descrição da sua capital Cambalu, hoje Pequim, e finalmente de missionários e negociantes que, em razão do seu ofício, frequentaram aquele país até o princípio do século XVI.

Das narrações desses viajantes, consta que a China era governada por instituições análogas às da época presente e que os hábitos da sua população quase não diferiam dos atuais. Os estrangeiros que ali chegavam com fins pacíficos eram acolhidos com hospitalidade e carinho; obtinham todas as facilidades para viajar e comerciar no interior e podiam entregar-se livremente ao exercício do seu culto. Foi

só quando os ocidentais se apresentaram em atitude hostil e pretenderam dar expansão ao espírito de conquista nascido do desenvolvimento da navegação e a uma ambição comercial, constrangida até esse tempo pelas dificuldades de transporte, foi só então que os plácidos e polidos filhos do Céu começaram a revoltar-se contra a intrusão de estrangeiros que, nenhuma compensação oferecendo às vantagens avidamente buscadas em tão longínqua navegação, bem mereciam, pela inferioridade da sua civilização, o título de bárbaros com que começaram a ser apelidados.

A primeira expedição europeia aportou à China em 1516, sob o comando de Rafael Perestrello e arvorando as cores de Portugal.

Desde o princípio do século XV tinha esta intrépida nação tomado a dianteira nas empresas marítimas às regiões até então inabordadas pelos navegantes europeus. Patrocinada pelo sábio príncipe D. Henrique, a arte náutica tinha-se aperfeiçoado a ponto de produzir as arrojadas expedições que deram em resultado a descoberta do cabo das Tormentas por Bartolomeu Dias e do caminho da Índia por Vasco da Gama. Desejosos de tirar imediato proveito dessas expedições, fundaram os portugueses vários estabelecimentos nos países que descobriam, sendo o mais importante o de Goa, na costa ocidental da Índia.

Já em 1516 era Goa cidade florescente e centro das operações de conquista e comerciais dos portugueses naquelas paragens. Informado o seu governador por Perestrello das magnificências da China, do luxo e prosperidade dos seus habitantes e, sobretudo, da cordial hospitalidade com que tinham acolhido aquele explorador, apressou-se em despachar quatro caravelas, transportando uma embaixada ao imperador da China e levando instruções para a fundação de feitorias comerciais nos pontos que parecessem mais convenientes.

Esta expedição comandada por Fernão d'Andrade, chegou a Cantão em 1517 e conseguiu das autoridades chinesas a permissão de estabelecer uma feitoria na ilha de San-tchuen, nome que para os portugueses transformou-se em São João.

Quanto ao embaixador Thomé Pires ou Peres, ou Fernão Peres

d'Andrade, segundo algumas versões que o confundem com o chefe da expedição, deixou-nos Mendes Pinto uma relação circunstanciada das peripécias da sua malograda missão, relação que foi confiada àquele cronista por um dos companheiros de infortúnio do embaixador.

Demorado em Cantão enquanto se negociava com a corte de Pequim o seu transporte àquela capital, sofreu Peres contínuas contrariedades das autoridades locais, que não viam com agrado a arrogância e as pretensões de alguns dos aventureiros de que se compunha a expedição. Só conseguindo partir para a corte em 1521, ao chegar aí já encontrou o imperador prevenido contra os portugueses, pela denúncia de suas tropelias nas costas da China e por queixas do rei de Bintão que, a título de vassalo do império chinês, tinha representado contra a ocupação de Málaca por Portugal. Ao mesmo tempo, recebia-se em Pequim uma extensa informação do governador de Cantão, em que se atribuía à missão de Peres o único objeto de estudar a organização e força militar do império, a fim de preparar a sua conquista pelos europeus.

Tratado como espião, foi Peres recambiado para Cantão com os seus companheiros, passando durante a viagem por toda a classe de privações e humilhações. Chegados a Cantão em 1522, foram encarcerados, julgados e condenados a tormentos, falecendo nessa ocasião cinco desses desgraçados. O motivo dessa condenação, segundo alguns autores chineses, foi o de recusarem sair do território do império, provocando tal recusa uma rixa com os soldados que os custodiavam; parece porém mais fundada a versão que atribui esses suplícios à repressão de tentativas que fizeram os presos para fugir de Cantão e reunir-se aos seus compatriotas, que ainda ocupavam a ilha de San-tchuen.

As crônicas chinesas asseguram que Peres e seus seis últimos companheiros morreram de doença no ano seguinte de 1523, mas está hoje verificado que aqueles portugueses foram desterrados para o interior da província de Cantão, onde viveram ainda muitos anos e fundaram famílias, casando-se com mulheres indígenas que converteram ao cristianismo.

A notícia da morte do embaixador e seu séquito, propalada

pelos chins, foi motivada pela necessidade de explicar a desapareição desses indivíduos. Por outro lado, o seu desterro explica-se pelo temor de que, ao voltar ao seu país, facilitassem com as suas informações os planos de conquista que se atribuía aos europeus.

Seja pelo receio de que algum rumor desses sucessos chegasse ao estabelecimento de San-tchuen e provocasse futuras represálias, ou por serem exatas as violências que os chins acusavam os portugueses de cometer contra os juncos e habitantes da costa, foram eles expulsos daquela ilha em 1523, indo fundar novas feitorias em Sua-tão e Ning-pó. Pouco tempo puderam, entretanto, conservar-se nesses pontos, por causa dos atos de agressão que praticavam diariamente contra os pacíficos habitantes.

Depois de alguns anos de ausência em que se calmou a animosidade que tinham levantado, apresentaram-se de novo, em 1553, na boca do rio de Cantão e obtiveram permissão para descansar e reparar avarias numa das ilhas dos Ladrões. Durante sua permanência aí, tiveram ocasião de prestar um importante serviço aos chins, destruindo com a sua artilharia uma numerosa frota de piratas que infestava aquelas costas. Em sinal de gratidão, o vice-rei de Cantão autorizou o estabelecimento permanente de feitorias naquela ilha, e posteriormente, em 1557, no lugar onde existe atualmente Macau.

As bases dessa concessão limitaram, contudo, de tal sorte o domínio português que, até hoje, ainda não obteve Portugal o reconhecimento da sua soberania em Macau. Em outro capítulo tratarei dessa questão e do desenvol[v]imento que teve esse estabelecimento até a nossa época.

Enquanto os portugueses adiantavam-se nas suas longínquas empresas na Ásia, não descuidavam os seus êmulos, os espanhóis, de estender as suas conquistas nas regiões que descobriam os seus navegantes. Em 1521, o português Magalhães, que se achava então ao serviço da Espanha, depois de atravessar o estreito que leva o seu nome, descobria as ilhas Filipinas e tomava delas posse em nome de Carlos V. Os habitantes dessas ilhas eram mais cultos do que os que

povoam a maior parte das do Oceano Índico, e desde tempos imemoriais entretinham relações comerciais com os chins, cujos juncos aportavam aí frequentemente.

Consolidada em 1564 a conquista das Filipinas por Philippe II, não tardaram os espanhóis em cobiçar estender o seu comércio até as costas da China, donde chegavam notícias dos progressos que faziam os portugueses. Alguns serviços prestados em 1577 pelo governador de Manila a uma armada de juncos chineses que perseguia piratas, deram ensejo à iniciação dessas desejadas relações. Dois frades augustinos foram mandados a Cantão com a missão de solicitarem das autoridades permissão para a fundação de feitorias em alguns pontos da costa. Ainda que essa missão fosse objeto das maiores atenções por parte dos chins, não teve resultado algum imediato e a sua utilidade limitou-se a preparar o terreno para as tentativas futuras. Com efeito, com a união das coroas de Espanha e Portugal, realizada no ano de 1580, acharam os espanhóis mais facilidades e conseguiram mesmo o privilégio de estabelecer-se e comerciar no porto de Amoy. Esta concessão, rodeada de restrições que quase anulavam as vantagens esperadas, permitiu, entretanto, a custo de árduas negociações e com o andar do tempo, a fundação de um ativo comércio entre esse porto e as possessões espanholas na América ocidental. Ainda hoje, apesar de ter cessado aquele privilégio e de achar-se aberto a todas as nações o porto de Amoy, conserva ele quase o monopólio do comércio entre a China e os países da América de origem espanhola. A essas antigas relações deve-se o uso exclusivo da moeda de prata mexicana nos portos da China.

Aos espanhóis seguiram-se os holandeses que ocuparam, em 1624, a costa setentrional da ilha Formosa, deitando os fundamentos de uma cidade a que chamaram de Zeelândia. Em pouco tempo conseguiram dominar quase toda a ilha, convertendo muitos dos indígenas ao cristianismo. Em 1655 obtiveram permissão para negociar com os portos chineses; mas não gozaram por muito tempo dessa concessão, por terem sido expulsos definitivamente de Zeelândia pelo temível pirata Kochinga, que dominou por muitos anos na ilha Formosa.

Em 1664 procuraram compensar esse prejuízo com a criação de feitorias em vários portos; com tal objeto mandaram a Pequim uma embaixada que não conseguiu, entretanto, outra coisa para a Holanda senão a permissão de negociarem os seus cidadãos em Cantão, em condições idênticas às já concedidas a outras nações.

Desde o ano de 1650 tentaram os russos introduzir-se na China pela Sibéria. Depois de algumas dificuldades e mesmo conflitos armados, conseguiram entender-se com os chins, e o embaixador Golowin assinou em 1689 o primeiro tratado internacional conhecido na China. Fixou-se a fronteira dos dois impérios pelas montanhas Yablonoï, ao norte da linha do Amoor que a Rússia só obteve em 1853; permitiu-se o estabelecimento de negociantes russos em Pequim, onde fundaram uma capela e um colégio, e iniciou-se o comércio por caravanas que, partindo uma vez por ano daquela capital, chegavam depois de três anos de viagem a Moscou, com mercadorias que eram vendidas por conta do Czar.

Estas concessões tiveram, entretanto, uma interrupção de mais de trinta anos, desde o fim do século XVII até o ano de 1728, em que se concluiu o tratado de Kiachta. Foi essa interrupção devida à violação do território chinês pelas tropas russas que chegaram mesmo a construir um forte trinta léguas ao sul da fronteira. Em 1715, aproveitando as complicações em que se achava a Rússia na Europa, atacaram os chins esse forte e o tomaram e destruíram depois de um sítio de três anos.

Restabelecidas as relações entre as duas nações em 1728, tem-se desenvolvido o seu comércio terrestre até a época atual, em que se efetuam transações de valor superior a quarenta mil contos de réis, pelas cidades fronteiras de Kiachta, na Sibéria, e Mai-ma-tchin, na China. Aí trocam-se os panos, veludos, fazendas de linho, couros e peles da Rússia, pelos chás, sedas, quinquilharias, açúcar, arroz, tabaco e drogas da China.

Além desse comércio especial, obtiveram os russos, em 1858 e 1860, as mesmas vantagens concedidas então a outras nações europeias.

Até o meado do século atual poucas foram as relações comer-

ciais dos franceses com a China. No ano de 1660 o negociante normando Fermanel organizou uma sociedade de comércio e navegação que mandou várias expedições à China, mas sem resultado positivo. Outras tentativas subsequentes também malograram, devido à falta de apoio do governo francês. Com efeito, continuamente preocupada com questões políticas ou religiosas, nenhuma atenção dava a França a essas empresas comerciais, e limitava a sua ação oficial na Ásia à proteção da propaganda cristã. Bem recebidos e mesmo especialmente favorecidos na China durante três séculos, os trabalhos dos missionários pouco deram que fazer até o século atual, em que os diversos conflitos que a França tem tido com aquele império foram principalmente originados por perseguições contra o catolicismo.

O primeiro tratado concluído pelos franceses foi o de 1844, assinado em Uam-pu, no qual, além de obterem as mesmas vantagens comerciais concedidas aos ingleses em 1842, conseguiram em favor do cristianismo um édito de tolerância, subsequentemente ampliada nos tratados de 1858 e 1860. A datar do tratado de Uam-pu a história das relações da França com a China funde-se com a da Inglaterra, de que me ocupo adiante.

Outro tanto sucede quanto às relações dos norte-americanos com aquele império. Iniciadas com a fundação de uma feitoria em Cantão no ano de 1784, e entretidas nestes últimos quarenta anos com mais seguimento do que as dos franceses, por causa do grande movimento emigratório para a Califórnia, acham-se essas relações regularizadas por um tratado concluído também em 1844, em que obtiveram os Estados Unidos os mesmos favores concedidos à França e à Inglaterra.

Esta última nação é, porém, a que tem certamente tirado mais proveito da invasão comercial dirigida contra a China desde o século XVI. Confiada a uma poderosa associação a missão de conquistar mercados para o desenvolvimento do seu comércio na Ásia, foi tardio, porém mais sólido, o estabelecimento dos ingleses na China.

Em 1637 despachou a Companhia das Índias uma forte

esquadra para Cantão, onde, não obstante renhida oposição dos portugueses, conseguiu estabelecer uma feitoria. Iniciando na China a política violenta geralmente adotada nas suas empresas dessa ordem, substituíram os ingleses o argumento dos seus canhões às trabalhosas negociações com que se tinham introduzido as outras nações naquele império. Recebidos altivamente pelas autoridades locais, respondem à intimação de fazer-se ao mar pelo bombardeio dos fortes de Bocca Tigris. Resistindo com perseverança à guerra que sofrem dos chins e dos outros europeus contrariados pela aparição de tão poderosa competência, travam uma luta de dois séculos antes de conseguirem o prêmio de seus constantes esforços. Impostos pela força, os estabelecimentos que fundam em Cantão e Amoy, em 1637 e 1699, desfrutam de uma prosperidade efêmera, que desaparece com a relaxação do rigor com que foram iniciados. Como medida hostil, instituem os chins em 1720 a corporação dos *Hongs*, cuja intervenção torna cada dia mais difíceis as transações comerciais. Os direitos de alfândega são elevados de um modo quase proibitivo; os comissários da companhia sofrem toda a sorte de humilhações das autoridades de Cantão; enfim, a situação torna-se tão insuportável e os prejuízos da companhia tão consideráveis, que recorre ela à proteção do governo britânico, conseguindo o envio de uma esquadra aos mares da China.

Mas, nem assim cessaram os conflitos; a altivez dos chefes e a conduta desordenada da marinhagem deram lugar à sua constante reprodução e ao entorpecimento do comércio britânico, até a cassação do monopólio da Companhia das Índias, em 1834.

Durante esse longo período, várias tentativas foram feitas pelos ingleses para angariar a proteção da corte de Pequim, mas todas infrutíferas. As missões de mr. Flint e dos lordes Macartney e Amherst, em 1755, 1792 e 1816, tiveram por único resultado estimular a ambição da companhia que os delegava, pela notícia que deram de um país, cuja imensa população e hábitos de bem-estar ofereciam vasto campo às suas operações mercantis.

Para substituir o comissário da companhia, nomeia o governo

inglês, em 1834, um agente político e comercial, cuja posição é ao princípio difícil pelas exigências das autoridades chinesas, que não querem reconhecer o seu caráter, e pelas pretensões do delegado inglês. Enfim, em 1836, confia-se esse posto ao capitão Elliot que decide-se a não provocar questões de formas, transigindo com aquelas exigências, em proveito do desenvolvimento do comércio. Depressa fizeram-se sentir os benefícios dessa nova política; mas, infelizmente, a obra de Elliot foi interrompida pela questão de mais transcendência na história contemporânea da China, a questão do ópio.

Já no primeiro capítulo deste livro fiz referência à guerra que originou a imposição do ópio à China. Não será ocioso, para o estudo dos costumes políticos desse império, recordar ligeiramente os incidentes dessa notável questão, cuja solução abriu de par em par as portas da China à influência comercial da Inglaterra.

Quando os europeus aportaram àquele império já era conhecida a papoula, planta de cujo suco é fabricado o ópio. O uso dessa droga na medicina e como soporífero tinha-se mesmo generalizado nas províncias limítrofes da Índia, país em que se fazia dela grande consumo desde época remota. A essas afastadas províncias mal alcançava, todavia, o poder paternal e solícito dos imperadores e, não obstante ser já mencionado e censurado o vício do ópio por um historiador chinês do século XVII, só começou a contaminar o resto do império cem anos depois, quando os portugueses o introduziram em Cantão. Vendido para diversos usos sob o nome de droga medicinal, encontrou o ópio fácil aceitação numa população densa, cujo espírito melancólico e alquebrado pelas dificuldades da vida, achava agradável compensação para contínuas privações nos dourados sonhos que proporciona a sua fumaça. Já em 1767 a sua importação em Cantão subia a mil caixas ou 70.000 quilogramas. O seu consumo desde então cresceu rapidamente, chamando os seus efeitos perniciosos a atenção do governo chinês, que proibiu a sua introdução em 1800. Desde esse ano até o de 1858 a importação do ópio é unicamente feita por contrabando. Apoiados pelas forças navais inglesas, estabelecem-se pontões depósitos na baía

de Lin-tin e em Hong Kong. Aí vão os traficantes chineses buscar a fatal droga; as autoridades locais, subornadas pelos interessados, fecham os olhos; alguns funcionários, mais íntegros, ou querendo afastar suspeitas de conivência, sacrificam uns poucos contrabandistas chineses; mas os *receiving ships* aumentam escandalosamente e estende-se esse comércio ilícito a outros portos da China até Sua-tao, sempre apoiado pelos canhões britânicos.

Eis a situação em que o capitão Elliot encontrou esse grave assunto em 1836, ao tomar conta do seu cargo de agente da Inglaterra em Cantão. Alarmado pelos conflitos que se davam com frequência entre os agentes do fisco e os contrabandistas e pela atitude hostil da população, que nenhum benefício retirava dessas operações ilegais; convencido também da imoralidade e arbitrariedade de um procedimento que podia acarretar graves represálias, esforçou-se Elliot em alentar os propósitos de alguns altos funcionários imperiais, que opinavam pela permissão do comércio do ópio com imposições tais que, sem ser proibitivas, dificultassem a propagação do seu fatal uso pela classe proletária. Nesse sentido dirigiu o comissário *Ho-nai-tsi* um extenso memorial ao imperador; mas foi essa ideia energicamente combatida pelos demais membros do conselho imperial, prevalecendo a opinião de dar cabo, a todo transe, de um tráfico que ameaçava a ruína do império. Em execução de ordens recebidas da corte, o vice-rei de Cantão, Tsang, intima em 1837 aos *receiving ships* o abandono das águas territoriais. Comunicada essa intimação ao governo britânico, lorde Palmerston responde que só compete às autoridades chinesas fazer respeitar as ordens imperiais e, ao mesmo tempo, anuncia a partida de uma esquadra para reforçar a estação naval que a Inglaterra já mantinha naqueles mares.

Elliot retira-se para Macau, declarando interrompidas as suas relações oficiais enquanto não forem revogadas as medidas decretadas. Mas os chins não se assustam; o imperador manda a Cantão o comissário Lin, incumbido de dar pronta e enérgica execução às ordens imperiais. Lin chega e a sua primeira medida é mandar cercar as feitorias europeias, exige a entrega do ópio existente em depósito, recolhe

mais de mil caixas; mas quer mais, quer todo o ópio, e consegue afinal, pela precipitação de suas decisões e sua atitude firme, que lhe sejam entregues 20.000 caixas depositadas nos *receiving ships*; e, em menos de 24 horas, desaparecem nas águas turvas do rio milhão e meio de quilogramas da preciosa droga, no valor de vinte e dois mil contos de réis.

Elliot protesta; os negociantes ingleses refugiam-se em Macau e daí representam ao governo britânico contra essas supostas violências. Ao mesmo tempo Lin lança uma judiciosa proclamação invocando os sentimentos de justiça das nações estrangeiras e fundando o seu procedimento nas mesmas regras de direito em que se apoiam os europeus nas suas relações internacionais. Remetendo cópia dessa proclamação a lorde Palmerston, o governo chinês explica a conduta do seu comissário e procura atenuar as consequências dos seus atos. Mas o governo inglês não atende a tão justas razões, exige uma imediata satisfação e a indenização dos prejuízos causados. Alguns conflitos que sobreveem em Hong Kong entre marinheiros ingleses e os habitantes tornam ainda mais tirante a situação e, em princípios de 1840, achando-se já nos mares da China uma poderosa esquadra, a Inglaterra declara a guerra e dá imediato começo às hostilidades.

Seria ocioso relatar os episódios dessa guerra, em que a superioridade da ciência militar e do material bélico dos ingleses favoreceu-os com uma série de fáceis vitórias, não obstante a enorme acumulação de forças e de elementos de que dispunham os chins. Era a primeira vez que estes se batiam contra armamentos aperfeiçoados, cujos efeitos mortíferos lançavam o terror nos sobreviventes e os impeliam a uma fuga precipitada. Basta citar que na tomada de Xangai dispersaram-se diante de um punhado de ingleses mais de cem mil homens, abandonando 400 peças de artilharia.

Deve-se levar em conta que o efetivo do exército do império era apenas naquela época de 100.000 manchus e 500.000 chins. Os primeiros estavam organizados regularmente e, em todas as ações em que entraram, distinguiram-se pela sua coragem, oferecendo uma resistência que só cedia à superioridade da tática militar e das armas

modernas. Mas, achando-se essas legiões disseminadas pelas fronteiras e guarnições das grandes cidades, a precipitação dos sucessos não permitiu a sua concentração nos pontos que os ingleses atacavam com a rapidez que lhes facilitava a sua esquadra para transportarem-se ao longo da costa. Foi portanto preciso recorrer às tropas chinesas, espécie de *landwer* ou guarda nacional mal organizada, sem disciplina e cujo armamento consistia em espadas, lanças, flechas e toscos fuzis de mecha. Constrangidos a um serviço essencialmente oposto aos hábitos pacíficos da população chinesa, essas tropas, compostas geralmente de criminosos ou vagabundos recrutados nas grandes cidades, esperavam com ansiedade o primeiro choque com o inimigo para abandonar precipitadamente o campo de batalha. Isto explica a facilidade com que, nas guerras de 1840, 1858 e 1860, foram derrotados numerosos exércitos por um punhado de europeus. Mais adiante, ao tratar da organização militar da China, terei ocasião de referir os melhoramentos introduzidos posteriormente nessa parte da sua administração, cujos efeitos, ainda que lentos e muito imperfeitos, já se fizeram, entretanto, sentir na inesperada resistência encontrada pelos franceses na última guerra, e que só venceram a custo de grandes sacrifícios.

Depois de dois anos de luta em que os chins foram derrotados em todos os pontos, concluiu-se o tratado de Nanquim, em agosto de 1842.

Por este tratado obteve a Inglaterra a cessão da ilha de Hong Kong⁵, a franquia de mais quatro portos ao seu comércio, a redução dos direitos de alfândega e uma indenização de guerra de quarenta mil contos.

Estas importantes concessões abriram uma era de prosperidade ao comércio estrangeiro na China. Não se conseguiu, na verdade, legalizar a introdução do ópio, mas a ocupação de Hong Kong e a lição que acabavam de receber os chins ofereciam as maiores facilidades para o contrabando. A fundação daquela colônia permitiu o estabelecimento de depósitos seguros, donde se exportava a preciosa mercadoria para todos os pontos da costa às barbas de autoridades inglesas e chinesas, favo-

5 – Posteriormente ainda obteve a Inglaterra a cessão do território de Kaulong situado na terra firme, em frente de Hong Kong.

recendo estas o contrabando, de que retiravam pingues benefícios, e tolerando-o as primeiras por instruções reservadas do governo britânico, para cujas possessões na Índia o cultivo e comercio de ópio representavam uma importante fonte de riqueza.

Ao mesmo tempo que organizavam o estabelecimento de Hong Kong, trataram os ingleses de instalar o seu comércio nos portos de Xangai, Fu-tcheu, Ning-pó e Amoy, que, além de Cantão, acabavam de ser-lhes franqueados. Nenhuma dificuldade encontraram nos quatro primeiros; mas os cantoneses resistiram à admissão dos estrangeiros na sua cidade, pretendendo limitar o seu acesso à pequena ilha em que estavam estabelecidas as antigas feitorias. Essa questão, de interesse puramente moral, deu lugar a graves conflitos, em que as autoridades apoiavam solapadamente o movimento popular, ainda que ostentassem desejos de cumprir as estipulações do tratado de Nanquim.

Em 1847, *sir* John Davis, governador de Hong Kong, cansado das desculpas e promessas do vice-rei Ki-ing, exige o pleno cumprimento daquele pacto e apoia a sua exigência com uma demonstração militar. O vice-rei, simulando ceder, pede o prazo de dois anos para preparar o espírito público. Iludido pelas falaciosas razões do hábil mandarim, Davis aceita uma convenção pela qual as portas de Cantão seriam franqueadas aos estrangeiros em abril de 1849. Mas as autoridades chinesas, longe de prepararem a execução dessa convenção, parecem incitar a animosidade popular cada vez mais crescente contra os europeus, sucedendo-se, durante esses dois anos, sérios conflitos que produzem uma situação de incerteza e a paralisação do comércio. Enfim, em 1849, o novo governador de Hong Kong, *sir* George Bonham, reclama do vice-rei Su o cumprimento da convenção de 1847. Mas, ainda resistem os chins e a população mostra-se tão ameaçadora que o delegado inglês cede às instâncias dos negociantes europeus, cujas transações sofriam graves prejuízos com tão prolongada e estéril questão. Os chins celebram essa vitória com festejos públicos, o governo de Pequim publica-a por todo o império e decreta um monumento a Su.

Estendi-me sobre este incidente por parecer-me o ponto de

partida dos acontecimentos que motivaram a guerra sustentada pela China, de 1857 a 1860, contra a Inglaterra, a França e os Estados Unidos.

Com efeito, orgulhosos do triunfo dos cantoneses e iludidos pelas proclamações imperiais, em que se atribuía a condescendência do governador Bonham ao terror que infundia aos *bárbaros* a ira do Filho do Céu, os habitantes dos portos francos assinalam esse período de seis anos (1850-1856) com toda a sorte de hostilidades contra os europeus, sem distinção de nacionalidades.

Uma das primeiras vítimas é o governador de Macau João Ferreira do Amaral, assassinado às portas dessa cidade. Um prefeito do Kuang-tung publica em agosto de 1850 uma proclamação contra a propaganda do cristianismo, ameaçando os seus adeptos de duras penas, inclusive a de morte⁶; os missionários são perseguidos e alguns chins cristãos julgados e condenados. A população de Xangai amotina-se, exigindo a destruição do circo de corridas construído pelos estrangeiros; vários assassinatos são cometidos em outros portos da China e em Hong Kong, onde um padeiro indígena envenena o pão que fabrica, produzindo a morte de alguns europeus; os *coolies* de três navios, destinados ao Peru e à Havana, revoltam-se ao sair de Macau e exterminam as tripulações.

Seria por demais fastidioso citar outros fatos dessa ordem, contra os quais reclamavam sem obter satisfação os representantes estrangeiros. Mas as autoridades chinesas declaravam-se incapazes de reprimir esses abusos, alegando as perturbações internas que sofria o país com a célebre revolta dos ta-pings, que dominavam em várias províncias e tinham chegado a apoderar-se de Nanquim.

O ministro de França, mr. de Bourboulon, não consegue fazer transmitir a Pequim as suas representações. O norte-americano, mr. Marshall, não é recebido pelo vice-rei de Cantão, nem é mais feliz nas suas diligências o de Inglaterra, *sir* John Bowring.

Desesperando de entender-se com as autoridades provinciais, resolvem esses diplomatas transportar-se a Pequim e, com essa pre-

6 – Veja-se este curioso documento no Apêndice A.

tensão, apresentam-se na embocadura do Pei-ho em outubro de 1854. Mas a corte imperial recusa admiti-los na capital e regressam a Xangai, trazendo apenas a promessa da expedição de ordens terminantes para a repressão dos abusos de que se queixam.

Entretanto, as violências continuam; os governos inglês, francês e norte-americano decidem-se a tomar uma atitude enérgica: mandam à China poderosas esquadras e nomeiam no caráter de embaixadores extraordinários lorde Elgin, o barão Gros e mr. Reed.

O assunto da lorch *Arrow*, de cujo bordo as autoridades cantonesas arrebatam violentamente treze tripulantes acusados de pirataria, provoca hostilidades por parte dos ingleses. A sua esquadra toma os fortes que protegem a subida a Cantão, mete a pique infinidade de juncos e bombardeia a cidade.

Outros conflitos simultâneos com franceses e norte-americanos obrigam finalmente, em 1857, os três plenipotenciários a não demorar a execução das suas instruções e, em uma enérgica nota coletiva, exigem o cumprimento do tratado de Nanquim, com a admissão dos seus nacionais dentro dos muros de Cantão e uma indenização pelos prejuízos sofridos. Não obtendo resposta satisfatória, os aliados atacam e tomam Cantão em janeiro de 1858.

Alarmada, a corte de Pequim oferece entrar em negociações em Cantão, e nomeia com esse fim um plenipotenciário, mas os aliados exigem tratar diretamente com o governo imperial e as suas esquadras apresentam-se na boca do Pei-ho, cujos fortes ocupam em maio. Os três plenipotenciários sobem a Tien-tsin, onde, depois de um mês de trabalhosas negociações, conclui-se a paz com a assinatura de importantes tratados.

Por estes pactos fez a China novas e valiosas concessões. Foi permitido aos agentes diplomáticos o livre acesso a Pequim, com o gozo dos privilégios e das garantias de costume entre as nações ocidentais; concluiu-se com as enfadonhas e humilhantes formalidades usadas nas relações entre os funcionários do império e os estrangeiros; facultou-se a nomeação de agentes consulares, com certas atribuições judiciárias para resolver as questões em que fossem partes os

seus respectivos nacionais; abriu-se mais seis portos ao comércio e proclamou-se a liberdade da emigração; reduziu-se a tarifa das alfândegas e regulamentou-se o comércio e a navegação.

Além dessas e outras concessões gerais, obteve a França garantias especiais para a propaganda do culto católico, que foi igualado às religiões já admitidas no império, e a Inglaterra a legalização do comércio do ópio e a intervenção de funcionários estrangeiros na organização e administração do serviço aduaneiro.

Concluída uma paz tão satisfatória, os negociadores europeus retiraram-se da China em princípio de 1859, sem prever que poucos meses depois seriam reatadas as hostilidades por um incidente, em que mais uma vez ficou demonstrada a arrogância com que procedem frequentemente as grandes potências europeias, nas suas relações com os fracos.

Os ministros de França e Inglaterra, de posse das ratificações dos tratados de 1858, dirigem-se à boca do Pei-ho com algumas canhoneiras, para daí subirem a Tien-tsin e por terra a Pequim, a fim de efetuarem a troca dessas ratificações com as do imperador da China. O comandante dos fortes de Ta-ku não tinha, contudo, instruções para permitir a subida dessas canhoneiras a Tien-tsin, coisa que não tinha sido prevista pelos tratados. Apenas tinha ordem de facilitar por todos os modos a viagem por terra dos plenipotenciários.

Comunicando sua situação aos chefes das forças navais francesa e inglesa, pede-lhes o mesmo comandante que esperem alguns dias pela chegada de novas instruções que acabava de solicitar do vice-rei do Tchi-li. Os aliados não admitem demora e tentam forçar a passagem; mas sofrem um choque inesperado, perdendo três dos seus navios. Os ministros voltam a Xangai, protestando contra um ato que eles mesmos tinham provocado. Entretanto, mais prudente e mais justo, o ministro dos Estados Unidos, mr. Ward, dirige-se por terra a Pequim e ali efetua pacificamente a troca das ratificações do seu tratado.

Informados destes sucessos, os governos francês e inglês preparam novas expedições e confiam aos mesmos enviados especiais, barão Gros e lorde Elgin, a direção desse assunto. À chegada desses

plenipotenciários à China, em junho de 1860, já tinha sido repellido um *ultimatum* exigindo uma satisfação pela derrota de Ta-ku e uma forte indenização para cada um dos dois governos. De julho a outubro prosseguem rapidamente as operações; os fortes de Ta-ku são tomados depois de tenaz resistência; Tien-tsin é ocupado e os aliados avançam sobre Pequim. Às portas da cidade imperial, procuram os embaixadores tratar com os comissários Y e Mu, membros do conselho imperial; mas essas negociações são violentamente interrompidas por um atentado cometido pela população de Tong-cheu contra vários membros das missões e oficiais do exército aliado. Vinte europeus perdem a vida e dezenove escapam milagrosamente. Os plenipotenciários não esperam mais; resolvem o ataque de Pequim. O exército chinês que protege a cidade é derrotado na célebre batalha de Palikao, e o famoso palácio de verão é entregue às chamas como a vingança da traição de Tong-t-cheu⁷. Aterrado, o imperador foge para a Manchúria, abandonando a sua capital, que é imediatamente ocupada pelos aliados.

Os efeitos imediatos dessa campanha foram as convenções adicionais aos tratados de 1858, assinadas em Pequim a 25 de outubro de 1860, pelas quais acrescentou-se o porto de Tien-tsin aos já abertos aos estrangeiros e elevou-se ao quádruplo a soma estipulada em 1858 como indenização de guerra. Mas, a fácil vitória dos aliados teve consequências mais transcendentais com a morte do imperador Hien-fung, ocorrida meses depois, e a subida ao poder da regência das duas Imperatrizes, uma mulher legítima do finado imperador, e outra sua concubina e mãe do seu sucessor. Esta regência chamou à direção dos negócios públicos o príncipe Kong, chefe do partido progressista da China e amigo dos estrangeiros.

Esta salutar evolução assinala o começo de uma política internacional de conciliação e quebra a tradição de isolamento em que se mantinham, até então, firmes os governantes da China.

Afrontando tenaz oposição do Partido Nacional, o príncipe

7 – Este ato de barbaria foi ordenado pelos chefes ingleses, não obstante os protestos dos plenipotenciário e general franceses.

Kong dá escrupulosa execução aos tratados concluídos, entrega a organização e administração das alfândegas ao delegado inglês mr. Lay, institui missões diplomáticas nos países ocidentais e procura, por todos os modos, introduzir no império os elementos da civilização europeia que possam ser úteis ao seu engrandecimento e ao bem-estar público. Convencido de que a debilidade dos exércitos imperiais não provinha do seu pouco valor, mas sim da falta de armamento aperfeiçoado e de boa direção, contrata oficiais ingleses, franceses e norte-americanos, os quais, depois de prestarem assinalados serviços na perseguição e derrota dos ta-pings, que tinham aproveitado a última guerra para apoderar-se de províncias inteiras, são empregados na fundação e direção de arsenais e na instrução dos exércitos de terra e mar.

Não obstante os preconceitos populares, instala-se o telégrafo elétrico e fazem-se mesmo tentativas para a introdução dos caminhos de ferro; a navegação a vapor estende-se por toda a costa e pelos rios e as transações comerciais tomam um desenvolvimento tão estupendo, que a maior parte das nações ocidentais que ainda não tinham relações com a China, apressam-se a iniciá-las, ansiosas de participarem das enormes vantagens que oferece um tão vasto mercado aos seus produtos. Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Itália, Suécia, Peru e Brasil celebram sucessivamente com a China tratados de comércio ou relativos à emigração de *coolies*. Este serviço, antes clandestino, e que dava lugar a deploráveis abusos, é regulamentado de modo a cortá-los, em benefício dos emigrantes e dos países que os introduzem.

Enfim, pode-se dizer que desde a paz de 1860 começou a China a entrar oficialmente no concerto das nações civilizadas e que as dificuldades internacionais que tem tido posteriormente, como as produzidas pela matança de 17 europeus em Tien-tsin, no ano de 1870, ou pela recente invasão do Tonkin pelos franceses, são devidas a incidentes casuais que se observam a cada passo na história contemporânea dos povos mais cultos, e que de nenhum modo afetam os propósitos conciliatórios dos atuais governantes do império.



CAPÍTULO III

CANTÃO

Uma cidade aquática – Barcos de flores – Cha-mín –
Transformação de um pântano – À procura da pedra filosofal –
O suplício dos *turistas* – Corramos a via sacra – Costeletas de cão à *milanesa*
– As pagodas – Visita ao prego – Os Quinhentos Santos e o Deus do Norte
– Um galo tabelião – O palácio dos exames – Nada de cola –
A cidade tártara – Passado e presente – O jardim de Puting-Kuá –
Arte antiga – Um jardim em miniatura – *Canton Hotel* –
Vantagem de falar português – Uma casa particular – A cama das visitas
– Ainda o ópio – Cantão comercial – O infanticídio – Um *turista* de bom
humor – Expedientes dos missionários – Os precursores de Solon –
Rabicho por coroa – *Le sou pour les petits chinois* – Notícias de gazetilha.

Cantão, segundo a chamam os europeus, ou Kuang-tcheu-fu⁸, seu verdadeiro nome, acha-se quase em cima do trópico de Câncer, à margem esquerda do Tchu-Kiang ou rio das Pérolas, e é a capital da vasta e fértil província de Kuang-tung. A sua população excede a um milhão de habitantes, aglomerados em um espaço relativamente reduzido, limitado por uma circunferência que apenas mede dezoito quilômetros.

Mas, a essa população fixa deve-se acrescentar a que em todos os sentidos pode-se chamar flutuante, seja pela temporariedade da sua residência, ou pelo gênero das suas habitações.

É, com efeito, uma especialidade dessa cidade chinesa o seu imenso bairro aquático, com suas ruas e praças, suas vivendas e lojas estabelecidas em frágeis baixéis e à mercê de um tufão que, de um momento a outro, desorganiza, com prejuízo de vidas e propriedades, o paciente trabalho de tão complicada estrutura.

Os duzentos mil indivíduos que, segundo cálculos aproximados, ocupam desse modo a margem do rio, numa extensão de sete quilômetros, nascem e crescem nos seus barcos-casas sem preocupar-se da existência de um terreno mais firme e menos perigoso, e muitos só

8 – Literalmente: “capital do departamento de Kuang-tcheu”.

tocam a terra quando os seus corpos frios são entregues à sepultura nas vastas campinas da margem oposta.

Entretanto, nem pelas dificuldades de tal instalação tranquiliza-se o espírito inquieto dessa raça trabalhadora; não há dia em que não se veja um movimento inusitado naquelas ruas líquidas: é uma mudança. Mas aí não há que arrumar e encaixotar, nem entregar aos robustos ombros de homens do ganho móveis, baús ou mercadorias; a mudança faz-se por atacado, esforçando-se mudadores e vizinhos, no meio de uma algazarra wagneriana, em desintrincar a casa flutuante do lugar de fila onde parece estar soldada.

Os motivos dessas mudanças respondem a conveniências comerciais ou de família, e algumas vezes a especulações territoriais, digo mal, *aquatoriais*; pois o valor do espaço d'água não é o mesmo em toda parte: há ruas aristocráticas, outras de interesse comercial ou de recreio, em que os lugares são mais ou menos cobiçados. Isso dá motivo a transações entre os ocupantes de boas localidades e os que as ambicionam, e não duvido que, se se introduzisse nessa cidade a instituição da Bolsa, se chegaria a cotizar o metro quadrado d'água.

Aí se encontram os célebres barcos de flores, estabelecimentos que levam sobre os seus congêneres ocidentais a poética vantagem da sua situação, e onde, nas belas noites de verão, sob a luz difusa da lua e de multicores lanternas e ao doce sopro da brisa, une-se, em voluptuoso concerto, o murmúrio das vagas aos sons das violas e aos melancólicos cantares das rosadas divas que aí sacrificam a Vênus.

Não imitemos, porém, o desprezo que mostram à terra esses fluminenses celestiais; pisemos o solo mais firme de Cantão.

Essa cidade divide-se em quatro partes bem distintas: a Concessão⁹ europeia, denominada Cha-min; a cidade tártara, encerrada por espessas muralhas, a cidade chinesa de construção muito irregular e onde se desenvolve toda a atividade comercial; e o bairro de Honan,

9 – Esta palavra é usada no Extremo Oriente para designar os lotes de terreno em que algumas nações estrangeiras obtiveram a faculdade de estabelecer-se com domínio por 99 anos.

na margem oposta, notável pelos seus templos e jardins.

Cha-min está situado à margem do rio e ao sul da cidade, da qual é separado por um profundo fosso que o transforma em ilha. A fundação desse bairro data dos primeiros estabelecimentos dos europeus em Cantão. As autoridades chinesas, não querendo permitir-lhes a entrada na cidade, consentiram que construíssem residências provisórias nessa margem, que era então um lodaçal inabitado e periodicamente invadido pelas enchentes. Os trabalhos de aterro e de construção praticados posteriormente pelos residentes europeus fizeram, entretanto, dessa ilha insalubre um bairro aprazível, rodeado de um excelente cais de cantaria e onde se ostentam hoje edifícios cuja arquitetura nada tem a invejar às mais sólidas e elegantes construções ocidentais.

Aí funcionam os consulados, à exceção dos de França e Inglaterra, que depois da guerra de 1860 ocupam vastos palácios no centro da cidade chinesa. Também em Cha-min acham-se estabelecidos quase todos os residentes estrangeiros e as mais importantes casas de comércio. Quanto à administração municipal, estava primitivamente repartida entre as diversas nacionalidades ali representadas, hoje porém acha-se unificada e, como em todos os portos do Oriente, sob a influência inglesa.

Um *club* com a tradicional *bowling alley*¹⁰; um campo de *cricket*, onde as ruivas britânicas se exercitam diariamente com os seus pouco elegantes trajes de flanela; corridas e regatas; caças aos patos selvagens que abundam nas margens alagadas do rio e reuniões familiares em que caixeiros e provadores de chá, macaqueando os leões de West-End, enfeitam-se de casaca e gravata branca para melhor tornar mártires da *flirtation* as raras moças que vegetam em Cha-min; eis as distrações dessa colônia de uns poucos europeus, isolados pelo orgulho de raça no meio de um milhão de semelhantes, mas que se consolam de viver nesse deserto intelectual pela perene adoração do bezerro de ouro.

Essa existência material produz nos espíritos mais ativos um

10 – Jogo de bolas [*boliche*].

completo abatimento e a maior indiferença para tudo quanto se passa fora dos limites da ilha. As notícias sensacionais da Europa são recebidas como incidentes de um romance à moda, que se discutem com interesse puramente platônico. Ingleses e russos, franceses e alemães, durante as guerras que dividiam essas nacionalidades, liam em cordial harmonia e com igual despreocupação política as notícias dos episódios dessas lutas. O seu horizonte apenas alcança à Bolsa da City londrina, onde se cotizam os valores comerciais da China, e a sua curiosidade não chega por vezes a fazê-los galgar as curtas pontes que separam Cha-min da cidade indígena.

Supondo que o leitor não padecerá do mesmo indiferentismo, convido-o a acompanhar-me numa excursão à cidade chinesa.

Atravessada a ponte, desaparece a proteção que a força moral inglesa concede aos ouvidos dos *turistas*. Uma turba de cicerones e de carregadores de cadeirinhas acha-se permanentemente à espreita de vítimas nas fronteiras da cidade chinesa e, à aparição do desgraçado viajante, enche o ar de uma gritaria obsequiosamente irritante: *My number one chair, sir. My show you piecy good thing*¹¹. Depois de uma luta heroica em que o viajante vê-se obrigado a refugiar-se na cadeirinha mais próxima e aceitar o cicerone mais atrevido, põe-se em marcha, acompanhado das vaías dirigidas aos preferidos e de um cortejo de moleques que não se saciam de contemplá-lo.

É indescritível o movimento contínuo das ruas de Cantão e admirável a habilidade com que os carregadores de cadeirinhas evitam os encontros, conservando sempre a mesma marcha rápida e compassada, nesse labirinto de vias tortuosas e estreitas.

O itinerário do *turista* em Cantão não tem variado desde que foi facultado o acesso da cidade aos estrangeiros. Começa-se por visitar o bairro industrial, onde se pode ver a fabricação de uma peça de seda, desde a fiação do casulo até estar pronta para a venda e a construção de móveis de charão, desde o trabalho de marcenaria até o douramento

11 – “Sr., minha cadeirinha é a melhor. Mostrar-lhe-ei coisas bonitas.”

dos fantásticos desenhos que os ornaram; tudo feito na mesma casa e pela mesma família, não obstante os variados processos por que devem passar essas obras. Em outro capítulo tratarei com detenção da indústria chinesa, desejo agora acompanhar o leitor às pagodas e aos templos de Cantão.



Uma Rua de Cantão

No caminho, porém, ainda interrompe-se a nossa marcha diante de um açougue, e pergunta-nos o cicerone em péssimo *pitchin*

English se queremos comprar costeletas de cachorro. Este estabelecimento, que se acha no número sete ou oito das estações forçadas do itinerário de Cantão, foi sem dúvida o que levou ao ocidente a persuasão de que os chins se alimentam habitualmente (e não casualmente, como em toda parte) de animais imundos; a menos que, ao contrário, fosse a notícia dessa calúnia que despertasse a fibra especulativa desse astucioso carniceiro, induzindo-o a exhibir os três ou quatro cachorrinhos carneados que lhe rendem a propina deixada por todos os viajantes nos estabelecimentos que visitam¹².

As pagodas¹³ são altos edifícios de forma quadrangular ou cilíndrica, divididos em vários andares e com destinos muitos diversos. Algumas são templos consagrados às divindades do culto de Buda; outras, casas de pasto, de jogo ou de penhores, e as que se encontram no campo, à beira das estradas, servem hoje de abrigo aos viajantes, sendo muito provável que fossem primitivamente destinadas ao mesmo objeto militar das atalaias árabes e dos *mangrulos* paraguaios. A sua construção é de pedra, tijolo ou madeira, sendo cada andar rodeado de uma varanda protegida por um telhado. Geralmente, as dimensões dos andares diminuem na razão da sua elevação e o alto do edifício está ornado de figuras fantásticas.

Existem em Cantão muitas pagodas, sendo a mais interessante a que está situada ao norte da cidade e de cima da qual obtém-se uma vista admirável do imenso formigueiro que se remexe por baixo, em terra e sobre o rio.

Ainda que essa pagoda apenas conte cinco andares, a sua situação sobre uma eminência e os seus pitorescos ornamentos a tornam preferida pelo excursionista estrangeiro a quem falta tempo para visitá-las

12 – É certo que na China existe uma classe especial de cachorrinhos que encontram apreciadores, como na Europa os há para as rãs e vários répteis, mas está longe o consumo daqueles e outros quadrúpedes das proporções que lhe dão alguns escritores, salvo por extrema miséria ou circunstâncias excepcionais como as que, durante o sítio de Paris, obrigaram os seus habitantes a recorrer sem escrúpulo a toda classe de alimentação.

13 – Do chinês Pa-ko-ta, *Torre de ossos brancos*, nome dos monumentos em forma de torre que os imperadores da dinastia Han mandaram erigir sobre os restos dos soldados chineses que perderam a vida combatendo a dominação mongólica.

todas. Colocada no centro de dez fortins que defendem a cidade por esse lado, a pagoda do norte não é utilizada para nenhum dos fins que mencionei antes. A sua situação excepcional e as suas vastas dimensões a fizeram reservar para ponto estratégico na defesa da cidade. Aí se estabelecerá, em caso de guerra, o quartel general e o numeroso estado-maior da guarnição tártara.

De forma quadrangular, está essa pagoda construída de madeira pintada de cores vivas e cobertos os telhados das suas cinco varandas de telhas envernizadas azuis e amarelas, com figuras fantásticas nas esquinas. O seu primeiro andar mede uns dez metros de cada lado, diminuindo progressivamente essas dimensões nos andares superiores.

Acessível ao público, é esse edifício um lugar favorito de reunião, principalmente no verão em que, ao abrigo do sol, passam aí os moradores da vizinhança as horas da tarde, tomando chá, discutindo temas filosóficos e recitando versos, ou simplesmente contemplando o esplêndido panorama que se desenrola a perder de vista.

Outra pagoda notável é a de forma circular que levanta os seus oito andares na extremidade ocidental de Cantão e em que funciona o Montepio ou estabelecimento oficial de empréstimos sobre penhores. Esta instituição, antiquíssima na China, é de grande auxílio à população necessitada, pelas facilidades concedidas para o pagamento das somas adiantadas e pela modicidade dos juros que regulam, segundo a importância dos empréstimos, de dois a três por cento ao mês, prêmio que não está em relação com o risco de tais especulações.

No primeiro andar dessa pagoda acham-se armazenados os objetos empenhados de mais peso, como baús, arados, âncoras, móveis e até mesmo ataúdes, que todos os chins que se respeitam mandam fazer com antecipação. Nos outros andares estão depositados artigos mais leves de todas as espécies, colocados em estantes e cada um munido de um rótulo com o número e as indicações correspondentes ao livro de registro.

Dos numerosos templos que possui Cantão, os mais notáveis são o dos Quinhentos Santos e o do Deus do Norte.

O primeiro ocupa uma área considerável no arrabalde da

cidade anexo ao bairro europeu e contém vastos jardins e vários edifícios destinados ao alojamento e serviço dos duzentos monges que aí vivem. O templo propriamente dito é uma sala comprida e estreita em cujas paredes estão alinhadas estátuas de madeira dourada de um metro de altura, representando varões que a história oferece aos fieis como modelos de virtudes. Assevera-se, sem que eu tivesse podido verificá-lo, que uma dessas figuras é a de Marco Polo, cujos serviços, durante mais de vinte anos de residência na China, foram assim recordados. No centro há um belo altar de bronze.

Os jardins que o rodeiam despertam, porém, mais interesse do que o próprio templo; não farei, entretanto, deles descrição por serem de estilo parecido e menos curioso do que os de Pu-ting-Kuá e Fa-tí, onde levarei o leitor mais adiante.

O templo do Deus do Norte é o mais interessante para o viajante recém-chegado, que encontra na sua rica e bizarra ornamentação interior motivo para admirar a paciente arte chinesa. O seu altar maior contém uns vinte ídolos de todos os tamanhos e em todas as posições. O ídolo central de tamanho gigantesco e de cor negra, representa o patrono do templo. Algumas das figuras secundárias estão ocupadas em diversos afazeres de que são sem dúvida protetores. Até o jogo tem aí os seus patronos, representados por dois jogadores de damas. A isso devem os frades, guardas desse templo, os pingues benefícios que retiram em espécie ou gêneros. Uma contribuição das mais rendosas é a do galo que alguns fieis sacrificam à entrada, cortando-lhe o pescoço, ação que indica o seu propósito de só faltarem a uma determinada promessa no caso de que aquele galo torne a cantar. Esta superstição dispensa o tabelião e os enfadonhos processos exigidos no ocidente para a celebração dos contratos e devemos mesmo lastimar que não seja essa prática universalmente adotada; quantos incômodos e delongas se evitariam; o simples sacrifício de um volátil pouparia ao devedor a moléstia de aceitar letras, ao amante os apaixonados juramentos de um eterno amor. E não falemos nos suculentos caldos com que engordariam os bons frades a cujo cuidado se confiasse a guarda do templo.

Outro estabelecimento que o viajante não deve deixar de visitar, já não pela sua arquitetura que é das mais modestas, mas pelo objeto a que é destinado, é o Kung-yuen ou palácio dos exames literários. Encerra esse edifício, baixo e sem ornamentação exterior, um pátio de 250 metros de comprimento, onde se abrem perto de mil células, cada uma de dimensões apenas suficientes para conter uma pessoa, um banco, uma mesinha, um fogareiro e utensílios de cozinha. Aí são encerrados os candidatos durante 24 horas, sendo previamente registrados a fim de verificar-se que não levam livros ou apontamentos para a elaboração do ponto de exame. As provas são depositadas em uma caixa comum e não devem conter assinatura nem sinal algum que dê a conhecer o seu autor. A comissão examinadora as julga e classifica em sessão secreta e sem comunicar-se com o exterior, reconhecendo-se os nomes dos laureados pela confrontação de duplicatas assinadas que cada examinando prepara na sua célula. O pátio está pitorescamente ornado de atributos alegóricos do destino deste edifício, de fontes e vasos de porcelana onde crescem bonitas plantas.

A cidade tártara, ocupada pela guarnição e pelos empregados civis, nenhum interesse oferece ao viajante. As suas ruas de 3 a 4 metros de largura cortam-se em ângulo reto e o seu aspecto é triste pela falta de movimento comercial e pela simplicidade das edificações, que apenas têm uma porta sobre a rua, sem janelas nem adorno de classe alguma. Essas ruas foram cuidadosamente calçadas há alguns séculos, mas, hoje, as enormes lajes que formam o pavimento estão pela maior parte deslocadas, deixando frequentes aberturas por onde os canos de esgoto ofendem a vista e o olfato.

Na cidade comercial, ao contrário, as vias públicas conservam-se em melhor estado, graças ao interesse que nisso tem a iniciativa particular. Essa parte da cidade, com sua fantástica arquitetura, suas lojas deslumbrantes de cores e dourados e o aspecto alegre que lhe dá o contínuo vaivém da população robusta e limpa que a percorre sempre afanada, oferece uma ideia do que deviam ser todas as cidades chinesas, antes que essa inteligente e infatigável raça fosse subjugada pelos selvagens

descidos da Tartária. Notam-se, com efeito, na China numerosos vestígios de uma civilização material e de hábitos de limpeza que já desapareceram por efeito da incúria da sua atual administração. O resto de calçamentos nas cidades e nas monumentais estradas que atravessavam todo o império; os canais de navegação; as sólidas construções antigas, entre as quais sobressaem a grande muralha e as fortificações das principais cidades; os aquedutos, os esgotos, as pontes e os inúmeros canais de irrigação, todas obras da dominação chinesa, atestam de modo incontestável a força de inteligência e de perseverança dessa desditosa raça que, possuída de igual resignação, consola-se do seu atual abatimento recordando em sentimentais poesias ou em simpáticos desenhos o tempo em que os seus imperadores eram os pais dos povos e bem mereciam o sagrado título de Filhos do Céu.

Os jardins de Pu-ting-Kuá oferecem um exemplo dessa antiga opulência. Construídos em época remotíssima, pertenciam esses jardins no princípio deste século a um rico negociante que lhes deixou o seu nome e que, depois de restaurá-los conservando-lhes o seu tipo antigo, entretinha-os com luxo e gosto. Mas esses instintos civilizados não agradaram ao bárbaro governador manchu, e tais imposições sofreu Pu-ting-Kuá que arruinou-se e foram os seus bens confiscados. Hoje está entregue o cuidado dessa maravilha a um jardineiro cujo único salário consiste nas propinas que recebe dos viajantes europeus.

Desenhados em terreno intencionalmente acidentado, formam esses jardins um verdadeiro labirinto em cujas intrincadas alamedas custa mesmo a achar-se o guia do viajante. Montículos cortados de construções com telhados elegantemente torcidos e ornados de figuras cuja correção de cinzel é testemunha falante de uma remota perfeição na arte chinesa; lagos semeados das poéticas flores de lótus e onde se balanceiam antigas e arruinadas mas ainda pitorescas barcas irmãs da gôndola veneziana, que ouviram, talvez, melancólicas trovas, cantadas em noites de luar e no meio desse perfumado e encantador cenário, pelos felizes pais dessa raça hoje oprimida; canais cruzados por essas pontes que vemos reproduzidas em jarros e pratos e que nos causam ao mesmo tempo estranheza e

admiração; quiosques, pagodas, tudo em ruínas, mas que podemos facilmente reconstruir para transportar-nos à China de outrora, à China que tão simpaticamente nos representam as gravuras antigas.

E, se o viajante quer se convencer da decadência da arte na China, ou, talvez, da mais mesquinha aplicação da força de produção artística latente nessa raça industriosa, basta transportar-se ao jardim de Fa-ti. Aí é tudo miniatura e só podemos admirar a paciência de tão minucioso trabalho. Árvores minúsculas a que uma pachorrenta mutilação impôs a forma humana, em todas as posições possíveis, ou a de animais e objetos da vida comum; lagos, rios microscópicos, onde nadam peixes anões; pontezinhas arqueadas com relevos feitos à ponta de agulha; caminhos, pagodas, templos e quiosques para crianças, tudo tão fantasticamente *mignon*, que o visitante se julgaria transportado a um país de fadas ou transformado em Gulliver, se não se lhe oferecessem à vista, como pontos de comparação, as enormes laranjas que com o seu peso fazem curvas os débeis galhos que as sustentam, ou as gigantescas rosas cujas pétalas ocultam as plantas que as produzem¹⁴.

Os detratores dos chins apresentam essa degeneração da arte como poderoso argumento demonstrativo da decrepitude dessa raça. Comparam com lógica aparente os fabricantes dessas obras raquíticas aos velhos caídos em segunda infância. Mas não há povo cujo caráter seja mais difícil de definir e, à argumentação de alguns viajantes que apenas atravessaram esse vasto império a voo de pássaro, pode-se opor a opinião de escritores sérios, que, a custo de muitos anos de residência e de laboriosas investigações, chegaram a tirar dos mesmo fatos conclusões inteiramente opostas.

14 – O sistema usado para essa deformação é o seguinte: Na parte superior da planta, onde o tronco se ramifica, aplica-se terra vegetal mantida à roda da planta por tiras de pano, que se conservam sempre úmidas. No fim de um ano corta-se o tronco por baixo da aplicação e transplanta-se. Já então os diversos galhos deitaram raízes para a terra aplicada e cada um forma o tronco de diversas plantinhas. Estas são frequentemente podadas de modo a impedir o seu crescimento e forçar que brotem novos galhos laterais. Essas plantas continuam a produzir flores e frutos de tamanho natural e, quando se lhes quer dar aparência de vetustez, unta-se o tronco de melado e os insetos encarregam-se desse trabalho. Quanto às diversas formas que se dá a essas plantas, obtêm-se por meio de arames onde são pacientemente dirigidos os galhos durante o crescimento.

Parece, na verdade, muito natural que, possuídos de uma energia e de uma força de concepção, hoje amortecidas pela opressão a que estão sujeitos, limitem os chins atuais as suas tendências artísticas e industriais a um termo que não desperte a inveja ou cobiça dos mandões tártaros. Isso explica a desapareição de monumentais fábricas, ainda recordadas pelos seus raros e disputados produtos. Só assim se compreende a ausência de um sistema de cooperação para a elaboração dos numerosos produtos de exportação da China. Reduzidos a ocultar-se para trabalhar, os fabricantes desses admiráveis tecidos de seda, das obras de porcelana, charão etc. e até mesmo os cultivadores de chá, preparam em silêncio esses produtos, utilizando apenas os braços da sua família, e os entregam aos corretores, contentando-se com um benefício que lhes permita não morrer à fome.

Assim se explica que, constrangidos pela falta de recursos e de espaço e pelo receio de despertar ciúmes das autoridades (aí está o exemplo de Pu-ting-Kuá), consolem-se os chins acomodados com os seus jardins em miniatura, onde, em alguns metros quadrados e com insignificante despesa, reproduzem aquilo que o seu gosto apurado almejava possuir em proporções naturais.

O bairro de Honan ocupa uma ilha em frente à concessão europeia. Aí se encontra o hotel de Cantão, único estabelecimento desse gênero aberto aos estrangeiros que visitam a cidade e que, por falta de competência, trata sem cerimônia os seus hóspedes. O seu proprietário é um daqueles tipos macaístas que já descrevi, e que mostrou a sua satisfação de ter uma oportunidade de falar português tratando-nos bastante mal e cobrando-nos bastante bem.

Honan contém vários templos e as residências de muitos negociantes ricos de Cantão.

O principal desses templos é o de Hai-tchuang-se, que ocupa, com suas dependências, um espaço de quatro hectares. Entregue a 150 monges budistas, possui um precioso altar onde figuram as estátuas de três Budas, do passado, do presente e do futuro. Diante dessas e outras figuras divinas que ornaram o interior do templo, ardem

perpetuamente pauzinhos de incenso, cujo cheiro agradável sente-se mesmo fora do edifício. A sua importante biblioteca é assiduamente frequentada por letrados e candidatos aos exames literários. Possui também uma imprensa donde saem algumas publicações modernas sobre agricultura, indústria e artes, resultados dos estudos a que se dedicam especialmente os monges. Além dessa ocupação, distraem-se esses santos homens em jogar xadrez e cartas ou na criação de pássaros e peixes e na cultura dos jardins que dependem do templo. Esses jardins são do gênero microscópico que já descrevi.

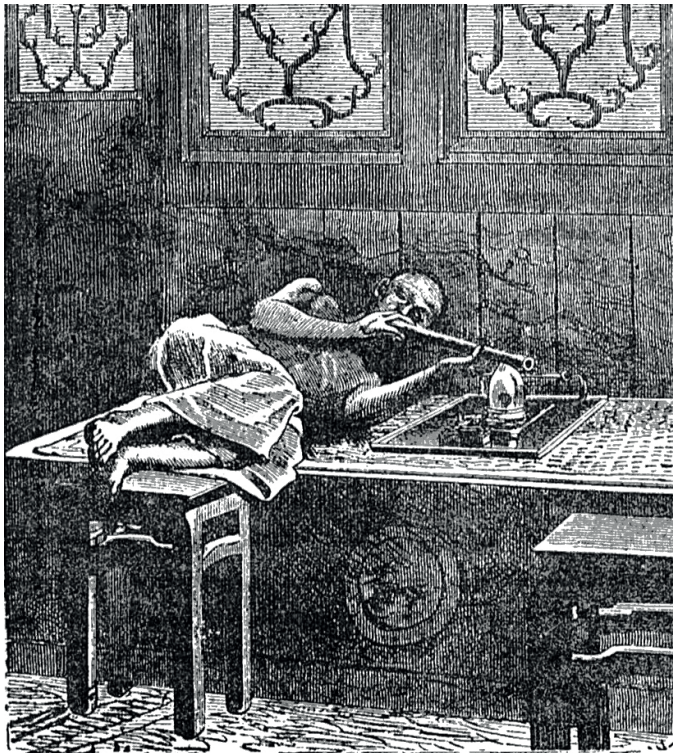
O que, porém, mais apreciei na minha excursão em Honan, foi uma visita à residência particular de um negociante chinês que vive habitualmente em Hong Kong, mas conserva a sua casa posta nesse bairro de Cantão.

Como quase todas as vivendas chinesas, ao chegar-se a essa casa só se divisa da rua um alto muro, que tem por única abertura um largo portão de madeira chapeada de ferro. Por aí penetra-se nos jardins, construídos no estilo dos de Fa-ti, e que, pela ausência ou descuido do proprietário, acham-se quase abandonados. Outro tanto não sucede, porém, com o edifício, em que tudo está cuidadosamente conservado e sempre pronto para receber a numerosa família que costuma procurar ali refúgio durante os grandes calores de Hong Kong.

A fachada ostenta uma elegante varanda com a coberta sustentada por colunas de jacarandá esculpido e ornada de guarnições da mesma madeira lavrada como renda. Sobre essa varanda abrem diversas portas, dando as centrais para uma antessala onde se vê uma espécie de altar, cuja figura principal é o retrato a óleo do pai do dono da casa. Sobre uma mesa ardem velas de incenso e estão dispostos vasos de flores artificiais. As paredes estão ornadas de outros retratos de parentes falecidos e é também nessa antessala, que existe em todas as casas chinesas, onde se costuma expor os caixões em que os seus donos devem ser sepultados. À direita acha-se a sala de recepção, no fundo da qual eleva-se, sobre um estrado, a vasta cama das visitas em que se recebe as pessoas de distinção, recostando-se hóspede e anfitrião com o cotovelo apoiado

sobre o colchão e a face na mão. Ao longo das paredes acham-se alinhadas mesinhas quadradas e bancos de jacarandá lavrado com assentos de mármore. Esses móveis são destinados às pessoas do séquito do visitante e aí se lhes serve chá e doces. A esse uso acumula a mesma sala o de refeitório dos membros varões da família; as mulheres comem nos seus aposentos particulares.

A terceira divisão da frente é a sala de fumar. Numa das paredes acha-se disposta uma prateleira de dois metros de comprimento, um de largura e setenta centímetros de altura sobre o solo. Forrada de esteira, serve essa espécie de cama para nela deitarem-se os fumadores de ópio. Mesas e bancos artisticamente lavrados guarnecem essa sala que, em todas as casas chinesas, é preferida para as palestras íntimas.



Fumador de Ópio

Os outros aposentos são quartos de dormir com colossais camas, idênticas às que ainda se veem em Portugal e no Brasil, trazidas de Macau

pelos nossos avós. Armários, cheios de gavetas e de pequenos compartimentos, encerram as roupas e os mil instrumentos e perfumes de que abusam as mulheres chinesas na sua *toilette*.

Todas essas salas estão forradas de papel e ornadas de pinturas feitas em compridas tiras de seda, representando episódios da história nacional, cenas grotescas em que figuram gênios e animais de formas extravagantes, ou algum conto gracioso, dividido em quadros, no gênero do Zé Caipora da *Revista Illustrada*. Também abundam vasos de bronze e de porcelana antiga e moderna, uns carregadores de flores e outros servindo de cuspideiras; elegantes gaiolas com pássaros de estimação; viveiros de peixes de formas artificiais; biombos de ricos bordados e outros objetos úteis ou de mero ornamento.

À roda de um pátio interior acham-se os quartos dos criados, a cozinha, as cavalariças e outros cômodos de serviço.

As disposições desta casa são pouco mais ou menos as de todas as residências ricas do sul da China. Nas regiões mais frias do norte, os soalhos estão cobertos de tapetes e as paredes forradas de espessos cortinados. A estrutura das camas também varia ali; são feitas de tijolo, formado fornos que se aquecem durante o dia.

Cantão é o principal empório do comércio das sedas e dos mil artigos de fantasia que inundam os mercados europeus. A produção total na China de sedas sob todas as formas avalia-se em mais de duzentos mil contos de réis, pertencendo a metade ao distrito de Cantão. A sua população, mais inteligente e industriosa do que a de outras regiões do império, monopolizou o fabrico dos ricos tecidos com que se veste a classe abastada e que se exportam para o estrangeiro. Calcula-se em trinta mil os indivíduos aí empregados nessa indústria.

Único porto em que todas as nações europeias tiveram acesso durante mais de três séculos, ressentiu-se muito Cantão da extensão do comércio estrangeiro a outros pontos da costa, depois das guerras de 1840 e 1857. Apertados na sua ilha de Cha-min e acossados pelas enfermidades próprias dessa latitude e de terrenos pantanosos, não tardaram os europeus a dar preferência aos estabelecimentos do norte

da China, onde tinham maior espaço para estender-se e encontravam um clima mais salubre. Teve, portanto, Cantão que ceder a Amoy, Futcheu, Xangai e Tien-tsin a primazia em quase todas as transações que até então monopolizava, e que faziam daquela cidade o centro de expedição e recepção de mercadorias de todo o império, por meio de extensas estradas e inúmeros canais, cujas ruínas recordam ainda hoje aquele antigo esplendor. Os chás procuraram mais cômoda saída por Futcheu e Xangai; os gêneros que chegavam ao norte do império depois de longa e penosa viagem, começaram a ser introduzidos por Xangai e Tien-tsin. Assim foi pouco a pouco caindo a supremacia de Cantão, conservando apenas essa cidade o comércio do distrito que a avizinha e o dos artigos de exportação em que a índole especial dos seus habitantes não achava competência nos de outras províncias.

Antes de deixar Cantão, desejo retificar as espirituosas referências que, sobre crianças ali assassinadas ou abandonadas pelos seus pais, fez um jovem *turista*, em uma obra que mereceu ser coroada pela Academia Francesa (sem dúvida pelo seu estilo essencialmente gaulês), mas cujo cunho inventivo não permite colocar entre os documentos sérios para o estudo das instituições chinesas.

Durante o tempo que estive na China não presenciei nem ouvi falar nas cenas tão pitorescamente pintadas por esse viajante de vinte anos, que percorreu durante dois meses tão vasto império, achando em tudo matéria para encher humorísticas páginas acompanhadas de não menos graciosas gravuras. Fui tão infeliz que, nem por levantar-me muito cedo, tropecei com um desses recém-nascidos *que se encontram nos becos, nos arrabaldes, junto às muralhas etc., e que são aí abandonados pelos seus pais aos centenares por dia*. Existem decerto, na China como em toda parte, pais desnaturais ou que, impelidos pela extrema miséria, abandonam seus filhos à caridade pública; mas também ali se mostra esta tão solícita como nos países civilizados do ocidente em salvar esses inocentes, agasalhá-los e adotá-los nas famílias.

Nos antigos anais daquele império, ao lado dos preceitos de moral e do louvor aos sentimentos que devem unir no respeito e no

carinho os membros da família; no meio da condenação dos crimes de toda espécie, incluído o do parricídio a cujos autores era arrancada a pele em vida, nenhuma menção se faz do infanticídio. Parece que aqueles historiadores, antecipando-se à sublime filosofia de Sólon, acharam ocioso referir-se a um crime que é sem dúvida mais contra a natureza do que o próprio parricídio, julgado impraticável pelo ingênuo legislador ateniense.

É verdade que em tempos mais modernos, quando contaminados pelos bárbaros do norte e pelos que também chamavam bárbaros do ocidente; quando dilacerada a família, desorganizados o município e o estado pelas lutas em que procurava esse povo de hábitos singelos recuperara paz e o bem-estar perdidos com a desapareção do regímen paternal dos seus imperadores, é verdade que a miséria e a superstição levaram os chins de algumas províncias a preferir, a uma vida de angústias, uma pronta morte para seus filhos e o descanso na mansão onde os esperavam os espíritos dos seus mais felizes avós.

Mas não está a história da humanidade, antes e depois de Moisés, semeada de exemplos da abnegação que exigem tais sacrifícios? Desde Abraão a Jefté, que oferecem seus filhos em holocausto a Deus; desde as matronas espartanas que cortavam o fio da existência aos que nasciam contrafeitos ou débeis, até os frequentes exemplos da época moderna de pais que erguem o braço infanticida em homenagem à honra ultrajada, ou para salvar entes caros da miséria ou da infâmia, todos encontram exaltação, justificação ou indulgência na religião, na história, no espírito moderno, e até no júri!

E porque não será digna da mesma justiça, da mesma benevolência, uma parte tão considerável da comunhão humana? Para o leitor talvez seja ainda isso um mistério; procurarei revelá-lo.

Aos primeiros passos que fez na China a propaganda cristã, converteu-se de que já não ia haver-se com povos selvagens de fácil conversão. Ali encontraram os primeiros missionários uma nação solidamente organizada e em um estado de civilização moral e material em que nem sonhavam então os povos europeus. O monoteísmo puro, desprendido

de misticismo supersticioso e os dogmas que fundam na razão e na prática do bem a missão da humanidade, na sua transitória existência terrestre, formavam desde tempos imemoriais a base do culto religioso desse povo inteligente e pensador. A generosa despreocupação com que os espíritos superiores encaram geralmente os erros alheios, permitiu que, sob o regímen ao mesmo tempo patriarcal e liberal que imperava na China nos primeiros tempos de cristianismo, se introduzissem aí o judaísmo, alguns cultos idólatras e, posteriormente, o maometismo. Essas crenças, toleradas pelas dinastias anteriores, tiveram, porém, desenvolvimento mais sensível depois da invasão dos tártaros ocorrida em 1640. Esses conquistadores perceberam depressa que as dissensões religiosas lhes forneceriam um poderoso auxílio para a consolidação do seu domínio e desde então aqueles diversos credos e o cristianismo, que já se havia também timidamente introduzido, receberam uma proteção interessada.

Essas facilidades não produziram, contudo, os resultados que delas esperavam os missionários cristãos. Os princípios filosóficos profundamente arraigados na população não permitiram que, mesmo ao amparo oficial, conseguisse a propaganda aumentar de modo sensível o número dos prosélitos. Nada adiantando pela discussão com entendimentos claros, inimigos do sofisma, e que nenhuma vantagem encontravam em trocar um culto velho de quarenta séculos e fundado numa moral sã, por outro em que os ritos externos tanto se assemelhavam às detestadas práticas idólatras; não podendo tampouco apelar aí à força persuasiva da inquisição com suas intrigas desorganizadoras e seus autos de fé, procuraram os missionários outros meios de ação, limitando as suas diligências à conversão das classes mais ignorantes e miseráveis daquela sociedade. Apercebidos de algumas vantagens já então alcançadas pelo sistema de assimilação às superstições e aos costumes chineses adotado pela propaganda budista, resolveram os padres jesuítas imitá-lo, iniciando desde então as práticas que fazem ainda hoje desconhecer a sua religião aos viajantes católicos na China. Uma fantástica ornamentação de igrejas, vestimentas aparatosas e o rabicho usado pelos próprios padres europeus, a admissão do culto dos antepassados com suas supersticiosas cerimônias, e outras concessões

desse gênero¹⁵, pouco adiantaram, entretanto, os difíceis passos da propaganda cristã, produzindo, ao contrário, um pernicioso cisma entre os missionários.

Descoroçoados por tão estéreis trabalhos, resolveram estes reunir a tais expedientes o da criação de prosélitos no berço. Amparados pelos éditos de tolerância obtidos pelo apoio da França, em que, igualando o cristianismo aos desprezíveis cultos idólatras de Tao e Buda, admitia o governo chinês a sua inofensiva prática, fundaram as missões católicas numerosos hospícios e escolas por todo o império. Mas, tal era o horror que manifestava a população por um culto cujas cerimônias ofereciam tantas aparências de idolatria, que esses estabelecimentos permaneceram quase vazios durante muitos anos. Lembraram-se então os padres de comprar crianças a famílias indigentes e cuja posição social tornava menos escrupulosas. Para isso eram, contudo, mui escassos os recursos de que dispunham as missões; foi preciso recorrer à caridade nos centros católicos do ocidente e começaram então a espalhar-se nas famílias e nos colégios essas célebres circulares pedindo *le sou pour les petits chinois*, nas quais se revolviam as fibras da compaixão pela narração dos horrores de que eram vítimas os inocentes recém-nascidos na China, exagerando-se, interessadamente e sem explicá-los, alguns fatos devidos à anarquia e à profunda miséria que reinaram em diversas províncias do império durante a prolongada rebelião dos ta-pings. Os prodigiosos resultados que produziu aquele apelo à caridade induziram os missionários a manter em pé durante algum tempo uma tão rendosa fábula. Hoje, porém, está esse ardil completamente desmascarado, e ninguém na China, à exceção de viajantes alegres, que só têm em vista divertir o público¹⁶, ou de algum escritor imbuído de persistente ultramontanismo, dá maior importância a fatos isolados de tal ordem, do que a que merecem as notícias de infanticídios ou do movimento da roda dos expostos que registram eriodicamente as gazetas ocidentais.

15 – Cedendo assim aos costumes chineses, chegaram os jesuítas a considerar um pecado olhar para o pé de uma mulher.

16 – Mr. Biard, no seu livro sobre o Brasil oferece-nos um exemplo desse tipo de viajantes. [BIARD, François-Auguste. *Deux Années au Brésil*. Paris: Lin. de L. Hachette, 1862.]

CAPÍTULO IV

AGRICULTURA E INDÚSTRIA

Máquinas de ferro e máquinas humanas – Invenção da agricultura –
Teoria e prática – O arroz e seu cultivo –
O chá – Sua preparação – Preto e verde – Exportação do chá –
Chá caravana – Chá tijolo – Provadores de chá – Produção do chá –
O algodão – A cana de açúcar, a árvore de sebo, a canforeira e o rami –
A amoreira – Descoberta da seda – Sua propagação –
Criação do bicho da seda – Qualidades da seda chinesa – A seda Pondgi –
A porcelana – Fornos de King-te – Antiga e moderna – Falsificações –
Outras indústrias – Indústria mineira – O ferro e o cobre –
Carvão de pedra – Poços de sal e fogo – A caça – Caçadores a
metralhadora – Um sinal característico – Alçapões para tigres –
Manhas de pescadores – Corvos pescadores – Ninhos de andorinhas.

Se há matérias em que o escritor amigo da China se sente forte e desembaraçado, são certamente as que servem de título a este capítulo.

É felizmente unânime a opinião dos viajantes sobre o estado de perfeição em que se encontra a agricultura naquele império desde remota antiguidade e nem se põe hoje em dúvida a superioridade que, a esse respeito, levam os chins sobre as raças europeias, ainda mesmo aquelas que transformaram a economia da produção agrícola, utilizando o poderoso auxílio da mecânica. Com efeito, por admiráveis que sejam os processos modernos aplicados no ocidente aos trabalhos da terra, essa admiração recai mais sobre a economia de braços que conseguem as máquinas agrícolas do que sobre os resultados das operações que executam, comparados com os do trabalho humano. Na China, porém, sobram os braços; a densidade da sua população e a sobriedade dos seus hábitos tornam desnecessária a aplicação de forças artificiais para os misteres da lavoura. Os processos metódicos, a atividade, abundância e barateza dos trabalhadores da terra¹⁷ compensam aí a falta daquelas máquinas com vantagem, muitas vezes, para a qualidade do produto.

17 – O jornal de um trabalhador a seco regula por trezentos réis da nossa moeda.

Confundida desde mais de dois mil anos com o culto de T'i (a Terra), mereceu sempre a agricultura a preferente atenção das dinastias chinesas. A tradição atribui a sua invenção ao imperador Chi-nung, e é ainda hoje em memória desse sábio monarca que se praticam as cerimônias com que se inauguram os trabalhos da terra em março de cada ano. Em Pequim, o imperador, acompanhado dos membros da sua família e dos altos funcionários, procede à aradura de um pequeno campo dependente do templo da Agricultura. Em todas as outras cidades é repetida essa cerimônia pelas autoridades locais e no meio do regozijo popular.

Possui a China volumosos tratados sobre a agricultura, alguns dos quais contêm minuciosas informações que se relacionam com a geologia, química e engenharia. Aí estão descritos e classificados os diversos terrenos e determinados os processos de combiná-los ou beneficiá-los para as diferentes culturas; não faltam detalhes sobre os cuidados que exigem as plantas e sobre as influências atmosféricas que as podem favorecer ou prejudicar, e fornecem também esses tratados preciosos conselhos sobre os meios de conservar e melhorar a produção, de suprir a falta de chuvas pela construção de canais de irrigação, ou de combater as inundações com a drenagem.

Essas teorias formam uma parte essencial da instrução e, acompanhadas da prática transmitida de geração a geração, explicam o mistério da existência dessa aglomeração de seres humanos em um espaço relativamente tão reduzido.¹⁸

Impulsados pela suprema lei da necessidade, usam os agricultores chineses de todo o engenho de que é capaz a inteligência humana para aproveitar do modo mais vantajoso as frações de terreno em que

18 – O Império chinês compõe-se de duas partes distintas: uma, habitada por povos semibárbaros, que reconhecem a soberania do governo de Pequim, mas não pertencem à raça chinesa; e a outra, ocupada pelos chins e a que se chama China propriamente dita. A população do o império não está distribuída igualmente: os países tributários, ou submetidos apenas, contam 50 milhões de habitantes numa área de 2.500.000 milhas quadradas, enquanto que a China contém 350 milhões em 1.500.000 milhas quadradas, isto é, em um espaço menor do que a metade do Brasil. Como exemplo da densidade da população da China, citarei a sua parte nordeste, onde formigam 180 milhões de indivíduos em uma área apenas igual à da nossa província da Bahia.

se acha dividida a propriedade. À força de uma minuciosa bonificação da terra e de um paciente cuidado da planta, chegam a tirar três colheitas anuais dos cereais que formam a base da sua alimentação. Será, porém, mais claramente apreciada a superioridade dessa raça na arte agrícola pelas informações que passo a dar sobre os processos empregados no cultivo de alguns produtos daquele império.

O arroz é o principal alimento do povo chinês. Cultiva-se em todas as províncias; mas nem assim alcança a sua produção para o grande consumo que tem, regulando a importação anual desse artigo da Índia, do Japão, de Saigon e das ilhas da Oceania em 80 milhões de quilogramas. Semeia-se exclusivamente nos terrenos baixos e alagadiços e depois das primeiras chuvas. As sementes conservam-se previamente de remolho durante alguns dias, até incharem, e são depois embebidas de urina para preservá-las dos insetos. Já então está o campo trabalhado pelo arado, pela grade e por outros instrumentos de feítios apropriados às necessidades do terreno, os quais, puxados pelo búfalo, revolvem a terra, desmanchando os torrões, e a deixam perfeitamente lisa e miúda. Em alguns distritos chega-se mesmo a ultimar essa operação com as mãos. Depois de semeado o grão, cobre-se o terreno com dois palmos d'água e, assim que aparecem os rebentos à flor d'água, esgota-se esta e procede-se à transplantação das pequenas espigas para outro terreno, tão esmeradamente preparado como o primeiro, e onde devem crescer e dar fruto as plantas, aí dispostas em grupos de seis ou sete, separados por uma distância de vinte centímetros. Esse terreno conserva-se sempre coberto d'água até a colheita e é frequentemente adubado e cuidadosamente limpo nos intervalos que separam as plantas; em algumas partes da China usa-se de cal viva para destruir as más ervas e os insetos.

A água necessária para conservar os arrozais alagados obtém-se geralmente por meio de depósitos cavados nas alturas e alimentados pelas chuvas, donde corre por pequenos regos até as plantações, cujos diferentes níveis permitem esgotar nos inferiores as sobras dos superiores. Nas regiões planas, os arrozais ocupam as margens dos rios e a água que necessitam é daí elevada por meio de rodas hidráulicas

movidas por animais, pelo vento, pela correnteza do rio ou pelo esforço humano. Nos limites dos diversos campos existem aparelhos idênticos que permitem inundar sucessivamente todos os arrozais.

O arroz dá duas colheitas anuais; uma em junho ou julho e a outra em outubro ou novembro. As suas espigas, cortadas rentes ao chão, são amontoadas na vizinhança do terreiro em que devem ser batidas e despojadas do grão. Esses montões preservam-se da intempérie, por meio de esteiras, até o outono, época em que inicia os trabalhos necessários para descascar e limpar o arroz. Estas operações efetuam-se pouco mais ou menos do mesmo modo que no ocidente, suprimindo o número, a atividade, habilidade e paciência dos trabalhadores à falta de instrumentos aperfeiçoados.

Armazenado o precioso cereal só falta agora agradecer a Deus, antes de descansar das fainas do campo; é o que nunca deixam de fazer os agricultores chineses pela forma representada na gravura que ofereço aqui ao leitor.



Os instrumentos da lavoura já descansam;
Não mais precisamos de cestas e peneiras.
Agora, passadas as fainas anuais,

De joelhos diante do altar de Deus,
Ofereçamos presentes em gratidão
Pela bondade com que nos protegeu.¹⁹

19 – A gravura foi extraída de um tratado original chinês. A legenda que a acompanha é a tradução livre dos versos chineses que se veem ao lado direito.

Mas, se o arroz é o principal alimento sólido dos chins, não é menos importante o chá, única bebida de que geralmente usam.

Na história da China nenhuma informação se encontra sobre a origem da cultura do chá; crê-se que essa planta é aí indígena e há apenas mil anos que se faz menção do seu aproveitamento. Só cresce bem em algumas regiões privilegiadas compreendidas entre o 23° e o 30° graus de latitude, mas o imenso consumo que começou a ter o chá na Europa, desde que foi ali introduzido no princípio do século XVII, obrigou a extensão do seu cultivo aos distritos vizinhos, onde, entretanto, não obstante todos os esforços da ciência e da arte, só se produzem qualidades muito inferiores. Infelizmente, aconselhados pelo comércio estrangeiro cuja avidez excitavam os fabulosos preços obtidos na Europa pelos primeiros carregamentos de chá²⁰, não tardaram os seus preparadores a misturar as boas qualidades com as inferiores ou mesmo com folhas de plantas parecidas, sucedendo hoje com esse produto o que acontece com certos vinhos, onde muitas vezes apenas existe uma ilusão do suco da uva que lhes dá o nome.

O chá²¹ prefere as faldas das montanhas e um terreno silicioso; atinge no estado silvestre à altura de quatro metros, mas, nas plantações, limita-se o seu crescimento a um metro, por meio de cortes destinados a fazer brotar novos galhos. Planta-se de semente em um viveiro, donde no fim de um ano as pequenas plantas, que só medem então trinta centímetros de altura, são transplantadas para outro terreno, formando linhas paralelas separadas por um espaço de perto de dois metros de largura aproveitado para o cultivo de toda classe de legumes. Entre uma e outra planta da mesma fileira deixa-se um intervalo de um metro.

A vida desse arbusto é de vinte anos, mas até que chegue aos três não se colhe as suas folhas; durante essa primeira época estimula-se, por meio de frequentes podas, a multiplicação das pequenas ramas que

20 – Em 1670 uma libra de chá comum valia em Londres 30\$000 réis.

21 – O seu nome é *tcha* em quase toda a China; na província de Fo-Kiem chama-se *ti*, donde veio o nome inglês *tea*.

devem dar os melhores chás. No quarto ano começam as colheitas que se fazem quatro vezes por ano, a primeira no princípio da primavera e a última em agosto, produzindo anualmente cada planta pouco mais ou menos uma libra de chá.

Quanto à preparação do terreno, às limpezas periódicas e aos cuidados que recebem as plantas, são com pouca diferença, os mesmos que se praticam nas nossas plantações de café, às quais, até pelo aspecto assemelham-se as de chá.²²

A primeira colheita é a mais estimada e fornece os chás reservados à família imperial e procurados pelas classes abastadas. Só se colhe então os pequenos rebentos que guarnecem as extremidades dos galhos ainda carregados de flores. Dessa colheita pouco chá vai à Europa, pelo alto preço das qualidades que dela saem e por não suportar o seu delicado aroma a viagem de mar.

A segunda colheita, efetuada em maio, produz os melhores chás de exportação e é a mais considerável, ocupando muitos braços. Em julho e agosto colhem-se as últimas folhas, muitas velhas e quase secas, que fornecem as qualidades inferiores da exportação e o consumo das classes pobres.

A preparação do chá é uma das operações mais delicadas e de que parece só ser capaz a paciência chinesa. Extremamente sensíveis, não suportam as suas folhas o menor contato que possa viciar o perfume que encerram. O trabalhador deve ter as mãos bem limpas, não fumar ópio ou tabaco, e evitar mesmo que o hálito contamine o seu trabalho.

O chá preto é o único usado na China e as suas qualidades variam segundo as regiões onde é produzido e o tamanho e a juventude das folhas. Para prepará-lo começa-se por separar as folhas quebradas ou murchas das perfeitas, que são secadas ao sol durante alguns dias. Em seguida, são enroladas na palma da mão ou em cima de uma mesa e daí colocadas dentro de bacias de ferro previamente aquecidas, onde sacodem-se até

22 – A semelhança dessas duas culturas e a identidade das do algodão, da cana de açúcar, do arroz e outros produtos comuns aos dois países, são argumentos em favor de uma experiência da imigração chinesa no Brasil.

que mostrem ter largado toda a umidade. Espremidas e enroladas de novo, deixam a maior parte do óleo que contêm e são ainda expostas ao sol e passadas sucessivamente por diversas outras bacias de ferro, cuja temperatura vai diminuindo progressivamente. Durante esta última operação as folhas torcem-se pouco a pouco até assumirem a aparência que lhes conhecemos. A dificuldade deste processo consiste no ponto de calor das bacias e no tempo que nelas deve permanecer o chá.

As folhas quebradas e murchas e os talhos são aproveitados para misturar com os chás inferiores, preparados com as últimas colheitas. Nestes chás o processo abrevia-se, secando-se e enrolando-se as folhas uma só vez.

O chá verde prepara-se do mesmo modo, sendo porém menos aquecido para conservar maior quantidade de óleo, o que o torna mais adstringente. A sua cor obtêm-se banhando-se as folhas em uma mistura de açafraão, gesso e anil.

Na preparação de algumas qualidades de chás agregam-se folhas de diversas plantas aromáticas; outras espécies são impregnadas, ainda quentes, de vapores perfumados. É tão suscetível esse produto que, para falsificar qualidades mais caras, encerram-se, em caixas que já tenham contido chás superiores, outros inferiores que conservam aquele aroma roubado, durante o tempo necessário para obterem bons preços nos mercados de exportação.

As principais qualidades de chá preto exportado da China são: o Pekoe fino ou ponta branca, feito de boas folhas da primeira colheita, muito caro e de quantidade reduzida; o Orange Pekoe, muito apreciado nos países do sul da Europa, não obstante o seu perfume de laranja; o Su-chong; o Pu-chong, parecido, mas melhor do que o precedente; o Congu e, finalmente, o Oolong e o Nin-yong, qualidades que fornecem maior quantidade para a exportação. Das colheitas de 1884 embarcaram para a Europa, Austrália e Estados Unidos 196 milhões de libras (peso) de chá preto; esta cifra subiu em 1886 a 208 milhões, recebendo, só a Inglaterra, 150 milhões.

Quase todo o chá verde exportado da China vai aos Estados

Unidos em quantidade anual que regula por 18 milhões de libras. Existem deste chá duas qualidades: o Hyson e o Tchu ou Pérola. O primeiro prepara-se com as folhas miúdas das colheitas da primavera e daí vem lhe o seu nome que significa “flor da primavera”. Oferece este chá três variedades que são: o Hyson junior, mais escolhido do que o comum; o Tchulan, perfumado com *olea fragrans*, e o Hyson-skin, preparado com folhas mais velhas e os desperdícios das outras qualidades.



Pisadores de chá Pérola

O chá Tchu divide-se em Ta-tchu (grande pérola) ou chá Imperial, e Siao-tchu (pequena pérola), que é o que se conhece vulgarmente por chá Pérola. Estes chás admitem folhas maiores e a sua forma redonda obtém-se encerrando o chá depois de pronto, em pequenos sacos que os trabalhadores fazem rolar, calcando-os com os

pés sobre uma esteira tosca e agarrando-se a uma barra transversal. À medida que se reduz o volume do chá assim trabalhado, vai-se apertando o saco e, desse modo, tomam os grãos aquela forma.

Chama-se chá *caravana* certas qualidades preparadas exclusivamente para o consumo da Rússia, que são ali introduzidas via da Sibéria, evitando desse modo o pernicioso contato do ar do mar. Além desse chá especial, fabrica-se outro a que se chama chá tijolo (*brick tea*), formando-se pastas compactas de chá misturado com manteiga e farinha de trigo, às quais se dá o tamanho e feitio de tijolos. Para usá-lo cortam-se pedaços que se preparam como qualquer outro chá. Esta espécie é consumida pelos habitantes limítrofes do norte da China e do sul da Sibéria e serve mesmo aí de moeda corrente para todas as transações.

Como já referi em outro capítulo deste livro, o cultivo do chá efetua-se geralmente por pequenos proprietários. Uns vendem as folhas apenas colhidas; outros preparam parcial ou totalmente o produto das suas colheitas e o entregam a indivíduos que terminam a operação ou se limitam a escolher as qualidades para serem encaixotadas e remetidas aos mercados de exportação. Aí são os diversos chás examinados por uma classe especial de empregados europeus denominados provadores de chá (*tea tasters*), que chegam da Europa ou dos Estados Unidos no princípio da colheita e têm por incumbência escolher as qualidades preferidas nos mercados ocidentais. Viajei com um desses infelizes de tez pálida e com a saúde estragada pelo exercício dessa profissão durante dez anos. Mas deles dependem os grandes benefícios que obtêm as casas comerciais que os empregam e os pagam generosamente. Por outro lado, às exigências desses provadores deve-se a adulteração que vai sofrendo cada ano o aroma genuíno do chá, com a variação do sistema de elaboração ou agregação de aromas estranhos que exige a sua assimilação ao gosto europeu, e distancia cada vez mais o produto preparado para a exportação do que, em toda a sua pureza, é consumido pelos chins.

Não se pode fazer senão um cálculo muito incerto da produção anual do chá na China; nenhum dado se tem sobre a sua exportação

terrestre para os países limítrofes e é ainda mais difícil avaliar o consumo local. Entretanto, desprezado o que se exporta por terra, tomando por base o consumo anual da Grã-Bretanha que, para uma população de 35 milhões de almas, alcança a 30 milhões de libras, e admitindo, o que é muito razoável, que cada chin absorva o dobro do chá que bebe cada inglês, poder-se-ia chegar à conclusão de que a quantidade desse produto consumida pelos 350 milhões de habitantes da China propriamente dita é de 600 milhões de libras. Ajuntando a esta cifra a exportação conhecida, obteríamos para a produção total 800 milhões de libras, que, a 15 tael por picul²³, preço médio das qualidades mais ordinárias, representam um valor superior a 250 mil contos de réis em ouro.

Mas este cálculo está certamente muito aquém da verdade. Não creio que um chin beba diariamente somente o dobro do chá que bebe um inglês; consome provavelmente cinco vezes e talvez dez vezes mais. Não há hora do dia ou estação do ano em que não seja constantemente usada essa bebida; no inverno para aquecerem-se, no verão para saciarem a sede. É esse aí um vício, como o café no nosso sertão ou o mate na *campanha* do Rio da Prata, não duvido mesmo que ao abuso do chá deva a raça chinesa a sua complexão nervosa e a energia moral de que é dotada. Os chins nunca agregam ao chá açúcar ou leite e o preparam e tomam nessas bem conhecidas xícaras sem asas, que além do pires trazem uma pequena tampa com que se cobre a infusão.

O algodão dá-se bem em toda a China meridional, mas cultiva-se principalmente na sua parte sudeste, onde se encontram os terrenos que produzem a espécie cujos tecidos eram tão apreciados na Europa sob o nome de Nanquim. É a cultura em que mais se atende na China à preparação do terreno, que chega a dar 3.000 quilogramas de algodão por hectare; mas, se a quantidade e qualidade produzidas mostram o adiantamento a que chegaram os chins nessa cultura, outro tanto não sucede quanto ao aproveitamento do produto; os tecidos que fabricam são toscos e não podem competir com os de origem

23 – O tael corresponde, ao câmbio par, a 2.824 réis, ouro; o picul é igual a 60,472 gramas.

européia. Explica-se, contudo, essa exceção da prolixidade chinesa pela circunstância de achar-se limitado na China o uso de roupas de algodão às classes trabalhadoras; quem pode ali vestir-se de seda, o faz com o mesmo empenho com que, entre nós, procura o proletário assemelhar-se pelo traje às classes privilegiadas. Disso resulta que só têm procura tecidos ordinários, cujo baixo preço não compensa o tempo exigido por trabalhos esmerados que, à vista da classe de consumidores desse artigo, não poderiam competir vantajosamente com os produtos das poderosas fábricas estrangeiras, das quais recebe anualmente a China 70 milhões de quilograma desses tecidos. As circunstâncias que acabo de expor têm feito definhir o cultivo do algodão naquele império, que já precisa mesmo importar grandes quantidades em rama para os diversos usos a que se presta esse produto.

Entre muitas outras culturas a que aplicam os chins grande desvelo e em que obtêm excelentes resultados quanto à quantidade e qualidade da produção, devo mencionar a cana de açúcar, o milho, a batata²⁴, o inhame, o tabaco, o anil, a árvore de sebo (*croton sebiferum*), o ruibarbo, a cássia, o rícino, a canforeira, o rami (*urtica nivea*), e a amoreira, plantas todas cujo cultivo poderia ter maior desenvolvimento ou ser proveitosamente iniciado no Brasil, principalmente nas províncias do norte, se se lhes proporcionasse braços adestrados nessas diversas culturas por uma prática secular.

A árvore de sebo fornece a matéria com que se fabrica grande parte dessas velas pintadas de cores brilhantes que figuram nas iluminações. A canforeira é extensamente aproveitada pela marcenaria e é da sua preciosa e aromática madeira que fazem os chins as caixas em que preservam de traça as peles usadas no inverno. Também dela extraem por um processo simples e engenhoso a resina que conhecemos pelo nome de alcanfor.

A fibra de rami produz um lindo tecido a que os ingleses chamam de *grass cloth*, espécie de *batista*, que se exporta em grande quantidade

24 – Introduzida pelos europeus.

e cuja delicada fabricação exige um paciente trabalho. Consta-me que se tem tratado de introduzir o *rami* no Brasil.²⁵

Mas dessas plantas é à amoreira branca que maior atenção dedicam os agricultores chineses. Cultivada em grande escala na China oriental para alimento do bicho da seda, eleva-se essa árvore em seu estado silvestre até quinze metros de altura; mas, para comodidade da colheita das suas folhas, os cultivadores limitam consideravelmente o crescimento do seu tronco, de modo a fazer brotar dele, em forma de espanador, galhos compridos e finos, que reúnem à vantagem da sua flexibilidade a de produzirem folhas mais tenras, preferidas pelo bicho da seda.

Os anais da China atribuem a invenção da seda a Yuen-fi, mulher do imperador Huang-ti, que reinou 2.690 anos antes de Cristo. Reduzidas primitivamente a um passatempo das pessoas da família imperial, a criação do bicho da seda e a preparação de seu precioso produto estenderam-se pouco a pouco à população acomodada de toda a China, que substituiu em breve as peles de que ainda se vestia pelos ricos embora toscos tecidos que começaram a fabricar-se. A origem sagrada dessa indústria deu-lhe sempre a preferência nos estudos a que se entregavam os sábios do império e não tardaram a melhorar os processos com que tinha sido iniciada, a ponto de já alcançar no século VIII antes de Cristo a perfeição em que a encontraram posteriormente os primeiros viajantes que a levaram ao ocidente. Introduzida na Índia, na Pérsia e daí na Grécia e em Roma, teve depressa a seda excelente acolhimento, chegando a valer o seu peso de ouro nesta última cidade, no III século da nossa era. Desde que o uso dos seus tecidos começou a estender-se dentro e fora do império, a sua preparação, que constituía antes uma simples distração das classes ricas, equivalente a certos trabalhos de agulha a que se entregam as damas do ocidente, tornou-se o objeto de um grande movimento industrial em quase todas as regiões da China e uma das suas principais fontes de riqueza comercial.

25 – Em 1885, transmiti à Sociedade Central de Imigração uma proposta relacionada com essa cultura, apresentada pelo sr. Luiz Kuffre, engenheiro suíço que, durante sua residência no Peru, dedicou-se ao estudo do aproveitamento do *rami*, ali introduzido com a imigração chinesa.

Os estabelecimentos em que se cria o bicho da seda estão sempre situados longe das habitações e das estradas, a fim de evitar qualquer barulho que possa interromper o trabalho e produzir enfermidades ou vícios a que está sujeito aquele suscetível inseto. Também exige o bicho da seda uma atmosfera pura e uma temperatura igual, que se obtêm por meio de aparelhos de calefação convenientemente distribuídos pelas diversas repartições desses estabelecimentos. O inteligente processo empregado pelos chins para a criação do inseto e elaboração do seu produto acha-se detalhadamente explicado numa obra ilustrada chinesa mandada publicar pelo imperador Kang-hi em 1796. Dela extrairei algumas informações mais interessantes.

Na primavera, quando as amoreiras já estão carregadas de suas primeiras folhas, recolhe-se das caixas em que passaram o inverno os ovos reservados da criação do ano anterior. Depois de sofrerem um banho de água fria são esses ovos colocados em pequenas bandejas de esteira onde, no fim de poucos dias começam a mover-se as pequenas larvas e a mastigar ruidosamente as folhas de amoreira que se lhes oferece. Aí passam a primeira fase da sua existência, isto é, a das quatro transformações que sofrem antes de iniciar o seu trabalho de fiação. Quando principiam a inchar e ficar lustrosas é sinal de que devem ser mudadas para os compartimentos onde terminam o seu destino. Esses compartimentos limpam-se com cuidado e, depois de aí colocados, são os bichos objeto da maior solicitude, a fim de que o seu trabalho não sofra a menor perturbação. Dessa tranquilidade e da igualdade da temperatura depende a quantidade de seda fiada, pois têm esses insetos os seus dias contados e qualquer perda de tempo seria em prejuízo da produção. A construção do casulo dura de quatro a cinco dias, percebendo-se que está concluída pela imobilidade da crisálida. Separa-se então os casulos que se destinam à reprodução e, lavados os outros em água salgada para destruir as crisálidas que contêm, são enterrados dentro de vasilhas de barro hermeticamente fechadas, até chegar o momento de utilizá-los. Ao contrário, permite-se às crisálidas

reservadas para a reprodução que obtenham o seu completo desenvolvimento e se transformem em borboletas, que se conservam em quartos fechados até que as suas asas se tornem brilhantes, sinal de que já estão fecundadas. São então apanhadas e encerradas em caixinhas, onde não tardam a depositar os ovos que são cuidadosamente preservados até o ano seguinte.



Os rapazes da aldeia trepam nas árvores
E, cantando, as primeiras folhas colhem
Cada grupo de amoreiras tem seu dono

Ninguém busca roubar o que é do vizinho
Os que estão em baixo apanham as folhas,
Enchem os cestos e partem com eles.

Muitos criadores do bicho da seda limitam-se à produção de casulos, que vendem a industriais das grandes cidades os quais fiam e tecem a seda. Outros, porém, executam esses trabalhos, vendendo os tecidos ou aproveitando-os, principalmente para as roupas das mulheres e crianças que, mesmo nas classes pobres, pouco usam de outras fazendas. Chegada a época da fiação, desenterram-se sucessivamente os jarros onde foram depositados os casulos e fazem-se passar estes por uma fervura com o que ficam prontos para serem fiados.

Os aparelhos para tecer continuam a ser muito primitivos; mas, não obstante essa desvantagem, deles saem admiráveis telas lisas

ou ornadas de elegantes desenhos. Quanto à alvura, não encontram rivais as sedas da China e não é menos notável a firmeza das tinturas ali empregadas, principalmente as azuladas. A primeira destas qualidades provém, talvez, do esmero com que se evita aos casulos, durante sua formação, qualquer contato que possa macular a sua brilhante cor natural. Muitas das tinturas são receitas de combinações extraídas de plantas ou minerais, que se transmitem de geração em geração e não têm podido, até agora, ser imitadas de modo satisfatório pelas fábricas europeias.

Entre as qualidades de tecidos de seda fabricados na China, devo mencionar a que se conhece no comércio pelo nome de Pondgi, que se produz na província de Chan-tung e provém de um bicho preto criado em uma classe especial de amoreira, o que dá a essa seda uma cor natural amarela. Estes tecidos, ainda que toscos, são fortes e sumamente baratos, podendo-se comprar em Tchifu por duzentos réis o metro. O motivo dessa barateza é não exigir cuidado algum a criação dos bichos que produzem essa seda; abandonados ao ar livre, aí crescem, fabricam os seus casulos e se reproduzem, dando apenas o trabalho da colheita.

Outra indústria de grande importância na China é a da porcelana. É na província de Kiang-si onde se acham as maiores e mais antigas fábricas dessa matéria. Só na cidade de King-te trabalham noite e dia quinhentos fornos, ocupando algumas centenas de milhares de operários. Perto dessa cidade encontram-se as montanhas donde se extrai o feldspato que entra na composição da porcelana; uma dessas montanhas chama-se Kao-ling (ponte alta) e é daí que provém o nome vulgar que se dá à terra de porcelana.

Os fornos de King-te foram fundados no ano de 1004 da nossa era, mas já estava então muito vulgarizada em todo o império a fabricação da porcelana, que se executava em detalhe (como ainda se executa em outros pontos da China) por cada família, para cujos usos domésticos se prestavam os utensílios desse gênero. Especialmente protegidos pelos imperadores, fornecem aqueles fornos as mais belas porcelanas modernas e algumas imitações dos modelos antigos, que não conseguem, contudo, igualar os trabalhos mais modestos porém mais perfeitos de outras

épocas. Destes trabalhos, os mais apreciados pelos colecionadores são os *sangues de boi*, os *claros de lua*, as *berinjelas*, qualidades assim denominadas pelas suas cores, e os *craquelés* (rachados), especialidade muito estimada e inventada no século XIV, época em que mais floresceu essa indústria na China. Ainda hoje pagam os chins melhores preços do que os europeus por essas relíquias da cerâmica e, por mais que pese aos apreciadores ocidentais, direi que raríssimas são as porcelanas antigas que conseguem sair da China; a maior parte das que figuram como tais nos museus ou nas coleções particulares são apenas hábeis imitações de uma fábrica especial desse gênero que existe na cidade de Su-tcheu, cujos produtos, ainda que belos, não chegam contudo a enganar os conhecedores chineses.

Outra decepção ofereço aos que dão valor imerecido a certas porcelanas cheias de figuras e flores de muitas cores, que passam na Europa por obras-primas e obtêm preços relativos, e não são, entretanto, senão trabalhos muito inferiores e despidos de arte, destinados geralmente, na China, a usos dos mais vulgares. Neste caso estão certos jarrões e barris de porcelana carregada de cores, ornamentos de muitas salas aristocráticas do ocidente, que só servem na China de cuspideiras e de mochos nas salas de espera. A inferioridade dessa porcelana consiste em que sua pasta não exige muita pureza por dever ser compactamente coberta pelos desenhos que a ornam, os quais são sobrepostos em frio e apenas protegidos por uma pequena camada vítrea, enquanto a porcelana de mais preço, além de ser fabricada com materiais mais finos, é mais artisticamente lavrada e exige processos morosos e delicados para embutir as cores na pasta, de modo a não oferecer as saliências que se notam na outra.

Seria por demais longo e talvez enfadonho para o leitor ocupar-me minuciosamente de todas as outras indústrias em que execelem os chins. Teria que referir-me aos pacientes trabalhos de marcenaria que produzem os artísticos móveis que guarnecem as mansões dos ricos mandarins; não poderia deixar de lado as primorosas obras

de charão²⁶, com seus curiosos desenhos dourados, e os objetos de marfim e sândalo carvado [*sic*], cuja fabricação é um mistério para quem não está convencido da habilidade e delicadeza do trabalhador chinês; nem me seria permitido calar as inúmeras aplicações que encontra o papel, transformado nessa terra de supremos expedientes, ora em solas de sapatos, cachimbos, lanternas, ou em transparentes *caixas*, *chapéus*, bandejas e mil outros objetos de uso comum; poderia ainda encher algumas páginas descrevendo a fabricação das esteiras, tão usadas no Brasil para guarnecer os soalhos e na China para este e muitos outros usos, e a elaboração dos infinitos utensílios de ouro, prata, ferro, cobre, bronze, cristal, jade, bambu etc. ali aplicados às necessidades ou comodidades da vida. O leitor já teve, decerto, oportunidade de admirar essas obras da indústria chinesa, não o cansarei, portanto, com tais descrições que me levariam fora dos limites do plano desta obra; contentar-me-ei, para concluir este capítulo, em dar breves informações sobre a indústria mineira e sobre a caça e a pesca, que fornecem importante contingente à alimentação pública na China.

Os mais antigos historiadores chineses fazem menção do conhecimento que já se tinha naquele império, na sua primeira época histórica, de quase todos os metais hoje utilizados no mundo. Mas, povo prático por excelência, sempre deram os chins preferente atenção ao ferro e ao cobre, considerando esses dois metais como os mais úteis à economia humana e, só depois de invadido o império pelos europeus, começaram a dar maior desenvolvimento à extração de metais mais preciosos, apenas usados até então como objetos de curiosidade, mas que transações comerciais não tardaram a valorizar.

O ferro e o cobre existem em muitos distritos da China, mas principalmente nas regiões montanhosas do Chan-tung, do Yunan e do Fokien, onde a sua exploração data de remota antiguidade. O sistema chinês de mineração só permite o aproveitamento das camadas superficiais; é tal, porém, a riqueza dos depósitos naturais, que o vasto e

26 – Este verniz prepara-se com a resina do *Rhus vernix* ou sumagre do Japão.

populoso império soube dispensar durante muitos séculos os metais daquela espécie que podiam ser importados para as mil comodidades a que são ali aplicados. Só depois que os chins começaram a fabricar engenhos de guerra e utensílios industriais à imitação dos europeus, foi que sentiram a necessidade de recorrer à importação. Assim mesmo, dá-se ali marcada preferência ao metal indígena por causa da sua pureza e da perfeição da fundição. O aço chinês é especialmente mais estimado do que o europeu.

Do ferro fazem os chins barras e chapas, sinos, canhões e outras armas, utensílios domésticos, martelos, pregos etc., mas dão decidida preferência ao cobre para todos os objetos em que a sua maleabilidade não se torna inconveniente. Além da facilidade em trabalhá-lo, oferece esse metal a vantagem da sua grande abundância e fácil extração. Os fundidores chineses possuem receitas até agora inimitáveis para as combinações do cobre com outros metais, de modo a formar ligas convenientes para os diversos usos dos objetos que fabricam. Os seus sinos e *gongs* de bronze são de uma perfeição admirável, obtendo-se a sua conhecida sonoridade à força de um trabalho paciente em que três ou quatro operários martelam o bronze com golpes de precisão matemática. Na província de Yunan encontra-se em estado natural um cobre branco²⁷, muito maleável e de difícil oxidação. Esse metal é consideravelmente utilizado em muitas indústrias por causa da sua aparência brilhante semelhante à da prata. O mercúrio também abunda na província de Kuei-tcheu; do seu sulfureto preparam os chins um vermelhão cuja consistência e bela cor têm desafiado os esforços de imitação das fábricas europeias.

O processo usado pelos chins para a exploração das minas é dos mais simples e só se deve o sucesso das empresas que se dedicam a essa indústria à economia do trabalho chinês, à sua paciência e perseverança. Os mineiros procuram as veias superficiais nas encostas dos morros, cavando sempre para diante e sustentando com estacas

27 – [Na verdade, uma liga de cobre e níquel, o que confere ao mineral as propriedades descritas.]

de bambu as galerias que abrem. Assim que a veia se aprofunda por demais, a abandonam para buscar outra. Em algumas regiões, principalmente na província de Fokien, existem crostas horizontais de argila ferruginosa que os mineiros tratam com o arado e a enxada para depois lavá-la e isolar o metal que em seguida fundem para levá-lo ao mercado. Para essa operação procedem de modo oposto ao que se pratica geralmente; levam o metal aos bosques de que se extrai o combustível, em vez de trazer este à mina, o que lhes evita maiores gastos de transporte, achando-se as mais das vezes aqueles bosques à margem dos rios pelos quais devem conduzir o produto ao mercado.

Não têm dado os chins menor importância, desde muitos séculos, à extração do carvão mineral. A sua exploração limitava-se, porém, como a dos metais, às camadas superficiais. É tal, todavia, a abundância de carvão de pedra na China que, no ano de 1878, a produção conhecida alcançou a 3 milhões de toneladas; só na província de Se-tchuen os terrenos carboníferos ocupam uma área de 250 mil quilômetros quadrados; o Chan-tung, o Honan e o Chansi são também notáveis pela riqueza dos seus depósitos de carvão, asseverando F. von Richtofen²⁸ que a última dessas províncias poderia fornecer de combustível o mundo inteiro durante alguns milhares de anos. Em Formosa e na província de Petchili já se começou a explorar as minas de carvão pelo sistema europeu, o que permitiu decuplicar a produção, combinando o poder da mecânica europeia com a laboriosidade chinesa. Nas minas do Petchili, especialmente, verificou-se a inextinguível aptidão dos trabalhadores chineses para essa sorte de indústria; em poucos anos, a companhia chinesa que explora essas minas conseguiu vencer a competência do carvão estrangeiro no norte da China, monopolizando o fornecimento de combustível para os numerosos vapores que navegam naquelas costas, para o arsenal de Tien-tsin e outras necessidades locais.

Mas, de todas as indústrias extrativas, aquelas em que mais exceleem os chins é a do sal, seja nas marinhas ou nos abundantes

28 – *Geographical Review*.

depósitos minerais que se encontram em algumas regiões do império. Não creio demais estender-me um pouco na descrição dos seus poços de sal e fogo, em cuja construção e exploração revela aquele povo e seu incomparável engenho para todas as empresas que demandam paciência e força de vontade. A aptidão especial dos chins para tão árduo trabalho poderia ser proveitosamente empregada nas nossas províncias interiores, onde o transporte do sal importado tanto eleva o preço desse indispensável produto e em cujo rico solo devem existir, decerto, depósitos naturais que só esperam a economia de braços para serem vantajosamente explorados.

Os mais notáveis poços de sal e fogo²⁹ da China existem na província de Se-tchuen. Já em 1827 contou o padre Imbert mais de 30 mil no distrito de Tse-liu-tsing, numa área de cinquenta léguas quadradas. Desses poços extraem-se água saturada de sal e fornecem também um gás inflamável (provavelmente o carbureto de hidrogênio) que é sabiamente aproveitado como combustível para a evaporação da água e condensação do sal e para a iluminação das oficinas em que o trabalho é contínuo de dia e de noite.

Para cavar os poços começam os mineiros por abrir na rocha à talhadeira e martelo um buraco vertical de um palmo de fundo e seis polegadas de diâmetro. Aí introduzem a ponta de um grosso bambu de um metro de comprimento e bem liso por dentro, o qual é mantido em posição perpendicular por um montão de pedras e terra de que o rodeiam. Dentro desse bambu deve trabalhar uma barra de aço de ponta dentada e do peso de 300 a 400 libras, suspensa por uma corda a um aparelho que a deixa cair com toda a força do seu peso. Quando o trabalho já está adiantado dispensa-se o bambu, cujo objeto é apenas guiar a barra no princípio da perfuração.

Com esse sistema, parecido ao empregado na abertura dos poços artesianos, conseguem cavar por dia dois pés em rocha, o que exige algumas vezes dois anos para que o poço alcance a profundi-

29 - [*Poços de petróleo rudimentares.*]

dade desejada, que excede frequentemente de dois mil pés. Mas então obtém-se uma plena compensação de tão insano trabalho, fornecendo cada poço uma fonte quase inesgotável de água salgada. Para obter o sal, extraem a quantidade dessa água necessária para a elaboração diária, por meio de canos de bambu, munidos de uma válvula na parte inferior, que são introduzidos no poço e retirados cheios de água. Esta é então elevada a um grande depósito donde distribui-se por tubos, sempre de bambu, às bacias de ferro fundido em que deve evaporar-se a água e condensar-se o sal. Cada poço trabalha geralmente para 300 bacias de cinco pés de diâmetro e somente quatro polegadas de profundidade. Depois da extração da quantidade d'água necessária para alimentar as bacias, adapta-se à boca do poço um sistema de tubos de bambu que conduzem o gás inflamável que deve aquecer as bacias, cada uma das quais chega a condensar diariamente até 300 libras de sal claro e duro como pedra. As extremidades dos bambus por onde sai a chama são preservadas do incêndio por canos de barro de um pé de comprimento nelas introduzidos. Nas empresas que possuem mais de um poço extrai-se alternadamente água de um e fogo de outro, de modo a nunca interromper o trabalho. A proporção em peso do sal extraído da água regula em 15%; alguns poços do distrito de U-tong-kiao chegam mesmo a dar 25%, mas nesse distrito os poços não contêm gás inflamável, compensando os gastos de carvão a vantagem da maior saturação da água.

A relação do missionário Imbert de que tirei estas informações entra ainda em interessantes detalhes sobre a construção das oficinas e os meios engenhosos e econômicos de que se valem os chins nessa curiosa indústria. Não cansarei, contudo, a atenção do leitor com a reprodução desses detalhes, limitando-me a traduzir o juízo que a esse respeito emite o padre Huc. “Por essa relação” – diz este sábio missionário –

pode-se fazer uma ideia do caráter industrioso dos chins; as ciências físicas estão ainda entre eles em estado elementar; só as cultivam com um fim de aplicação imediata, mas suprem com uma paciência prodigiosa ao que lhes falta de conhecimentos aperfeiçoados e de

verdadeiro progresso. O que torna sobretudo notável o seu trabalho é a extrema simplicidade dos seus processos; com recursos limitadíssimos obtêm os mesmo resultados que exigiriam combinações científicas em outras partes. Sempre procuram tudo simplificar; as ciências físicas não lhes serviriam senão de estorvo e com o seu auxílio talvez não conseguissem os mesmos resultados; com sagacidade e perseverança são capazes de levar a cabo as empresas mais cheias de dificuldades; o tempo é o seu ponto de apoio e a paciência a sua alavanca; eis os dois grandes princípios da sua física.

Tornando a exígua dimensão das propriedades rurais difícil, na China, o sacrifício do espaço necessário para a criação de animais domésticos, lançam mão os chins da caça e da pesca, para fornecerem-se de um gênero de alimentação que constitui um importante recurso num país, onde antigos hábitos limitam consideravelmente o consumo da carne de vaca e de carneiro. A caça deixa de ser aí uma diversão, formando uma verdadeira profissão à qual dedicam os chins o seu espírito inventivo, para torná-la produtiva e conseguir por meio dela abastecer os mercados de um alimento barato e de uma abundância desconhecida em qualquer outra parte.

Os inúmeros rios que cortam o império são teatros de periódicas carnificinas que causam a admiração dos viajantes europeus quando presenciaram a volta de dois ou três caçadores trazendo centenas de patos ou outras aves selvagens, depois de uma caça de poucas horas. Cessa, porém, essa admiração desde que se tem conhecimento do sistema empregado.

Ainda que nenhum regulamento limite a época da caça, existe entre os que dela fazem profissão um acordo tácito, ditado pelo bom senso que caracteriza o espírito chinês, pelo qual só se entregam a esse exercício depois do completo crescimento das crias, em cada uma das paragens onde, à margem dos rios ou pântanos costumam reunir-se as aves. Só então começa a destruição que nunca é, contudo, encarniçada, permitindo o próprio processo de caçar que sejam naturalmente poupados os animais necessários à procriação. Este processo é o seguinte.

À tardinha, quando os patos procuram o seu acostumado pouso noturno, dois ou três caçadores deixam-se deslizar silenciosamente à correnteza do rio, em um barco construído especialmente para esse serviço, no qual acham-se dispostas em um bordo três baterias, cada uma formada de dez ou doze espingardas de mecha. A bateria inferior aponta o nível d'água, outra um pouco acima e a última para o ar, todas na mesma direção. Guiado o bote águas abaixo, apenas usando do leme, até enfrentar um numeroso bando de patos a seis ou oito metros de distância, descarregam-se uma depois da outra as três baterias que, fazendo o ofício das modernas metralhadoras, abatem inúmeras vítimas. Os fuzis estão carregados de pedrinhas e pedaços disformes de ferro, o que espraia o fogo. Os tiros inferiores abatem as aves que estão à tona d'água, o barulho faz levantar as que escapam, as quais sofrem o fogo sucessivo da segunda e terceira bateria, cujas descargas são estudadamente espaçadas com relação ao tempo que costumam gastar os pássaros para levantar o voo. Tal é a mortandade dessas caçadas que os pousos em que se realizam são respeitados durante algum tempo por patos e caçadores até que a obra da natureza os tone a povoar e permita uma proveitosa repetição de tais expedições.

Mas, não fazem menor prodígio com suas mal amanhadas espingardas de mecha, que apenas alcançam a quinze ou vinte passos, os caçadores isolados percorrem os campos vizinhos das cidades. Compensando a deficiência do alcance dessas armas pela habilidade com que conseguem aproximar-se dos bandos de patos ou perdizes, fazem tiros certos que, pela própria construção da arma e disformidade da sua carga, abrangem um espaço do qual dificilmente escapam as aves assustadas que voam em todas as direções. Para usá-los, sustêm esses fuzis pelo meio com a mão esquerda e aplicam na face direita a coronha de madeira que termina em ponta com a forma de uma presa de elefante; com a mão direita seguram na mecha acesa com a qual prendem fogo a outra mecha pequena que comunica, por um buraco na espingarda, com a carga de pólvora. À extravagante forma dessas coronhas devem

os caçadores a ferida ou cicatriz no rosto com que são facilmente reconhecidos. Mas tal é a força do costume, que raros são os que adotam as armas europeias, cujas vantagens transformam-se em inconvenientes para os que estão habituados àquelas espingardas primitivas.

Outros caçadores usam de armadilhas, habilmente dissimuladas nos campos, para apanhar desde os tigres da Manchúria até as perdizes que abundam e se vendem por preços ínfimos nas províncias de leste da China.

É, porém, a pesca que ocupa maior número de braços nas costas e nos rios. Com o arroz e o chá, forma o peixe a base da alimentação da população da maior parte da China; não é, portanto, extraordinário que um povo tão inteligente e laborioso tenha conseguido, não só multiplicar as espécies que povoam seus mares e seus rios, como também aplicar processos dos mais engenhosos para aproveitar essa classe de alimentação. Além da rede, que assume várias formas e dimensões, segundo a pesca a que é destinada, usam os chins de outros artifícios especiais. Nas noites de luar, por exemplo, adaptam às bordas de seus barcos, mergulhados até quase o nível d'água, compridas tábuas lisas e escorregadias, pintadas de branco, que se estendem para os lados com um ligeiro declive para o barco; os peixes, saltando, caem frequentemente nessas tábuas e escorregam até o barco, onde o pescador encontra geralmente no dia seguinte uma provisão que pouco trabalho lhe custou. Quando a noite está escura pescam, com lanternas e usando do arpão, certos peixes maiores. É por esse sistema que apanham o tubarão, cuja carne vende-se nos mercados e cujas barbatanas são apreciadas pelos epicuristas. Em algumas paragens preparam as praias de modo que a maré de enchente cubra uma certa superfície, entrando a água por uma abertura, que tapam em seguida com esteiras em forma de peneira, obtendo que com a vazante fique em seco grande porção de peixes. Também adestram corvos marinhos que mergulham e trazem o seu dono os peixes que apanham. Para impedir que esses pássaros comam a sua caça, passam-lhes uma argola no pescoço, o que não lhe permite suficiente dilatação para engolir.

Não sei se deverei chamar pesca ou caça a importante colheita de uma espécie de alga marinha de que fazem os seus ninhos alguns pássaros de beira-mar, principalmente o *Hirundo esculenta*. Estas algas são ora pescadas, quando flutuam, em determinadas épocas, sobre a superfície do mar, impelidas pelo vento e pela correnteza desde o arquipélago da Malásia, onde abundam, e ora caçadas, na forma de ninhos suspensos nas escabrosidades dos rochedos da costa. Vendidas secas, com a aparência da aletria, fornecem essas algas um alimento insípido cujo único mérito é o seu alto preço.



CAPÍTULO V

MACAU

Hostilidades chinesas – Os *fieis aliados* de Portugal – Macau salva pelos mandarins – Jugo chinês – Um governador mártir – Expulsão do rabicho – Uma tranca em porta arrombada – Disputa de soberania – Argumentos chineses e portugueses – Opinião do visconde de Santarém – A praia – Modas passadas – Cupido em Macau – Ingleses descamisados – Calçadas e calçadinhas – Comércio decadente – Negligência governamental – Judeu ou trovador – O jogo em Macau – Plebeus e patrícios – Mônaco na China – O fan-tan e a roleta – Pesca de dólares – Relíquias na arquitetura – Os barracões – Gruta de Camões – Reflexões interrompidas – Cheiros e cheiros – Sagacidade canina – Pés pequenos – Ciúmes de um príncipe – Solicitude paternal – Os *lírios dourados* e o espartilho – Um pouco de estética – Processo de mutilação – Explicação gráfica.

Desde a sua fundação, que relatei no capítulo II deste livro, até a época contemporânea, tem tido o estabelecimento português de Macau uma vida constantemente agitada pelas lutas contra a reivindicação do seu território pela China e os ciúmes de outras potências europeias, que não viam com agrado em poder de uma nação de segunda ordem esse antigo berço das relações políticas e comerciais da Europa no Extremo Oriente.

As condições incertas da concessão feita em 1557 para o estabelecimento de uma feitoria na península em que se levanta Macau e a aparente debilidade dos seus povoadores não tardaram a excitar os desejos das autoridades chinesas de expulsá-los desse território. Já em 1573 começaram, nesse sentido, tentativas que chocaram contra a corajosa resistência dos portugueses, contentando-se então os chins em levantar uma alta muralha através do istmo que divide em duas partes a ilha do Hiang-chang e proibir aos súditos do império toda comunicação com os *Fun-Kuai*. Estas medidas produziram, porém, efeitos opostos ao propósito que as ditava pois, impossibilitados de entregar-se ao lucrativo comércio com os europeus, cuja importância ia crescendo todos os anos, muitos chins resolveram fixar sua residência em Macau, onde encontravam todas as facilidades para dirigir as transações com a praça de Cantão, apesar da vigilância dos mandarins, ou dedicar-se à manufatura dos artefatos que começavam a obter preços fabulosos nos mercados europeus. Assim cresceu Macau em população e importância, tornado-se desde então o centro do comércio europeu com a China, o Japão e as Filipinas.

Mas aquele estado de hostilidade nem sempre se manteve entre os chins e os portugueses. Desde 1583 até 1744 conseguiram estes várias concessões que deram à colônia uma autonomia, apenas limitada pelo pagamento de um tributo anual de perto de dois contos de réis e pela faculdade reservada a um mandarim, ali residente, de julgar os crimes cometidos pelos súditos imperiais. Em 1744, o assassinato de um chin por um europeu provoca a intervenção das autoridades chinesas, que fazem ocupar militarmente a praça e entregam o seu governo a um mandarim especial. Durante um século, a partir daquele ano, não consegue a colônia libertar-se do domínio que nela exercem os chins; as rendas da alfândega e a percepção dos impostos conservam-se em poder dos mandarins, que não perdem ocasião de invocar a plenitude da soberania da China nesse território, aproveitando a fraca resistência que encontram nos portugueses de Macau, descoroçoados pela falta de apoio da metrópole, a braços, então, com os embaraços da sua própria situação política. Dias

aziagos assinalam para Macau os primeiros anos desse século. As dificuldades continentais que puseram em risco a existência da monarquia portuguesa e determinaram a transferência da corte de d. João VI para o Brasil, produziram o abandono desse longínquo estabelecimento a si mesmo. Os ingleses, que sempre viam com inveja o privilégio de que desfrutava Portugal com a posse de tão importante empório comercial, acharam excelente a oportunidade para dar expansão ao seu tradicional espírito usurpador e, sob o pretexto de auxiliar o seu aliado contra a possibilidade de um ataque por parte dos franceses, a quem nunca ocorrera levar a guerra tão longe, despacham, em 1808, uma esquadra e forças de desembarque para ocupar Macau. Essa expedição, repetição de uma tentativa igual malograda em 1802, esteve a ponto de produzir a perda daquele estabelecimento para Portugal. Se da primeira vez a energia do governador José Manoel Pinto poupou à colônia uma ocupação, talvez definitiva, por tão *leais aliados*, quem sabe o que teria sucedido se, à frouxa oposição das autoridades portuguesas, a quem faltavam instruções e mesmo notícias exatas dos desgraçados sucessos em que se retorcia então a monarquia lusitana, não se aliasse o empenho com que procuraram os chins firmar o seu direito de soberania, opondo-se com hábil diplomacia à pretendida ocupação. Mas, salva Macau das garras do leão britânico pelos esforços reunidos de portugueses e chins, passado o perigo com a partida da esquadra inglesa, ressentiu-se muito a colônia da força moral que esse incidente deu às autoridades chinesas. Não pouparam elas as demonstrações do seu orgulho pela vitória que acabavam de alcançar, fazendo pesar a proteção que tinham concedido, definida em termos arrogantes nas proclamações e nos ofícios dirigidos às portuguesas durante o conflito, e que estas não podiam, em tão angustiosos momentos, rebater com a independência e dignidade devidas.³⁰

Daí proveio uma situação embaraçosa, que só cessou depois da Guerra do Ópio, cujos resultados, de influência indireta para as relações políticas e comerciais de todos os europeus com a China, levantaram o

30 – Como simples curiosidade reproduzo no Apêndice B um desses documentos, extraído do suplemento à *Colleção de Tratados* de BICKER, J.. Tomo 7. p. 364.

espírito abatido da colônia, permitindo-lhe subtrair-se ao jugo que a oprimia e participar desassombradamente do lucrativo comércio que se inaugurava. Aterrorizados os chins pela fácil derrota que acabavam de sofrer dos ingleses, não distinguiam as diferentes nacionalidades dos *Fan-Kuai* e as respeitavam igualmente. O enérgico governador Ferreira do Amaral tirou habilmente partido dessas disposições, tratando de emancipar a colônia das cargas e humilhações que lhe impunham os mandarins; mas, a sua carreira foi bruscamente interrompida pelo assassinato cometido na sua pessoa por alguns chins mais fanáticos. Receosos de que a impunidade desse crime estabelecesse uma funesto precedente, os ministros estrangeiros intervêm e exigem com energia uma imediata reparação, que o vice-rei de Cantão, intimidado, apressa-se a dar, ordenando o suplício dos assassinos. Pelo seu lado, os portugueses aproveitam as favoráveis circunstâncias daquela intervenção, expulsam os mandarins que ainda se mantinham em Macau e derrubam a muralha que isolava o seu território.

Estes fatos deram-se no ano de 1845, tarde, infelizmente, para que, amparada na sua antiguidade e vantajosa situação, conservasse Macau a supremacia que tinha, até então, no comércio estrangeiro e desfrutasse do prodigioso incremento que começaram a ter as transações com a abertura de vários portos da China aos europeus. Já erguia-se, porém, na alcantilada ilha de Hiang-Kiang, a sua poderosa rival Hong Kong, a qual, em mãos mais hábeis, não tardou a chamar a si todo o movimento comercial dessa região, pelas liberdade e decidida proteção que desde a sua fundação obteve da Inglaterra. Constante na sua política morosa, o governo português só decidiu-se a imitar tão benéfico exemplo em 1846, decretando a franquia do porto de Macau; mas, essa tardia concessão nenhuma vantagem sensível produziu; o comércio caiu às reduzidas proporções em que ainda se encontra e só teve a colônia, daí em diante, certa animação durante o tráfico de *coolies*, que se iniciou no ano de 1850, e ofereceu ao mundo civilizado odioso espetáculo durante um quarto de século.

Se, contudo, os acontecimentos que acabo de narrar afirmaram o domínio de fato dos portugueses, nem por isso deixou de subsistir

a questão de direito relativa à soberania, que a China e Portugal ainda se disputam sobre o território de Macau. Apresentam os chins argumentos fundados na antiga concessão feita aos primeiros povoadores desse estabelecimento, cujas bases condicionais têm sido confirmadas por numerosos precedentes do reconhecimento da soberania chinesa pelas autoridades da colônia e pelo próprio governo português. Creio que aqueles argumentos não podem, em justiça, ser vencidos pelos arrazoados calcados nas práticas europeias e na legislação chamada internacional, ainda que de nenhum efeito para as nações que não a aceitam. Entre as alegações dos portugueses figuram, por exemplo, a prescrição pelo longo prazo da ocupação e a sanção da soberania de Portugal em Macau pelos Estados europeus. Equiparam o tributo anual pago ao imperador da China às contribuições que recebe este monarca dos reinos de Coreia, Sião e outros, que não perdem, por isso, os seus direitos de soberania e independência. Não cabe, porém, neste livro o desenvolvimento de uma questão já tão debatida e sobre a qual escreveu uma interessante *Memória*³¹ o ilustrado estadista português visconde de Santarém. Notarei apenas que este escritor prepara a condenação da causa de Portugal, oferecendo por primeira base de um julgamento o estudo da legislação e prática na China em matéria de aquisição e posse de propriedades territoriais.³²

Ora, essa legislação, que o autor daquela *Memória* confessa desconhecer, não admite a existência de um perfeito direito de propriedade; o imperador é o único possuidor de todo o território da China e apenas concede o seu usufruto vitalício ou hereditário, mas sempre limitado por determinadas condições.³³

Deixando porém o estudo das consequências da legislação celestial que acabo de citar aos leitores interessados nessa questão,

31– [SANTARÉM. Manoel Francisco de Barros e Souza, Visconde de (e outros). *Memória sobre o estabelecimento de Macau*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1879.]

32 – BICKER, J.. Op. cit. p. 256.

33 – Já iniciada a impressão desta obra, fui informado de que Portugal concluiu, em fins de 1887, um tratado com a China, no qual consta que obteve concessões relativamente à questão de soberania em Macau.

guiarei os que dela não se preocupam numa excursão a Macau.

A *Cidade do Nome de Deus não há outra mais Leal*³⁴ ocupa a parte sul da pequena península que termina a ilha de Hiang-Chang. Nove morros a dominam do lado do mar, erguendo-se em quatro deles outras tantas fortalezas armadas de antiga artilharia. O bairro onde se albergam os 4.000 europeus que vivem em Macau acha-se situado na parte leste da cidade e apresenta um alegre aspecto, com suas construções pintadas de vivas e variadas cores, seus seculares conventos e igrejas e seu belo passeio a beira-mar, que recordou-me a *Promenade des Anglais* de Nice ou a praia de Botafogo.

A “Praia” é o nome desse passeio onde, à tarde, saem a respirar a suave brisa do mar morenas europeias ou amarelas mestiças, trajando vistosas saias que procuram imitar as modas um pouco atrasadas de Paris.

Carros antiquados, cadeirinhas e pedestres cruzam-se constantemente em uma e outra direção, parando de vez em quando para permitir alguns cumprimentos ou confidências de amor, arte a que se dedicam assiduamente os mancebos de Macau, por não encontrarem, talvez, outra ocupação. Não se pode, porém, negar que empreguem grande engenho para ostentar uma *toilette* sempre cuidada. Nada mais interessante do que esses moços de fisionomia chinesa e cabelo naturalmente lustroso, trajando elegantes fraques, com os pequenos e bem formados pés apertados em brilhantes botinas e o pescoço encerrado em altos e duros colarinhos rodeados de coloridas gravatas. É Macau a única cidade da China em que se mantém a pretensão dos trajes europeus, ainda que adulterados pelo gosto e a distância e pela especulação do comércio, que encontra aí cômodo mercado para os artigos passados de moda. Em outras partes, os residentes estrangeiros adaptam o seu traje à comodidade de movimentos ou às condições do clima; Macau, porém, conserva aquela originalidade, que não deixou de produzir-me grata impressão, ainda que certa estranheza, depois que os meus olhos se tinham habituado, na minha longa

34 – Inscrição que figura na fachada do Paço do Senado desde 1654.

viagem desde o istmo de Suez, a só ver como exceção a comprida sobrecasaca e o chapéu de copa.

É verdade que os ingleses nunca abandonam a casaca e a gravata branca para sair à noite; mas, durante o dia chegam a suprimir a camisa e só usam daqueles chapéus de formas extravagantes que chamam a atenção dos *flaneurs* da nossa rua do Ouvidor, quando aporta ao Rio de Janeiro algum vapor da Austrália.

Não são, porém, somente os janotas e as elegantes de Macau que lhe dão um cunho especial entre as cidades da China. As suas ruas escabrosas, com suas escadinhas que lembram as velhas calçadas lisbonenses; as suas casas de construção irregular, ornadas de balcões de madeira verde, estilo árabe, ou de janelas engradadas; as numerosas igrejas e os conventos empoeirados, residências de padres que circulam gravemente, como quem tem consciência da sua influência, vestindo amplas batinas e deitando a benção sobre os transeuntes; o contínuo repique dos sinos e o retumbar dos tambores da guarnição, tudo dá a Macau uma fisionomia que contrasta com a das outras cidades, onde predomina o espírito prático dos ingleses e em que a atividade comercial absorve todas as outras manifestações da vida. Mas o comércio de Macau está em constante decadência e não parece longe de limitar-se às necessidades locais. Em vinte anos, o número anual das saídas de navios do seu porto caiu de 1.000 a 200, sendo estes, pela maior parte, embarcações de cabotagem que transportam a Hong Kong o chá ainda exportado da colônia portuguesa no valor de dois mil e quinhentos contos. A sua importação é mais considerável, chegando à cifra de dez mil contos, quantia quase totalmente representada pelas sete mil caixas de ópio introduzidas anualmente³⁵.

Estas cifras, tão inferiores às que indicam o movimento comercial da maior parte dos outros portos abertos aos estrangeiros, mostram a decadência dessa cidade, que durante alguns séculos monopolizou as transações da Europa com a China. Essa triste situação de Macau

35 – Não sei onde obtiveram alguns escritores os dados pelos quais atribuem a Macau um movimento comercial de mais de 100 milhões de francos anuais.

é uma aproveitável lição para aqueles governos que descuidam de ocorrer às medidas indispensáveis para o desenvolvimento da riqueza comercial e para a exaltação da nação que lhes confia os seus destinos. Se Portugal não houvesse, durante tantos anos, abandonado a sua afastada colônia; se lhe concedesse em tempo as facilidades comerciais de que precisava; se a não tivesse apenas considerado como fonte de uma insignificante renda e fizesse o reprodutivo sacrifício necessário para o melhoramento do seu porto, a muitos respeitos o primeiro dessa costa, não há dúvida [de] que seria hoje Macau o principal empório desse remunerador comércio, em benefício e para a glorificação da nação portuguesa.

Mas, a estas reflexões do economista podem-se opor, e talvez com vantagem, as do moralista. A imensa riqueza comercial que, a custo de ingente trabalho e de uma vertiginosa ambição, atesouram anualmente Hong Kong e outros centros europeus na China, poderá por acaso compensar o ideal bem-estar em que vivem os modestos habitantes de Macau, à sombra dos seus pitorescos morros, no gozo de um clima privilegiado e embalados pelas gloriosas recordações do passado? Esta pergunta faz meditar o filósofo sobre o verdadeiro sentido da palavra felicidade. Onde encontrá-la: no judeu, ávido de ouro, a quem o afã de amontoá-lo faz desprezar aqueles mesmos gozos que lhe poderia proporcionar o cobiçado metal ou no sentimental trovador, cuja própria miséria exalta as inefáveis expansões d'alma? É este um problema que não é dado à humanidade resolver, e menos de admitir que a felicidade reside aí onde cada um julga encontrá-la; mas, nos próprios europeus que habitam aquelas longínquas regiões, temos um exemplo de que não há quem esteja contente da sua sorte. Com efeito, os moradores de Macau vivem sonhando com a sua mudança para Hong Kong e, em compensação, muitos residentes desta última cidade só almejam enriquecer para retirar-se a Macau. Alguns já aí se estabeleceram definitivamente, outros possuem na colônia portuguesa bonitas chácaras, onde vêm passar o verão, muito mais suave do que em Hong Kong.

Não são, entretanto, somente os europeus os que dão merecido

apreço às qualidades de Macau; muitos chins acomodados aí fixam sua residência, seja para procurar o amparo do pavilhão português contra as tendências acaparadoras das autoridades imperiais, ou para entregar-se à sua paixão favorita, o jogo.

Proibidas as casas de jogo pela legislação do império, obtém Portugal uma importante renda desses estabelecimentos, que transformam a sua colônia em um verdadeiro Mônaco chinês. Aí acodem de Cantão e das cidades da costa, até Xangai, os devotos da sorte: chins, pela maior parte, e europeus alguns.

Existem em Macau estabelecimentos para todas as bolsas e condições sociais; desde a espelunca onde, à noite, numa atmosfera impregnada da fumaça do ópio e tabaco ou das emanações da aguardente de arroz, do *whiskey* e outras importações civilizadoras, a ralé da população arrisca ruidosamente aos dados as sujas sapecas³⁶ ganhas a custo do trabalho diário, até o elegante edifício onde mandarins e negociantes endinheirados pagam, gostosos, as emoções do jogo pelo sacrifício de avultadas quantias.

Nota-se, entretanto, uma sensível diferença ao comparar-se estes estabelecimentos aristocráticos da China com as mais afamadas bancas europeias. O público que frequenta uns e outras ressen-te-se do diverso temperamento das raças e dos hábitos de educação que as distinguem. Nunca perdem os jogadores chineses dessa classe a sua gravidade habitual e a calma e decência a que são obrigados pelos ritos os que na China formam ou pretendem formar parte da sua aristocracia de posição ou dinheiro. Ao ter ocasião de presenciar essa atitude, recordei-me com sentimento das tristes cenas a que tinha assistido em Mônaco, nas horas febris em que, à roda das mesas de trinta e quarenta ou de roleta, esquecem os jogadores de todas as conveniências sociais, transformando-se em feras, ávidas, não de sangue, mas sim de ouro, que lhes faz desprezar até os mais sagrados sentimentos que caracterizam as sociedades cultas. Aí desaparecem as considerações que impõem as

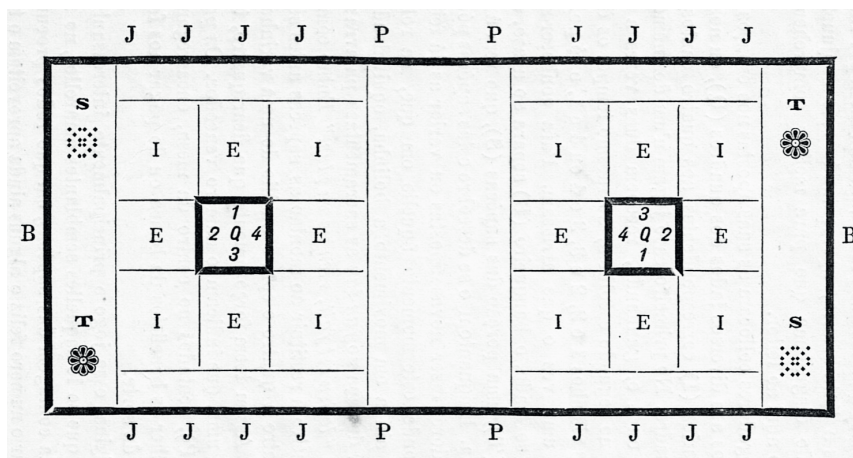
36 – Moeda de cobre que vale 2 réis.

diferenças de posição, idade ou sexo; tudo se confunde numa única preocupação: o ganho. As damas de mais alto coturno não atendem à desordem do vestuário, nem se lembram os galantes dos salões aristocráticos daquelas atenções e cortesias que costumam fazer o encanto das suas relações como o sexo frágil. Só domina aí um pensamento: o de transferir o dinheiro do próximo para a própria algibeira e, à exceção de alguns *turistas* curiosos, raros são os que frequentam Mônaco com outro propósito senão o de auferir lucros, destinados à satisfação das paixões desordenadas da vida elegante nas capitais europeias. Nos *infernos* da China predomina outro sentimento menos repugnante, senão mais louvável, que é o da simples satisfação de um vício que cada um está disposto a pagar na medida de sua fortuna. De presença sempre correta e com plácido sorriso nos lábios, contrastam os frequentadores do *fan-tan* de Macau com os *habitués* da roleta ocidental, pela serenidade e amabilidade com que jogam e ganham ou perdem somas importantes, agradecendo ou lastimando a sorte, não pelos benefícios ou prejuízos pecuniários que lhes resultam, senão pelo contentamento ou pela decepção que obtêm. É certamente esse o vício na sua expressão mais genuína; mas, ninguém duvidará que as suas consequências são menos deploráveis do que as que registram as estatísticas de numerosos suicídios e outros crimes incubados nas casas de jogo europeias.

A não ser antiquíssimo o jogo do *fan-tan*, poderia passar por uma simplificação da roleta. O tapete em que, neste último jogo, acham-se inscritos os trinta e seis números e outras marcas, reduz-se naquele a um simples quadro de papelão a cujos quatro lados correspondem os números 1, 2, 3, e 4. Também o disco em que, na roleta, acham-se marcados os números, alternadamente coloridos de preto e vermelho, e no qual se põe a rodar uma bolinha que deve designar o número sorteado, é substituído no *fan-tan* por um montão de sapecas e uma taça de porcelana.

Antes de descrever esse interessante jogo, devo dar uma ideia do local onde se joga. Imagine o leitor uma vasta sala baixa, onde

se estende uma mesa quadrangular de uns quatro metros de comprimento e um e meio de largura, sobre a qual se abre no teto um orifício de forma elíptica que atravessa os dois andares superiores do edifício, permitindo aos jogadores, que não obtiveram ou quiseram lugar embaixo, tomar desde ali participação no jogo, encostados às balaustradas que guarnecem, em cada andar, aquele orifício³⁷. Em cada cabeceira dessa mesa senta-se um banqueiro e no centro dos dois lados maiores colocam-se diversos apontadores ou pagadores. Os jogadores rodeiam a mesa, uns sentados e outros de pé por detrás. Cada banqueiro preside a uma partida independente da outra, tendo diante de si e a uns cinquenta centímetros de distância da sua cabeceira um dos quadros de papelão a que acima me referi. Os lados desses quadros são prolongados na mesa por linhas traçadas a tinta branca, apresentando esse conjunto a forma do diagrama que para melhor compreensão ofereço aqui ao leitor.



Mesa de Fan-Tan

Os jogadores colocam as suas apostas nos espaços (E) contíguos aos diversos lados dos quadros (Q), ou nos intermediários

37 – As pessoas que já tiverem embarcado compreenderão facilmente esta disposição, comparando-a com a das escotilhas que permitem as comunicações entre o convés e as repartições inferiores dos navios.

(I) correspondentes aos quatro cantos de cada quadro. No primeiro caso jogam num dos números 1, 2, 3 ou 4 e, ganhando, recebem duas vezes a sua aposta; no segundo escolhem, ao mesmo tempo, os dois números vizinhos 1 e 2, 2 e 3, 3 e 4 ou 4 e 1, e só podem ganhar uma vez o que arriscam. Para conhecer-se o número sorteado, o banqueiro (B) separa ao acaso, com a taça (I), uma porção das sapecas (S), que tem à sua esquerda. Enquanto não se descobre estas sapecas podem os jogadores fazer novas apostas ou variar as já feitas; corresponde este momento àquele em que, na roleta, acha-se ainda em movimento a bolinha, equivalendo o levantar da taça no *fan-tan* às sacramentais palavras de Mônaco “*le jeu est fait, rien ne va plus.*” Então começa o banqueiro a restituir ao montão as sapecas antes separadas, quatro a quatro e com o auxílio de uma varinha de marfim. Assim têm forçosamente que ficar quatro, três, duas ou uma, que indicam o número vencedor. Os pagadores (P), sentados no centro da mesa, encarregam-se de recolher os benefícios da banca ou de pagar aos favorecidos da sorte.

É original esse jogo e principalmente interessante a emoção que se lê naqueles semblantes amarelos, no momento da contagem das sapecas, em que todos procuram antecipar o número feliz e alguns ainda aproveitam o tempo para fazer apostas particulares. O que há, porém, de mais curioso é a animação que se nota nas galerias superiores onde se colocam os jogadores ma[ç]s pretensiosos, em atenção àquele sentimento, a que já me referi, que faz preferir à classe aristocrática as alturas dos estabelecimentos abertos ao público. Barrigudos mandarins e negociantes ricamente vestidos não parecem aí interessados, senão por distração, no que se passa por baixo; comendo doces ou sorvendo chá, entretêm-se em alegre conversação, fazendo, de vez em quando, descer até a mesa de jogo suas quantiosas apostas, contidas em cestinhas suspensas por barbantes. Os banqueiros e pagadores encarregam-se de colocar nos espaços indicados essas cestinhas, que os jogadores puxam para cima, vazias ou carregadas dos benefícios das paradas, oferecendo pelos seus gestos e emoções o simulacro de uma verdadeira pescaria.

Facilmente se verifica que no jogo do *fan-tan* tem grande vantagem o banqueiro. Com efeito, supondo quatro jogadores, em números diferentes, qualquer que seja a sorte, recolhe o banqueiro três mil réis dos que perdem, para pagar dois ao que ganha, ficando sempre com o benefício de um mil réis em cada jogada. As apostas nos espaços intermediários não alteram esse resultado que deixa um lucro provável de 25% sobre a soma total das jogadas. Ora, pelas comodidades que, segundo acabo de descrever, oferecem as casas de jogo de Macau para uma crescida concorrência, pode-se avaliar os pingues benefícios que obtêm os que arrendam o privilégio de mantê-las, pagando ao governo português uma contribuição anual que tem alcançado a 500 contos da nossa moeda.

Se, na verdade, não produz o vício do jogo, na China, consequências tão fatais como na Europa, não deixaria a sua prática exagerada de perturbar ali, como em qualquer parte, a vida normal dos que a ela se entregassem, em prejuízo da marcha harmônica da comunidade, que exige, para o seu natural desenvolvimento, o concurso do trabalho de todos os seus membros e não admite a estagnação de forças em tão improdutivo ocupação. Assim o compreendeu o governo chinês, repudiando do seu território os estabelecimentos de jogo, sendo de lastimar que Portugal não se decida a sacrificar uma imoral fonte de renda, expurgando da sua colônia uma vergonha que só encontra paralelo na permanência do cassino de Mônaco nas fronteiras da França e Itália.

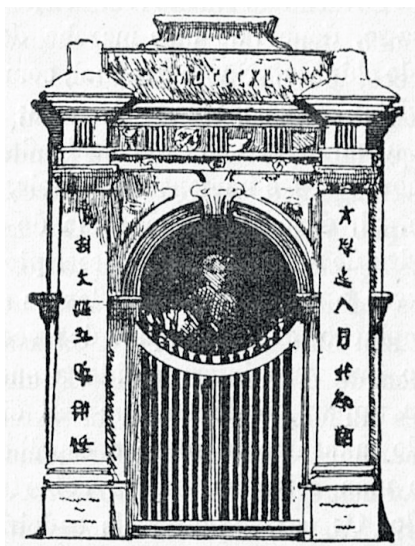
O palácio do governo de Macau é um vasto edifício cuja arquitetura nada tem de notável. A mobília que o guarnece merece, porém, a atenção dos amantes de coisas antigas, e algumas peças obteriam, certamente, como tais, preços fabulosos em Paris ou Londres. Também admirei ali o magnífico serviço de porcelana chinesa antiga, com o qual ofereceu o amável governador Graça um banquete à missão de que eu fazia parte.

Entre outros edifícios, senão elegantes, ao menos respeitáveis pela sua idade, notam-se a Catedral, o Paço municipal, o Senado e a igreja de

São Paulo, construída em 1594. Esses edifícios estão ornados exteriormente de estátuas de mármore e granito, deformadas pela intempérie, e interiormente, de pinturas *a fresco*, quase destruídas pela incúria. Ao sair desses monumentos seculares, acorda o viajante como de um sonho, sentindo-se na China, depois de ter sido transportado em espírito a alguma antiga basílica de Portugal ou Espanha.

Outras ruínas que ainda causam mais triste impressão são os barracões onde, até 1874, eram armazenados os infelizes *coolies* destinados à exportação para Cuba e o Peru. Quantas lágrimas, quanto sangue não verteram aí essas desgraçadas vítimas da odiosa especulação, em cujos lucros participavam desde os insensíveis governantes de Portugal até os ávidos recrutadores, que, com falaciosas informações, iam seduzir nos confins de remotas províncias os futuros mártires das fazendas de Cuba ou do guano das Ilhas Chinchas?

Estas e outras reflexões, que me sugeria a recordação de uma época, felizmente sepultada no arquivo da história de Macau, foram agradavelmente interrompidas pela minha chegada à poética gruta, onde refere a tradição que concluiu Camões a primorosa obra que lhe deixou imortal nome.



Entrada da gruta de Camões

Acha-se situada essa gruta dentro de uma propriedade particular, cujo dono tem prazer em franquear acesso ao pitoresco sítio onde, à sombra de frondosa vegetação, cantava o vate lusitano as glórias da pátria ingrata. Numa cavidade, entre dois rochedos, vê-se um busto do autor dos *Lusíadas*, rodeado das inscrições com que os visitantes prestam justa homenagem a uma glória hoje universalmente reconhecida. Obtém-se daí uma esplêndida vista de Macau e da sua plácida baía e compreende-se que se prestasse esse ameno refúgio a tão sublimes inspirações. Ainda depois, os modernos poetas e pintores que o destino atira a essas praias frequentam carinhosamente esse delicioso retiro, seja para respirar nas perfumadas auras da tarde os eflúvios da poesia ou para roubar com o pincel, no esplendor de um tropical pôr do sol, os encantos dessa natureza privilegiada.

Deixando esse lado da península, onde se ostentam como fúnebre *memento* as recordações da passada glória lusitana, chega-se, depois de uma marcha de dois quilômetros, à cidade chinesa. Não é gradual, como em Hong Kong, a transição de uma cidade à outra; Macau, com sua construção europeia, suas ruas calçadas de pedra, suas igrejas, conventos e imensos quartéis, não parece estar na China. Se, encostado à muralha do cais, numa das extremidades do arco de círculo descrito pela Praia, deixa-se absorver o viajante pelas reflexões que lhe sugere a contemplação dessa relíquia dos séculos, não é sem sobressalto que verá interrompida a sua meditação pela fantástica aparição de um *san-pan* em forma de ovo, resvalando mansamente sobre o espelho das águas, ao esforço de uma estranha mulher coberta de enorme chapéu pontudo. Os carregadores de cadeirinhas, interpelando-se vivamente em gutural dialeto, não lhe parecerão, neste momento, menos fenomenais hóspedes caídos do céu ou do inferno. Mas, atravessada a estreita superfície que ocupam essas velhas ruas, galgadas as escadinhas e ladeiras e transpostas as chácaras, que vão escasseando pouco a pouco, entra-se de repente em outro mundo, em outra atmosfera.

Não é somente no sentido figurado que se sente essa variação do ambiente. Os viajantes que têm percorrido as regiões da Terra terão notado os cheiros especiais que se desenvolvem nas aglomerações de população

dos diversos países que visitam. Atribui-se, e com razão, essa particularidade às emanações dos artigos de maior uso ou consumo. Ouvi dizer a alguns chins que os europeus não escapam à regra geral a esse respeito, nem é extraordinário que assim suceda e que o hábito nos inabilite a reconhecê-lo praticamente. Tive disso uma incômoda prova quando, em excursões que fiz nas cidades chinesas, fui insistentemente olfateado e perseguido por ladridos e ameaças de cães, que não se deixavam lograr pelo escrupuloso traje chinês que eu ostentava com a dignidade de um letrado.

A densidade da população da China estende mesmo aos campos o seu cheiro composto de almíscar, ópio, verniz, azeite, peixe, esterco e provavelmente muitos outros ingredientes menos voláteis. Em toda a China sente-se esse cheiro especial que ainda se nota nos objetos chineses que chegam ao ocidente. No bairro europeu de Macau, porém, é ele menos pronunciado, por se confundir, talvez com o forte cheiro português antigo, e isso permite ao viajante antecipar a sua chegada à cidade chinesa, onde os hábitos pouco asseados da população e a sua principal ocupação, a pesca, dão preferente desenvolvimento às emanações das duas últimas matérias-primas que citei.

Nada de especialmente curioso tem essa parte de Macau. As mesmas ruas tortuosas e estreitas de Cantão, sem as ricas lojas ou os interessantes edifícios daquela cidade, casas baixas e amontoadas em uma irregularidade que perturba a vista pelos inúmeros paus, tábuas, roupas, cordas e utensílios de toda sorte, dispostos nas fachadas ou através das ruas. Barbeiros e vendedores ambulantes; feiticeiros, êmulos dos cartomantes europeus; cômicos e acrobatas verbosos; crianças retouçando na lama com porcos, cães ou gatos; mulheres de pés mutilados, caminhando no meio desse tumulto, apoiadas em duas varas de bambu, tudo oferece aí um espetáculo parecido ao que me tinha surpreendido pela primeira vez em Hong Kong, com a diferença resultante da composição da população baixa de Macau, que continua a ser o refúgio da escória das províncias do sul da China.

Já que falei nos pés pequenos das mulheres, não quero deixar por mais tempo suspensa a natural curiosidade do leitor.

Não se preocupam mais os chins de verificar a origem desse hábito do que os europeus de indagar quando começaram as nossas damas a encerrar o busto em uma mortificante prisão de aço. Daí provém a falta de informações a esse respeito nos autores chineses; sabe-se, contudo, que esse uso iniciou-se na China lá pelo século X e há quem o atribua aos ciúmes de um príncipe que quis, desse modo, pôr cobro à agilidade com que sua esposa atraía a fidelidade jurada; outros asseguram, com mais fundamento que, tendo nascido uma filha de um imperador com uma deformidade muito vulgar, na qual os pés estão torcidos para dentro, no intuito de proporcionar a essa princesa uma consolação, quando estivesse em idade de compenetrar-se do seu defeito, ordenou aquele monarca que todas as meninas que nascessem no palácio imperial sofressem uma operação pela qual assumiam os seus pés uma aparência idêntica àquele defeito natural. A vaidade e a adulação estenderam esse hábito à aristocracia e, pouco a pouco, a todas as classes sociais, da mesma forma que o espartilho conseguiu invadir, no ocidente, as camadas mais humildes da população.

Qualquer que seja a verdadeira versão sobre a origem dessa *moda* chinesa, a sua comparação com a europeia a que aludi mostra a analogia do sentimento predominante nas filhas de Eva de todas as raças. Há quem se condoa da sorte das chinas de pés pequenos, considerando-as mártires da barbaria daquela raça. Não é, entretanto, essa a opinião do belo sexo na China: as mulheres de pés perfeitos não cessam de lastimar o indiferentismo de seus pais, que as privou de um precioso encanto, e algumas ainda tentam reparar essa falta, expondo-se aos tormentos de uma operação tardia. Pelo seu lado, os homens mostram decidida predileção pelas mulheres ornadas dos *línrios dourados*³⁸ e compreende-se que assim suceda pois, além do atrativo de uma moda aristocrática, esse defeito dá às mulheres uma graça especial no andar e nos gestos mais comuns. E não pense o leitor que nesta apreciação varonil haja nem vislumbre do espírito descon-

38 – Nome poético dos pequenos pés.

fiado e previsor daquele príncipe, a cujo ciúme se atribuiu a origem dos pés pequenos: os mancebos chineses bem sabem que o capricho feminino não se detém diante de tão insignificante peia e que seus ardis zombam de obstáculos mais difíceis. Está, além disso, verificado que, quando se dá principio à mutilação nos primeiros anos da infância, a deformação produz-se insensivelmente e sem entorpecer as funções dos pés, conseguindo a maior parte das mulheres assim mutiladas a mesma agilidade que notamos em alguns coxos ou inválidos de perna de pau. A aparência vacilante dessas mulheres é, em geral, devida a um sentimento de faceirice, que se desvanece quando se creem inobservadas ou quando a aparição de algum *diabo estrangeiro* as obriga a refugiar-se nas suas casas, correndo sem o auxílio de bengalas.

Se compararmos, agora, esse hábito com o do espartilho no ocidente, encontramos uma palpável desvantagem neste último sob o ponto de vista higiênico. Quantas afecções misteriosas das mulheres não serão produzidas pela pressão que sofre o seu busto, pressão quase sempre exagerada pela *coqueteria*, que exige nas elegantes europeias uma cintura fina, não menos artificial do que a redução do tamanho dos pés nas chinas? Por outro lado, se não levássemos em conta a força do costume que nos permite admirar essa esbelteza imposta ao talhe, em prejuízo de outras formas do corpo, ficariam decerto prejudicadas as teorias de estética, que nos legaram os sublimes escultores e pintores do Belo, e perderíamos o direito de extasiar-nos diante de uma vênus grega ou de uma madona rafaélica. Mas, a moda é uma tirana, tanto em Paris como em Pequim e a cujas mais absurdas exigências não tem remédio a humanidade senão curvar-se submissa.

Inicia-se geralmente essa mutilação aos três ou quatro anos de vida das crianças. Dobre-se para baixo, sem forçá-los, quatro dedos do pé, deixando apenas em sua posição natural o dedo polegar, e envolve-se o pé todo em várias voltas de uma comprida tira de tecido de algodão. Todos os dias vai-se comprimindo os dedos contra a planta do pé e apertando mais a ligadura, de modo a conter o natural crescimento. No fim de poucas semanas a criança já está acostumada

e não sente dor nem incômodo algum; até aos vinte anos deve, porém, cuidar diariamente da ligadura para não deixá-la afrouxar e conservar desse modo ao pé um comprimento de cinco a seis polegadas. Dessa paulatina operação resulta um pé que, nu, nada tem de bonito; o calcanhar prolonga-se ao tibia e fica grosso e chato na base; o dedo maior, que sofre menor compressão, alcança aproximadamente suas proporções naturais, enquanto os outros quatro conservam o tamanho dos de uma criança de cinco anos. Quando a mutilação sofreu algum contratempo ou houve falta de cuidado, o pé incha e desenvolve uma erisipela muitas vezes incurável; os mesmos inconvenientes apresentam-se quando a operação efetuou-se tarde, quase sempre a pedido da menina, chegada à idade de invejar esse atrativo nas companheiras, ou para satisfazer às exigências dos noivos. Algumas, mesmo, só são operadas depois de casadas.

Não está, contudo, tão generalizada essa moda como se crê. Nas famílias pobres, em que os serviços das meninas são aproveitados para os misteres domésticos ou para as fainas da agricultura ou indústria, o cuidado que exige o processo que descrevi seria um estorvo para as ocupações das mães e para a liberdade de movimentos das filhas, principalmente durante os anos de crescimento, em que torna-se necessária a abstenção de exercícios que possam deslocar ou afrouxar as ligaduras. Daí resulta uma proporção comparativamente reduzida de mulheres de pés pequenos, principalmente nos centros comerciais ou industriais, onde o elemento feminino presta um valioso concurso à economia do trabalho.

O leitor fará melhor ideia dos pés pequenos pela gravura que anexo a seguir, copiada de uma fotografia, devendo observar que os pés que aí se veem pertencem a uma mulher em que se iniciou a mutilação tarde, como objeto de especulação, para exhibir os seus pés aos viajantes estrangeiros. Essa tardia lembrança explica as rugosidades que se nota nesses pés, mas a sua forma é idêntica a de todos e, cobertos com os sapatinhos de seda primorosamente bordados que se veem na gravura, oferecem um aspecto elegante, mesmo para olhos europeus.



Os “Lírios dourados”



CAPÍTULO VI

RELIGIÃO, CIÊNCIAS E ARTES

Cosmogonia chinesa – O culto oficial – Analogias com o cristianismo – Seitas filosóficas – Lao-tse e a razão – Confúcio e o materialismo – Preceitos morais – Controvérsias com os missionários – Mêncio – Culto de Buda – Festas supersticiosas – O ano bom – A festa das lanternas – Culto dos defuntos – A verdade sobre as superstições chinesas e ocidentais – Instrução primária e superior – A prática vence a teoria – Astronomia chinesa – Divisão e medição do tempo – Antiguidade do sistema decimal – O *Suanpan* – As sapecas – Moedeiros falsos – Os mais velhos banqueiros do mundo – Médicos chineses – Teorias modernas – A acupuntura – Um meio de fazer quebrar a companhia do gás – Academia moderna – Língua falada e língua escrita – Um paradoxo – Poetas e cômicos – O juízo de Salomão – A música – Concerto infernal – Uma compensação – Outras artes – Japoneses e chins.

No princípio era *Tien* ou *Chang-ti*, o Céu ou Senhor supremo, de quem emanou o fluido *Ta-ki*, dividindo nas forças Yang, macho, e Yin, fêmea, produtores do Bem e do Mal.³⁹

Pan-ku, manifestação de Yang e Yin, ajudado pelos quatro animais sagrados: o dragão, a tartaruga, o *ki-lin* e o *fong-huang*, quadrúpede e pássaro fantásticos, gasta dezoito mil anos na construção do Mundo. Concluída a sua obra, descansa sobre *Ti*, a Terra, transformando-se sua cabeça e seus membros em altas montanhas, sua voz no trovão, seu sopro no vento, suas veias em rios e seus cabelos em árvores. O governo do Mundo é entregue aos *Tien-uang*, *Ti-uang* e *Jen-*

39 – É curiosa a analogia que oferecem certos pontos das diversas teorias da criação, levantadas em apartadas regiões do globo, por povos que nenhum contato tinham entre si. O estudo comparativo desses sistemas poderia talvez reconstruir uma unidade primitiva de crenças, que se teriam modificado com a dispersão da raça humana. Não será Tien, o Céu, o mesmo Dyaus, o Céu luminoso dos Arias? Não parece Ta-ki confundir-se com o Espírito divino do velho testamento, o mesmo que desceu sobre Maria e formou depois uma das pessoas da Trindade? É ainda mais sensível a analogia de Yang e Yin com os Devas e Asuras dos mesmos Arias, ou com Panmendes e Athor da teogonia egípcia. O sistema de Zoroastros oferece principalmente um exemplo dessa coincidência; aí vemos Tien, Taki, Yang e Yin perfeitamente representados por Zeruane Akerene, Honofer, Ormuzd e Ariman.

uang, reis do Céu, da Terra e dos homens.

Eis, resumida, a cosmogonia chinesa, cuja monstruosidade não fica atrás das fabulosas lendas com que o homem de todas as raças tem procurado explicar o insondável mistério da sua origem.

O culto oficial da China, aceito pela classe mais inteligente e instruída, só admite como demonstrações externas o reconhecimento da existência daquele princípio supremo, Tien, e a veneração das suas manifestações inferiores. Estas são, ora elementos de forças da natureza, como o sol, a lua, as estrelas, a terra, o trovão, o vento, a chuva, os gênios das montanhas, dos mares e rios ou da agricultura; ora símbolos dos sentimentos da alma como os espíritos dos varões ilustres e dos antepassados de cada família; ou então *Kuang-ti*, atributo da guerra e padroeiro da atual dinastia, ou *Kuang-in*, a virgem, caridosa, protetora dos marinheiros que, sentada em trono de lótus, com seu diadema na fronte e uma criança nos braços, lembra as adoradas madonas do lazzaroni napolitano⁴⁰.

O imperador é o supremo pontífice dessa religião e os mandarins, como representantes da autoridade imperial, são os seus únicos sacerdotes. As cerimônias, reguladas pelo *Li-Ki*, livro dos ritos, e dirigidas por um ministério especial, são praticadas na capital e nas províncias nas épocas do ano consagradas a cada um desses cultos parciais. Além dessas ocasiões, os templos permanecem abertos ao público, para que cada um possa fazer neles as devoções que as suas necessidades aconselhem, quando lhes convenha e sem exigir a presença de serventuários.

Alguns autores católicos pretendem qualificar de politeísta esse antigo culto chinês, cujas formas externas não apresentam, entretanto, mais aparências de idolatria do que as do próprio cristianismo. Tien, espírito invisível e irreproduzível, é ali representado pelo seu sinal da língua escrita, no mesmo lugar ocupado nas nossas igrejas pelo símbolo

40 – Alguns escritores colocam Kuang-in entre as divindades do culto de Buda. A legenda chinesa sobre a beatificação dessa virgem parece, entretanto, muito anterior à introdução na China desse culto que, se acolheu Kuang-in nos seus templos, foi sem dúvida em homenagem à sua grande popularidade.

da providência; à imagem de Jesus Cristo, que colocamos no altar maior, corresponde a do patrono do templo, e a virgem e os santos são substituídos pelos atributos inferiores de Tien. Causa impressão ao viajante essa semelhança do aspecto interior de templos de religiões tão diferentes. Prescindindo do cunho arquitetônico ou de ornamentação especial a cada raça e a cada civilização, veem-se em uns e outros os mesmos altares subidos em estrados entapetados, ostentando idênticos círios e vasos de flores artificiais; do teto caem suspensos iguais incensórios ou lâmpadas de metal, parecendo, enfim, copiados muitos outros detalhes. Nas igrejas católicas da China ainda mais se nota essa semelhança, pela conveniência que encontrou a propaganda em submeter ao gosto chinês a ornamentação, as vestimentas e o próprio penteado dos sacerdotes.

Mas, se o materialismo que predomina nesse velho culto e o ceticismo dos seus adeptos oficiais ainda o conservam inominado entre as religiões do mundo, outro tanto não sucede com as seitas filosóficas dele nascidas, que representam na história religiosa da China papel não menos importante do que as reformas de Jesus Cristo, Maomé ou Lutero na das sociedades em que atuaram.

Dessas seitas, a primeira que veio despertar o indiferentismo moral do povo chinês em matéria de religião, foi a que fundou *Lao-tse* no século VI antes de Cristo, sob o nome de Doutrina da Razão e da Virtude (*Tao-te-kiá*). Lao-tse pregava o respeito às antigas tradições, acrescentando-lhes a teoria, ainda desconhecida, da imortalidade da alma. Os seus preceitos, compilados pelo seu discípulo *Tchuang-tse*, impunham uma vida ascética e contemplativa e a renúncia das riquezas e dignidades, único meio de voltar ao seio do princípio supremo, a Razão, sem passar pelas expiações do Purgatório. Aconselhava aos prosélitos o estudo de si mesmo, considerando-o a única sabedoria que se deve ambicionar e capaz de assegurar a bem-aventurança futura, se for acompanhada do desprezo das coisas exteriores e de uma inalterável serenidade.⁴¹

41 – A máxima favorita dessa seita é que a Razão originou *um*; de *um*, saiu *dois*; de *dois*, *três*; e *três* produziu todas as coisas. Alguns missionários católicos tentaram especular com essa máxima mística para explicar aos chins o mistério da Santíssima Trindade.

Mas, estas severas teorias, tão opostas ao espírito positivo daquela raça, não podiam manter-se por muito tempo em sua ingênua pureza. Os apóstolos da Razão acharam mais conveniente acrescentar-lhes práticas maravilhosas e imbuídas de superstições que afagavam mais as inclinações da camada inferior da população, única em que o culto de Lao-tse pôde encontrar favor, depois da aparição do seu poderoso contemporâneo Kong-fu-tse (Confúcio).

Com efeito, as doutrinas materialistas deste filósofo obtiveram, desde logo, grande aceitação na classe governante do império e dos feudos em que se achava repartido o seu território⁴², na época em que foi iniciada essa propaganda, 520 anos antes de Cristo

Encontrando já estabelecida a doutrina da Razão, a propaganda de Confúcio ressentia-se no seu princípio do desejo de transigir e não chocar com certa popularidade que tinham alcançado os sectários de Lao-tse. Entre os seus primeiros preceitos, nota-se claramente essa tendência; pregava, por exemplo, que a meditação era indispensável para chegar-se ao conhecimento de si mesmo, base da perfeição. Mas, à medida que se sentia mais forte, ia libertando-se pouco a pouco daquela influência, para passar a um terreno mais prático. Facilmente se reconhece essa transição pelo estudo comparativo da máxima que citei e da posterior, em que fazia consistir a verdadeira sabedoria na iluminação das inspirações interiores, a fim de que os povos pudessem guiar-se pelo bom exemplo e as admoestações no caminho da *Virtude*, traçada pela *Razão*. Já aparece neste último preceito um objetivo prático da meditação ascética, aconselhada no primeiro; ainda conserva, todavia, o predomínio da Razão, talvez como simples homenagem a Lao-tse. Mais tarde, começa Confúcio a insinuar no seu sistema o materialismo, que não tardou em absorvê-lo, pregando, por exemplo, que a felicidade depende da tranquilidade de consciência, sem a qual o homem que olha não vê, o que escuta não ouve e o que come não toma o gosto dos alimentos.

42 – Esse feudalismo era idêntico ao que constituía, no Japão, ainda no princípio deste século, o regímen dos Daimiões.

Depois que obteve a proteção dos poderosos príncipes de Tsi e Lu,⁴³ desembaraçou-se completamente o filósofo das peias que ainda lhe impunham as doutrinas do seu predecessor. Na sua constante confusão da política com a religião, aconselha aos governantes um exercício justo e moderado do poder que lhes delega o Céu para a direção dos povos; a estes uma submissão ao príncipe igual à que deve votar o filho ao pai, a mulher ao marido. Compara o imperador a uma mãe que abraça carinhosamente o filho das suas entranhas e deve, ansiosa, adivinhar as suas menores necessidades, apenas manifestadas por gestos ou lágrimas. Ensina que não se deve fazer aos inferiores o que se censura nos superiores, e vice-versa; ou que é agravo injustificado feito à Razão elevar os perversos às dignidades ou não derrubá-los, para exaltar em seu lugar os bons e meritórios.

Aconselhando a virtude e o amor ao trabalho como simples bases para a boa marcha das sociedades, pouco se preocupou Confúcio com as formas do culto religioso, limitando-se a admitir a teologia e o cerimonial que encontrou estabelecidos. Não estão, mesmo, de acordo os seus comentadores se aceitou ou não a teoria da imortalidade da alma, inovada por Lao-tse; é possível que a adotasse enquanto teve de transigir com as doutrinas daquele mestre, mas que, depois de encaminhado francamente no materialismo puro do seu sistema, não se preocupasse da vida futura e repudiasse mesmo todas as ideias a esse respeito. Esse indiferentismo por um dos princípios fundamentais da moral cristã e alguns poucos erros próprios da época e do meio em que vivia Confúcio, foram os únicos pontos fracos que os missionários puderam opor à sua filosofia, comparando-a com a de Jesus Cristo, que, a muitos respeito, parece calcada sobre aquela.⁴⁴ Desse fato nasceram duas consequências

43 – Senhores feudais que confiaram a Confúcio altas funções administrativas.

44 – O padre Huc pretende condenar toda a moral de Confúcio com a citação do princípio estabelecido pelas seguintes sentenças desse filósofo: “O assassino de teu pai não deve viver sob o mesmo céu que tu; não deves abandonar as armas enquanto existir o do teu irmão, nem deves viver no mesmo país com o do teu amigo”. Se, porém, nos lembrarmos que a vingança, principalmente de ultrajes tão graves, ainda é hoje praticada nas sociedades civilizadas, sob os nomes de *vendetta*, lei de Lynch e outros, poderemos aceitar sem estranheza aquele preceito pregado 500 anos antes de Cristo. Outros missionários ao contrário, fizeram a devida justiça àquela filosofia. Veja-se, por exemplo, NAVARRETE, frei Domingo Fernandes. Madri: [s/ed], 1675. p. 129-172.

diametralmente antagônicas. A primeira foi a facilidade que obteve a propaganda cristã para introduzir-se na China. Estudados os fundamentos do cristianismo pelos conselheiros do império, ao mesmo tempo que encontraram no misticismo dessa fé uma aparente analogia com os cultos já autorizados de Tao e Buda, reconheceram nela preceitos tão aproximados aos da respeitada filosofia de Confúcio, no que toca às necessidades materiais das sociedades, que consideraram a sua propaganda pelo menos inofensiva, senão até conveniente como elemento de ordem e moralidade. Assim se explica que o cristianismo tenha existido na China, desde o século III da sua era, segundo tradições obscuras, ou desde o V, segundo provas históricas, protegido pelos imperadores ou tolerado a par dos cultos de Tao e Buda, enquanto não o temeram como arma política para transtornar a tranquilidade pública ou favorecer a ambição comercial dos europeus. Mas, por outro lado, (é esta a segunda consequência dos pontos de contato das filosofias de Confúcio e Jesus Cristo), essas próprias facilidades, que acenavam gratas esperanças aos primeiros passos do cristianismo, não tardaram a transformá-las em inesperada decepção, pela invencível resistência que encontrou a propaganda para a conversão das classes dos letrados e outras menos ignorantes. À argumentação dos missionários opunham-se lógicas reflexões desta ordem:

Que vantagem obteremos em fazer-nos cristãos, se o que há de bom no que pregais já o praticávamos muitos anos antes que aparecesse o fundador do vosso culto? Quereis que acreditemos na vida eterna e nas penas ou recompensas que nos esperam: não precisáveis vir de tão longe para predicar-nos essas velhas teorias da escola de Lao-tse e que não admitimos, por entendermos que é ofender o princípio supremo (Chang-ti) procurar mesmo sondar os mistérios da alma e do destino que ele lhe reserva. Nada nos ensinais de novo; as vossas teorias, os vossos preceitos, já foram muito debatidos pelos nossos filósofos e cada um de nós já tem opinião formada a esse respeito, parecendo-nos que seria de preferência a vós que caberia a conversão e o abandono de vosso culto idólatra que, com os seus padres,

frades e freiras e suas cerimônias pomposas e ruidosas, não se distancia muito das práticas supersticiosas e absurdas do culto de Fo.

Esta dialética dá uma ideia do espírito que predomina na China há 700 anos e faz confessar a um missionário católico⁴⁵ que já alcançaram os chins a meta a que ainda procuram chegar os europeus modernos, isto é: “deixar de lado as disputas e as questões especulativas para só cuidar do positivo, e fazer da religião um elemento de civilização e da filosofia a arte de viver em paz, a arte de saber mandar e obedecer”. Pode-se, por aí, avaliar as dificuldades que encontrou a propaganda para introduzir numa população educada em tais princípios, o misticismo cristão e dogmas a cujo absurdo só se submete a fé cega. Não podiam lutar as teorias abstratas, relativas a uma vida futura, contra uma filosofia prática, que tanto favorecia a constante preocupação dessa numerosa raça, sempre acabrunhada pelas mais urgentes necessidades da vida presente. Assim se explica que os missionários se resolvessem a limitar a sua ação à infância ou, seguindo as pisadas do budismo, às classes mais embrutecidas daquela sociedade⁴⁶.

As doutrinas de Confúcio foram aceitas desde o ano 1150 da nossa era pelos *Ju-Kiao* (corporação dos sábios) e introduzidas no culto oficial do império. O filósofo *Tchu-hi* comentou e coordenou as obras daquele reformador e do seu continuador *Meng-tse* (Mêncio), formando, desde o século XV, esse trabalho, sob o nome de *Sing-li-ta-tsuen* (tratado de filosofia natural), o código político-religioso da China. Tanto Confúcio como Mêncio são honrados como santos e têm numerosos templos consagrados a sua memória em todo o país. Os seus descendentes gozam, por exceção, de títulos de nobreza hereditários.

Conta a tradição que lá para o ano 65 da nossa era, o imperador *Miang-ti*, cedendo às instâncias dos sacerdotes de Tao, que não sabiam já como hostilizar a seita de Confúcio, mandou uma embaixada à Índia buscar o ídolo Fo, encarnação de Buda, com o qual foram introduzidas as doutrinas e superstições dessa religião.

45 – HUC, M. *L'Empire chinois*. Tomo II. p. 201.

46 – Veja-se o que a esse respeito escrevi no final do cap. 3.

Mais feliz do que foi depois o cristianismo, o budismo fez rápidos progressos na China, principalmente nas províncias do sul que, desde época remota, mantinham relações comerciais com a região da Ásia onde tinha encontrado berço esse culto. Ainda naquela época não havia angariado a filosofia confuciana a aceitação que mais tarde obteve; achava-se o culto da Razão em pleno crédito, sob a proteção da dinastia reinante, e no caso de apoiar eficazmente um sistema, cujos princípios místicos tinham certa analogia com os que pregara Lao-tse. As práticas externas do budismo ofereciam, além disso, transações cômodas ao espírito especulador chinês. Não se exigia aos convertidos uma virtude difícil; ao contrário, podiam conseguir o perdão de todos os pecados por meio de oferendas aos sacerdotes e aos ídolos. O sistema da metempsicose afagava sobretudo esperanças quase sempre frustradas na primeira vida. Aos miseráveis *Tan-Kia*⁴⁷ não desagradava a ideia de ressuscitar sob as brilhantes formas de letrados ou mandarins. Por outro lado, não tratava a propaganda budista de destruir as crenças estabelecidas; aceitava mesmo, entre outros, os antigos cultos de *Tien-Hau*, a rainha do Céu, e *Kuang-in*, a virgem misericordiosa, aumentando porém a esta, até vinte, o número dos braços, a fim de torná-la capaz de atender aos remuneradores pedidos de auxílio que recebia constantemente.

Levadas em conta essas circunstâncias favoráveis que encontrou o budismo para implantar-se sem resistência na China, durante mais de mil anos decorridos até que fosse acolhida oficialmente a filosofia de Confúcio, compreende-se facilmente que essa religião se tenha estendido largamente, principalmente nas classes baixas dos centros populosos, que ainda se conservavam fieis ao degenerado culto da Razão. Os sacerdotes de Tao e os *bonzes*⁴⁸ budistas uniram-se em cordial comunhão para especular com a ignorância das massas, alimentando as antigas superstições ou introduzindo novas, e ostentando, como atraente distração para uma população cevada nas angústias da

47 – Gente vil, espécie de párias.

48 – Nome dos sacerdotes do culto de Buda.

miséria, as pompas do seu cerimonial e a monstruosa ornamentação dos templos. Ídolos gigantescos e de aspecto fenomenal, grotescos atributos das paixões ou fraquezas humanas, funções de efeito teatral em que, ao estrondo do *gong*⁴⁹, ao toque dos sinos, unia-se o clarão dos archotes e as narcóticas emanações do incenso, eram todos elementos de profunda impressão para imaginações debilitadas pelas árduas tarefas da vida e cujas ocupações ou educação não permitiam procurar nos mais elevados estudos filosóficos aquelas compensações morais indispensáveis ao homem.

Disseminados por todas as províncias, os numerosos templos e conventos budistas albergam um exército de bonzes, que vivem das contribuições do público pelos serviços que prestam como curandeiros, mágicos, exorcistas, adivinhos ou pontífices das ruidosas festas supersticiosas que, em certas épocas do ano, transformam o vasto império em teatro de saturnais só comparáveis aos delírios do carnaval europeu.

Dessas festas, a mais importante é a que se pratica nos três primeiros dias de cada ano para pedir ao Céu as cinco felicidades: uma larga vida, saúde, riqueza, virtude e uma morte natural. Cada um cola sobre os objetos que quer beneficiar pequenos papéis vendidos pelos bonzes, nos quais se acham inscritas as súplicas que fazem. Por exemplo, o barbeiro pedirá para a sua navalha que seja mais considerável do que as estrelas do céu ou os grãos da areia das praias o número de cabeças que terá de rapar durante o ano; o mandarim presumido grudará sobre a própria barriga uma inscrição pedindo que esse ornamento natural cresça e se arredonde⁵⁰.

Na véspera do primeiro dia dessa festa queimam-se em todo o império milhões de foguetes e cartas de bichas, destinados a afugentar os maus gênios que poderiam perturbar o regozijo geral. Ao raiar da aurora, os que foram felizes durante o ano concluído levam – aos templos, aos

49 – Instrumento em forma de bacia ou tambor de metal, de vibrações estridentes e prolongadas.

50 – Um abdômen voluminoso é na China uma prenda invejada, para consegui-lo não se poupa artifícios, do mesmo modo que, entre nós, se recorre a meios terapêuticos e higiênicos para evitá-lo.

túmulos dos antepassados ou aos seus superiores – presentes, que oferecem em sinal de gratidão pela proteção ou favores recebidos. Os três dias empregam-se em visitas e alegres banquetes, funções de teatro e passeios em que cada qual procura distinguir-se pelo aparato e pela riqueza do traje. As felicitações e os cumprimentos trocam-se da mesma forma que entre nós; mas, infelizmente, ainda não adotamos o costume chinês de saldar nessa ocasião todas as dívidas que não estejam materialmente garantidas.

São estes três dias os únicos do ano em que se interrompem todos os trabalhos e é admirável, ao acordar no quarto, ver-se essa população, ontem tão buliçosa e como alucinada, entregar-se pacificamente às acostumadas fainas, sem parecer mesmo recordar-se da vertiginosa alegria da véspera.

Outra festa não menos interessante e animada é a das lanternas, celebrada há mais de mil anos, sem que se conheça a sua origem. Nesse dia, concluídos os trabalhos diários, cada um trata de iluminar as fachadas e os telhados das casas como grinaldas de lanternas de todas as cores, acompanhando essa operação do estrépito de fogos artificiais, sempre com vista aos espíritos maléficos. Durante a noite circulam em massa compacta os curiosos, que vêm admirar tal ou qual iluminação que mais chama a atenção pela sua riqueza ou elegância, e enchem-se os restaurantes de alegres companhias, sempre prontas a aproveitar os pretextos de diversões.

Entre outras festas, ainda são notáveis as dos gênios protetores da guerra, do mar, do vento, da agricultura, da seda, das cidades, ruas, casas, campos ou dos diversos ofícios. Em geral reduzem-se essas solenidades a uma procissão pelo gênero da nossa de São Jorge, em que a efígie do gênio honrado circula a cavalo ou sobre um estrado, com um numeroso e aparatoso cortejo de músicos e carregadores de estandartes, lanternas ou atributos alegóricos. Na dos defuntos, cada família levanta as lápidas dos túmulos dos antepassados e neles deposita dinheiro, alimentos ou objetos de uso comum, destinados às necessidades anuais dos habitantes do outro mundo. Os mais pobres contentam-se em colocar nos

túmulos três varinhas de bambu em sinal da sua solicitude. Em outra ocasião, os espíritos dos entes queridos são invocados e recebidos com pompa nos lugares onde estão sepultados os seus corpos. Ali se transportam as famílias, levando provisões para obsequiar com profusa ceia as almas invisíveis, à claridade de inúmeras lanternas e ao som de melancólicos instrumentos. Entre cada grupo trocam-se os cumprimentos mais exagerados do ritual chinês e prodigam-se votos para que cada um encontre boa saúde e contentamento nos espíritos dos parentes. Os foguetes e as ruidosas vibrações dos *gongs* não escasseiam durante as três noites que dura essa festa. A última é destinada à despedida: cada família prepara um pequeno barco de palha ou papelão que se carrega de papéis dourados, prateados ou pintados de vivas cores, da forma de palácios, carros, barcos, animais, utensílios ou dinheiro, presentes que recebem os espíritos no momento de regressar às regiões incógnitas que habitam. Assim carregados e ornados de galhardetes e lanternas são abandonados esses barcos sobre o mar ou os rios, ao capricho do vento e da correnteza e, encontrando-se uns com os outros, acabam geralmente por queimar-se, com grande alegria dos espectadores, que consideram isso um feliz agouro. Alguns ateiam maliciosamente o incêndio antes de largar os barcos; outros os enchem de pólvora para que façam explosão. Nas localidades afastadas do mar ou dos rios contentam-se em queimar aqueles emblemas diante das portas das casas.

Mas, não creia o leitor que haja a menor sinceridade nessas ruidosas demonstrações. É palpável para o viajante observador (e todos os autores sérios que descreveram o caráter chinês estão nisso de acordo) que não existe atualmente na China o espírito supersticioso no grau que geralmente se lhe atribui.⁵¹ Todas essas manifestações são costumes herdados e conservados pelo respeito à tradição que caracteriza esse povo; os chins só as praticam como pretexto de recreação e sem ligar-lhes propósito algum religioso. As próprias classes instruídas não desdenham de tomar parte nessas festas, sem dar-lhes, porém, mais importância

51 – Veja-se HUC, M.. *L'Empire Chinois*. Tomo I. p. 242.

do que a que merecem aos livres pensadores ocidentais as cerimônias religiosas, às quais as circunstâncias ou o interesse os obriga a assistir.

Não digo, contudo, que – lá, como cá – deixe de haver quem tenha preconceitos ou apreensões supersticiosas. Aos que creem ainda no poder das indulgências papais na virtude de tal ou qual oração recitada tantas vezes, ou na das águas de Lourdes e das relíquias dos santos, correspondem na China os que comprem aos padres budistas a remissão dos pecados ou usam de talismãs preservativos de determinadas enfermidades; outros ainda nutrem apreensões parecidas às dos que, entre nós, temem a sexta-feira ou a rotura de um espelho. Para os nossos espiritistas podem-se opor os metempsicosisas que, sonhando com uma existência anterior, sob a forma de cavalo de aposta, por exemplo, oferecem, como prova irrefutável, dores ou cicatrizes nos flancos, bem semelhantes às produzidas em algumas experiências modernas de hipnotismo. Mas, uma verdade que fala, a esse respeito, em favor da civilização chinesa, é que tais superstições apenas afetam uma parte relativamente insignificante da população, aquela que a miséria priva dos benefícios da instrução primária, mais divulgada na China do que em qualquer outro país do mundo.

Não há, com efeito, aldeia por mais insignificante que não tenha a sua escola. Aí aprendem os rapazes, desde a idade de 6 até 10 anos, a língua escrita, na medida das suas necessidades, um pouco de história e as regras do cerimonial familiar. Os mestres são remunerados por uma percentagem das colheitas ou dos lucros industriais dos pais, obtendo-se desse modo uma repartição equitativa das cargas da instrução, de cujos benefícios gozam igualmente os filhos de ricos e pobres.

Não houve necessidade na China de decretar o ensino obrigatório; aí envergonham-se os pais de que os seus filhos não saibam tanto ou mais do que eles; nas próprias cidades flutuantes abundam barcos-escolas e até os navegantes empenham-se em transmitir aos filhos aquelas noções que têm. À exceção da ralé dos centros populosos,

que forma uma classe à parte, repudiada pelas outras⁵², todos os chins sabem, pelo menos, ler e escrever os caracteres da língua escrita de uso geral e os especiais a cada profissão. Nas grandes cidades a instrução primária é ampliada pelo estudo do *San-tse-King* ou livro sagrado trimétrico. Compõe-se este livro de cento e setenta e oito versos de três caracteres cada um, em que se acham simplesmente referidos os nomes da natureza humana, dos deveres sociais, dos números e suas combinações, das estações do ano, dos pontos cardeais e dos cinco elementos, das cinco virtudes, dos seis cereais, das oito notas de música, dos graus de parentesco, das dinastias imperiais e de alguns sucessos históricos. Depois de decorada essa espécie de catálogo, completa-se esse estudo com outro livro em que são explicados e desenvolvidos os mesmos assuntos.

A instrução superior começa pelos quatro livros clássicos, que são extensos comentários de obras de Confúcio e Mêncio. Versam esses livros sobre a política e moral, a arte de governar e de conduzir-se na sociedade, e neles estão contidos os princípios da legislação chinesa, formando esse estudo uma espécie de curso de direito. Seguem-se, depois, os cinco livros sagrados ou tratados de teologia e história. Desses, o quarto, *Li-Ki*, escrito por *Tchen-Kong*, 2.900 anos antes de Cristo, contém o código do cerimonial administrativo, ou livro dos ritos, e é um dos mais importantes para os que se dedicam às carreiras públicas.

Esses estudos e alguns outros do mesmo gênero formam todo o cabedal científico das escolas e academias chinesas. Mas, perguntará o leitor, onde existem, naquele império, os elementos dos conhecimentos agrícolas e industriais que enchem o mundo de justa admiração? Onde encontraram os chins os segredos físicos e químicos que lhes permitem fabricar as suas inimitáveis porcelanas ou as tinturas irreproduzíveis das suas sedas? Qual a fonte da ciência matemática que lhes deu a precedência nas investigações astronômicas, na aplicação das propriedades

52 – Esta classe foi que forneceu maior contingente à emigração de Macau.

do imã à navegação ou na arte arquitetural demonstrada pelas monumentais e temerárias obras, cuja estabilidade desafia as mais atrevidas empresas da engenharia ocidental? É esse um mistério que só se explica pelo predomínio da prática sobre a teoria. Divididos em castas de ofícios, transmitem-se os chins, de geração em geração, as tradições que lhes legam os antepassados sobre cada especialidade. E assim, agricultores, comerciantes, artistas, funcionários públicos educam, desde o berço, os filhos que devem perpetuar os conhecimentos necessários para essas diversas profissões. Não há, entretanto, lei alguma que, à moda dos antigos egípcios, imponha tal obrigação; o respeito às tradições das famílias e as conveniências econômicas são as únicas causas desse costume.

Não deixa por isso de haver tratados especiais sobre as diversas ciências ou artes que ocupam a atividade dos chins e a cujo estudo se dedicam, sob a direção de professores particulares.

As noções errôneas de astronomia, contidas no compêndio de *Tsing-lai*, são cultivadas por alguns curiosos e pelos letrados que ambicionam o ingresso na repartição astronômica do Ministério dos Ritos. Está hoje verificado que já 2.850 anos antes de Cristo entregavam-se os chins ao estudo da astronomia; mas, da mesma forma que outros ramos científicos, ficou ela estacionada em absurdas teorias. O céu divide-se em dez esferas concêntricas e ocas, tendo por núcleo a Terra, que gira sobre o eixo da eclíptica. Das esferas, as oito primeiras contêm as órbitas dos oito planetas e a nona apenas serve para separar o mundo planetário da décima, reservada para nela residir o ente supremo, rodeado de gênios e sábios.

Por mais extravagante que seja esse sistema, já adianta-se às antigas superstições que faziam do Sol aquele princípio criador macho Yang, da Lua Yin e dos cinco primeiros planetas os cinco elementos: água, metal, fogo, madeira e terra. Atribuíam-lhes o governo do universo material, sob a direção do fluido original Ta-ki que não colocavam em parte alguma determinada. A Terra conservava-se fixa e os demais astros moviam-se caprichosamente, sucedendo, por vezes, que

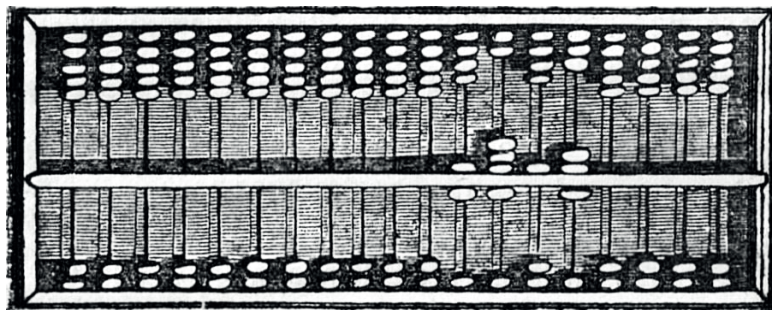
o Sol ou a Lua caíam na goela do Dragão, e havia eclipse. Os cinco planetas tinham influência direta, segundo a ordem em que se acham colocados no espaço, sobre os rins, os pulmões, o coração, o fígado e o estômago do homem, do que tiravam grande partido os astrólogos para os prognósticos das enfermidades desses órgãos.

Ainda que deficiente, o *Almanack Imperial* publica anualmente alguns dados exatos, como, por exemplo, as horas do nascimento e ocaso do Sol, as fases da Lua e os eclipses. O ano chinês divide-se em 12 meses ou luas, de 29 e 30 dias alternadamente, completando-se a diferença para a revolução solar com a adição de um mês a cada terceiro ano. O princípio do ano não pode, portanto, cair em dia certo; o primeiro ano de cada triênio começa a 19 de nosso fevereiro, o segundo a 8 do mesmo mês e o terceiro a 28 de janeiro. Os dias não têm nome especial e indicam-se pelos seus números em cada uma das doze luas; dividem-se em 12 horas de 120 minutos e começam às nossas 11 horas da manhã. Desde remota antiguidade mediam os chins o tempo por meio de velas de incenso, sabiamente graduadas, ou de vasilhas, donde gotejava regularmente água, de modo a indicar pela diferença de nível o andar das horas; hoje, porém, está generalizado o uso de relógios comuns, importados ou fabricados no país.

Em matemáticas, precedeu-nos a China de muitos séculos na adoção do sistema decimal para a sua numeração, pesos e medidas. Ainda que ignorem o nosso modo prático de combinar as quantidades nas quatro operações aritméticas, o chins as executam talvez mais rapidamente, com o auxílio de um instrumento chamado *suan-pan*⁵³, que é um quadro de madeira onde estão dispostas, paralelamente, diversas séries de bolinhas que correm enfiadas em arames, representando cada série as unidades, dezenas, centenas, etc. O seu tipo de peso é o *picul*, que corresponde a 60.472 gramas e subdivide-se em *cati* (604 gramas 72 centigramas), *tael* (37 gr. 795 miligr.), *mas*, *candarine* e *cash*; diminuindo o valor destas três últimas subdivisões em proporções decimais. As suas

53 – O uso deste instrumento estende-se até os distritos orientais da Rússia europeia.

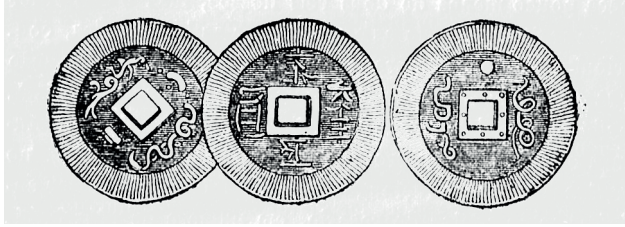
medidas de distância e comprimento são: o *li* (620 metros), o *tchi* (34 centímetros) e suas subdivisões decimais. Para as superfícies têm o *mao* (670 metros quadrados) e o *king*, que corresponde o 100 *maos*; e medem o volume de cereais e líquidos com o *tao* (5 litros) e suas frações.



Suan-pan

Antes da dinastia dos Mings cunhava-se na China moedas de ouro e prata e usou-se, mesmo, do papel fiduciário; hoje, porém, só existem, nos museus, raras amostras daquelas emissões e apenas circula em todo o império uma moeda de cobre chamada *tsin*, pelos chins; *cash*, pelos ingleses; e *sapecas*, por outros europeus. Vale a sapeca pouco menos de dois réis nossos, mas o seu valor varia muito, segundo as ocasiões ou as localidades, contribuindo também, para a sua depreciação, a falsificação que sofre em algumas províncias apartadas da capital, onde os mandarins encarregados da sua fundição misturam o cobre com ferro e chumbo. As sapecas têm no centro um buraco retangular pelo qual costumam ser enfiadas como contas de rosário, em número de mil; facilita-se desse modo o seu transporte e, nos pagamentos, recebe-se em confiança e sem verificação esses rosários inteiros ou as frações de cem sapecas, que o comprador vai separando a olho. Os enganos que podem resultar desse procedimento são insignificantes e estão de sobra compensados pela perda de tempo que exigiria a contagem de moedas de um valor, aliás, tão ínfimo.

Para as transações de mais importância usa-se simplesmente de pedaços de ouro e prata, sem amálgama alguma, que têm, além do selo do negociante que os fundiu, a marca exata do seu peso. Essas barras



Sapecas

são de qualquer tamanho e substituem com relativa comodidade as moedas de ouro europeias, não constando que tenham sido nunca falsificadas. É esse um respeito aos costumes e às mútuas conveniências, que não guardam os chins com relação às moedas de prata mexicanas que, desde a invasão europeia, circulam nas praças marítimas. Empregando toda a habilidade e paciência de que são capazes, cortam as duas faces e a orla dos dólares, substituem a prata interior por uma liga do mesmo peso e acabam por soldar tudo, de modo a conservar a aparência e mesmo o som aproximado das verdadeiras moedas, o que exige uma prática especial para verificar a falsificação. Daí provém o hábito geral no comércio de fazer soar uma por uma as moedas que se recebe, não deixando, por isso, de escapar um grande número a essa prova.

Além dos dólares mexicanos, admitiu-se nos portos abertos aos estrangeiros o curso legal de libras esterlinas e outras moedas europeias. Mas a sua circulação é reduzida, pela preferência que dá o comércio chinês ou estrangeiro às notas e cheques de bancos ou mesmo aos vales particulares.

Também executam os chins, com o simples auxílio do Suan-pan, os mais difíceis cálculos de juros acumulados que exigem as operações dos numerosos bancos e estabelecimentos de penhor espalhados por todo o império.⁵⁴

Quanto aos princípios de matemática aplicados às construções e à balística ou de física e química aproveitados na agricultura e indústria, só se encontram em confusas tradições as teorias donde nasceram, quase

54 – As instituições de crédito já eram velhas na China quando os europeus começaram a adotá-las.

sempre atribuídas a revelações sobrenaturais. Não há, entretanto, dúvida que, sem algumas daquelas noções, não poderiam levantar-se as portentosas obras antigas, ou mesmo modernas ainda que degeneradas, como os canais sabiamente nivelados que cortam todo o império e alterosas fortificações ou admiráveis edifícios; nem teriam descoberto os chins o uso da bússola e a pólvora, ou os processos com que exploram, há séculos, as minas, a agricultura e diversas indústrias. É verdade que escreveram-se alguns tratados especiais sobre algumas dessas matérias, mas apenas se procurou neles perpetuar processos recomendados pela prática e não se tratou de explicar, nem mesmo investigar as causas científicas.

No mesmo caso acha-se a medicina, que carece da sua principal base: o conhecimento do organismo humano. Na verdade, a inviolabilidade dos cadáveres⁵⁵ não permite na China outras observações anatômicas que não sejam nos animais, resultando daí que as profissões de médico e veterinário quase sempre se acumulam. Os antigos compêndios de medicina⁵⁶ classificam as enfermidades internas, segundo afetam um dos cinco órgãos nobres: o coração, o fígado, o estômago, os pulmões e os rins. Às suas diversas afecções correspondem outras tantas pulsações que, em número de vinte e quatro, devem indicar imediatamente o sítio da enfermidade e o remédio a administrar. É portanto o primeiro cuidado do médico consultar o pulso, atenta e detidamente, em um e outro braço.

Essa é a antiga escola médica da China, cuja terapêutica reduz-se ao emprego das receitas legadas nas famílias de pai a filho. Teve, porém, a etiologia também ali os seus reformadores que, antes de Galiano, já atribuíam a um dos dois agentes, o frio ou o calor, a maior parte das enfermidades, ou davam-lhes por causa a presença do ar no sangue. Os primeiros administram aos pacientes combinações reputadas quentes ou frias; os segundos os tratam a fortes golpes ou fricções na parte afetada.

55 – Os estudantes de anatomia só podem utilizar os raros cadáveres dos supliciados excepcionalmente condenados a serem privados da sepultura e cujos corpos são cortados em pedaços que os carrascos vendem por alto preço.

56 – O principal é o *Pun-tsao*, em 40 volumes, escrito por *Li-chi-tchin* no século XVI.

As enfermidades externas têm sido o objeto de estudos mais sérios e a sua terapêutica é menos absurda. Conhecem o uso de cataplasmas e vesicatórios, principalmente a cauterização pelo *moxa*; curam com especial habilidade as feridas e fraturas; já praticavam antes de nós a operação da catarata e a vacina por meio da aspiração do vírus pelo nariz e foram os inventores da acupuntura. Esta operação, posta em voga na Europa no princípio deste século pelo médico francês J. Cloquet, consiste na introdução no corpo de compridas agulhas de metal e pratica-se na China com êxito, ao menos aparente segundo as relações de missionários, no tratamento de reumatismos e nevralgias. Atribui-se a sua ação à oxidação e ao desenvolvimento de fluido elétrico, consistindo a habilidade do operador na direção que deve dar à agulha e na escolha do lugar em que deve introduzi-la, entre os 367 pontos do corpo correspondentes a outras tantas fases das enfermidades. Para estudar essa difícil operação usam os médicos de bonecos da forma humana em que se acham já marcados aqueles 367 pontos e, cobrindo o boneco com um folha de papel, exercitam-se até chegar a introduzir a agulha sem hesitação na direção requerida e no lugar indicado no compêndio para cada caso especial.

Por mais extravagante que pareça a medicina chinesa, é incontestável que a população não é ali mais dizimada pelos achaques da humanidade do que a de outros países mais adiantados, não obstante as péssimas condições higiênicas das cidades mal arejadas e sujas daquele império ou dos seus campos de arroz, quase sempre alagados. Está mesmo verificado que a população da China cresce em proporção superior à da maior parte dos países europeus e há escritores que se atrevem a atribuir essa anomalia à abundância dos médicos ocidentais e aos próprios adiantamentos da ciência médica moderna que, corrigindo muitas vezes artificialmente alguns defeitos do organismo, interrompem a marcha normal de outras funções e cerceiam vidas, para cuja prolongação não constituía talvez impedimento a subsistência daqueles defeitos. Não me compete dar opinião a esse respeito, o que posso, porém, assegurar é que a medicina chinesa é, em geral, inofensiva;

as suas drogas são composições neutras cujas pretendidas virtudes atribuem-se principalmente aos sortilégios dos médicos populares, espécie de mágicos, que as administram. Estes evitam com cuidado de incorrer no artigo 297 do Código Criminal que diz: “Quando os que exercerem a medicina ou cirurgia administrarem remédios ou fizerem operações de um modo contrário à prática e às regras estabelecidas e que disso provenha a morte do doente, os magistrados encarregarão outros médicos do exame do caso. Se se verificar que houve simples erro, sem má intenção, o crime será punido como homicídio acidental, perdendo porém o médico o direito de continuar no exercício da sua profissão”. Em alguns lugares da China existe ainda um costume pelo qual devem os médicos pendurar fora da porta de suas casas uma lanterna, quando morre um doente entre suas mãos. A adoção deste costume talvez poupasse os enormes gastos da iluminação pública em algumas cidades ocidentais.

Sem deixar de respeitar o sistema tradicional da instrução da China, manda anualmente o governo imperial moços à Europa e aos Estados Unidos para estudarem algumas especialidades, principalmente as que têm relação com a guerra, marinha e suas construções. Também fundou-se há uns quinze anos, em Pequim, uma universidade onde ensina-se, com professores e métodos europeus, algumas línguas europeias, matemáticas, geografia, física, química, botânica, fisiologia, medicina, astronomia, história geral e as legislações europeias⁵⁷. Essas medidas demonstram que vai pouco a pouco desprendendo-se a China daquele espírito estacionário de que é acusada a sua civilização, mas, para poder assimilar-se os progressos da ciência ocidental, ainda tem que lutar contra os hábitos enraizados na sua população e vencer os embaraços que oferece a sua língua para aqueles estudos.

Apresenta, sem dúvida, a língua chinesa imensas dificuldades para serem nela representados, com clareza, princípios científicos e demonstrações novas naquele império, que exigem, em geral,

57 – No arsenal de Fu-tcheu há também uma escola de matemáticas aplicadas às construções navais dirigida por professores europeus.

um estudo profundo e uma educação prévia do entendimento, nos próprios alunos das academias ocidentais.

Divide-se essa língua em falada e escrita, independentes uma da outra. A primeira subdivide-se em quinze dialetos, próprios de diversas províncias, e tem por base uma série de monossílabos cujo número varia desde 450 no *Kuang-hua* ou dialeto de Pequim (língua oficial), até 707 no de Cantão. Todas as palavras da língua falada formam-se com esses vocábulos, pronunciados, porém, com quatro diversas entonações, de modo a quadruplicar aquele número. A primeira entonação, chama-se *ping* (igual), é natural e, neste caso, o monossílabo pronuncia-se sem alterar a voz, com um som monótono. A segunda, *chang* (alto), exige o levantamento da voz. Na terceira, *siu* (sair), começa-se pelo tom natural *ping*, continua-se subindo a voz como no *chang* e conclui-se rebaixando-a até perder-se. A quarta entonação, *ji* (entrar), é breve, aspirada, gutural. Por exemplo, o monossílabo, *cha*⁵⁸ significa na sua primeira entonação *areia* e pronuncia-se como o nosso chá; na segunda eleva-se a voz e calca-se no *a*, significando então *regar*; diz-se, na terceira, *cha-á-há*(*de repente*), começando-se docemente, levantando o tom no *á* e terminando baixo; enfim, na quarta entonação emite-se um som rápido *châ* (*matar*), que acaba por uma aspiração da garganta⁵⁹. Por essa forma cresce consideravelmente o número de vocábulos; mas ainda há o recurso das combinações que, na opinião de notáveis *sinólogos* modernos, fazem perder a essa língua o seu aparente caráter monossilábico. Com efeito, ainda que os vocábulos indicados por aquelas entonações signifiquem, já por si, objetos ou pensamentos, para enunciá-los, acrescenta-se-lhes quase sempre complementos que correspondem às terminações das nossas palavras doura-dor, sentimento, liga-dura, sapat-eiro, as quais conservam a ideia das suas raízes. Por exemplo, com as terminações *tse*, filho; *jen*, homem; *tsiang*,

58 – Todos esses exemplos são do *Kuang-hua*, ou língua oficial.

59 – Além da entonação, o sentido geral da conversação em que possam entrar essas palavras de tão diferente significação evita a confusão, do mesmo modo que, entre nós, raras vezes se confunde as palavras homônimas.

agente, fator, formam-se as palavras *ji-tse*, o dia; *kia-jen*, o criado; *mu-tsiang*, o carpinteiro, ou, traduzindo literalmente: o filho do Sol, o homem que está a nossa disposição, o trabalhador de madeira. Algumas classes de substantivos terminam de um modo constante, como, por exemplo, quase todos os nomes de peixes, que acabam pelo monossílabo *iú*, peixe; os de árvores, pelo seu nome *chu*; os minerais por *chi*, pedra; os quadrúpedes machos e fêmeas por *kuang* ou *mu*; os plurais por *men*⁶⁰. Também a maioria dos adjetivos qualificativos, os participípios e os pronomes possessivos têm uma terminação geral *ti*, equivalente ao genitivo latino ou ao *s* apostrofado inglês. Assim *hao-ti*, bom e *uo-ti*, meu, podem-se traduzir pelas ideias: inerente à bondade, inerente a mim. Em outros casos, são as raízes que se conservam invariáveis como, por exemplo, nos substantivos *kuang-hua*, a língua mandarina; *kuang-tung*, a grande província oriental (Cantão); *kuang-si*, a grande província ocidental; *kuang-ti*, o patrono da dinastia; *kuang-in*, a deusa misericordiosa; *kuang-kia-jen*, o mordomo, cujo radical *kuang*⁶¹ indica uma ideia de superioridade em relação às terminações *hua*, língua; *tung*, oriente; *si*, ocidente; *ti*, (qualificativo); *kia-jen*, criado. Ou então formam-se palavras pela combinação de dois vocábulos que se completam, como *mae-mai*, (comprar vender) negociar; *chang-tien*, (alto céu) o Céu; *tung-si*, (oriente ocidente), coisa (qualquer objeto ou ideia indeterminada)⁶².

Essas regras, quase absolutas, fazem desaparecer as dificuldades da língua falada e tornam o seu conhecimento uma questão de memória e prática, principalmente se se tiver em conta que a construção das frases é das mais simples. O verbo só se enuncia no infinito; para formar os tempos, agrega-se-lhe advérbios de tempo ou verbos auxiliares; por exemplo, o verbo *hio*, estudar, conjuga-se: *uo ju-kin hio*, eu agora estudar (ou simplesmente *uo hio*, eu estudar), eu estudo; *na-che ni hio*, então tu estudar,

60 – Do mesmo modo que os ingleses dizem *cod-fish*, *pear-tree*, *brim-stone*, *she-goat*.

61 – Parece fora de dúvida que a ideia de superioridade indicada por este radical, mantém-se nas palavras que menciono, ainda que, para evitar confusão, sejam elas representadas por sinais diferentes na língua escrita.

62 – *Che-mo che che-ko tung-si*; o que é isso, que coisa sucede? Literalmente, qual é esta coisa?

tu estudavas; *ta hio leao*, ele estudar acabar, ele estudou; *uo-men yao hio*, nós querer estudar, ou *tsing-lai uo-men hio*, depois nós estudar, estudaremos.

Alguns viajantes europeus atribuíram grande pobreza à língua falada por terem visto os chins recorrer por vezes ao pincel ou desenhar simplesmente no ar caracteres da língua escrita, a fim de melhor representar os seus pensamentos. Mas, isso explica-se facilmente pela diferença dos dialetos provinciais, que obriga muitas vezes os interlocutores a usar dos sinais escritos, comuns a todo o império⁶³. Outros, em conversações animadas, traçam rapidamente no ar radicais de caracteres com que reforçam o seu discurso, do mesmo modo que os nossos oradores acompanham algumas exclamações de gestos expressivos.

Os estrangeiros que estão em contínuo contato com os chins aprendem mais ou menos a língua falada, em poucos meses e com mais facilidades do que se se tratasse de algumas línguas europeias; outro tanto não lhes sucede, porém, com a língua escrita, a qual exige um estudo profundo que, para ser completo, necessitaria talvez uma vida inteira.

Efetivamente, segundo alguns autores, o número dos caracteres da escritura chinesa eleva-se a 260 mil; outros, suprimindo os desusados e sinônimos, avaliam esse número em uns 120 mil; somente no dicionário de *Kang-hi*, publicado há duzentos anos, contam-se 44.449 caracteres diferentes. Sendo a maior parte desses sinais de uma estrutura complicadíssima, pode-se imaginar o tempo que gastará um estudante ocidental para aprender a lê-los, escrevê-los, compreendê-los e utilizá-los convenientemente.

Felizmente para o leitor que já se disponha a empreender esse estudo, há um meio muito fácil de reduzir o trabalho: é não aprender todos os caracteres. Na verdade, vive-se e passa-se perfeitamente na China com o simples conhecimento de uns 10 mil sinais da língua escrita. Destes, 4 mil representam os objetos e as ideias comuns e os outros são símbolos de especialidades. Os demais caracteres só se encontram nos antigos clássicos e não são senão combinações

63 – Já referi antes que muitos chins de diferentes províncias entendem-se mesmo por meio do inglês estropiado a que se chama *pitchin English*.

complicadas substituídas posteriormente por outras mais cômodas. Alguns livros antigos contêm símbolos muito diferentes de um só objeto segundo as situações especiais em que era apreciado. Suponha-se, por exemplo, que o cavalo branco, preto, coxo, selado, deitado, fosse respectivamente representado de modo diverso, todos esses sinais teriam-se tornado inúteis desde que se adotasse a combinação do caractere – *cavalo* – com os que indicam aquelas situações especiais.

A língua escrita tem por base 214 radicais que, segundo antigas tradições, foram inventados por *Tsang-kie*, 2.700 anos antes de Cristo. Estes radicais eram primitivamente desenhos grosseiros dos objetos ou pensamentos que representavam, como, por exemplo, um homem, um olho, ou a combinação destes dois símbolos para indicar a ação de ver. Pouco a pouco os desenhos foram se simplificando; a forma do homem foi substituída por dois traços; o Sol, que era uma circunferência, transformou-se em um quadrado mais fácil de traçar; o crescente da Lua perdeu as suas curvas e chegou-se a modificar muitos caracteres, a ponto de ser hoje impossível reconhecer as antigas formas ideográficas. Ao mesmo tempo, as necessidades do progresso da sociedade exigiram a criação de novos símbolos e a multiplicação das combinações, que se foram grupando à roda de cada um daqueles radicais, formando famílias distintas. Alguns caracteres mais difíceis ou notáveis receberam nomes especiais, que nenhuma relação tinham com os que se usava na língua falada para denominar os mesmos objetos, e eram apenas indicativos da forma daqueles caracteres, do mesmo modo que a voz – *agá* – indica uma letra impronunciável do nosso alfabeto.

A necessidade de reproduzir ideias novas fez utilizar os caracteres assim batizados para a formação de classes especiais em que, ao elemento ideográfico unia-se o fonético; o som combinado com o desenho foi assim predominando pouco a pouco sobre o símbolo simples, e transformou-se insensivelmente essa língua, chegando-se a contar, entre 24.254 caracteres dos mais usados, 21.810 mistos (*kiai-ching*), para 2.444 puramente ideográficos, (*hing-siang*). Estes últimos continuam a servir para a representação dos objetos ou pensamentos

mais simples. Por exemplo, para escrever caixa, cofre, traça-se uma figura de forma aproximada a um quadrado ao qual faltasse um lado, cujo nome é *fang*. Esse nome, porém, não transmite absolutamente a ideia de cofre, que chama-se na língua falada *siang-tse*; ao ver aquele caractere, dirá o chin que é um *fang*, do mesmo modo que chamamos a letra *y*, *ipsilon*, pronunciando-a entretanto *i* na leitura.

Com a introdução do elemento fonético na língua escrita formaram-se, ao contrário, caracteres em que o som tem grande importância. Estes caracteres compõem-se de dois, dos quais um (o radical) indica a espécie e o outro (o fonético) o nome individual do objeto ou pensamento que se quer escrever. Assim, quando se criou um sinal para representar o inseto a que os chins chamam *nan*, agregou-se ao radical próprio da espécie – inseto – o símbolo representativo do ponto cardeal – sul – que, por acaso, já se chamava também *nan*, construindo-se dessa maneira um caractere misto que se pode ler: o inseto *nan*⁶⁴.

Para que o leitor possa formar uma ideia perfeita dessa língua, ainda lhe oferecerei uma comparação. Suponha que trata de compor um desses enigmas gráficos que aparecem em alguns jornais recreativos. Se tiver que representar o Sol, desenhará este astro, correspondendo isso ao caractere ideográfico primitivo e simples; se quiser indicar a ideia de manhã ou tarde, por si irreproduzível, pintará um Sol por cima ou por baixo de uma linha horizontal, combinação que equivale à de dois caracteres ideográficos da escritura chinesa; se desejar, finalmente, indicar a nota musical Sol, poderá unir o som ao símbolo, desenhando sobre uma página de música um Sol (astro); o que produzirá uma combinação semelhante à dos caracteres mistos.

Não obstante a paulatina transformação que vai aproximando cada vez mais a língua escrita da falada, é incontestável a enorme dificuldade que ainda oferece o seu estudo aos europeus. Falta-lhes aquela contínua prática que, desde o abrir dos olhos à existência, têm os chins da construção intrincada dos seus caracteres. Não há, certamente, país em que

64 – Este sistema tem evidente analogia com o das raízes etimológicas e desinências das línguas europeias.

mais se abuse da escrita; as ruas, os templos, as lojas, o interior das casas, mesmo as mais humildes, e os objetos de uso mais comum estão carregados dessas curiosas inscrições que transformam toda a China numa vasta biblioteca, onde, insensivelmente, adquire o povo o gradual conhecimento dos mais difíceis caracteres, encontrando ao mesmo tempo preciosas lições de moral nas belas máximas geralmente estampadas naqueles letrados. Os viajantes aos quais faltam noções sobre o sistema da escritura chinesa não deixam de notar, sem contudo compreendê-la, a atenção com que alguns transeuntes se extasiavam diante desses hieróglifos e acham nas suas complicadas formas motivos de observações vivas e alegres. É que na combinação dos radicais de certos caracteres contém-se alusões cômicas, epigramas ou trocadilhos, que produzem satisfação igual à que nos proporciona a decifração de uma tiburciana⁶⁵.

Do mesmo modo que temos diversos tipos de imprensa e caligrafia, usam os chins de seis formas diferentes de caracteres para os seus livros e escritos à mão. Algumas, complicadas como o antigo estilo gótico ou a letra alemã, são empregadas nas publicações solenes como, por exemplo, as dedicatórias dos livros; outras são naturais e claras, e servem para a composição dos livros e jornais ou mesmo para alguns manuscritos. Mas, em geral, usa-se, à mão, de uma escrita mais abreviada e cursiva, que torna-se difícil de entender para quem não a pratica habitualmente.

Os livros eram impressos na China desde o século X da era Cristã (500 anos antes de Gutenberg), com tipos cravados em madeira de pessegueiro, mas, depois que os chins obtiveram dos europeus o conhecimento dos processos rápidos e econômicos da tipografia moderna, adotaram geralmente os tipos de metal fundido e outros melhoramentos que permitem a impressão e venda de livros e jornais por preços ínfimos.

A *Gazeta* oficial de Pequim oferece diariamente aos funcionários públicos e a numerosos assinantes pela módica subscrição anual de cinco mil réis, sessenta páginas de leitura em que, a par dos atos oficiais, memórias, petições, decisões administrativas ou judiciárias, encontra-se

65 – Gracioso sistema de charadas, inventado pelo falecido general Antônio Tiburcio Ferreira de Sousa.

notícias interessantes ou artigos relativos à agricultura, comércio e indústrias. É este, talvez, o jornal mais antigo do mundo e, pelo mesmo estilo, publicam-se outros nas capitais das províncias. Nas grandes cidades marítimas existem também folhas chinesas que não desenhavam de ocupar-se da política ocidental; a mais importante é o *Chun-pao*, que aparece em Xangai e contava em 1880 mais de 10.000 assinantes.

Os caracteres chineses escreviam-se de cima para baixo, em colunas verticais colocadas da direita para a esquerda, começando-se a ler os livros pelo que chamaríamos última página. Algumas vezes essas colunas são horizontais, conservando sempre, porém, a disposição da direita para a esquerda.

Pela diferença que há entre a língua escrita e a falada é claro que nenhum livro pode ser lido em voz alta. Algumas publicações fazem entretanto exceção a essa regra e são escritas em *língua falada*. Por mais paradoxal que pareça isso, é fácil compreendê-lo supondo-se, por exemplo, que se trata de escrever o nosso substantivo *cofre*. Em vez de usar do seu sinal na língua escrita *fang*, emprega-se os caracteres *siang* e *tse* cuja vista indica objetos muito diferentes, mas que, pronunciados um depois do outro, produzem sons correspondentes à palavra *cofre* na língua falada. Usa-se dessa espécie de taquigrafia complicada nas proclamações que têm de ser lidas ao povo, em canções ou poesias destinadas à recitação ou nas composições dramáticas⁶⁶.

Conhecida há mais de dois mil anos na China, constitui ali a arte poética um dos ornamentos da educação tanto de homens como de mulheres. Ainda que padeçam as suas composições das dificuldades que oferece a língua chinesa, contêm uma originalidade e um sentimentalismo que tornam mesmo simpática a leitura das suas traduções forçadas em línguas europeias.

Não lhes faltam nem a expressão e elevação de ideias, nem a doçura e o colorido das imagens. Algumas lembram as ingênuas estrofes de Béranger, como por exemplo as seguintes lamentações do consertador de porcelana.

66 – Essa língua, chamada *Uen-me* ou estilo moderno, vai substituindo pouco a pouco a antiga língua escrita.

De casa saí à madrugada;
Gritando, corri, mas sem proveito
Por um, por outro, por todos lados
Desde o nascente ao ocidente,
Da porta do sul ao setentrião
E vou do centro aos arrabaldes,
Oferecendo, mas ninguém chama
O consertador de porcelana!

Outras são de estilo mais elegíaco, como o seguinte fragmento de um poema, composto e dedicado por uma donzela chinesa a um médico europeu que a tinha curado de uma catarata.

Assim como acorda de visão tenebrosa
Esse a quem persegue terrível pesadelo,
Ou do féretro sai quem vivo sepultaram,
Assim, de surpresa e de júbilo cheia,
Vendo-me cercada de parentes, amigos,
Ditosa, saudei-te, oh luz bela e bendita!

A epopeia histórica é porém a que mais versificadores encontra na China. Desde o domínio dos imperadores *Tsang* (520-907), época considerada como a do renascimento da civilização chinesa, obteve essa classe de poesia uma proteção oficial, considerando-se as suas produções como preciosos documentos para os anais do império. Há poucos anos mandou o governo colecionar em 900 volumes os poemas antigos daquele gênero, entre os quais se encontram obras de alguns Camões chineses, que também cantaram feitos e façanhas de outros varões assinalados.

As inscrições que vemos nos leques, nos jarros de porcelana ou em outros objetos chineses, são geralmente sonetos sentimentais ou poéticas descrições de alguma localidade. Alguns livros de interesse material também se escrevem em verso⁶⁷ e é uma distração favorita de homens e mulheres de todas as classes compor quadras que circulam de mão em mão com satisfação geral, contenham galanterias ou graciosos epigramas, gênero em que são exímios os versificadores e também os prosadores chineses.

Nas peças de teatro, principalmente nas comédias, mistura-se

67 – Neste caso estão os tratados sobre o arroz e a seda de que extraí as gravuras incluídas no capítulo IV.

igualmente a prosa ao verso declamado ou cantado, formando espécies de *vaudevilles* ou óperas-bufas. Neste caso se acha a que se titula *Pu-tang* ou o Consertador de porcelana e da qual extraí os versos acima transcritos. O enredo dessa comédia é uma ingênua intriga amorosa em que um rico mancebo disfarça-se de consertador de porcelana para pôr à prova a virtude de sua pretendida. Com esse fim estabelece a sua oficina diante da porta da senhora Uang, cuja atenção chama pelas suas repetidas lamentações. A dama aparece e entrega-lhe um trabalho, regateando porém tenazmente o preço, o que já demonstra os seus instintos avarentos; em seguida anuncia que se retira para igualar o vestuário à plumagem do Fênix, dar ao penteado a graciosa forma da cabeça do Dragão e tingir os lábios cor de sangue; indícios de faceirice que não agradam ao indiscreto noivo. Regressando a bela, *Pu-tang* manifesta a sua admiração pelos encantos que o ofuscam, deixando cair ao chão e desfazer-se em pedaços o precioso vaso que lhe fora confiado. Indignação da senhora Uang, só apaziguada pela transformação de *Pu-tang*, que despe o seu disfarce e resolve casar-se, perdoando as decepções sofridas e jurando nunca mais procurar sondar as debilidades do caráter feminino.

Mas os dramas heroicos e sensacionais são os que oferecem mais interessante estudo. O *Pao-tai-tche-kan-boei-lan-ki*, ou História do círculo de giz, é um *provérbio* teatral cujo antigo e desconhecido autor talvez precedesse a Salomão no célebre julgamento que se lhe atribui. Duas mulheres reclamam como sua uma mesma criança, diante do juiz *Pao-ting*. Este ordena que se trace a giz, no soalho, uma circunferência, dentro da qual coloca-se o objeto da disputa, e determina que uma e outra mulher o puxe para o seu lado até fazê-lo sair do círculo. A verdadeira mãe chega a pôr mãos à obra, mas, aos primeiros queixumes do filho, afrouxa e permite que a adversária, vitoriosa, o atraia para o seu lado. Isso basta a *Pao-ting* para formar o seu juízo e decidir em justiça.

Outras obras exigem maior desenvolvimento de cenas e personagens e duram horas e dias inteiros, reproduzindo em geral episódios da história nacional ou sucessos comovedores da vida comum. Neste caso está a tragédia *Tchai-che-kong-er-ta-pan-tcheu*, da qual colheu

Voltaire o enredo do seu célebre Órfão da China.

A maior parte dos dramas chineses acham-se publicados no *Yuen-jen-pe-tchong*; isto é: “Os cem dramas compostos sob a dinastia dos Yuen”; mas, muitos são improvisados no momento pelos atores com o enredo de conhecidos contos populares ou dos numerosos romances que formam a leitura predileta dos chins de todas as classes⁶⁸.

Os atores acham-se incluídos na China entre a gente vil à qual é proibido aliar-se pelo casamento às outras classes e concorrer nos exames para as carreiras públicas. Nenhum viajante pôde ainda explicar satisfatoriamente o motivo dessa equiparação dos atores ou dos barbeiros aos carrascos, criminosos, loucos, leprosos, servos⁶⁹, policiais, mendigos ou tankias⁷⁰. Alguma explicação terá esse antigo preconceito e não duvido que, como sucede com a maior parte das singularidades chinesas, fosse em sua origem ditado por alguma razão fundada no espírito de bom senso que tanto caracteriza aquela raça. Essa posição social dos que se dedicam ao teatro é talvez a causa da decadência da arte. Impedidos de alcançar a educação e os conhecimentos necessários para interpretar situações ou sentimentos que lhes são estranhos, contentam-se em repetir maquinalmente os seus papéis, acompanhando-os de caretas, contorções e gritos estridentes que tornam justamente insofríveis esses espetáculos para os europeus. Se a isto se agregar a algazarra de uma orquestra desenfreada, em que cada instrumento segue um rumo independente, e as ruidosas manifestações do público, pode-se fazer ideia de uma representação chinesa.

As companhias são ambulantes, na forma de alguns circos de cavaleiros ou teatros de feiras, e arrastam consigo uma enorme bagagem contendo vestuários e armações de bambu para o cenário e as decorações. Quando passam por alguma cidade, oferecem os seus serviços, que são geralmente aproveitados nas festividades públicas e particulares e estipendiados por algum generoso mandarim ou por subscrição popular,

68 – VERNE, Julio. Nas suas *Tribulações de um chin na China*, Verne nos ofereceu um tipo bastante aproximado do romance chinês.

69 – Os que viajantes deram em chamar escravos e de que me ocuparei no capítulo VIII.

70 – Descendentes dos selvagens Miao-tse.

levantada entre os habitantes de algum bairro ou mesmo de um trecho de rua. Neste caso arma-se o teatro através da rua, deixando-se por baixo o espaço necessário ao trânsito, e as janelas e telhados servem de camarotes e galerias, ficando a plateia à disposição dos transeuntes que param, olham, escutam um momento e seguem depois o seu caminho, cedendo o lugar a outros, sem a confusão e os atropelos que uma idêntica situação produziria decerto na população das cidades europeias.

Em algumas cidades marítimas já imitaram os chins as disposições dos teatros europeus, construindo vastos edifícios com acomodações parecidas e plateias guarnecidas de pequenas mesas em que se serve chá e refrescos, à moda dos *cafés-concertos* de Paris.

Confúcio ensinava que o cerimonial e a música eram a base da cultura moral e da harmonia social. O Livro dos ritos diz que a música é a expressão da união da Terra ao Céu, que atua no interior da matéria e a faz comunicar com o espírito, ensinando os deveres recíprocos dos pais e filhos, dos esposos e dos príncipes e súditos. Era uma das preocupações do imperador *Chun* (2.255 anos antes de Cristo) saber se o seu povo continuava a cultivar a música; *Kang-hi* a estudava com paixão e instituiu em Pequim uma academia, a qual, auxiliada pelas informações dos jesuítas, modificou as antigas teorias publicando *A verdadeira doutrina da Música*.

Mas, apesar desses belos precedentes teóricos, é incontestável que uma orquestra chinesa é de um efeito simplesmente infernal. Os seus instrumentos são violas de diversos tamanhos e formas, rabecas de duas, três ou quatro cordas, uma espécie de harpa que se toca com dois pauzinhos, flautas sem chaves como as nossas ou de tubos múltiplos, cornetas e trombones de metal, o gong e 17 classes de tambores, paus ocos e bambus sonoros, sinos ou um instrumento composto de 12 copos, mais ou menos cheios de água, cuja vista faria alongar a cara ao pretenso inventor europeu do copofone. Tudo isso toca, sopra ou golpeia o tímpano sem harmonia nem melodia, contentando-se em conservar a exatidão do compasso. Mas os músicos de profissão caíram ali na mesma degradação dos atores, a cuja vida nômade se associam geralmente.

Outro tanto não sucede com os simples amadores, principalmente mulheres das classes acomodadas, que consolam-se da sua reclusão tirando maviosas vibrações da lira ou cantando sentimentais melodias, cuja melancólica monotonia lembra as doces canções com que as nossas carinhosas mães embalam o sono da primeira infância. Ainda que os chins tenham caracteres especiais para indicar as suas oito notas da escala, pouco escrevem a música, e essas melodias são em geral inspirações do momento, nas quais não se pode deixar de reconhecer certas disposições naturais que estão aliás comprovadas pelos rápidos e excelentes resultados obtidos pelos missionários na educação musical proporcionada nos seus colégios. E quem conhece a paciência e a minuciosa exatidão com que os chins levam a cabo tudo quanto empreendem, não duvidará, seguramente, de que sejam capazes, depois de iniciados nos segredos da arte, senão de produzir elevadas inspirações que ainda não estão ao alcance de seu gênero de civilização, ao menos de igualar ou sobrepujar mesmo, na execução, os mais hábeis artistas ocidentais.

Em idênticas circunstâncias acha-se a pintura. As composições desse gênero ressentem-se de uma falta absoluta de perspectiva linear ou aérea, e apenas são notáveis pelo seu brilhante colorido que não apresenta, contudo, senão mui vagas noções do claro-escuro. Nas cópias são porém exímios. Do mesmo modo que aquele alfaiate de Macau, citado por alguns viajantes, o qual, devendo fazer um par de calças pelo modelo de outro usado, copiou até os remendos, assim o pintor chinês reproduzirá escrupulosamente os próprios defeitos da tela.

A especialidade do retrato é antiquíssima na China e não dá tanto lugar à crítica, principalmente depois que os que a ela se dedicam puderam observar e imitar os processos dos pintores europeus que frequentaram aquele império. Entre estes, merece ser citado o retratista e paisagista inglês Chinnery, que se estabeleceu em Macau no princípio deste século e aí fundou uma escola da qual saíram alguns chins verdadeiros artistas.

As outras artes padecem de igual estacionarismo. Não se pode, todavia, deixar de admirar a elegante arquitetura de alguns edifícios ou as originais esculturas em metal, marfim ou madeira que denotam

disposições artísticas que só necessitam ser educadas para perderem o cunho extravagante que as desmerece. Os japoneses realizaram, a esse respeito, progressos que já põem em competência o seu gosto artístico com o europeu; resta, entretanto, pouca dúvida sobre a origem comum daquelas duas raças e é, ao menos, indiscutível que os chins concorreram em maioria para o povoamento do Japão. Não poderão, por acaso, os filhos do Céu transformar-se como os japoneses, desde que desapareça de todo a antiga política de isolamento que ainda se opõe à assimilação da civilização europeia? Nesse dia, que talvez não esteja muito distante, encontrarão certamente os chins nas suas antigas instituições bases mais sólidas para acompanhar ou talvez ultrapassar os seus vizinhos no desenvolvimento de faculdades científicas e artísticas até agora latentes.



CAPÍTULO VII

DE HONGKONG A XANGAI

O *Yang-tse* - Satisfação materiais e morais - Um *globe trotter* e um filósofo
- Sua-teu, Tsatung e Amoy a voo de pássaro - A ilha Formosa -
Fu-tcheu e o seu arsenal - Vivos entre mortos - Guerra à locomotiva -
Frades agricultores - Ning-pó e Tchusan - Um rio gigante -
Pedreiros amarelos ou brancos - Uma opinião - A república de Platão -
Saxônios e latinos - O *Bund* - *Jen-lik-cha* e carrinho de mão -
Uma excursão aos trambolhões - O Lago dos Prazeres -
Almoço interminável - Observações de um *Tao-tai* -
Porque são pançudos os mandarins - Bifes providenciais - Ginástica
diplomática - Um passeio a *Bubbling-well* - Pleno carnaval -
Sikauai e os jesuítas - Um observatório modelo - Os japoneses em
Xangai - Navegação e comércio - Um provérbio chinês -
Duas grandes cidades - Um viaduto do Rio de Janeiro a Barra Mansa -
Imenso formigueiro - Nanquim e os *Ta-pings* - Manchus e chins.

O *Yang-tse* levantou as âncoras e abre difícil passo entre os inúmeros juncos e sampans que cobrem a baía de Hong-Kong. Já vão decrescendo no ocidente as gigantescas formas do pico de Victoria e, depressa, uma velocidade de 15 milhas por hora leva-me às monótonas incertezas do mar e céu, caminho de Xangai.

Mas, os magníficos vapores das *Messageries Maritimes*⁷¹ oferecem grandes consolações à tristeza da travessia nas comodidades materiais desses imensos hotéis flutuantes e na reduzida porém agradável sociedade que neles se transporta. Os espaços camarotes do *Yang-tse*, o seu esplêndido salão em que o vaivém do *pan-kab* mantém uma refrigerante temperatura, as excelentes e abundantes refeições são vantagens que contentam o homem-animal, enquanto o espírito distrai-se recebendo as variadas impressões que fornecem as conversações com companheiros de viagem de origem e destinos tão estranhos. Aí desaparecem essas diferenças de nacionalidades, situações sociais ou idades que costumam dividir em grupos os passageiros dos paquetes no ocidente. Nessa distância todos os europeus formam uma única família, ainda que levados àquelas antípodas praias por objetos distintos; todos se comunicam em cordial colóquio as novas e imorredouras impressões que deixa no viajante recém-chegado a curta demora em Hong-Kong ou uma visita a Cantão. Ainda assim, os comentários variam com sujeição ao caráter ou inclinação especial de cada um. O calculador comerciante inglês só aprecia o imenso movimento mercantil, quase todo absorvido pela sua orgulhosa pátria, e apenas atende com cético sorriso às reflexões que sugere ao moralista francês o estudo do caráter chinês. O despreocupado *globe trotter*⁷² acompanha de ruidosas gargalhadas a relação de alegres aventuras de que fez vítimas alguns pobres celestiais, sem cuidar da vizinhança do grave filósofo político, já iniciando profundos estudos sobre a provável preponderância que, civilizando-se, obterá a numerosa raça chinesa e sobre as consequências da sua inevitável invasão no continente europeu.

Mas, essas conversações amenas ou instrutivas não impedem que o *Yang-tse* cumpra o seu dever e nos leve todos velozmente ao longo da costa, chinófilos e chinófobos.

Nada avistamos, mas sabemos que passamos em frente de Sua-teu, célebre pelos seus leques e objetos de charão e donde emigram livremente, aos vinte ou mais mil por ano, os inteligentes

71 – A mesma companhia que navegava para o Brasil.

72 – “Trotador do globo”, nome que se dá aos *turistas* no Extremo Oriente.

e laboriosos Hakkas⁷³ para a Califórnia, Austrália, Cingapura, Java e Cochinchina. Mais longe, já na província de Fo-Kien diz-nos o mapa que se acha Amoy ou Emuy, um dos primeiros portos abertos aos europeus. Ao passar diante dessa cidade, não posso deixar de recordar com tristeza a competência que fez ela a Macau na exportação de carne humana para Cuba e o Peru. Já entramos, porém, no canal de Formosa e, de um lado, deixamos atrás Tsuantcheu ou Tsa-tung, a antiga e opulenta Zaitun descrita no século IX pelo árabe Ybn-Vahab e onde viveu Marco Polo, enquanto pelo outro alcançamos ver as alturas de Ta-chan, a ilha Bela, segundo a chamaram os portugueses por causa da sua pitoresca natureza e de suas imponentes montanhas, a cujos pés se desenrolaram as cenas de sangue de que tem sido teatro essa ilha, desde a dominação do pirata Kochinga e as expedições holandesas do século XVII, até as contemporâneas invasões japonesas e guerras europeias.

A ilha Formosa mede perto de 40.000 quilômetros quadrados e a sua população é avaliada em 3.600.000 habitantes pela maior parte pertencentes a tribos aborígenes, de raça um tanto distinta da chinesa e que, durante séculos, opuseram tenaz resistência à conquista desse fértil território pelas armas imperiais. Na sua costa ocidental fundaram-se importantes colônias fokienenses e de hakkas, que aí exploram com grande proveito as imensas riquezas naturais desse solo privilegiado. A contrário, na costa oriental e no centro da ilha ainda predomina a raça primitiva com a qual mantêm os chins constantes hostilidades. As principais cidades de Formosa são Taiwan, sua capital, Ta-ko-hu, Tamsui e Keelong, testemunhas dos mais notáveis episódios da última guerra entre a França e a China. O comércio desses portos consiste na importação de fazendas de algodão e alguns outros gêneros europeus e na exportação de madeira de cânfora, chá e do papel vulgarmente chamado de arroz, ainda que preparado com a casca e o miolo do bambu, planta que alcança em Formosa gigan-

73 – Raça que habita a província de Kuang-tung, considerada como o tipo mais puro da China, e que se entrega principalmente à agricultura.

tescas dimensões. Também nas vizinhanças de Keelong exploram-se ricas minas de carvão de pedra, de que chegou-se a extrair em 1880 55.000 toneladas.

Entre Formosa e o continente são frequentes as comunicações por vapores e juncos, principalmente com Fu-tcheu-fu, capital da província de Fokien e porto mais importante dessa parte da costa, com o qual está também unida aquela ilha por um cabo telegráfico.

Fu-tcheu bem merece o seu nome que significa, em língua chinesa, “Cidade feliz”. Situada à margem esquerda e a 50 quilômetros da foz do Min, num lindo e fértil vale formado por altas e pitorescas montanhas, parece essa cidade refletir no seu aspecto marcial o caráter guerreiro e independente dos seus habitantes, últimos que se submeteram ao jugo manchu, contra o qual ainda protestam pelo seu traje, em que adotaram o uso do turbante para ocultar o penteado imposto aos chins pelos conquistadores, pelo seu dialeto, tão diferente da língua oficial e por costumes especiais que contrastam com os dos outros habitantes do império. O caráter turbulento dessa população é motivo de constante alarma por parte do governo imperial que, para neutralizar as suas tendências revolucionárias, mantém aí uma forte guarnição manchu, protegida na cidade tártara por altas e espessas fortificações armadas de numerosa artilharia. O bairro chinês está igualmente rodeado de muralhas em que se abrem sete portas, guardadas por piquetes manchus, o que dá a Fu-tcheu uma aparência de praça forte, ainda mais acentuada para o viajante que chega dos pacíficos portos comerciais, pelas fortalezas que se ostentam à entrada do Min e pela atividade buliçosa que se sente ao passar em frente ao vasto arsenal de marinha estabelecido a meia distância entre o mar e a cidade.

Iniciado em 1869 sob a direção dos oficiais franceses Giquel e d’Aiguebelle, faria honra este arsenal a qualquer potência marítima de primeira ordem. Já em 1874 tinham produzido os seus estaleiros quinze canhoneiras de guerra com todos os aperfeiçoamentos das construções navais modernas, e daí saem peças das mais delicadas das máquinas a vapor, como eixos de hélices ou chapas de aço para

courações, e instrumentos óticos de precisão, em cujo fabrico excellem os operários chineses. Ultimamente foram despedidos quase todos os instrutores ou chefes de oficina europeus e substituídos por chins formados nas escolas profissionais anexas ao arsenal ou que tinham estudado essas especialidades na Europa por conta do governo chinês. A sua escola naval também fornece a marinha imperial de jovens oficiais que já vão substituindo satisfatoriamente os mercenários estrangeiros, cujos contratos condicionais inutilizam grande parte da esquadra em caso de guerra. Os evidentes benefícios que vai retirando o governo chinês do arsenal de Fu-tcheu levam-[n]o a não poupar sacrifícios para elevá-lo à altura dos estabelecimentos dessa ordem mais bem montados da Europa, chegando a despender com o seu sustento a soma de 170 contos de réis por mês.

A concessão estrangeira de Fu-tcheu ocupa uma ilha em frente à cidade, à qual está unida por uma ponte de 400 metros de comprimento, cuja antiguidade fez denominar a ponte dos “dez mil anos”. Nas alturas que dominam esse bairro levantaram os residentes estrangeiros cômodas mansões rodeadas de espaçosas varandas, donde se goza do esplêndido panorama que oferece o curso do Min, serpenteando desde as escabrosas montanhas de que sai, até a pitoresca ilha da Pagoda, em que se alarga para descer ao mar.

O terreno hoje ocupado pelos europeus era antigamente preferido para as sepulturas, exatamente por ser a localidade mais aprazível e salubre das vizinhanças da cidade. Os chins dão mais importância às condições do lugar em que devem ser enterrados do que às daquele em que passam a vida. Para isso não têm cemitérios determinados, senão sepultam os cadáveres nos montículos dos campos, em sítios que ofereçam aquelas favoráveis condições. Este sistema, imposto pelo culto dos mortos, tem sido a causa da resistência da China à introdução de caminhos de ferro e telégrafos. Como consentir que o silvar da locomotiva ou os gemidos dos fios elétricos perturbem o tranquilo sono da morte? Quais as mãos sacrílegas capazes de revolver os venerados restos dos antepassados, abrindo cortes ou levantando

terraplenos? Não é que haja uma oposição decidida a qualquer tentativa dessa ordem; o próprio governo chinês deseja e esforça-se por introduzir aqueles elementos de progresso; mas, onde encontrar trabalhadores que, ou não participem desses antigos e sagrados preconceitos, ou se atrevam a afrontá-los? Só o tempo poderá resolver de todo essa dificuldade. Já possui, entretanto, a China algumas linhas telegráficas, conservadas a custo de severas proclamações afixadas nos postes e de castigos exemplares para os infratores, e vai-se preparando a franca introdução da viação férrea por pequenos ensaios em diversos pontos do império, os quais, ainda que geralmente malogrados pelas hostilidades ou simplesmente pela abstenção da população em utilizá-los e dar-lhes meios de vida, incutem pouco a pouco o sentimento das vantagens comerciais desse rápido meio de transporte, o que não poderá deixar de calar no espírito prático do povo chinês e persuadi-lo a pôr de lado absurdas superstições ou a construir cemitérios onde possam os antepassados, longe dos barulhos civilizadores, gozar da tranquilidade eterna.

Mas, quando em virtude da paz de 1842, deram os ingleses preferência a esse local para a fundação do seu estabelecimento de Fu-tcheu, ainda não se tinham compenetrado os mandarins dos benefícios daqueles inventos modernos e foi dura a luta contra o preconceito geral que se opunha à edificação de moradas e armazéns por cima dos túmulos. Não pôde, contudo, a força da superstição resistir por muito tempo ao terror pânico que infundiam os *Hung-mao*⁷⁴ desde as precipitadas e desastrosas operações da última guerra; os chins não só cederam, como não tardaram a acostumar-se a essa violação dos antigos usos, a ponto de estabelecerem-se também na vizinhança da concessão europeia, atraídos pelos lucros que oferecia o rápido incremento do comércio e, em poucos anos, levantou-se o considerável bairro de Nantai, naquele mesmo lugar em que o silêncio da natureza só era antes interrompido durante as festividades consagradas à comunhão dos vivos com os espíritos queridos.

74 – “Cabelos vermelhos”, nome que os chins dão aos ingleses.

Fu-tcheu também possui o seu bairro aquático, que ocupa um pequeno braço do rio junto ao arrabalde da cidade no qual se concentra quase todo o movimento comercial. Esse arrabalde, denominado *Hua-kié* ou “distrito das flores”, por causa dos estabelecimentos de prazer que contém, consiste principalmente numa rua de três quilômetros que se estende desde a ponte dos “dez mil anos” até as muralhas de Fu-tcheu e é onde se acham instaladas as principais casas de comércio, os restaurantes, teatros e outros lugares de recreio banidos, pelos costumes, da cidade, reservada para estabelecimentos de indústrias mais tranquilas ou habitações particulares. O bairro tártaro destina-se, como em todas as cidades da China, à residência da guarnição e dos funcionários manchus. Em Fu-tcheu, mais do que em qualquer outro porto, nota-se a diferença entre as raças conquistadora e conquistada; o tipo tártaro dos homens é aí mais acentuado e as mulheres vestem compridas saias, em vez das largas calças e da camisola chinesa, e não mutilam os pés.

Nos arredores de Fu-tcheu erguem-se imponentes montanhas em que se encontram ricas fontes termais utilizadas desde época imemorial pelos chins para o tratamento de moléstias da pele. Também escolheram os bonzes budistas esses pitorescos sítios para a edificação de conventos, dos quais os mais notáveis são os de Ku-chan, situado a 600 metros de altura e cujas espaçosas construções encerram verdadeiras riquezas artísticas, e o de Yuan-fu, suspenso como por arte mágica sobre um profundo precipício, e ao qual se chega depois de uma árdua ascensão terminada por uma escada de pedra de 400 degraus.

A província de Fo-Kien é uma das mais férteis do império; entre as variadas produções do seu solo figuram o arroz, a cana-de-açúcar, o anil e principalmente o chá cultivado pelos monges budistas e com o qual se prepara as melhores qualidades pretas exportadas da China. O porto de Fu-tcheu exportou, em 1879, 36 milhões de quilogramas desse precioso artigo, alcançando nesse mesmo ano o valor do comércio total a 50 mil contos de réis.

Ao norte de Fu-tcheu e antes de chegar a Xangai, ainda se

encontra o porto de Ning-pó, célebre na história das relações dos europeus com a China. Ali aportaram os portugueses em 1523, depois de repelidos da ilha de San-tchuen, e fundaram um estabelecimento em que entretiveram prósperas transações até o ano de 1542 em que foram expulsos, sendo destruídas as suas feitorias e massacrados perto de mil portugueses. Ning-pó foi durante muitos anos um dos mais ativos centros comerciais da China; mas, depois da paz de 1860, teve de ceder lugar à supremacia que ia cada dia obtendo a sua vizinha Xangai, só achando hoje os habitantes de Ning-pó consolação para a sua decadência comercial na inocente pretensão de ser a sua cidade a Atenas da China. Entregam-se com afincos aos estudos literários, para o que dispõem de uma excelente biblioteca de 50.000 volumes.

Em frente a essa cidade acha-se o populoso e fértil arquipélago de Tchu-san, cuja posse tem sido repetidamente cobiçada pelas potências europeias, às quais, porém, resiste habilmente a diplomacia do governo chinês, que compreende a importância estratégica dessas ilhas. Aí se encontra o célebre templo de Pu-toh dedicado à deusa Kuang-in, protetora dos marinheiros e, espalhados pelas costas da Grande Tchu-san, outros templos ou conventos budistas que servem de hotéis durante a época dos banhos de mar. A população desse arquipélago é descendente dos antigos piratas que infestavam essas paragens e ainda hoje distinguem-se pelo seu caráter independente, só submetendo-se quando lhes convêm às autoridades chinesas.

Mas não se esqueça o leitor que ainda estamos a bordo do *Yang-tse* no qual, em menos de três dias percorremos as 850 milhas que separam Hong-Kong da boca do majestoso Yang-tse-kiang ou rio Azul, cujo volume d'água só é avantajado pelo nosso não menos grandioso Amazonas, pelo rio da Prata e pelo Congo na África⁷⁵. Quão diverso é, porém, o espetáculo que se oferece ao viajante a quem foi dado admirar as belezas tropicais que já ostenta na sua foz o gigante sul-americano! Essas suntuosidades da natureza são substituídas na

75 – O volume médio da água que o Yang-tse deita ao mar por segundo é de 21.650 metros cúbicos.

imensa artéria da China por areias sem fim e insondáveis à vista, que só encontra distração na trêmula miragem que reproduz uma mesquinha vegetação ou a triste choupana do pescador. Assim atravessa o navegante a barra do Yang-tse-kiang sem talvez suspeitar que é esse o ponto terminal de uma vasta bacia cujas águas navegáveis igualam em longitude à metade da circunferência do globo.⁷⁶

Não goza, porém, Xangai do favor de ser banhada por essas soberbas águas. Para chegar-se a essa capital do comércio europeu na China é preciso entrar-se no Huang-pu, afluente do grande rio ou, antes, braço do ramificado delta formado de um e outro lado da sua foz. Depois de passar diante da aldeia de Uo-sung, onde fundeiam os veleiros que não podem subir o Huang-pu, de passar diante da alfândega de cadáveres⁷⁷ e de remontar em poucas horas o curso sinuoso desse rio, avista-se de repente, depois de uma volta brusca, as monumentais e elegantes construções de Xangai, que fazem duvidar ao viajante se as originalidades que o impressionaram em tão longa travessia e a sua própria presença na China não são senão fantásticas visões de que acorda ao aportar a alguma dessas opulentas cidades modernas dos Estados Unidos. É na verdade incontestável que os ingleses levaram aí a palma aos seus atrevidos descendentes americanos, fazendo surgir como por magia de um terreno de aluvião os suntuosos palácios e jardins que bordam as largas e bem macadamizadas ruas dessa cidade. Mas é que dispunham de elementos de trabalho únicos, capazes de resistir, pela habilidade e paciência, aos contratempos que se opõem geralmente a essas criações artificiais de centros de população; encontraram no trabalhador chinês a inteligência e a econômica laboriosidade que estão longe de possuir os pesados imigrantes europeus empregados em idênticas obras na América. Para melhor poder-se apreciar a importância que teve o trabalho chinês no levantamento em quatro anos (1860-1863) das portentosas construções que ornaram Xangai, não me

76 – RECLUS, Elysée. *Geographie Universelle*.

77 – Aí são abertos os caixões em que veem os cadáveres de chins falecidos nos países para onde emigram.

parece ocioso traduzir as seguintes frases com que um viajante inglês a explica:⁷⁸

Alguns leitores perguntarão naturalmente quem é o autor da construção desses edifícios dignos de qualquer capital europeia e infinitamente superiores aos que ornaram os nossos mais importantes portos. Poder-se-ia supor que tais construções foram levantadas por hábeis operários europeus; mas, basta uma curta residência em Xangai para perder essa ideia. Nota-se imediatamente a interessada atividade que desenvolvem os carpinteiros, pedreiros e trabalhadores chineses de toda espécie na disputa do trabalho remunerador que proporcionam as construções; verifica-se igualmente a extraordinária facilidade com que se assimilam os variados conhecimentos necessários para poderem cumprir os seus contratos e dar às suas obras esse cunho de elegância e de perfeição exigido pelo gosto esclarecido do arquiteto estrangeiro. Mas não é somente nos edifícios que se reconhece os recursos de que dispõe o trabalho chinês. Visite-se os estaleiros e as docas e aí se poderá estudar o operário chinês, construtor de navios, mecânico, carpinteiro, pintor ou decorador, trabalhando ativamente sob a direção de contramestres europeus que fazem a mais brilhante justiça às atitudes dos seus homens.

Xangai divide-se em três *concessões* estrangeiras: norte-americana, inglesa e francesa, um arrabalde chinês e a cidade propriamente dita, rodeada de muralhas e encostada àquele arrabalde e à concessão francesa. As quatro primeiras divisões ocupam a margem esquerda do rio, na ordem em que as citei e numa extensão de seis quilômetros, sendo a mais importante a concessão inglesa, que bem merece o título de “colônia modelo” pela sua excelente administração municipal e pelo bem-estar de que gozam os seus habitantes, aos quais coube a realização, na medida possível, da utopia republicana perseguida desde Platão até os nossos dias.

Esse território é o concedido aos norte-americanos, que judi-

78 – THOMSON, J.. *Dez anos de viagens na China e Indochina*.

ciosamente se anexaram aos ingleses, são governados por um conselho municipal eleito sem restrições pelos residentes estrangeiros de todas as nacionalidades, com o qual participa na direção dos negócios, mas em caráter apenas consultivo, o corpo consular formado pelos delegados de todas as nações, mesmo as que não têm relações comerciais nem súditos na China. Em virtude dos tratados internacionais os cônsules têm igualmente a seu cargo a administração da justiça, agregando-se-lhes um juiz chinês para o julgamento dos casos em que são partes os súditos do império.⁷⁹ Os impostos municipais são sabiamente empregados nos melhoramentos materiais e na manutenção de um corpo de polícia e outro de bombeiros e, quando se trata de alguma obra extraordinária de conveniência geral, recorre-se à subscrição, em que cada um contribui como quer ou pode. Por essa forma obteve a concessão inglesa um bonito passeio público e um campo de corridas.



Vista do “Bund” na concessão inglesa de Xangai

Este sistema administrativo, que mais parece de uma associação particular do que o que regula a existência social de cem mil indivíduos, demonstra exuberantemente, pela sua ordenada e próspera duração de perto de trinta anos, comparada com a desordem e pobreza da

79 – Veja-se os artigos 9º e seguintes do tratado no apêndice C.

concessão francesa, a vantagem que para tais empresas leva o espírito prático e organizador da raça saxônica sobre a latina.

Ciosa de sua autonomia no território que lhe foi concedido e aconselhada por essa mesquinha política que, em alguns povos latinos sacrifica interesse gerais de consideração a exagerados melindres ou conveniências individuais, não quis entrar a França no acordo que já tinha reunido com benefício comum a concessão norte-americana à inglesa. Ali o cônsul francês é a suprema e única autoridade e acumula, em representação do seu governo, funções executivas e judiciárias e, em casos excepcionais, também legislativas ou mesmo ditatoriais. Acha-se assim a sorte dos 35.000 indivíduos que ocupam essa parte de Xangai à mercê de um funcionário de carreira, quase sempre levado a esse posto de responsabilidade pelo acaso das promoções ou pela proteção, sem possuir muitas vezes os conhecimentos e as qualidades pessoais necessárias para dirigir um estabelecimento tão especial. Daí resulta a anarquia administrativa e um abandono das mais urgentes necessidades materiais que contrastam com o aspecto feliz do bairro inglês, apenas separado do francês por um estreito riacho. Também, os próprios residentes franceses preferem fixar-se na concessão inglesa, onde gozam dos direitos e das vantagens comuns a todos os estrangeiros, abandonando a francesa à ralé da população, que se entrega, nas suas ruas sujas e em geral mal calçadas, aos misteres mais vulgares: tavernas, casas de jogo, de ópio e outras. Ao contrário, na concessão inglesa, principalmente numa larga avenida à beira-rio denominada Bund, ostentam-se suntuosos edifícios em que funcionam bancos, casas do alto comércio e um vasto *club*, onde encontram os residentes as mesmas distrações que podem proporcionar os melhores estabelecimentos desse gênero da Inglaterra.

O excelente macadame das ruas permite empregar aí outro sistema de transporte do que as cadeirinhas de Hong Kong, Macau ou Cantão. O cupé, landó, o fáeton e o tilburi já invadiram Xangai e dão a essa cidade uma animação única na China. Além desses veículos ainda circulam ou estacionam nas esquinas o *jen-lik-cha* e o carrinho de mão. O primeiro é um carrinho parecido aos que se usa para as crianças no ocidente, com

duas rodas e varais entre os quais se coloca um *coolie*, que transporta o passageiro pelo módico preço de cem réis de um extremo ao outro da cidade e com uma velocidade que iguala o trote largo de um cavalo. O carrinho de mão, mais barato e exclusivamente usado pelos chins, tem aos lados de sua única roda duas pequenas plataformas onde tomam lugar dois passageiros, ou mesmo um só, o que obriga então o condutor a fazer um esforço para compensar a falta de contrapeso. É um prazer de que ainda desfruta mesmo, de vez em quando, o antigo residente de Xangai, percorrer no veloz *jen-lik-cha* o espaçoso Bund, nas belas noites de luar da estação calmosa, desde a concessão francesa até a elegante ponte sobre o arroio de Su-tcheu, que separa o bairro inglês do norte-americano. Mas esse passeio não vale, decerto para o *turista* recém-chegado, uma visita à cidade chinesa.



Carrinho de mão

Anime-se o leitor a tomar lugar em um carrinho de mão, único veículo capaz de rodar sobre as escabrosidades das ruas chinesas; apoie o pé no estribo de corda ou em cima da tabuinha da frente à maneira deste grave letrado de óculos, e assim atravessaremos as populosas ruas do bairro francês, para chegar à principal porta daquela cidade. Cruzemos aí a pequena ponte levadiça atirada sobre o fosso cavado à roda das muralhas e penetremos por um túnel, cuja extensão de três a quatro metros indica a espessura das fortificações, numa rua cheia do reboiço atordoador que já nos surpreendeu em outras cidades.

Mas, ainda que a lentidão com que nos transporta aos saltos o carrinho de mão permita observar em seus menores detalhes a animação comercial e industrial dessa parte de Xangai, já deve estar farto o leitor de descrições de fábricas de seda ou charão; já são suas conhecidas aquelas tabuletas revestidas de complicados hieróglifos ou as aglomerações populares em que os gritos dos vendedores só são cobertos pelas exclamações de espanto com que fogem à nossa vista as mulheres e crianças, ainda pouco acostumadas ao aterrador aspecto dos diabos estrangeiros, pela raridade das visitas dos habitantes europeus das *concessões* à cidade chinesa. Procuremos, portanto, outras ruas mais quietas, onde poderá o nosso olhar penetrar até o fundo das oficinas de carpinteiros, ferreiros ou latoeiros em que já, quando os nossos avós ainda vagavam pelos bosques, fabricavam-se os utensílios de uso doméstico mais comum; apeemo-nos um momento para assistir à manufatura desses sapatos de cetim, cujas compactadas solas de papel suscitam a industriais europeus a utilização dessa econômica matéria, para substituir os trilhos de ferro, as telhas de barro ou para construir o barco em que o *Yankee Bishop* percorreu as extensas costas americanas desde o Canadá até o México; visitemos essas ourivesarias produtoras dos brincos de jade, das pulseiras de prata que realçam o carmim das faces das aristocráticas donzelas misteriosamente escondidas nos parques e quiosques dos *ja-men*⁸⁰, ou que rodeiam os seus delicados braços terminados por finos dedos e compridas unhas cuidadosamente preservadas em estojos também de prata, e assim, vendo, admirando e a cada passo surpresos pelas inesperadas novidades que oferece a diversidade de indústrias e costumes do norte da China comparados com os do sul, alcançaremos o “Lago dos Prazeres”, em cujas margens ou ilhas, ligadas por elegantes pontes, teatrinhos, restaurantes, saltimbancos e cantadores públicos animam, ao cair da tarde, um quadro original que tem por moldura as graciosas curvas e a multicolor ornamentação dos edifícios.

Mas, demo-nos pressa em regressar antes que soe a hora em que se fecham as pesadas portas da cidade murada, e vamos procurar descanso

80 – Palácios dos mandarins.

nas macias camas do Hotel das Colônias à fadiga e às contusões que não nos permitirão esquecer a solavancada marcha do carrinho de mão.

Outra vez que percorri a cidade chinesa fui transportado mais comodamente em uma cadeirinha igual às de Cantão. Tínhamos sido convidados os membros da missão e o cônsul de França a um almoço em casa do *Tao-tai* ou governador manchú de Xangai.



O “Lago dos Prazeres”

Depois de meia hora de marcha, entramos no seu *ya-men* onde foi anunciada a nossa chegada por três tiros de canhão, gongs, tambores, sinos e outros instrumentos desagradáveis. Introduzidos no salão de visitas, tivemos aí, com o auxílio dos intérpretes, uma interessante conversação, em que os mandarins não mostravam menos curiosidade sobre o Brasil e suas instituições, do que demonstram os ocidentais quando se trata da China. O almoço, que durou perto de três horas, esteve animadíssimo, divertindo-nos o velho *Tao-tai* com espirituosas mas sempre polidas observações sobre a contradição entre certos hábitos ocidentais e chineses. Explicou-nos porque se dá na China o lugar de honra à esquerda, que é onde se acha o coração junto ao qual devemos colocar

os nossos amigos. Criticou com graça inofensiva as roupas apertadas e os colarinhos engomados que, na opinião desse bárbaro mandarim, deviam incomodar-nos muito e não dar-nos a mesma liberdade de ação dos amplos e suaves trajes chineses. Serviram-nos vinte e seis pratos diversos, entre os quais alguns de alto preço, como ninhos de andorinhas e barbatanas de tubarão, e duas espécies de vinhos: de arroz e de folhas de rosa. Tive então oportunidade de verificar que os chins que podem são bons garfos, ou antes, bons *pauxinhos*; os nossos comensais despachavam com uma celeridade admirável prato sobre prato e faziam honra às volumosas panças de que estavam quase todos ornados. Essa voracidade dos mandarins contrasta com a conhecida sobriedade das classes trabalhadoras e explica-se pela vaidade que predomina ali no caráter das classes dirigentes. É assim que nas casas de pasto frequentadas pelos ricos, ao retirar-se algum freguês, o criado que o serviu apregoa em voz alta a lista dos pratos consumidos e o total da conta paga, o que obriga cada mandarim a procurar vencer os companheiros na capacidade absorvente do estômago e no peso da bolsa, com grande satisfação do hoteleiro. Não tendo interesse em disputar esses dotes gastronômicos, contentei-me em provar as estranhas iguarias que me serviam e confesso que a fome aguçada pelas sacudidelas da marcha me teria feito levantar da mesa de péssimo humor, se felizmente o bom do *Tao-tai* não tivesse previsto que o nosso gosto selvagem ainda não estava afeito às delicadezas da cozinha chinesa e disposto, portanto, que nos oferecessem no final do banquete excelentes bifes à inglesa e um suave vinho de Bordeaux. Assim restaurados, achamo-nos com forças para resistir à complicada ginástica que exige o ritual chinês nas despedidas. Começaram os intérpretes a traduzir em floreadas e exageradas frases as simples expressões da civilidade ocidental com que agradecíamos a amabilidade que nos tinha sido dispensada. “Com letras de ouro ficará gravado no nosso coração a doce lembrança das curtas horas que passamos em vossa ilustre companhia”. Ao que respondia o *Tao-tai*: “A nobreza do vosso caráter vos faz dar imerecido apreço às humildes demonstrações com que se atreveu a distinguir-vos o vosso miserável servo”. Estes e

outros cumprimentos, em que se disputa a modéstia, são acompanhados de parte a parte de contorções de submissão ou carinho, até perder-se de vista o visitante. Já depois de atravessado o espaçoso pátio que separa o *ya-men* da rua, quis deitar um último olhar sobre a fantástica arquitetura desse edifício e ainda vi o bom velho com os punhos unidos, gritando *tchin-tchin, tchin-tchin*⁸¹ e saltando, feito um possesso, de um lado a outro, o que fazia esvoaçar o seu rico e amplo vestido de fina seda como se fosse alguma bailarina de extravagante ópera-bufa. O nosso desgraçado intérprete fazia o que era humanamente possível desde a janela da sua cadeirinha para cumprir as obrigações que impõe em tais circunstâncias o severo ritual chinês, o que o fez acordar no dia seguinte com um furioso torcicolo. Devo fazer justiça à dedicação dos pobres intérpretes aos quais podem os diplomatas delegar essa difícil parte da etiqueta; estou mesmo convencido de que, sem a intervenção desses moços, em geral robustos, alguns representantes estrangeiros na China de lá voltariam entrevados.

Bubbling-well (poço fervendo) é uma fonte termal sulfurosa, situada nos arredores de Xangai, que deu nome à extensa e magnífica estrada, passeio favorito dessa cidade. Todas as tardes, quando o tempo permite e depois de fechadas as casas de comércio, afluí aí a população europeia e chinesa, cruzando-se, sobre o duro e liso macadame e à vertiginosa carreira de robustos cavaleiros tártaros, landós e vitórias, em cujas almofadas recostam-se, com igual pretensão, elegantes damas europeias ou chinas meio ocidentalizadas que conservam, porém, seus piramidais penteados ornados de vistosas flores artificiais. Essa extraordinária animação e a variedade de veículos, cadeirinhas, *jen-lik-chás*, carrinhos de mão, cavalos, burros, em que se transportam, interpelando-se em ruidosa alegria, chins e europeus ataviados de roupas e chapéus de formas extravagantes, dão a esse passeio o aspecto de um imenso cortejo carnavalesco, de uma originalidade que só encontrei no Chubrá do Cairo.

De um e outro lado da estrada de *Bubbling-well* elevam-se as

81 – “Adeus, adeus”.

elegantes residências dos príncipes do comércio de Xangai, em cujos extensos jardins vê-se, ao passar, cavalheiros e ruivas moças entretidos em animadas partidas de *croquet*, *criquet*, ou *lawn-tennis*. Também aí se encontra o hipódromo de corridas e, num desvio à direita, à margem do rio Sutcheu, o clube de regatas.

Em outra direção, depois de atravessados vastos campos cultivados, cruzados de canais de irrigação cujas margens estão semeadas de túmulos chineses, chega-se à povoação de Si-ka-uei, onde se acha instalado desde o século XVII um colégio de jesuítas, em que, coerentes com o seu sistema de transações, acolhem esses padres meninos cristãos ou não e dão-lhes uma educação europeia ou chinesa, segundo as indicações dos pais. Anexos a essa antiga instituição funcionam com não menos ordem e utilidade um seminário, um colégio especial para os filhos dos europeus residentes na China, um convento de irmãs Auxiliadoras que se dedicam à educação das meninas, um asilo de órfãos com suas correspondentes oficinas de trabalho, um hospício de loucos, um hospital de incuráveis e um observatório meteorológico.

Este último estabelecimento é certamente um dos mais completos do mundo, e o governo dos Estados Unidos fez devida justiça à sua importância, ligando-o, por meio de uma subvenção, às suas instituições do mesmo gênero. O diretor do Observatório de Si-ka-uei, Mr. Déchevrens, inventou aí, há poucos anos, um instrumento destinado a medir a inclinação dos ventos, e tem prestado, com suas observações, relevantes serviços ao comércio e à navegação, anunciando em tempo os tufões que tantos desastres causam nas costas da China. Ali funciona também com êxito, há dez anos, um aparelho fotográfico que marca de dia ou de noite as variações das correntes magnéticas.

A prosperidade da colônia jesuíta de Si-ka-uei, em que recebem profícua instrução mais de mil crianças e socorros de toda sorte os desamparados dessa região da China, demonstra mais uma vez o poder de organização dessa ordem fundadora das missões sul-americanas e o proveito que ainda poderiam dela retirar as sociedades novas, se o cioso ultramontanismo não tivesse astutamente conspirado com a por vezes

irrefletida exaltação do espírito moderno, para exilar uma instituição cujas tendências tolerantes e progressistas eram um poderoso embaraço ao perpetuamento do obscurantismo. Mas, nesse refúgio afastado das lutas político-religiosas que ainda sustentam os últimos arquejos do fanatismo, vão prestando os jesuítas eminentes serviços à obra de lenta porém segura fusão das civilizações europeia e chinesa, aproveitando o que há de bom em cada uma para chegar, na possível aproximação, à verdade, que sempre paira impassível, a meia distância, entre as exagerações opostas.

Todos os anos formam-se nesse estabelecimento moços habilitados a compreender e utilizar as vantagens do progresso ocidental, sem repudiar, contudo, as antigas qualidades que fazem o orgulho da nação chinesa. Aí aprendem o respeito e a submissão aos superiores, como ensinava Confúcio, a cultivar a virtude, como pregava Lao-tse, a amar o trabalho e perseverar no tradicional culto dos antepassados, base da união das famílias. Alguns discípulos de Si-ka-uei ocupam cargos importantes na administração do império e demonstram, pela proteção com que favorecem os jesuítas, a sua gratidão pelos benefícios deles recebidos.

Existe em Xangai uma pequena colônia japonesa que já oferece uma ideia do simpático caráter desse povo e do elevado sentimento artístico que tem podido desenvolver desde que o novo sistema político do Japão abriu de par em par as suas portas à civilização europeia. As obras de porcelana, *cloisonnés*, bronzes, charão etc. expostas nas lojas japonesas de Xangai, se não revelam a paciência e a perfeição do trabalho chinês, indicam instintos elegantes de formas e desenhos, superiores talvez mesmo aos primores da arte europeia.

Os japoneses são raquíticos e mais feios do que os chins. Em compensação, o tipo das mulheres é superior ao das chinas; os seus olhos não se desviam tanto da horizontal, nem têm os pômulos tão salientes e o seu porte é mais airoso. Nada mais interessante do que vê-las transitar garbosamente elevadas sobre espessos tamancos de madeira, manejando com inimitável arte os seus compridos leques e sempre animadas por gracioso sorriso; ou então, assistir a uma dessas

danças em que as pregas do rico *Kimono*⁸² deixam entrever formas esbeltas, sem que se ressentam os elegantes gestos da dançarina da lascívia que celebra as *bayadeiras* da Índia. Em Xangai vivem os japoneses à sua moda e recebem com prazer em suas casas os viajantes europeus que desejam observar os seus costumes, a muitos respeitos diferentes dos chineses. Ao contrário dos chins, que usam de cadeiras e mesas como as nossas, sentam-se no chão em limpas e fornidas esteiras, junto a mesas pequenas e baixas em que oferecem, com insinuante amabilidade, chá e doces aos visitantes, entretendo sempre uma conversação alegre e picante, o que, unido a outros pontos de analogia do seu caráter, valeu-lhes o título de franceses do Extremo Oriente.

Os japoneses são conhecidos em Xangai desde o ano 1361 da nossa era, em que se apresentaram na boca do Yang-tse-kiang e invadiram toda essa região. Essas expedições repetiram-se várias vezes em épocas posteriores, mas as armas vitoriosas daqueles audazes insulares tiveram de ceder à paciente habilidade com que concluíam sempre os chins por expulsá-los do seu território, cortando-lhes os víveres, desviando o curso dos rios, impossibilitando-lhes por todos os meios de tirar proveito das suas conquistas. Hoje, ainda que as duas nações olhem-se com o mesmo ciúme que separa a França da Inglaterra, respeitam mutuamente a intrepidez duma e a grandeza material da outra e entretêm úteis relações comerciais. Xangai está ligada ao Japão por uma linha de bons vapores japoneses que fazem concorrência aos serviços de paquetes franceses, ingleses e norte-americanos estabelecidos entre os dois países. O movimento marítimo do seu porto foi representado em 1879 por 3.063 vapores e 1.313 navios de vela de diferentes nacionalidades, sem contar a multidão de juncos e barcos menores empregados no transporte pelos rios ou canais. Daquela cifra, corresponderam à bandeira chinesa 1.167 vapores e 414 navios de vela de alto bordo, números unicamente avantajados pelos 1.555 vapores e 419 veleiros cobertos pela bandeira inglesa. O valor das transações entre Xangai e os países ocidentais alcançou no mesmo ano a mais de 400 mil

82 – Saia de espumilha de seda.

contos de réis, quantia superior à metade da importância total do comércio estrangeiro nos portos habilitados pelos tratados. Não obstante as dificuldades que oferece a barra do Huang-pu ao considerável movimento comercial concentrado em Xangai, tende ele todos os anos a aumentar, e terá ainda mais rápido desenvolvimento se se restabelecer a via férrea que já funcionou durante dezesseis meses entre essa cidade e Uo-sung no Yang-tse-Kiang, e assim que tiverem execução os projetos aprovados pelo governo chinês que devem ligar, por meio de estradas de ferro, aquele rico empório às florescentes cidades de Su-tcheu e Hang-tcheu.

Há um provérbio chinês que diz: Felizes os que nascem em Su-tcheu, vivem em Hang-tcheu e morrem em Liao-tcheu. É que Su-tcheu é a pátria das bonitas flores e mulheres, Hang-tcheu é célebre por sua opulência e seu clima saudável e Liao-tcheu é onde se fabricam os mais ricos e cômodos caixões de defuntos.

Situada sobre um sistema de canais e lagos que a fizeram denominar a Veneza da China, é ainda Su-tcheu uma das mais belas cidades do império, apesar da destruição que sofreu durante a guerra dos *Ta-pings*. A sua população chegou a ser avaliada no princípio deste século em dois milhões de habitantes, e era considerada a cidade mais industrial da China, produzindo principalmente sedas incomparáveis. Hoje vai se levantando pouco a pouco das suas ruínas e rivalizando em prosperidade com a sua vizinha Hang-tcheu. Esta cidade mereceu ser citada como uma maravilha pelos antigos viajantes, desde Marco Polo até Martini, que a visitou no século XVII. Atribuía-lhe cem milhas de circunferência, mais de um milhão de casas e doze mil pontes, empregando-se três dias de marcha forçada para percorrer a sua menor largura. Essas exagerações, próprias da vaidade chinesa, demonstram todavia a grande importância que, na antiguidade, teve Hang-tcheu, ainda julgada a mais rica e alegre cidade da China pelos viajantes modernos, os quais lhe marcam uma população de um milhão de almas. Perto de Hang-tcheu acha-se Chao-ing, notável pelo seu viaduto de 150 quilômetros de comprimento⁸³, verdadeiro prodígio de engenharia

83 – Distância aproximada entre a Corte e Barra Mansa, pela Estrada de Ferro D. Pedro II.

suportado por 40.000 pilares. Os trabalhos para a proteção das terras contra a invasão do mar, praticados pelos habitantes dessa região, só são comparáveis, senão superiores, às obras idênticas da Holanda.

Mas, se as cidades que antes citei pretendem haver já abarcado em seus muros um considerável número de seres humanos, nenhum lugar na terra foi certamente tão compactamente povoado como o que ocupam, na confluência do Han e do Yang-tse, a 1.100 quilômetros da foz deste grande rio, as três cidades de Han-keu, Han-yang e U-tchang, reunidas numa só aglomeração, à maneira de New York, Brooklin e Jersey. Os chins chegaram a avaliar em oito milhões o número de estômagos (segundo a sua prosaica expressão) que funcionaram naquelas cidades em sua época de maior prosperidade, e ainda hoje reconhecem os europeus que as visitam, pelos vestígios de antigos perímetros muito mais extensos do que os atuais, que a sua população devia ter excedido, longe, ao milhão e trezentos mil almas que contêm. Desde a paz de 1860, Han-keu está aberta ao comércio estrangeiro e é o mais importante empório de exportação de chá da China e do movimento de mercadorias ocidentais dirigidas ao coração do império, pelos extensos cursos navegáveis do Yang-tse e do Han, até às proximidades da grande cidade de Si-gnan-fu, a 500 léguas de Xangai.

Porém a mais notável cidade dessa região, por sua importante história política e pela imensidade do seu perímetro, talvez só inferior aos de Londres e Paris, é Nanquim ou a “capital do sul”, que ainda lembra pelas ruínas dos seus monumentos a sua antiga opulência, quando era residência imperial sob a dinastia dos Mings. Nas proximidades da cidade acham-se os túmulos de alguns desses imperadores, precedidos de uma comprida e larga avenida, bordada de gigantescos monólitos representando figuras humanas e animais. Também aí se levanta um excelente arsenal de guerra em que se fabricam toneladas de espingardas modernas, canhões, metralhadoras, torpedos etc., sob a direção do sábio inglês Macartney. Este arsenal foi construído com materiais de uma magnífica pagoda edificada no ano 372 da nossa era e conhecida pelo nome de “torre de porcelana”, a cuja altura de 260

pés se chegava por uma escada interior de 190 degraus. Essa maravilha da arte, talvez a mais notável da China, foi destruída pelos rebeldes *Ta-ping* ou *Tchang-mao* (cabelos compridos), assim chamados por terem suprimido o rabicho e adotado o antigo penteado chinês. A revolução com que perturbaram o império durante mais de quinze anos é um dos episódios mais interessantes da sua história contemporânea.

Sempre adiantados aos ocidentais em muito daquilo que, vaidosamente, demos em chamar ideias modernas ou manifestações da marcha progressista das sociedades cultas, já tinham inventado os chins, há séculos, a par da imprensa, da pólvora, da bússola etc. associações secretas pelo estilo do Tugenbund, do Carbonarismo ou dos mais recentes Internacionalismo e Niilismo. Não há filho de Han⁸⁴ que se considera que não se ache afiliado em alguma das numerosas sociedades desse gênero, todas hostis à dominação manchu, mas cujos trabalhos limitam-se em geral a alimentar o espírito de revolta, à espera de oportunidade para desenvolvê-lo praticamente. A sociedade dos “três-unidos”⁸⁵ é uma das que mais adeptos conta no sul da China e tem dado que fazer ao governo manchu nestes últimos duzentos anos. Em 1848, enquanto, por casual coincidência, se agitava a Europa com as revoluções liberais, levantou-se um simples mestre de escola de nome *Hong-sien-t sien*, o qual, apoiado pelos “três-unidos” e tomando, por uma anomalia bem chinesa, o título de *Ta-ping* (grande pacificador), pôs-se à testa de uma formidável revolução, só vencida pelas armas imperiais depois de quinze anos de lutas devastadoras e graças ao auxílio dos europeus, interessados no restabelecimento da tranquilidade, para poderem prosseguir nas suas profícuas transações comerciais. Essa insurreição teve origem no distrito de Sin-tcheu na província de Kuang-si, mas daí transportou-se em poucos meses a mais de duzentas léguas ao norte, na região banhada pelo baixo Yang-tse-kiang, desde Han-keu até Xangai, transformando essa florescente

84 – Nome que se dá aos chins em homenagem à dinastia dos Han, a mais gloriosa da China.

85 – Esta sociedade colocou-se sob a proteção dos três princípios da cosmogonia chinesa: o Céu, a Terra e o Homem.

parte do império num vasto teatro de depredações, em que foram sacrificados milhões de vidas e incendiadas ou arruinadas centenas de cidades e aldeias⁸⁶. Em 1853 conseguiram os Ta-ping apoderar-se de Nanquim e aí fez-se Hong-sien proclamar imperador com o título de *Tien-te* ou Virtude Celeste; mas o seu reinado terminou desastrosamente onze anos depois com a tomada de Nanquim pelas tropas manchus, auxiliadas por corpos de desembarque franceses e ingleses dirigidos pelo já célebre coronel Gordon, o mesmo que foi terminar fatalmente a sua carreira de extraordinárias aventuras em Cartum, às mãos do Mahdi.⁸⁷ O imperador Ta-ping não quis assistir à sua queda e suicidou-se no momento em que teve notícia da entrada dos inimigos, não sem deixar um eterno testemunho do seu efêmero e agitado reinado na destruição dos mais suntuosos monumentos de Nanquim. Pelo seu lado, as forças manchus vingaram os crimes da rebelião e, principalmente, o seu amor próprio ofendido pela brava resistência dos *Ta-ping*, só vencida com o auxílio dos detestados *Fan-kuai*, massacrando mais de cem mil rebeldes e expulsando de Nanquim a população que a eles se tinha submetido, a qual, espalhando-se pelas províncias vizinhas, transformou-se em bandos de salteadores que, sob o nome de *Nien-fei*, prolongaram por alguns anos um estado de anarquia que custou a ser dominado pelo governo chinês, simultaneamente ocupado em reprimir a rebelião dos maometanos do Ho-nan.

Os acontecimentos dessa ordem, frequentes na história moderna da China, demonstram as enormes dificuldades com que luta a atual dinastia manchu para governar um povo que, depois de dois séculos e meio de dominação, ainda se mantém separado dos seus conquistadores pela distinção das raças, que só por exceção se cruzam, pelos instintos belicosos e despóticos de uns, em oposição à paciência e submissão

86 – O imperador Ta-ping tinha sido educado pelos missionários protestantes de Cantão e, para atrair o apoio dos europeus, arvorou também a bandeira religiosa, fundando um culto em que se confundiam as doutrinas evangélicas com as antigas tradições chinesas.

87 – Tive o prazer de tratar pessoalmente [com] Gordon, o Chin (como o chamavam os ingleses), quando este bravo e simpático militar foi chamado a Pequim pelo governo chinês na época em que temia-se um conflito com a Rússia.

dos outros e pelas marcadas inclinações indolentes e exclusivistas do pequeno grupo de manchus incrustado na imensidade da laboriosa população chinesa. Os homens que rodeiam o trono, tendo à sua frente o príncipe Kong, já compreenderam os perigos dessa luta em que a vantagem numérica dos chins, excitada pelas ideias novas importadas do ocidente, ameaça a ruína da atual dinastia, e procuram evitá-la adotando um sistema de assimilação pelo qual a civilização chinesa acabará por absorver a barbaria manchu. Já os chins foram admitidos a participar das mais eminentes funções públicas, devendo-se à sua inteligente ainda que tímida influência a transformação moral e material que vai lentamente aproximando a China do ideal que se concretiza na combinação do progresso ocidental com as sãs tradições daquele império.



CAPÍTULO VIII

INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

Direito divino e humano – Constituição chinesa – Igualdade perante a lei
– Os grandes Conselhos e os Censores – O gong imperial – Ministérios
– Sistema financeiro – Os tropeiros de Minas e as carroças de café –
Organização militar – O poder dos manchus – Administração provincial
– Os eleitos do povo – As botas do bom mandarim – Nobreza chinesa
– Moralidade de um contraste – Condecorações – Hierarquias dos
botões – Bacharéis e doutores – A ciência falsificada – Um mandarim
recambiado – Administração da justiça – O poderoso bambu –
Casamento e concubinato – O divórcio – Castigos legais – *Escravidão*
e não escravidão – O *Lin-che* e a lei de Lynch – Tormentos legais –
Legislação impraticável – A piedade filial.

Não sei bem que nome dão os geógrafos ao sistema político que rege os destinos dos 400 milhões de habitantes do Império do Meio. Creio, porém, que sem grande esforço poder-se-ia demonstrar que a China, ainda sendo por direito divino uma teocracia absoluta, é por direito humano uma monarquia eletiva, constitucional, representativa e democrática.

Com efeito, vejamos qual a organização política que fica depois de pôr de parte a ficção pela qual o imperador é o Filho do Céu e o depositário na terra do onipoder divino sobre os homens e as coisas, podendo dispor ao seu livre arbítrio das vidas e propriedades dos seus súditos e tendo a faculdade de até governar o mundo material, de fazer parar os ventos ou cessar as chuvas, como tiveram Moisés e Josué a de fazer milagres em nome de Jeová e Jesus no do seu Pai.

O imperador é o chefe dos três poderes⁸⁸ cujas atribuições estão definidas no *Tsing-hui-tien* ou *Coleção dos estatutos de Tsing*, que é a ampliação da Constituição chinesa, baseada nos antigos e respeitados preceitos de Confúcio e outorgada há mais de 400 anos pelo imperador Yung-loh. Se esse código fundamental não foi deliberado e votado pela nação, não há dúvida que ela o aceitou com tanta ou mais razão do que tiveram alguns Estados europeus para sujeitar-se às Cartas régias em que se baseia a sua atual organização política. E digo com mais razão porque, não obstante a sua antiguidade, contém a Constituição chinesa princípios liberais e democráticos que há apenas um século conseguiram introduzir-se nas sociedades ocidentais.

Todos os súditos do império, manchus, mongóis ou chins, são iguais perante a lei, sem distinção de classes,⁸⁹ e gozam dos mesmos direitos políticos, podendo chegar aos mais altos cargos ou dignidades e até ser escolhidos pelo imperador para suceder-lhe no trono, desde que se tenham habilitado nos exames ou concursos públicos.⁹⁰ A alta direção dos negócios do império está confiada a dois conselhos superiores cujos lugares, em número de dezesseis num, o *Nui-ko*, e de número indeter-

88 – As atribuições do Poder Moderador colocam o imperador do Brasil em situação parecida ao da China quanto à participação nos Poderes Legislativo e Judicial, pelos seus direitos de convocar e dissolver as Câmaras, sancionar e publicar leis, nomear e remover juízes e agraciar criminosos.

89 – São unicamente excetuados dos direitos políticos os homens vis; assim como, pela nossa Constituição, os que se acham nos casos dos seus artigos 7º e 8º.

90 – Lembro ao leitor que falo em teoria. O atual governo manchu, com o receio de ser absorvido pela influência chinesa, poucos chins admite às altas funções, principalmente militares, procedendo do mesmo modo que o[s] nossos governos conservadores ou liberais, quando excluem de certos cargos políticos os seus adversários.

minado no outro, o *Kiun-ki-tchu*, originalmente criados por nomeação imperial, são renovados por vontade dos seus próprios membros, à qual a sanção do imperador não é senão uma formalidade de respeito.

O *Nui-ko* reúne atribuições dos nossos Senado e Conselho de Ministros. As resoluções do *Kiun-ki-tchu* aí são revisadas antes de subirem à aprovação imperial, para serem depois transmitidas às repartições encarregadas da sua execução. Dos dezesseis membros do *Nui-ko* só são efetivos quatro, os *Co-laos*, e dois substitutos para as suas faltas acidentais; os outros dez, enquanto não são chamados pelo imperador para preencher vagas, têm apenas funções honoríficas, como a presidência de certas cerimônias civis e religiosas, ou a guarda dos grandes selos imperiais.

O *Kiun-ki-tchu* é uma espécie de Câmara de Deputados não só pela sua composição, como pelas suas atribuições legislativas. São membros de direito dessa assembleia os príncipes da família imperial, em nome dos interesses da raça conquistadora; os *Co-laos*, como chefes do governo, os presidentes e vice-presidentes das altas repartições (ministérios e Grande Tribunal de Justiça), e altos funcionários, titulares ou efetivos,⁹¹ das províncias, em representação das necessidades da administração e dos administrados. Estas duas últimas classes formam a maioria dos membros do *Kiun-ki-tchu* e, como a maior parte dos empregos gerais ou provinciais não podem ser exercidos pela mesma pessoa por mais de três anos consecutivos, opera-se nessa assembleia uma renovação periódica, pelo menos tão útil e certamente menos trabalhosa do que a que se produz na nossa Câmara temporária pelo processo das eleições. Mas (talvez exclame o leitor) por elas obtemos, sequer, uma parcial expressão do voto popular. É certo; porém na China não precisa o povo empreender lutas, às vezes cruentas, para introduzir os seus eleitos pelas cerradas malhas da pressão oficial. A influência da opinião pública encontra ali meios pacíficos e seguros, embora lentos, para impor-se, na instituição dos juizes de paz, que a dirigem, nos conselhos de notáveis, que

91 – Estes últimos passam grande parte do ano em Pequim delegando suas funções [a] os substitutos.

fiscalizam a administração, e nos concursos literários que dão acesso aos cargos públicos.⁹²

Quanto aos meios de que se valem frequentemente os nossos governos para criar maiorias em vez de serem criados por elas, não os desconhecem os chins, usando contudo de expedientes mais diretos e que têm a vantagem de não distrair a população de suas proveitosas ocupações. Quando o governo quer levar algum amigo ao *Kiun-ki-tchu* nomeia-o *Tsong-tu* (governador) de alguma província, e fica *ipso facto* augusto e digníssimo legislador. Nós conseguimos o mesmo resultado, mas por caminho torto; investimos o Sr. A das funções de *Tsong-tu* de Goiás e o Sr. B de Mato Grosso e incumbimos respectivamente a cada um de obter a manifestação da vontade popular em favor do outro, empregando, sendo preciso, os recursos persuasivos do lobo da fábula.

Entre as suas variadas atribuições, o *Kiun-ki-tchu* delibera sobre os assuntos correntes de conveniência pública, com assistência dos membros das Repartições respectivas; propõe as leis ao *Nui-ko* e zela pela sua observância e, em caso de guerra, vota os recursos extraordinários e dirige as operações. Todos os dias, ao nascer do Sol, os seus membros celebram sessão sob a presidência do imperador.

Os dois grandes conselhos do império, em união com o de censura têm, além disso, uma influência decisiva na escolha do herdeiro do trono.⁹³

Os censores podem talvez equiparar-se em alguns dos seus encargos aos nossos conselheiros de Estado, com a diferença de não esperarem que haja por bem o imperador ouvi-los, para dirigir-lhe suas observações, por vezes ousadas, sobre quaisquer assuntos. Esse conselho (*Tu-tcha-yuen*), composto de quarenta membros, tem por incumbência fiscalizar todas as outras repartições e a própria conduta do imperador, junto ao qual se mantêm sempre alguns censores, seja

92 – Mais adiante demonstrarei a influência indireta, mas real, que tem assim o povo na formação do *Kiun-ki-tchu* e, por consequência, na direção dos negócios do Estado.

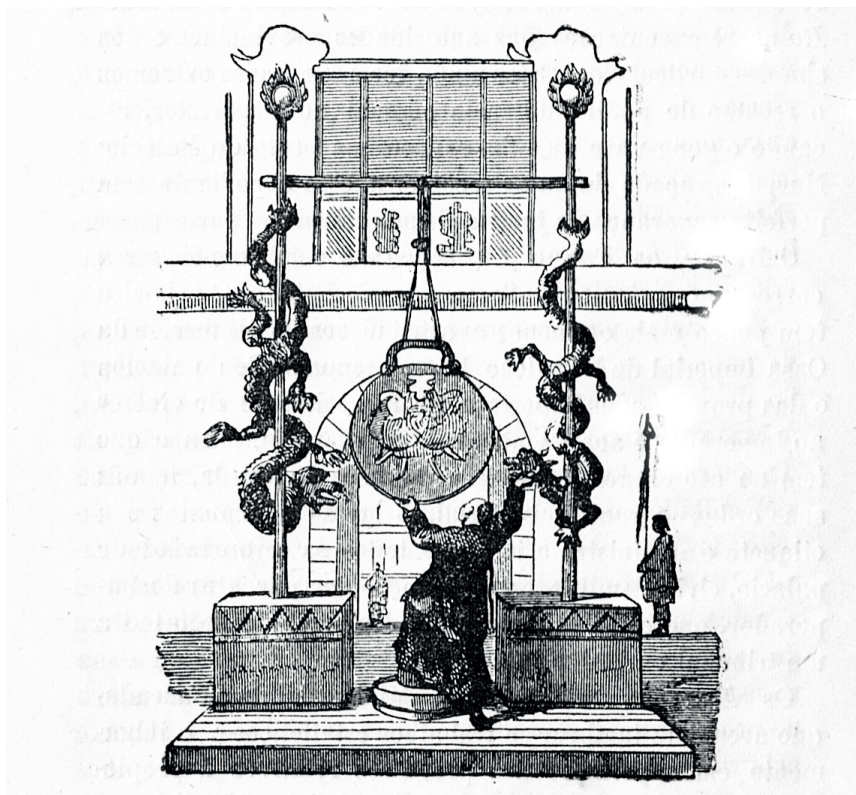
93 – Na atual dinastia manchu, essa escolha tem recaído em um dos filhos do imperador, sem ser forçosamente o primogênito.

para aconselhá-lo na suprema direção do Estado ou para reprimir os excessos das suas paixões privadas, à maneira do escravo romano que acompanhava o triunfador. O cargo de censor é naturalmente espinhoso e exposto a muitas contrariedades; é, contudo, altamente ambicionado e em geral preenchido por anciãos veneráveis que já passaram pelas mais elevadas funções administrativas. Na opinião dos europeus que estudaram a organização política da China, o conselho de censura é uma instituição útil, à qual se deve o espírito de moderação que predomina na administração do império.⁹⁴ Conta-se que tal era o atrevimento de uma das admoestações feitas a um imperador, que os censores apresentaram-se na ocasião acompanhados dos seus féretros, indicando assim o seu propósito de sacrificar a vida antes que faltar ao seu dever.

Outro conselho do mesmo gênero, mas de importância secundária (*Tung-shing-tse*), examina e transmite ao *Nui-Ro* as representações das autoridades provinciais e dos simples particulares. Estes ainda têm, em casos extremos o recurso de pedir audiência pessoal ao imperador, tocando o gong para esse fim exposto na porta do palácio. Mas, desgraçado de quem recorrer a esse expediente sem perfeita segurança da justiça da sua causa!

O *Nui-fu*, os *Pus*, o *Li-fan-yuen* e o *Tsung-li-yamen* correspondem às nossas Secretarias de Estado. O primeiro tem pouco mais ou menos as atribuições do Ministério da Casa Imperial de Napoleão III; ocupa-se dos palácios e das propriedades imperiais, do fornecimento de víveres ao imperador e aos membros da sua família, para o que tem ao seu cargo a gerência dos bens da Coroa, tem às suas ordens a guarda imperial, dirige as cerimônias e a etiqueta e administra a justiça a todos os empregados do palácio, civis ou militares, à exceção dos parentes do imperador, que estão sujeitos a uma legislação especial e a um tribunal exclusivo (*Tsong-fu*).

94 – Para que não pareça isso contradição ao que digo em outras partes desta obra relativamente à conduta dos mandarins, devo lembrar que refiro-me a instituições anteriores à dinastia estrangeira que governa atualmente a China, a qual, para consolidar-se no poder, ainda emprega um sistema de coerção idêntico ao da Alemanha na Alsácia-Lorena.



Mas desgraçado de quem tocar o gong imperial sem causa justificada

Os *Pus* são seis: *Hu-pu*, Ministério da Fazenda, que acumula também os trabalhos estatísticos e o julgamento em apelação dos processos relativos à propriedade territorial; o *Li-pu* que tem atribuições idênticas ao nosso Ministério do Império, dirige a instrução pública, o culto e o cerimonial; os *Hong-pu* (Ministério das Obras Públicas), *Ping-pu* (Guerra, Polícia e Correios) e *Hing-pu* (Justiça), que pouco discrepam das nossas repartições semelhantes, e finalmente, o *Li-ji-pu*, que se ocupa de todo o pessoal civil do império e por cujo intermédio, com audiência das repartições interessadas, são feitas as nomeações, remoções, promoções e demissões de todos os cargos públicos e concedidas as distinções honoríficas.

O *Li-fan-yuen* é o ministério encarregado das relações com os países vassalos e tributários e até 1861 também com os estrangeiros.

Nesse ano, o frequente e difícil contato do governo chinês com as nações ocidentais obrigou-o a criar o *Tsung-li-yamen* ou Ministério dos Negócios Estrangeiros, que tem sob a sua direção as legações chinesas estabelecidas em alguns países da Europa, nos Estados Unidos e no Peru e mantém relações diplomáticas com os representantes estrangeiros residentes em Pequim.

A administração financeira do império está a cargo do Nui-ko por intermédio do Ministério da Fazenda. Mas o serviço da cobrança dos impostos é muito irregular, abusando, geralmente, os governadores das províncias da faculdade que têm de tirar das rendas de cada uma todos os recursos para as suas despesas ordinárias, antes de remeter o saldo ao governo geral. Este não deixa de reclamar quando a sua parte parece-lhe por demais reduzida, acabando sempre por ser sacrificado o contribuinte.

As rendas públicas provêm de impostos territoriais, de patentes e nomeações, das alfândegas e do monopólio do sal. Os impostos territoriais pagam-se em dinheiro, a razão de três mil réis por hectare, e em espécie, na de quarenta quilogramas dos grãos (arroz, trigo, milho etc.) colhidos em cada hectare. Também existe um direito de 5% sobre a transmissão da propriedade rural⁹⁵ que, ao contrário do que sucede entre nós, é a única que sofre imposições diretas, achando-se livre de qualquer contribuição a propriedade urbana ou a sua transmissão. O imposto de patentes corresponde ao nosso de profissões e é cobrado por uma avaliação geralmente arbitrária. O de nomeações (que alguns viajantes chamaram venda de dignidades) é pago por certos funcionários nomeados para cargos que auferem rendas próprias, como os nossos tabeliães, escrivães e cônsules no estrangeiro.

Existem duas classes de alfândegas: as marítimas e as interiores. As primeiras estão a cargo de estrangeiros e organizadas pelo sistema ocidental; as segundas, espalhadas pelo império entre as suas províncias ou entre distritos de uma só, equivalem às repartições idênticas

95 – Ou antes sobre o seu aforamento, pois o imperador é o único proprietário legal do solo.

ainda subsistentes em alguns países europeus. O monopólio para a extração e venda do sal está arrendado a uma empresa particular, ficando a cargo das autoridades a sua polícia.

Além desses impostos legais, os governadores e até as autoridades subalternas das províncias lançam discricionalmente outras muitas imposições sob os pretextos mais vulgares, como a construção de um templo, de uma ponte ou a reparação de uma estrada. Essas contribuições devem produzir enormes entradas anuais, que não são entretanto recordadas na escrituração financeira do império, tendo imediata aplicação ou sendo absorvidas pelas algibeiras dos mandarins. É portanto inteiramente fictício o orçamento anual, calculado aproximadamente em 250 mil contos, que não representam, na realidade, senão aquelas rendas arrecadadas pelos cofres gerais e destinadas aos subsídios do imperador e da família imperial (35 mil contos), aos dos altos funcionários residentes em Pequim e às despesas com o exército e a armada, que absorvem mais de 100 mil contos anuais, correndo todos os outros gastos por conta das províncias, sem figurarem no orçamento geral. Daí provém grande desordem em muitos serviços administrativos, principalmente nas obras públicas, mesmo as de maior urgência. As excelentes estradas e os extensos canais construídos por mais conscienciosos antepassados acham-se hoje abandonadas ou obstruídos, demonstrando ainda as suas ruínas que não deve ser atribuída essa decadência da China ao seu antigo sistema administrativo senão à corrupção dos encarregados da sua aplicação. Por igual motivo acham-se quase intransitáveis as ruas das cidades, apenas consertadas por iniciativa particular, quando os interesses do comércio o exigem e sem a menor intervenção dos mandarins, comodamente instalados nos seus espaçosos *ya-men*. Mas já os chins estão tão acostumados a esses inconvenientes como os tropeiros do sertão de Minas aos atoleiros, onde, às vezes, têm de abandonar o burro e a carga, ou os transeuntes da rua da Saúde aos precipícios abertos pelas monumentais rodas da carroça de café, e circulam sem perder a sua habitual gravidade por aquelas ruas escabrosas, em que a nauseabunda lama e o sufocante pó revezam os seus incômodos efeitos.

Se, porém, estão inteiramente abandonadas pelo governo chinês essas comodidades da vida material, outro tanto não sucede no que se relaciona ao exército e à armada. Aproveitando a experiência das suas desastrosas guerras com os europeus, não poupa a China despesas para reconstruir pouco a pouco as suas forças de terra e mar sob o modelo ocidental. O exército regular compõe-se de 250.000 manchus, dos quais 60.000 já estão armados e disciplinados à europeia e dispõem de excelente artilharia moderna. Essas tropas guarnecem as fronteiras, as fortalezas que guardam a entrada dos rios e as principais cidades, em que ocupam um bairro reservado. A elas juntam-se, em caso de guerra ou para serviços fiscais ou policiais, contingentes chineses fornecidos pelas províncias proporcionalmente à sua população e cujo efetivo sobe a 600.000 homens. Essa espécie de guarda nacional, denominada *Bandeira verde* para distingui-la dos oito corpos manchus, está pessimamente armada e disciplinada e torna-se mais um embaraço do que um auxílio quando opera em união das forças regulares. A guarda imperial compõe-se de 20.000 homens e conserva-se permanentemente à roda do imperador no seu palácio de Pequim ou quando viaja à Manchúria. A organização dessa tropa também tem sido melhorada, dispondo ela já de artilharia e armamentos modernos fabricados em grande parte nos vastos arsenais de Fu-tcheu, Nanquim, Xangai e Tien-tsin.

Mas é no aumento e aperfeiçoamento da sua marinha de guerra que o governo imperial mostra maior empenho. Compõe-se ela de duas esquadras de organização e destinos bem distintos. Uma é a inumerável frota de antigos juncos, armados de velhos canhões de ferro ou madeira chapeada, e empregados na polícia das costas e na repressão do contrabando. A outra é formada por uns sessenta excelentes navios de construção europeia, alguns dos quais foram considerados modelos de perfeição quando construídos, como por exemplo as canhoneiras de aço denominadas alfabéticas, pelos seus nomes do abecedário grego, ou os cruzadores ultimamente fabricados na Alemanha.

Todas as forças militares da China estão sob a influência do Partido Manchu que nelas estriba a sua dominação sobre a raça chinesa.

Os chins não têm portanto acesso às altas graduações militares, sendo comandada a própria “Bandeira verde” por generais manchus. Estes, e os mandarins militares que têm sob as suas ordens, tiram grande partido da sua posição, tratando de enriquecer nos seus comandos por meio de exações e de embaraços postos à administração civil. Essa prática, ainda apoiada pelo governo de Pequim como elemento para a manutenção do predomínio da raça conquistadora, é todavia o mais poderoso embaraço para a consolidação da atual dinastia, servindo para entreter e aumentar a antipatia entre chins e manchus, que vivem, nas populosas cidades, lado a lado, mas sempre desconfiados, sem confundirem-se nem pelo sangue nem pelos costumes.

Também acha-se a cargo do Ministério da Guerra o serviço de correios públicos, que trazem diariamente a Pequim notícias das províncias mais afastadas. Esse serviço é feito geralmente a pé, por indivíduos que chegam a vencer enormes distâncias sem alterar a rapidez da marcha. Para isso preparam-se com uma longa aprendizagem envolvendo as pernas em panos cheios de areia, cujo peso vão aumentando pouco a pouco, a fim de se sentirem mais leves quando empreendem aquelas marchas forçadas. Assim chegam a percorrer até cem quilômetros por dia com apenas três ou quatro horas de interrupção para dormir e comer. Outros correios fazem o serviço postal oficial e particular a cavalo, para o que têm à sua disposição, nas principais estradas, mudas colocadas de seis em seis léguas, que lhes permitem fazer até cinquenta léguas por dia.

As províncias são governadas por *Tsong-tus* (os vice-reis dos europeus) nomeados pelo imperador.⁹⁶ Algumas estão reunidas sob uma mesma administração, como as de Kuang-tung e Kuang-si, que obedecem ao vice-rei dos dois Kuang, residente em Cantão. Cada província tem, além disso, um governador especial civil (*Fu-yuen*) e outro

96 – Devo observar que essa expressão “nomeados pelo imperador” é idêntica à que usamos referindo-nos a nomeações para cargos públicos assinadas pelo nosso monarca, sob a responsabilidade real do ministro que as apresenta, depois de resolvidas muitas vezes pelas conveniências políticas ou particulares. Até nisso mostram os chins a precedência que nos levam em muitas invenções.

militar (*Tsiang-kiun*) que é sempre manchu e, nessa qualidade, exerce geralmente mais influência do que o próprio vice-rei, sob cujas ordens está, ostensivamente. O *Fu-yuen* dirige as repartições provinciais encarregadas da instrução pública, da administração civil (polícia), das finanças e do comércio, cada uma presidida por um *Tao-tai* (inspetor). Os departamentos (*Fu*) e as suas seções (*Tchen e Hien*), em que se acham divididas as províncias, obedecem a delegados (*Fu-tsun*) e subdelegados (*Min-fu*).

A exemplo do que acontece na administração geral, esses empregados reúnem-se, deliberam e resolvem os casos imprevistos pela lei, formando espécies de assembleias provinciais ou departamentais. Quando as questões são de transcendência, o vice-rei, o *Fu-yuen* e o general manchu decidem de acordo, em última instância e sob sua responsabilidade, ou elevam as suas dúvidas ao *Nui-ko*. Nas circunstâncias especiais em que se acham comprometidos os interesses de alguma corporação ou se trata de disposições relativas ao comércio, à agricultura ou indústria, juntam-se às autoridades, nessas conferências, os notáveis da localidade, designados periodicamente pelo voto popular. Nas cidades de menos importância e nos distritos rurais, o Conselho de Notáveis elege um presidente ou Juiz de Paz (*Men-tchang*) que concentra todas as faculdades administrativas e judiciais, apenas limitadas pelo recurso às autoridades departamentais em casos graves ou de dúvida. Esses conselhos formam assim espécies de câmaras municipais, cuja importância na direção dos negócios pode-se calcular pela enorme proporção da densa população chinesa que está diretamente sob a sua influência. Basta considerar que Xangai, com uma população superior à maior parte das capitais ocidentais, é apenas cidade de terceira ordem e cabeça de um *Hien*, última divisão administrativa das províncias. A imensa população das inúmeras cidades de ordem inferior e dos distritos rurais da China goza, por aquela forma, dos benefícios de uma administração essencialmente popular. Os notáveis são quase sempre escolhidos entre os habitantes mais velhos e de reconhecida virtude,⁹⁷

97 – Courcy, no seu excelente livro *L'Empire du Milieu*, assegura que não há exemplo de influir o governo nas eleições dos notáveis.

impondo-se o seu prestígio até ao respeito dos mandarins que, quando deixam os seus cargos, consideram uma alta e útil distinção receber deles honrosos atestados e um par de botas em troca das suas velhas.

É um costume antiquíssimo na China pendurar-se à porta das cidades as acalcanhadas botas do funcionário que se retira, sempre que mereceu pela sua equidade e moderação a gratidão popular. Até aos que são demitidos por motivos que não afetam o seu carácter ou em consequência de intrigas, não falta por vezes esse testemunho do justo critério da opinião pública, que é suficiente para restituir-lhes o favor ou suavizar, ao menos, a ira imperial.

O conselho de notáveis tem também sob a sua direção um serviço especial de polícia e extinção de incêndios, estipendiado pelos vizinhos, cujo pessoal faz aí papel idêntico ao dos “serenos” da América espanhola, substituindo o canto das horas por golpes repetidos sobre um instrumento oco e muito sonoro com que previnem os habitantes da sua vigilância e afugentam os ladrões. Nas cidades muradas as ruas estão divididas em troços separados por portões, que se fecham ao anoitecer, guarnecidos por destacamentos militares aos quais acodem aqueles serenos em caso de desordens ou incêndios. Para avisar a aparição destes existe um gong especial cujo toque lúgubre reúne todas as patrulhas e os habitantes no lugar do sinistro. O único meio de extinção que conhecem os chins é o balde d’água; ultimamente, porém, estabeleceram-se em todos os portos abertos aos europeus corpos regulares de bombeiros servidos em sua maioria por chins. Quando vários edifícios queimam-se, aquele em que teve origem o incêndio é responsabilizado e, além das penas da lei, tem o seu morador de suportar os gastos da limpeza dos destroços.

Este sistema, injusto em muitos casos, serve entretanto para despertar as precauções, sem as quais seriam muito mais frequentes os incêndios nessas populosas e apertadas cidades, onde as construções, em grande parte de madeira, com seus toldos e bandeirolas, tornam-se facilmente pasto das chamas, ao menor descuido dos inúmeros

fogos que exige o constante uso de chá, ópio e tabaco.⁹⁸

Não existe propriamente na China a instituição da nobreza como ainda a entendem algumas nações europeias. Os membros da família imperial têm o título de Uang, príncipe, de diversos graus, segundo o seu parentesco com o imperador. Este também confere, por serviços reais ou supostos, os títulos de Kong, Hao, Pe, Tse e Nan, que os europeus traduziram pelas denominações de duque, marquês, conde, visconde e barão. Mas esses títulos, apenas vitalícios como entre nós, são simples distinções honoríficas sem privilégios especiais, nem mesmo os poucos que estão ligados aos nossos. Os que estão deles investidos não escapam às contingências dos concursos literários para habilitarem-se aos cargos públicos, nem estão mesmo isentos da pena do bambu. A hereditariedade só se mantém nos descendentes de Confúcio e Mêncio, que são “Duques sempre sagrados” e têm, com os príncipes imperiais, o direito exclusivo de usar do cinto amarelo. Se, porém, os pais não transmitem títulos de nobreza aos filhos, em compensação têm estes a curiosa faculdade de enobrecer os seus antepassados, vivos ou mortos, cuja própria conduta não tiver apresentado impedimento desonroso. Esta singularidade, que só foi capaz de produzir o espírito inventivo chinês, tem por explicação a consideração e reparação devidas àqueles de quem provieram descendentes ilustres, e parece em todo caso mais razoável do que a hereditariedade da nobreza europeia, que expõe a serem arrastados por indignos fidalgos, até no lodaçal do crime, antigos e gloriosos nomes, muitas vezes sagrado patrimônio das tradições pátrias.

Outras distinções honoríficas há que correspondem às condecorações ocidentais e consistem em *plastrões* usados no peito e nas costas, na forma dos paramentos dos nossos sacerdotes, e feitos de seda amarela ornada de figuras fantásticas ricamente bordadas, ou em penas de pavão e caudas de raposa, adaptadas ao chapéu oficial. Certos

98 – Ainda se acham relativamente pouco generalizados os fósforos entre os chins, de modo que os fumadores conservam sempre ardendo umas varinhas de papel fortemente enrolado que substituem os nossos morrões.

dignitários também têm o privilégio de enfiar ao pescoço compridos colares de metal ou pedras preciosas. Ultimamente criou o governo chinês uma condecoração mais parecida às europeias e destinada a ser conferida aos estrangeiros. A insígnia dessa ordem chamada dos “Dois Dragões” é uma enorme chapa de ouro quadrada ou circular, segundo o grau, ornada de dois dragões de prata; todos os membros da nossa missão à China e alguns personagens políticos do Brasil têm a satisfação de possuir esse curioso bibelô.

Mas, nem os títulos de nobreza nem as condecorações chinesas merecem ali tanto apreço ou são tão ambicionados como os botões que indicam os diversos graus da hierarquia administrativa.

Todos os funcionários públicos são conhecidos pelo título de *Kuang*, que corresponde para os estrangeiros à palavra *mandarim*, inventada pelos portugueses. Existem nove classes de mandarins, distinguidos pelos botões colocados no alto do chapéu oficial, que são sucessivamente, a contar do mais alto grau, de rubi, coral, safira, ágata azul, cristal, ágata branca e de ouro mais ou menos lavrado nos três últimos graus. Também tem cada classe o privilégio de usar nos trajés de gala ornamentos mais ou menos ricos ou de transitar em cadeirinhas de distintas cores, carregadas por um número maior ou menor de homens e precedidas do grande chapéu de sol oficial também diverso, segundo as categorias.

Não é, porém, sem trabalho que se consegue tão brilhantes regalias. Só podem ser nomeados, ainda às mais baixas funções públicas, aqueles que tiverem obtido o título de *Sin-tsai* (bacharel) nos difíceis exames literários. Para os cargos superiores precisa-se ainda conseguir o grau de *Tsin-tse* (doutor), o qual também dá ingresso no *Han-lin* ou academia imperial. Essa regra não sofre exceção e é, em teoria, uma garantia para que a administração do império esteja exclusivamente entregue aos que possuírem os vastos conhecimentos que exigem aqueles concursos; mas, na prática, não falta quem consiga graduar-se usando de expedientes bastante conhecidos no ocidente; isto é o patronato ou a falsificação dos exames. Pelo primeiro, obtêm os pretendentes protegidos que os

examinadores lhes comuniquem secretamente de antemão as principais questões do exame, a fim de ficarem habilitados a sair-se bem e a ser aprovados sem o descrédito que acarretaria aos concursos uma injustiça manifesta. O segundo expediente (ouvi dizer que é satisfatoriamente praticado em algumas universidades do norte da Europa) consiste em utilizar os serviços de examinandos de profissão, que preferem os metálicos benefícios de uma troca de nome às vantagens que lhes proporciona uma ciência profusa para pretender a problemáticos cargos oficiais. Assim, os industriais dessa espécie de Cantão obtêm títulos com o nome de ricos candidatos nos concursos de Fu-tcheu, onde uns e outros são desconhecidos. Mas esses subterfúgios expõem ao desprezo público e a penas severíssimas os seus autores e formam insignificante exceção no resultado dos rigorosos concursos que elevam geralmente às funções públicas, senão a virtude, ao menos o mérito científico.

A população das cidades onde se realizam os exames do terceiro e segundo grau e a de todo o império, quanto aos do primeiro, efetuados em Pequim, toma neles um interesse que só pode comparar-se ao que promovem entre nós as lutas eleitorais. Os poucos candidatos favorecidos (menos de dez por cento) são festejados com entusiasmo, chegando os mais notáveis a enriquecer com as dádivas públicas ou a venda às famílias que, por acaso, levam nomes idênticos aos seus, do honroso direito de colocar na sala dos antepassados o seu retrato ou inscrições comemorativas da sua graduação. É fácil compreender a alta importância dessas manifestações da opinião pública para o preenchimento dos cargos administrativos num país em que, antes de tudo, procura-se salvar as aparências. Ainda que, a fim de evitar influências estranhas no cumprimento dos deveres oficiais, não permita a legislação a nomeação de funcionários para as localidades a que estejam vinculados pelo nascimento, pela família ou propriedade, os precedentes bons ou maus de cada mandarim recém-nomeado chegam geralmente antes dele ao conhecimento dos seus futuros administrados, os quais, segundo o caso, o recebem com agrado ou fazem-lhe tal oposição moral ou material que quase sempre obriga a sua substituição. Daí a

imposição que sofre o governo para a escolha de todos os empregados da administração civil.⁹⁹

A esse respeito refere o padre Huc que, ao entrar na cidade de Ping-fang, percebeu uma excitação extraordinária e as paredes cheias de cartazes rodeados de ávidos e alegres leitores. Indagando o motivo desse aspecto anormal de uma cidade geralmente tranquila, foi informado de que tais cartazes anunciavam a vitória obtida pelo conselho de notáveis na repulsa de um mandarim ultimamente investido das funções de *Min-fu* dessa cidade. Efetivamente, pouco tempo antes, tinha-se recebido aí a notícia da nomeação desse funcionário, já conhecido por seu caráter tirânico e sua incapacidade, devendo unicamente a sua elevação ao patronato e às riquezas acumuladas pelas suas rapinas. Imediatamente reuniu-se o Conselho de Notáveis e resolveu mandar ao vice-rei da província uma comissão, a fim de suplicar-lhe que escolhesse para governar o pobre povo um *Fu-mu* (pai e mãe)¹⁰⁰ e não um tigre disposto a devorá-lo. O vice-rei, não supondo tanta gravidade ao caso, deixou que o mandarim seguisse para o seu destino, acompanhado por um numeroso séquito de aduladores e guardas. Ao chegar a Ping-fang teve ele a satisfação de receber as demonstrações de respeito que se costuma tributar aos funcionários de alta categoria e supôs, mesmo, que a resistência à sua nomeação tinha-se aplacado; mas, apenas entrou no seu *ya-men* apresentaram-se os notáveis em corporação, sem regatear o respeito e as honras devidas ao cargo do novo governador, notificaram-lhe a intenção da população de não deixá-lo pernoitar na cidade. A resistência que o pobre mandarim ainda quis opor a tão insólita intimação cedeu logo ao ouvir os clamores do povo reunido em massa diante do palácio e, transformando-se em tigre de papel, segundo a pitoresca expressão chinesa, voltou para a capital da província, escoltado por uma comissão de notáveis, que não cessaram de tributar-lhe pelo caminho as honras devidas ao seu grau. Aí chegados

99 – E a influência indireta que tem o povo na composição do Grande Conselho Kiun-ki-tchu.

100 – Carinhoso nome que se dá aos bons mandarins.

fizeram estes sentir ao vice-rei a inquebrantável resolução da cidade de Ping-fang de não acolher em seus muros esse mandarim, ao que teve aquela autoridade de ceder, em atenção aos tradicionais privilégios das corporações de notáveis. A frequência dos fatos dessa ordem demonstra o poder da opinião pública e a extensão do espírito liberal em um país geralmente considerado submetido e um régimen tirânico.

Se, porém, o sistema administrativo da China tem merecido lisonjeira apreciação de eminentes autores que o estudaram,¹⁰¹ as suas vantagens são em grande parte prejudicadas pela falta de um poder judicial independente. Essa importante função da vida social é ali acumulada pelos empregados administrativos; cada um é juiz no seu distrito, sem outra limitação às suas faculdades para sentenciar (excetuados os casos passivos da pena de morte que exigem a confirmação imperial) senão a custosa apelação ao Tribunal Supremo estabelecido em Pequim.

Mal pagos¹⁰² – com relação aos gastos que exige o sustento de um enorme trem de casa e de uma indispensável corte de parasitas – transformam os mandarins a administração da justiça em uma profícua fonte de renda, apoiados nesse proceder pelo consenso do governo central, que mantém a esse respeito as teorias do imperador Kang-hi. Este célebre monarca recebeu um dia um memorial do Conselho de Censura relativo às queixas que chegavam de todas as partes contra os abusos e as extorsões dos mandarins na administração da justiça, principalmente nas controvérsias em que figuravam interesses pecuniários. Debatido este assunto nos altos conselhos, a decisão imperial foi que não convinha suprir um sistema que, embora imoral no fundo, tinha incontestáveis vantagens práticas. Considerando a imensidade da população chinesa e suas disposições à chicana, quaisquer facilidades para a marcha dos processos fariam crescer o seu número a proporções que exigiriam a transformação em juízes da metade dos súditos

101 – Entre outros, VOLTAIRE: *Essais sur les mœurs*; e REMUSAT, Abel de: *Mélanges asiatiques*.

102 – O ordenado dos vice-reis é de oitenta contos por ano e o dos governadores (*Fu-yuen*) de quarenta. Os delegados e subdelegados apenas ganham oito e seis contos.

do império para julgar a outra metade. Convém portanto, continuava o imperador, que os que recorram aos tribunais sejam tratados sem piedade, a fim de afugentar os especuladores, ficando aos honrados e sinceros o recurso de arranjar as suas diferenças por meios conciliatórios, submetendo-as à arbitragem dos anciãos.

É, pois, esse o sistema geralmente seguido nas causas que chamamos cíveis, para as quais raras vezes soa o gong colocado à porta do tribunal presidio todos os dias por cada mandarim, desde o raiar da aurora até o meio-dia. Em compensação, encontram os juizes nos processos criminais pingues benefícios, pelas multas impostas aos delinquentes e pelas gratificações exigidas do ofendido, do dono do objeto roubado ou da família do assassinado.

A legislação chinesa não admite como no ocidente as distinções de código administrativo, civil, comercial, militar, do processo civil ou criminal. Tudo está aí reunido em um só código penal (*Liuh-li*) em que se acham definidos os erros de ofício, as faltas aos ritos, as obrigações sociais e os crimes, sendo todas as infrações castigadas com golpes de bambu, desde a negligência que deixa escapar aos sábios do Observatório de Pequim a passagem de um cometa, até a falta de respeito do filho ao pai. Ao autor que não chega a demonstrar os seus direitos nos processos cíveis relativos a contestações sobre a propriedade ou à execução de contratos, aplica-se-lhe, além da multa, uma quantidade de golpes de bambu proporcionada à importância do litígio. As próprias testemunhas da parte que perde o processo são castigadas pela mesma forma, consistindo a moral desta prática em considerar-se uma tentativa de roubo as pretensões não justificadas sobre a propriedade alheia.

As leis de sucessão, da transmissão da propriedade, dos contratos e hipotecas estão confundidas no capítulo 3º dos *Liuh-li* com a classificação e o modo de pagamento dos impostos. O filho mais velho é o herdeiro exclusivo da fortuna e do poder do pai sobre os demais membros da família que é, contudo, obrigado a alojar e manter enquanto não alcançam meios de viver independentes. Na falta de filhos varões o parente mais próximo de maior idade toma o lugar que costuma

corresponder ao primogênito. Há leis que regulam minuciosamente as relações entre o chefe e os membros da família e impõem a pena de bambu às menores faltas, ainda cometidas na intimidade doméstica. Também aí estão definidas as condições do casamento (civil, pois os reformadores chineses ainda não conseguiram introduzir o religioso) proibido entre as diversas raças, entre pessoas vis e honradas e mesmo entre as desta classe que levam igual nome de família.¹⁰³ Ninguém pode casar-se estando de luto de pai ou mãe, sob a pena de nulidade e de cem golpes de bambu; se o luto for de outro parente, o casamento é válido, mas não se escapa ao bambu. A lei tira toda intervenção à mulher na escolha do seu esposo; aos pais cabe exclusivamente tratar esse delicado assunto, por vezes na infância das filhas, à moda da antiga aristocracia europeia. O noivo tem, porém, o recurso de empregar inculcadoras de ofício, que lhe fornecem informações sobre as prendas morais e físicas da pretendida, completando-se algumas vezes estas últimas com o seu retrato. Nenhum registro oficial há para os casamentos; o único documento comprovante da sua celebração é o recibo da quantia paga ao pai da noiva pelo noivo. Essa quantia, em geral insignificante (nunca chega a cem mil réis) não representa um valor real de compra e é apenas uma formalidade indicativa da submissão em que deve ficar a mulher diante do marido e senhor, do qual “será unicamente a sombra e o eco”. Não sucede outro tanto em relação às concubinas, que são pessoalmente escolhidas e compradas por somas mais ou menos avultadas. Por isso acha-se limitado o concubinato às classes ricas ou aos que, depois de alguns anos de casamento, não conseguiram ter prole. A mulher legítima exerce um domínio absoluto sobre as concubinas, cujos filhos ficam-lhe mesmo atribuídos legalmente. A lei autoriza porém a estas livrar-se do concubinato pelo casamento; mas, na prática, é raro encontrarem noivos que se exponham ao ressentimento que produziria o uso dessa faculdade. Em compensação, as concubinas podem ser vendidas ou recambiadas à sua família e é o que sucede geralmente quando não preenchem a missão

103 – A nação chinesa estava antigamente dividida com esse fim em cento e tantas famílias, o que a fez também denominar “As Cem Famílias”.

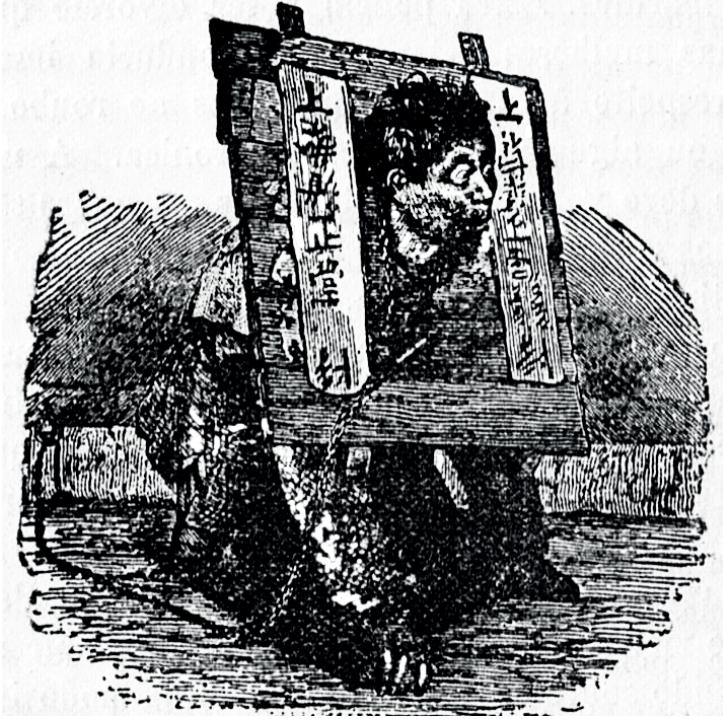
para a qual foram tomadas, isto é, de dar um herdeiro ao seu senhor, ou quando este morre, caso em que o filho que lhe sucede não pode conservá-las sob seu teto, à exceção da que for sua mãe, a qual assume uma posição quase igual à da viúva do pai¹⁰⁴. Esta não pode contrair segundas núpcias senão depois de guardar um rigoroso luto de três anos. A esposa adúltera pode também ser vendida ou recambiada aos pais, sendo castigada pela flagelação das faces,¹⁰⁵ mas o adultério é ali raríssimo, tornando-se mesmo materialmente impossível nas classes acomodadas, pela reclusão em que vivem as mulheres, sem comunicarem-se com outros homens além dos maridos. Estes podem obter divórcio quando provam nas mulheres esterilidade, conduta imoral, falta de respeito à família, disposições ao roubo ou à calúnia, ou alguma enfermidade crônica. A mulher divorciada deve voltar à casa dos pais, os que são em alguns casos castigados pela má-fé com que promoveram ou consentiram nos casamentos.

Além dos açoitamentos com o bambu existem as penas da *canga*, da prisão, do desterro temporário ou perpétuo, da *escravização* e da morte. A *canga* é um espesso quadro de madeira com um orifício central em que fica preso e fechado a cadeado o pescoço do condenado na forma da golilha usada nos nossos navios de guerra. Para os delitos de menor importância o penado é simplesmente solto levando sobre os ombros esse incomodo instrumento, cuja largura não lhe permite levar a comida à boca, ficando assim a sua alimentação à mercê da compaixão pública até findar o prazo do castigo. Outras vezes a *canga* é fixa e suspensa de modo a só permitir ao condenado apoiar-se nos dedos maiores dos pés, ou então unta-se-lhe a cara de mel para expô-lo ao suplicio das moscas. As prisões não precisam de descrição; são tão horríveis, para os que não têm recursos, como as que ainda funcionam em muitos

104 – Neste caso se achava a imperatriz Si-ta-hiu, concubina do imperador Hien-fong e mãe do imperador Tong-che, que era chamada Ocidental em oposição à Oriental, viúva de Hien-fong, as quais governaram a China como regentes, até a maioridade do atual imperador Kuang-su.

105 – Nenhuma confirmação pude obter dos castigos bárbaros e obscenos do adultério, referidos por alguns escritores *que não foram à China*.

países ocidentais. O desterro temporário é uma pena que não desonra, muitos altos funcionários a sofrem, devendo residir durante o prazo fixado em alguma cidade fortificada da Manchúria.



A canga

Os desterrados a perpetuidade são, ao contrário, mandados aos desertos do Ili ou ao Turquestão chinês, depois de marcados a ferro quente. As correntes que levam aos pés são tão fortes e bem soldadas que, em geral, não necessitam de escolta para chegar ao seu destino enquanto atravessam regiões povoadas; viajam sob a vigilância da população e das autoridades das localidades por onde passam, que lhes fornecem os alimentos e os obrigam a seguir o seu caminho depois do descanso indispensável. No desterro gozam de uma liberdade relativa, podendo entregar-se a trabalhos agrícolas ou industriais. A *escravização* (que assim chamo para não confundi-la com a escravidão, como fizeram alguns autores) é uma pena pela qual são condenados certos criminosos a trabalhos públicos por um prazo limitado ou

pela vida, ou vendidos nas mesmas condições a particulares. Algumas, mas raras vezes, essa condenação estende-se aos descendentes do escravizado, até mesmo à quarta geração; neste caso torna-se mais uma lembrança infamante do que uma servidão efetiva, gozando os que pertencem a essa classe de todos os direitos civis e políticos e podendo mesmo reabilitar-se pelos concursos literários. Os pais têm igualmente o direito de vender os filhos que se conduzem mal; mas só usam geralmente dele em relação às filhas, as quais têm, assim mesmo, o recurso de recobrar a liberdade pelo casamento. Em resumo, pouco difere essa *escravização* dos trabalhos forçados temporários ou perpétuos, das penitenciárias e das casas de correção para menores ou de arrependimento para mulheres existentes no ocidente e, ainda que de efeitos parecidos, nenhuma analogia tem, pelas suas causas, com a imotivada e arbitrária instituição da escravidão que ainda infelizmente subsiste entre nós.

A pena de morte aplica-se de três modos: pela estrangulação, pela decapitação ou pelo suplício chamado *Lin-che*, que consiste em cortar em vida o corpo do criminoso em *dez mil pedaços*, segundo a antiga figura chinesa para indicar o infinito. Este suplício, especial para os parricídios e crimes de alta traição, é raras vezes aplicado e, em geral, o carrasco recebe instruções para fazê-lo ocultamente preceder de uma punhalada no coração, que poupa ao paciente um lento e doloroso martírio¹⁰⁶. As cabeças dos decapitados e *linchados* costumam pendurar-se em gaiolas às portas das cidades para servirem de escarmento aos criminosos.

Nos interrogatórios dos réus também admite a lei o emprego de tormentos, como a compressão de pés e mãos e outros ainda mais bárbaros. Mas tanto aquela extensa e minuciosa legislação, em que não estão esquecidas nem as mais triviais circunstâncias que possam desarmonizar a marcha correta da sociedade, como as torturas que

106 – É uma notável coincidência que esse suplício tenha um nome parecido à retaliação que os norte-americanos chamam Lynch, a qual frequentemente conclui com procedimentos igualmente bárbaros.

ela prescreve tornaram-se letra morta pela sua própria exageração, diante do meio em que devem atuar. O rigorismo daquelas leis, ditadas quando a nação chinesa não consistia realmente mais do que nas “Cem famílias”, espalhados na imensidade do território do império e governadas patriarcalmente pelos seus chefes, sob a suprema direção do Céu representado pelo seu imperial Filho, e esses atrozes suplícios, inventados como mero espantalho para impressionar um povo ingênuo, acham-se hoje, por motivos opostos, relegados no arquivo das curiosidades históricas e apenas recordados por essas brilhantes pinturas em papel de arroz preparadas para a venda nos bazares do ocidente. Não é que repudie a China aquela antiga legislação: o respeito à tradição não permitiria nem reformá-la;¹⁰⁷ mas está a sua aplicação prática entregue ao arbítrio dos mandarins e às vicissitudes do seu caráter ou das suas ambições. Se, por vezes, os instintos cruéis de alguns ainda exageram os castigos legais, na maioria dos casos os processos e os horrores da tortura não são senão comédias proveitosas para a bolsa do juiz. É realmente difícil explicar a ordem política e social em que vive um povo ao qual assim falta o benefício de uma boa administração da justiça; os missionários, que melhor ocasião tiveram de estudar a fundo as instituições chinesas, atribuem essa anomalia ao sentimento predominante no caráter daquela raça: a “piedade filial”.

A expressão *Hiao-chun* que traduzimos por “piedade filial”¹⁰⁸ tem na China uma acepção muito mais ampla. O respeito devido ao imperador, aos mandarins, às instituições e à lei impõe-se, como demonstração dessa virtude, a par da veneração aos antepassados ou maiores de idade e até ao mais comum dos tradicionais costumes. Tanto ofende à “piedade filial” quem desconsidera o pai como o que

107 – Alguns viajantes notaram certa semelhança entre os chins e os ingleses pela analogia da sintaxe das suas línguas, por disposições comuns ao desenvolvimento dos interesses materiais e pelo exclusivismo de alguns dos seus costumes comparados com os dos povos que respectivamente os avizinham; não deixa de ser igualmente notável que também o respeito à tradição conserve na legislação inglesa leis não menos absurdas e impraticáveis do que as chinesas.

108 – Melhor seria traduzi-la por “respeito à tradição”.

deita ao chão um pedaço de papel em que se acham gravados os caracteres da língua escrita, ensinados pelo pai da nação chinesa, o imperador Fo-hi.¹⁰⁹ Nem é menos irreverente filho o ladrão vulgar, do que aquele que deixa de concorrer às festividades em honra dos antepassados. Esse sagrado sentimento, transmitido no sangue, bebido com o leite materno, ouvido e balbuciado desde a mais tenra infância, reproduzido nos primeiros caracteres traçados com pincel ainda trêmulo e perenemente lembrado pelas inúmeras inscrições das ruas, do interior das casas e até dos objetos de uso mais comum, contém em si a verdadeira sanção moral do povo chinês e é o laço que mais o prende à ordem social e à disciplina política. Até as exceções à pacífica estabilidade dessa raça submissa invocam a “piedade filial” para amparo dos seus funestos propósitos. Se é o imperador Taping, proclama-se Filho de Deus, irmão de Jesus Cristo e pai do povo, como representante da reivindicação do trono ultrajado pelos conquistadores; o pirata e o salteador tampouco perdem ocasião de escudar-se na “piedade filial”, atribuindo-lhe os móveis das suas empresas e aliciando sequazes para a vingança de supostas afrontas aos antepassados. Pode-se pois dizer que a “piedade filial” é o eixo que sustenta a homogeneidade da nação chinesa e sobre o qual ela gira, no seu matemático movimento, impulsionada pela imutável força das suas velhas instituições.



109 – Em todas as cidades existem templos especiais, com fornos em que se queimam solenemente os papéis velhos.

CAPÍTULO IX

DE XANGAI A TIEN-TSIN

Recordação da Pátria – Um amigo e um escudo – Colisão e superstição
– Tche-fu – Episódio guerreiro – O Pei-ho – Montanhas de sal –
Um representante do povo – Minha casa chinesa – Móveis e bibelôs –
Meus criados e mestres – O alfaiate “espiro” – As barbas do Alexandre
– Falta-me um nome – *Sing* e *Ming* – Meus padrinhos – Sou um Culto
Filósofo – Visita de agradecimento – Os óculos de Uei-si-ye –
A miserável choupana do mandarim Liu – Religião das mulheres –
O que pensam os chins de nós – Peixes anões – Infração ao cerimonial
– Os botões europeus – *Cocktail* e caviar – O jogo de bolas – Um triunfo
moral e uma derrota real – Bumprakim – Estudo etimológico –
Visita a Li-hung-chang – Os especialistas – O *pândego* Ma – Um rabicho
perigoso – Dificuldades diplomáticas – Conclusão do tratado –
Um cortejo extraordinário – Mau agouro – Duas leituras e uma vingança
– Grande banquete – Tribulações de um diplomata – Anedotas e
discursos – Receita para o calor – O Grande Canal –
Pao-ting-fu e Pequim – O palácio de verão – Quais são os bárbaros.

Se há sensação que encha de satisfação o coração do peregrino cuja sorte é errar por afastadas terras estranhas, só sentindo as palpitações do corpo social a que pertence por tardias e incompletas novas, é certamente o encontro fortuito de quem já pisou o querido solo da Pátria ou a vista daquilo que o recorda. É assim que o brasileiro agradavelmente se surpreende ao encontrar num vagão de caminho de ferro europeu o patricio recém-vindo ou mesmo algum estrangeiro que se orgulhe de já ter admirado aquela incomparável natureza ou estudado o simpático caráter de um povo, ao qual cabe a glória de caminhar sensatamente por entre os escolhos de uma difícil elaboração política, pilotado pelo mais sábio e amado dos monarcas. Nem é menos grato o sentimento daquele que, escondido entre a turba acolhe, no íntimo da alma, a modesta parte que lhe toca da vitória da pátria, representada pela exposição de exímios produtos da sua agricultura e indústria ou pelos imparciais aplausos que alcançam de um público inteligente as notas de Carlos Gomes, as tintas de Pedro Américo ou Victor Meirelles!

Não devi, porém, as surpresas daquela natureza precederam a minha partida de Xangai a nenhum desses testemunhos das pacíficas glórias que elevam os povos que as buscam acima dos lauréis manchados de sangue de que barbaramente se assoberbam as nações conquistadoras. Aproveitando as horas que me separavam do momento de embarque, achava-me profundamente entretido no estudo da sintaxe mandarina quando fui sobressaltado pelo som de uma voz estranha que usava da harmoniosa língua de Camões em frases de prazenteira congratulação. Possuído de irresistível e desculpável curiosidade, abri a porta do quarto vizinho ocupado pelo meu colega Saldanha da Gama e achei-me face a face com o Elysio Mendes, o simpático proprietário da popular *Gazeta de Notícias*, o qual, assumindo interinamente as ativas funções de *globe trotter*, chegava da Índia, cujo continente atravessara, e dispunha-se a acompanhar-nos até Tien-tsin.

Reforçada a nossa pequena sociedade com a adição desse agradável companheiro, dirigimo-nos ao cais em que se achava atracado o vapor *Eldorado*, no qual devíamos continuar a nossa viagem. Ali também aguardava-nos outra surpresa que não produziu-nos menor satisfação do que a inesperada aparição daquele amigo: na roda do leme do *Eldorado* ostentavam-se como que augurando-nos feliz viagem e sucesso no objeto que nos trouxera à China, as auriverdes armas brasileiras rodeadas da legenda *The Rio Grande do Sul Steam Navigation Company* que ainda nos recordava o berço de heróis ínclitos e a província do império que, por acaso, quase tínhamos sobre os pés, apenas dela separados pela espessura do globo terrestre.¹¹⁰ A emoção que nos causou essa casualidade de ser transportada ao seu destino em navio ornado do emblema do Brasil a missão encarregada de abrir relações entre os dois grandes impérios antípodas, não nos permitiu gozar devidamente do lindo panorama que oferecem as duas margens

110 – Xangai está a 31°12 de latitude norte e 121°30 de longitude este de Greenwich, posição antípoda de latitude sul 31°12 e longitude oeste 58°30, coordenadas de um ponto da província argentina de Entre Ríos. Destinado a navegar entre o Brasil e a Inglaterra tinha sido o *Eldorado* comprado posteriormente pela firma de Xangai Jardine, Matheson e Ca.

do Uo-sung, até confundir suas águas com as do Yang-tse. Reunidos em cordial palestra na pequena mas confortável câmara do *Eldorado*, podíamos fazer-nos a doce ilusão de que estávamos navegando ao longo das formosas costas do Brasil, cuja vida política e social era-nos também dado comentar, ainda que com três meses de atraso, pelos números do *Jornal do Commercio* e da *Gazeta de Notícias* avidamente percorridos.

Só à noite conseguimos transpor a barra do Uo-sung, não sem sofrer um acidente muito comum nas costas da China: a colisão com um teimoso junco que navegava sem luzes e seguia impassível o seu rumo, cedendo à superstição que considera mau agouro qualquer interrupção involuntária da marcha em terra ou no mar. É assim que para evitar um mal distante e duvidoso expõem-se os juncos e perigos iminentes. Essas colisões são portanto muito frequentes e não há viajante que não as tenha presenciado. Os seus resultados não são, contudo, sempre desastrosos, por serem construídos esses barcos em compartimentos estanques, que lhes permitem flutuar até encontrarem auxílio ou chegarem à praia. As nossas avarias foram insignificantes; quanto ao junco nunca tivemos dele notícia.

A parte da costa que acompanhávamos é baixa e a mais despovoadada da China até a montanhosa península de Chan-tung. Aí se encontra Tche-fu, a Biarritz do Extremo Oriente, onde ricos negociantes e diplomatas vêm de Xangai ou Pequim tomar banhos de mar ou assistir a corridas de cavalos e às festas marítimas com que costumam entreter-se os oficiais das esquadras estrangeiras que estacionam nesse porto abrigado durante alguns meses do verão. Ainda que notável pelo seu crescido comércio, Tche-fu é apenas uma aldeia que serve de porto à grande cidade de Teng-tcheu, também situada à beira mar, mas só hoje acessível a barcos menores. De Tche-fu sai essa seda amarela chamada Pondji com que se fazem os paletós de verão bem conhecidos no Brasil.

A península de Chan-tung é talvez a região mais fértil da China e das mais ricas em minas de carvão, ouro e ferro e tem a glória de ter sido a pátria de Confúcio. Separada do resto do império por vastos terrenos de aluvião, antigo leito do rio Amarelo, escapou em parte a raça que a povoa

aos cruzamentos sofridos pelos chins no correr dos séculos e conserva ainda hoje um tipo e caráter especiais que mais a aproximam dos japoneses do que dos outros habitantes da China. Como aqueles, são os chantonenses enérgicos e empreendedores e formariam uma excelente emigração se não fossem tão apegados ao solo natal, donde raras vezes espalham-se mesmo para as províncias limítrofes, chegando a densidade dessa população a exceder a de qualquer outra região de igual área da terra.¹¹¹

Tche-fu está a poucas horas da foz do Pei-ho, cuja subida defendem vastas fortificações conhecidas pelo nome de fortes de Ta-ku. Ali travaram-se renhidas lutas entre chins e europeus, pelas quais chegaram a convencer-se estes de que só faltavam às tropas chinesas conhecimentos estratégicos, armas modernas e boa direção para medirem-se com as europeias, levando sobre estas a vantagem da resistência à fadiga e às privações. Mas não é demais para o objeto deste livro citar alguns dos episódios que ensanguentaram essas praias em 1860, assim como foram referidos por uma testemunha ocular.¹¹²

Achando-se acampados em Tche-fu os exércitos aliados francês e inglês, em julho daquele ano, preparando-se para atacar os fortes de Ta-ku, foram ali avisados pelo general Ignatieff, ministro da Rússia, do abandono em que se achavam as defesas daqueles fortes pelo lado de terra, por contarem os chins ser investidos de frente. Essa informação (que me parece uma violação da neutralidade e um abuso, por parte do representante russo, da facilidade que lhe dava o governo chinês para transportar-se de um lado a outro) permitiu aos generais aliados modificar o seu plano de ataque que estava de acordo com as previsões chinesas, decidindo-se a desembarcar em Pei-tang, aldeia situada ao norte dos fortes, para dali assaltá-los pela retaguarda, enquanto as esquadras os bombardeassem pela frente. No dia 1º de agosto começou o desembarque dos 12.000 homens que compunham a expedição aliada, das suas baterias e da cavalaria fornecida de excelentes cavalos japoneses. Surpreendidos

111 – A população do Chan-tung é de 35 milhões em 139.000 quilômetros quadrados ou 251 habitantes por quilômetro.

112 – HERRISON, Comte d'. *Journal d'un interprète en Chine*.

por tão imprevisto movimento, nenhuma resistência tiveram tempo de opor-lhe os chins, resolvendo, ao contrário, reconcentrar as suas guerrilhas nos dois acampamentos atrincheirados levantados por detrás de Ta-ku. Aí deram-se os primeiros encontros; mas os projéteis da velha artilharia chinesa apenas alcançavam a meia distância, chegando só por vezes a rolar pesadamente, como bolas do jogo de calhas, por entre as filas dos alegres zuavos, que deles se desviavam às gargalhadas, enquanto respondiam com fogo nutrido e certo. Não custaram portanto a cair em poder dos aliados esses dois acampamentos, onde foram encontrados centenas de cadáveres mutilados e os mandarins que os comandavam suicidados, depois de terem livrado pela morte as suas mulheres e filhos de cair nas mãos dos *bárbaros ocidentais*. Tanto o general inglês como o francês reconheceram nas suas partes a inesperada bravura demonstrada nesses combates pelos chins, principalmente por um esquadrão de cavalaria que deu que fazer a um regimento inglês, só salvo pelo auxílio recebido em tempo de forças superiores. O próprio general Montauban (depois duque de Palikáo) manifestou as suas apreensões sobre os resultados de futuros conflitos entre europeus e chins, desde que estes estivessem bem armados e que as derrotas que sofressem lhes ensinasse a bater-se.

A tomada dos fortes de Ta-ku ainda mais demonstra o erro dos que estão acostumados a atribuir covardia ao caráter chinês. Não sendo, porém, o meu propósito narrar esses sucessos senão opor testemunhos às acusações frequentemente lançadas a tal respeito contra os chins, contentar-me-ei em traduzir alguns trechos da relação do autor já citado.

Dada a ordem do assalto, avança a coluna por entre os canhões, os quais cessam o fogo. Aí vão duzentos marinheiros de desembarque, os sapadores, uma companhia de infantaria de marinha, duas do 2º batalhão de caçadores e atrás os *coolies* cantoneses carregando as escadas para o assalto.¹¹³ Pelo seu contrato devem, no momento de assaltar, passar as escadas aos soldados e

113 – Para que os serviços desses chins em uma guerra contra a China não desvirtuem o seu caráter, peço ao leitor que suspenda o seu juízo até ler o que escrevo mais adiante sobre as rivalidades de raças entre os chins.

retirar-se fora do alcance do fogo. “Tomem as escadas”, ordena o general Colineau; mas os *coolies* defendem aos socos as suas escadas; querem plantá-las eles próprios contra as muralhas e não nos querem deixar morrer sós. E são entretanto simples homens de trabalho, agricultores ou cidadãos pacíficos. Que se diga depois disto que os chins não podem ser bons soldados.

Afinal as escadas são encostadas às muralhas e os marinheiros por elas trepam agilmente. Os *coolies* os seguem, entusiasmados e apenas armados com pedaços de bambus que aí encontram.

Se o ataque foi vigoroso, a defesa não foi menos valente. Depois de gastarem os últimos cartuchos, os chins começaram a atirar pedras sobre as cabeças de nossos soldados. Foram admiráveis.

Os cirurgiões instalaram-se em uma casa fora das muralhas e aí começaram a cortar braços e pernas aos feridos chineses. Em menos de uma hora já se tinha formado um montão desses membros em frente à porta, à vista dos desgraçados que ainda esperavam a sua vez. Educados como espartanos, pareciam os feridos insensíveis à dor. Posso afirmar que durante vinte minutos que assisti a esse espetáculo em que os operadores trabalhavam aquelas máquinas humanas, não ouvi uma só queixa aos pacientes.

Os poucos chins que escaparam aglomeraram-se imóveis em um canto, atirando ao chão as suas armas. E que armas, meu Deus! Espingardas de mecha, de formas antigas, incríveis, difíceis de manejar e inofensivas, arcos e flechas, algumas lanças e más espadas. Estranhávamos que com tais instrumentos tivessem podido causar-nos tanto dano. Mas não eram as suas armas senão a sua desesperada coragem que tinha sido mortífera. Repeliam à mão, como nas antigas guerras, as nossas escadas carregadas de marinheiros; atiravam aos nossos homens suas armas, as nossas próprias balas ou os seus fragmentos e pedras, morrendo corajosamente no seu posto aqueles que tinham sido designados para a defesa das fortificações.

Quando cheguei à barra do Pei-ho aquelas cenas de sangue eram felizmente substituídas pelo tumultuoso porém pacífico movimento comercial dessa importante artéria do norte da China. Meia dúzia de vapores esperavam a maré para entrar ou sair e infinitos juncos desenhavam as suas extravagantes formas sobre a superfície do então tranquilo golfo de Petchili. Alguns vinham de Cantão com seis meses de viagem, carregados de ópio ou de mercadorias ocidentais. À direita e à esquerda ainda erguiam os fortes de Ta-ku os seus bastiões melhorados pelo progresso da arte militar na China e guarnecidos de artilharia europeia cujos projéteis já não se contentariam de rolar, à grande alegria dos zuavos, como bolas de calhas.

As margens do Pei-ho, entre Ta-ku e Tien-tsin, oferecem ao viajante interessante espetáculo. Populosas aldeias e campos cuidadosamente cultivados alternam as distrações dessa viagem, quando não atraindo a atenção alguma difícil manobra do vapor para dobrar, com o auxílio de espias e de movimentos para diante ou para ré, as fortes curvas daquele estreito rio. Algumas vezes passa-se tão perto das provações que pode-se presenciar descansadamente os detalhes da sua vida e arrisca-se mesmo separar com a proa e precipitar nas rápidas águas algum pedaço de bairro com casas e habitantes. Não são raras as catástrofes dessa ordem produzidas pelas enchentes que minam as barrancas por debaixo das habitações, sem que a constante reprodução desses desmoronamentos e a sorte das vítimas sirvam de escarmento aos que ocupam lugares expostos a iguais desastres. Mas os chins são pertinazes e fatalistas.

Do alto do convés do *Eldorado*, era-me permitido observar o poder do trabalho agrícola desse povo. Os arrozais, então a seco, deixavam perceber as suas divisões em tabuleiros retangulares, separados por pequenos muros de terra comprimida. Compridos canaletes de irrigação estendiam-se de um e outro lado do rio, ramificando-se a perder de vista pela extensa planura em que se via, de vez em quando, antigos arados puxados por disformes mas robustos búfalos, já preparando o terreno para nova cultura, ou então *coolies* ativamente ocupados

em um trabalho que lembrava a interminável tarefa das Danaides, elevando água por meio de baldes suspensos à extremidade de vigas que operam engenhosamente como *básculos*. Que paciência para essa espantosa faina de encher a balde imensos tabuleiros de terra porosa! Mas essa gente não recua diante das mais desesperantes empresas. Aí trabalharão durante quinze dias, um mês e acabarão, sem dúvida, por alagar os tabuleiros a tempo de ser neles semeados o grão, e, quando chegar o dia de render graças ao Céu pela exuberância da colheita, já estarão esquecidos e compensados o suor e as penas que custou.

Aproximação de Tien-tsin nota-se pela aglomeração de barcos de todos os tamanhos e formas que tornam difícil a navegação e pela vista de enormes pirâmides de sal cobertas de esteiras que se alinham à margem esquerda do rio. É que aí tem o seu quartel general a empresa concessionária do monopólio daquele produto. Também na mesma margem, mas a alguns quilômetros do rio, elevam-se as vastas construções de um arsenal de guerra que ocupa uma área de 250 hectares.

Mas o *Eldorado* atracou ao cais da pequena concessão estrangeira e, deitando saudosos olhares ao escudo nacional, pisamos os primeiros brasileiros essa parte do Celestial Império, onde uma residência de alguns meses ia permitir-me estudar em toda a sua originalidade o caráter e os costumes chineses.

Tien-tsin é a cidade mais importante do norte da China sob o ponto de vista comercial. Por aí se efetuam as transações de importação de várias províncias do império, da Mongólia, da Manchúria e até de parte da Sibéria. O seu comércio estrangeiro alcançou em 1880 o valor de 80 mil contos de réis, transportado em 900 navios de alto bordo. Além dessas cifras deve-se levar em conta o incalculável movimento efetuado por meio dos numerosos juncos que aí aportam de outros pontos da China, da Coreia e mesmo do Japão e as importantes transações que ainda se fazem por terra, aproveitando os trechos navegáveis do Grande Canal, que liga Tien-tsin à embocadura do Yang-tse-Kiang.

A concessão europeia ocupa um pequeno espaço em que se estendem quatro ruas paralelas ao Pei-ho, cortadas por outras trans-

versais. A população estrangeira não alcançava em 1880 a 200 pessoas, incluídas algumas mulheres e crianças. Acrescentando-lhe, porém, o pessoal dos navios de guerra ingleses, franceses e norte-americanos que aí estacionam permanentemente, chega a formar-se uma sociedade agradável, que procura distrair-se com bailes, jantares, corridas, regatas, caçadas ou os passatempos que proporciona um Club bem instalado. Durante o inverno ainda se agregam a esses divertimentos os passeios em trenó e a patinagem na vasta planície branca de neve ou sobre o Pei-ho, coberto então de espessa capa de gelo.



Tradução dos versos chineses.

Havia um lavrador no tempo dos Sung
Que, se o arroz não crescia ao seu gosto,
Puxava-o cada dia de uma polegada,
E gabava-se da sua habilidade.
Outro, sob a dinastia dos Tang,

Regava o campo com uma taça d'água,
E assim pensava beneficiar o grão.
Mas nós, desta sábia geração,
Em vez de cometer tais loucuras,
Usamos, com paciência, de básculos e baldes.

Devo observar que esses residentes estrangeiros pertencem todos à classe acomodada: são chefes ou empregados superiores de casas comerciais, burgueses com tendências aristocráticas. Quando aí cheguei com o meu criado galego, que por um dispendioso erro trouxe comigo de Portugal teve ele a honra de ser proclamado representante do *terceiro estado*, por ser o único europeu da classe popular domiciliado em Tien-tsin. Os estrangeiros estabelecidos na China dispensam facilmente os serviços de subalternos da sua raça; todos os empregos inferiores, ainda alguns de mais consideração, são confiados de preferência a chins, que os desempenham melhor e mais economicamente. Até as damas europeias são servidas à sua inteira satisfação por *femmes de chambre* chinesas do sexo masculino e, para amas de cria ou secas, são incomparáveis as chinas. Disso resultou não saber eu que fazer do meu criado Alexandre durante a minha residência na China. Em todos os hotéis em que nos alojávamos ou a bordo dos vapores tinha de pagar tanto por ele como por mim. Para explicar a sangria suplementar que faziam assim sofrer à minha bolsa, pretendiam os hoteleiros ou agentes que o prestígio dos europeus e a sua segurança fundavam-se na ideia de que pertenciam a uma raça superior destinada a dominar e incapaz, portanto, de entregar-se a trabalhos humilhantes reservados aos chins. O bom do Alexandre não se preocupava contudo do motivo da sua elevação na hierarquia social, nem julgava aviltar-se limpando-me as botas ou servindo-me à mesa, com grande escândalo dos europeus e divertimento dos chins. Quando tomei casa, era um prazer vê-lo fraternizar com o meu cozinheiro e o *coolie*, ensinando-lhes o português em troca do chin e concorrendo, na medida das suas forças intelectuais, para a fusão da civilização chinesa com a da Galliza.

Calculando demorar-me algum tempo em Tien-tsin, procurei desde logo uma instalação cômoda que me servisse de retiro para os estudos que tinha em vista. Graças à amabilidade do cônsul de França, mr. Dillon, não tardei em encontrar uma casinha chinesa pura, esplendidamente situada nos limites do bairro europeu e de um arrabalde chinês. Sem perder aí a proteção estrangeira, achava-se em situação

de observar a todo momento a verdadeira vida da China. À moda de todas as vivendas daquele império, essa casa tinha sido construída com uma única abertura sobre a rua, um largo portão pelo qual se penetrava num pátio rodeado de uma varanda em que se abriam as portas e janelas dos aposentos. O inquilino que me precedera, um missionário católico, tinha, porém, mandado abrir três claraboias perto do teto e do lado da rua, pelas quais me seria permitido, com o auxílio de uma escada, observar sem ser visto o movimento exterior. Das seis peças que continha a casa, destinei as três maiores para o meu uso: sala, sala de jantar e dormitório; das outras reservei a melhor para o meu galego afidalgado, a segunda para os *nosso*s criados chineses e a última para quarto de banho e laboratório fotográfico. Além disso havia uma boa cozinha e uma cavalariça.

Não exigiram muitas horas a compra e colocação dos móveis de que precisava. Um esteireiro encarregou-se de forrar os soalhos de um tapete de casca de bambu alegremente colorido e pendurou na varanda transparentes da mesma matéria, com vistosas pinturas representando sentimentais paisagens ou horrendos dragões. Um mercador de móveis forneceu-me uma alta cama chinesa com suas colunas de jacarandá primorosamente esculpidas e algumas mesas quadradas e cadeiras da mesma madeira não menos trabalhada. Agregando, com vagar, a essa mobília algumas cômodas cadeiras-camas de fabricação indostânica, quadros de seda e papel para animar as paredes, lanternas, jarros e outros objetos úteis ou de fantasia que costumam encher as casas chinesas, só me faltava, ao cabo de poucos dias, guarnecer a sagrada sala dos antepassados com o seu altar dos Deuses lares e o fêretro que devia conter os meus restos para a veneração dos séculos vindouros. Mas ainda não chegava o meu entusiasmo ao ponto de adotar esses fúnebres costumes chineses.

Empresa mais difícil foi a de encontrar o pessoal que devia servir-me. É tal a facilidade com que os chins aprendem as línguas europeias que os que se destinam ao serviço dos estrangeiros, ainda naquelas pouco exploradas alturas, conhecem mais ou menos o

pitchin English. Era justamente o que não me convinha. Armado já de algumas noções do Kuang-hua e com o excelente dicionário de Giquel no bolso, tinha resolvido fazer dos meus criados professores cômodos e econômicos. Encontrei finalmente um cozinheiro, Jo-hu, cantonês budista, que do inglês só sabia dizer indiferentemente yes e no, e um pequinense de nome Uang, o qual, embora católico e antigo servidor dos missionários, só conhecia, além da sua língua, o russo que por felicidade eu ignorava. Ajustei-os pois, o primeiro por doze mil réis e o segundo por oito, ambos a seco. Já alojado e servido à chinesa, tratei, com o auxílio do nosso intérprete, de adquirir um vestuário que pusesse a minha pessoa em harmonia com aquele gênero de vida, ao menos no meu interior ou nas minhas excursões pelas ruas de Tien-tsin. Mesmo ao lado de casa encontrei um amável e diligente alfaiate que só tinha o inconveniente de chamar-se A-tchi, o que me expunha a vê-lo surgir ao menor espirro. Em troca de cinquenta mil réis, dele recebi um traje completo, composto de um par de calças azuis, de uma comprida camisa branca e de um paletó curto cor de café com botões dourados e compridas e largas mangas que servem de algibeiras, feitas todas essas peças de rica seda lavrada; de um par de sapatos de cetim bordado e com espessas solas de papel e, finalmente, de um boné, também de seda, ao qual estava apenso um comprido rabicho de cabelo natural, Deus sabe de que defunto. Teria estimado, e fiz para isso os possíveis esforços, que o Alexandre aceitasse o meu oferecimento de pegar-lhe um traje chinês correspondente à sua verdadeira posição social. Era o meu propósito não só evitar à minha vista essa perene e chocante lembrança do mundo ocidental, como habilitá-lo, por aquele disfarce, a exercer as suas funções domésticas sem quebra aparente da sua dignidade europeia. Tornava-se, porém, para isso, indispensável o sacrifício da fornida e ruiva barba que ornava as suas faces e lhe daria um aspecto capaz de revolucionar toda a província de Petchili, se com ela se apresentasse vestido de chin. A sua abnegação não chegou a tanto e tive de dispensar a sua companhia nos meus passeios a Tien-tsin, onde a falta daquele ornamento barbudo

me permitia passar despercebido na multidão dos transeuntes, ainda mais garantido pela opinião do vice-rei Li-hung-chang que, na nossa primeira entrevista, honrara os membros da missão, assegurando-nos que via não sensível diferença entre o tipo brasileiro e o chinês.



O meu traje chinês

Chegado a esse ponto da minha transformação, já me preparava a pôr-me em campanha, quando ouvi dos próprios lábios do mandarim Liu-chang-sin que de chinês só tinha eu uma aparência material; faltava-me o principal predicado, o nome, que não era de tão fácil aquisição como talvez se pense.

Os nomes têm na China uma importância desconhecida no ocidente. Não se preocupam entre nós os que se chamam Leitão ou Salgado com as significações comuns dessas palavras. Lá, ao contrário, devem condensar os nomes as qualidades salientes do caráter de cada um, principalmente entre as classes mais expostas à observação pública, que têm muitas vezes de refrear instintos reprováveis a fim de sustentar, ao pé da letra, a dignidade dos nomes.

Compõem-se os nomes de duas partes bem distintas: o de família, *sing*, monossilábico e invariável, e o que corresponde ao nosso de batismo, *ming*, sempre colocado depois do *sing*. O *ming* pode ter duas ou três sílabas e sofre mudanças sucessivas, segundo as idades e as inclinações físicas ou morais dos indivíduos. Desde que nascem até que entram para a escola são designados os meninos por nomes geralmente escolhidos entre flores ou virtudes, ou simplesmente por números de ordem entre os irmãos. Aos seis ou sete anos, quando começam os seus estudos e já oferece o seu caráter algum traço especial ou mostram marcadas disposições para alguma profissão, são chamados, por exemplo, O Sagaz, O Valente, O Poeta ou O Mecânico. No dia do casamento ou da obtenção de algum grau literário trocam, por igual motivo, aquele nome por outro que conservam até os cinquenta anos, época em que adotam geralmente outro definitivo. Mas, mesmo depois da morte, não escapam os nomes dos homens notáveis às transformações que resumem o juízo póstumo das suas qualidades ou defeitos.

Todos esses batismos sucessivos exigem cerimônias e a sanção pública. Não creia o leitor que, se alguém se propusesse chamar de um dia para o outro O Sábio ou O Generoso, escaparia à decepção de ouvir-se designar pelas alcunhas de cavalo manco ou tigre insaciável. É esta uma retaliação em que os chins aplicam com grande graça o *ridendo castigat mores* e não faltam estrangeiros que caem no laço armado por espirituosos padrinhos, expondo à risota pública, em cartões de visita ou lanternas, os caracteres que reproduzem nomes ridículos.

Felizmente eu tinha-me entregue em mãos honestas e, depois de alguns dias de assíduo trabalho, os meus padrinhos Vissière (Uei-si-ye)

e Liu-Chang-sin apresentaram à minha aceitação um nome digno de figurar honrosamente na sala dos antepassados para a veneração dos meus descendentes¹¹⁴. Como sucede a todos os nomes que recebem os estrangeiros, os sons das três sílabas do que me propuseram procuravam aproximar-se o mais possível do meu nome europeu, represen-

子
詩
圃

tando, ao mesmo tempo, os caracteres que as indicavam predcados que aqueles benévolos padrinhos pretendiam atribuir-me. O primeiro: *Li*, a ameixeira, que passava a ser considerado como o meu nome de família, além de significar uma das árvores mais estimadas pelos chins, introduzia-me por contrabando numa das mais antigas e ilustres famílias do império. O segundo, *Che*, significa filosofia e o terceiro, *Pu*, jardim, de modo que *Li-che-pu* podia se traduzir de dois modos igualmente lisonjeiros: A Ameixeira do Jardim da Filosofia ou O Culto Filosófico da família Li.

Depois de verificar no grande dicionário chinês-inglês de Morisson que não escondiam esses caracteres nenhuma outra significação inconveniente, mandei-os pintar nas lanternas que ornavam a minha varanda e encomendei selos para preparar bilhetes de visitas de diversos tamanhos¹¹⁵ ou usá-los para firmar, enquanto não aprendesse a fazê-lo corretamente com o próprio punho, o que é mais polido.

A trabalhosa escolha de um nome, principalmente quando tem de ser dado a um estrangeiro, é um serviço que só se paga por uma eterna gratidão. Se o nosso intérprete Vissière contentava-se com as minhas banais frases de agradecimento ocidental, outro tanto não sucedia com o meu amigo Lin¹¹⁶; era preciso manifestar-lhe o meu

114 – [Na margem esquerda, em caracteres chineses, o nome chinês do autor.]

115 – Esses tamanhos e o da inscrição do nome variam segundo a posição oficial ou a consideração que se quer dar à pessoa visitada.

116 – Entre pessoas conhecidas só se usa geralmente, assim como entre nós, do nome de família. Diz-se Liu, Uei ou Li, em vez de Liu-chang-sin, Uei-si-ye ou Li-che-pu. Algumas vezes acrescenta-se àquele nome as sílabas Ta-jen, grande homem (excelentíssimo senhor) ou Lao-ye, pai velho (ilustríssimo senhor).

reconhecimento mais cerimoniosamente. Resolvi portanto fazer-lhe uma visita de etiqueta, para o que escrevi uma carta (com o auxílio caligráfico do Vissière, que também ofereceu-se a acompanhar-me) pedindo que fixasse dia e hora “em que pudéssemos pisar com os nossos humildes pés o límpido soalho do seu ilustre *ya-men*, no caso de que a nossa vil presença não fosse por demais desagradável aos seus virtuosos olhos.” A essa epístola, nitidamente escrita em papel rosado, ornado de elegantes desenhos de flores de lótus, respondeu Liu, em não menos primoroso papel, “que achava-se acabrunhado pela honra que lhe faziam os nobres Li-ta-jen e Uei-lao-ye, dignando-se penetrar na modesta choupana em que ele passava a sua miserável existência; mas que, opondo-se no seu sensível coração, à sua natural humildade o prazer de gozar da nossa resplandecente presença, se atreveria a esperar-nos no dia seguinte às três horas da tarde.”

Muito antes da hora indicada já estávamos prontos, Vissière e eu, tendo até atado à cintura as nossas bolsas para o tabaco, cachimbo e relógio e metido entre a gola e a nuca finos leques de papel dourado, em que se achavam transcritas sentimentais poesias de *Su-tung-po*. O *Uang* devia preceder-nos a cavalo coberto do chapéu oficial, que a minha categoria permitia-lhe usar nessas ocasiões, e levando na mão os nossos enormes bilhetes de visita de papel vermelho. Também o fizemos carregar a tiracolo quatro pesados rosários de sapecas, para as compras que podíamos fazer no caminho e, assim preparados, partimos comodamente embalados em cadeirinhas azuis, já que a nossa hierarquia não nos permitia usar das verdes.

Não receio o leitor que lhe descreva as ruas de Tient-sin; já são suas conhecidas as de Cantão e Xangai e, na China, se o caráter e as atitudes do povo ressentem-se nas diferentes províncias da variedade do clima, da diversa topografia do solo e mesmo de influencias externas especiais, pouca diferença oferecem os hábitos materiais e a disposição das cidades. Apenas no norte são mais largas as ruas, chegando algumas a admitir a passagem de carroças; em Pequim há mesmo ruas da largura dos *bulevares* de Paris, onde estacionam esses

pesados veículos, que aí substituem os nossos carros de praça.

O gênero de transporte que tínhamos felizmente escolhido evitou-nos o incômodo que causam as desigualdades do solo nas ruas de Tien-tsin. Os nossos trajes chineses também nos livravam da não menos molesta curiosidade dos garotos e permitiam-nos observar a animação popular sem assustar as mulheres e crianças. Assim pudemos transitar sem embaraço durante perto de uma hora, confiados, eu, na opinião que sobre a minha fisionomia achinesadatinha manifestado Li-hung-chang, e o Vissière num enorme par de óculos de letrado e num imenso volume do Se-ta-ki-chu (livro das quatro grandes maravilhas) com que escondia aos transeuntes os seus olhos azuis e as suas faces rosadas, assumindo ao mesmo tempo a respeitável aparência de um diligente candidato ao grau de Tsin-tse (doutor) nos próximos exames literários.

Quando chegávamos à porta da *miserável choupana* em que Liu ousava receber as nossas ilustres pessoas, já tínhamos sido anunciados pelos nossos bilhetes de visita. Atravessamos um espaçoso pátio lajeado de mármore artisticamente debuxado¹¹⁷ e ornado de árvores anãs plantadas em ricos vasos de porcelana, antes de chegar à escada que subia à varanda onde nos esperava Liu. Aí interrompeu este amigo com uma ruidosa gargalhada a comédia que nos tinha divertido até então, confessando que a nossa aparência, por maior que fosse a pretensão com que levávamos o traje chinês, lembrava-lhe a época da sua mocidade em que tinha residido em São Francisco da Califórnia, onde, pretendendo um dia vestir-se à europeia, promoveu tal escândalo pelo seu ridículo aspecto que viu-se obrigado a correr à casa mudar de roupa.

Liu-chang-sin (Coração elevado da família Liu) era um mandchu que, pelas qualidades fielmente indicadas no seu nome, bem merecia ser chin. Filho único de um rico mandarim militar, tinha nascido em Pequim, donde, aos vinte anos, acompanhara seu pai, nomeado para

117 – Os chins executam esses elegantes desenhos no mármore com uma composição ácida desconhecida dos europeus.

um comando em Cantão. Aí entregou-se ao estudo, conseguindo obter os dois primeiros graus literários, e travou relações com um missionário norte-americano o qual, além de convertê-lo ao protestantismo e ensinar-lhe o inglês, induziu-o a visitar os Estados Unidos. Poucos anos depois faleceu o seu pai deixando-lhe uma avultada fortuna que o habilitou a realizar aquela viagem e a estudar durante cinco anos os hábitos ocidentais, adquirindo ao mesmo tempo conhecimentos científicos que o tornaram posteriormente um dos mais úteis servidores do seu país. Já chegado à respeitável idade de cinquenta e dois anos, nenhum cargo oficial efetivo exercia quando o conheci; mas era mandarim do terceiro grau (botão de safira) e membro do Kiun-ki-tehu, onde era frequentemente chamado para dar a sua opinião nos assuntos de importância. Casado com uma mulher da sua raça e possuidor de uma filha única, lastimava Liu ter de deixar a sua fortuna a um desconhecido parente colateral e não a um carinhoso filho que velaria sobre os seus sagrados restos e conservaria com veneração na sala dos antepassados a inscrição do nosso póstumo que perpetuasse as suas virtudes. Mas tal era a vontade de Deus, e a sua mudança de religião não tinha conseguido fazer-lhe esquecer os antigos preceitos chineses que impõem o respeito às supremas decisões do céu. Até então consolara-se com o amor da sua querida filha *Ping-te (Virtude Pacífica)*; mas, infelizmente, tinha de separar-se dela brevemente, pois faltavam poucos dias para que o seu noivo *Seng-king-tse* concorresse nos exames literários, nos quais garantia-lhe o seu talento a obtenção do grau de *Sin-tsai* (bacharel), sem o qual não queria realizar o casamento ajustado entre as duas famílias havia quinze anos. Não obstante a sua ostensiva conversão, Liu continuava a ser um verdadeiro *livre pensador* e nunca pretendia mesmo alterar as extravagantes crenças que em matéria religiosa conservavam a sua mulher e filha. É preciso considerar que a situação inferior em que geralmente se acham colocadas as mulheres na China e a vida reclusa que levam nas classes ricas não exigem o desenvolvimento das suas faculdades morais e intelectuais. São virtuosas e felizes porque não conhecem o vício e as privações.

Imbuir-lhes ideias novas, perturbar a norma de ocupações inalteradas há quarenta séculos, seria torná-las desgraçadas. É o que sucede entre as classes baixas onde mais facilmente consegue ser levada a influência da propaganda cristã. Essas reflexões fê-las Liu, explicando-me o motivo pelo qual mantinha no seu lar os antigos ritos chineses que não lhe permitiam apresentar-nos em pessoa aquelas senhoras, limitando-se a oferecer-me um exemplar do grupo fotográfico que aqui reproduzo.

Comodamente instalados na sala de recepção e tendo sobre uma mesa ao lado aromático chá, doces e cachimbos, entretivemo-nos em agradável palestra, aproveitando a experiência e os conhecimentos do inteligente mandarim para obter informações do caráter chinês, principalmente sob o ponto de vista comparativo com o ocidental que, pelo seu lado, tinha tido Liu ocasião de estudar detidamente.

Não deixava ele de reconhecer a necessidade de transformar-se pouco a pouco a antiga civilização da China. O crescente contato com os europeus não permitia a esse império encerrar-se por mais tempo nas espessas muralhas das suas tradições. Mas era esse um trabalho em que se devia proceder com grande cautela para evitar a confusão e talvez a dissolução de uma sociedade habituada a marchar a relógio ou o desaparecimento do fundo moral e dos bons costumes que mantinham em sólida união a imensa nação chinesa.

Pedindo-lhe que nos expusesse com franqueza o juízo que formavam os homens cultos da China sobre a civilização europeia, respondeu-nos que não se atrevia a comunicá-lo, pois não era dos mais favoráveis, principalmente no que se relaciona com o sentimento moral. Cedeu, porém, à insistência com que lhe assegurávamos que, longe de magoar-nos, agradeceríamos essa informação.

Começou então a dissertar sobre os fins que dirigiam a marcha das sociedades humanas. E qual era o objeto da civilização senão alcançar a felicidade pura e tranquila? Podiam, entretanto, jactar-se os europeus de ter chegado mais perto desse ideal do que os chins? Que prendas da nossa civilização eram as que queríamos impor a tiros de canhão ou per-

turbando a ordem administrativa e os pacíficos trabalhos do povo com as exigências dos nossos missionários? Tínhamos alcançado, na verdade, um aperfeiçoamento da arte militar que permitia a um grupo de europeus destroçar legiões chinesas; fazíamos transpor rapidamente à matéria e ao pensamento enormes distâncias, graças ao vapor e à eletricidade; conseguíamos mesmo levar ao extremo os gozos materiais, pondo as indústrias e as artes ao serviço do mais refinado sensualismo; as nossas cidades, os nossos palácios, teatros e passeios oferecem-nos, sem dúvida, ocasião de dar inteiro pasto à vaidade, permitindo-nos provocar os apetites da negra inveja pela ostentação do luxo sob as suas mais exageradas manifestações, até a da carne e das formas reservadas à intimidade das afeições conjugais.



Liu e sua família

E onde estão entre vós – prosseguia Liu, mostrando pelo seu entusiasmo que não deixava de participar daquelas ideias – as compensações morais das vantagens físicas com que transformais a vida numa vertiginosa carreira na perseguição da felicidade, que só acabais por encontrar, com o descanso, no incógnito precipício da morte e sem poder-vos consolar, ao menos, com a certeza do respeito à vossa

memória? Se são as vossas doutrinas religiosas, que me felicito de ter aprendido para chegar à convicção de que a virtude só tem um credo, as suas regras de moral não diferem das que ensinaram os grandes filósofos da China e, em alguns pontos, ainda talvez lhes sejam inferiores. Em política, bastante depressa nos trazem os vossos progressistas agentes de comunicação as notícias das constantes lutas em que as nações da vossa raça se encarniçam entre si para satisfazer vãos caprichos e venais interesses, ou procuram levar suas imposições até aos fracos que vivem quietamente nas mais afastadas regiões do globo. Nem ignoramos as comoções que abalam periodicamente o vosso regímen interno, provocadas pelo despotismo de um só ou de muitos, que pretendem impor a sua tirania às massas inermes! O que é da liberdade entre vós; quanto trabalho, quantas preocupações custa ao vosso povo a guarda dos seus direitos constantemente invadidos? Onde encontrariam tempo os quatrocentos milhões de chins para arrancar do solo a sua difícil subsistência, se tivessem de intervir nas renhidas e estéreis lutas em que freqüentemente vos debateis para a mais insignificante reforma social? O que valem essa liberdade, igualdade e fraternidade, de que tanto vos ufanaís, às populações dos países da vossa velha Europa, cuja densidade não alcança à quarta parte da de algumas províncias da China, e que têm, entretanto, de fugir da fome, abandonando a sua pátria para ir buscar no remoto continente americano a terra que lhes faz falta? E onde se encontra entre vós a Piedade filial? Sabeis, acaso, tudo quanto encerra em si essa sublime virtude? Praticais o culto dos antepassados e conservais devidamente o respeito à família? Os filhos, entre vós, ainda imberbes, já sabem mais do que os pais; os irmãos exercitam-se no seio da família para as lutas fratricidas que dividem em grupos irreconciliáveis os vossos povos. As vossas esposas despem-se e ornem-se de emprestadas artes para atrair os olhares de outros homens, enquanto se apresentam negligentes e desgrenhadas à vista dos maridos. Condenais o concubinato legal, só praticado na China por motivos especiais e em limitada proporção; mas, será ele tão prejudicial à moralidade e à paz da família

do que o concubinato ilícito e misterioso tão generalizado entre vós? E que lições de polidez podeis dar-nos? A cortesia das vossas maneiras está sujeita a cálculos interessados; vos curvais submissos aos grandes e tratais com ofensivo desprezo os pequenos.

E por aí seguiu Liu, ainda lançando-nos em rosto outras verdades, mas sempre acompanhadas de amável sorriso, sem alterar a voz e o seu modo cortês. Quando acabou pediu-nos desculpa da franqueza com que tinha cedido às nossas instâncias. Em seguida fez-nos visitar o lindo jardim que rodeava o seu *Ya-men*, cujo cultivo ele próprio dirigia, e mostrou-nos a sua criação de peixes anões e disformes, explicando-nos os processos engenhosos pelos quais chega-se a variar as formas naturais desses animais. E assim soou a hora em que devíamos separar-nos de tão interessante companhia para não ficarmos encerrados na cidade murada, cujas portas fecham-se ao pôr do sol. Antes de partirmos explicou-nos Liu a infração ao cerimonial que tinha cometido com o fim de evitar-nos maior incômodo, ao responder à carta em que lhe pedíamos dia e hora para visitá-lo. Para conformar-se aos rigores do estilo devia ele ter recusado a nossa visita, alegando a sua humildade para receber tão ilustres visitantes. Ao que devíamos ter retorquido em forma não menos submissa e insistido. Isso o teria obrigado a resignar-se, não sem acrescentar novos protestos sobre a insuficiência do seu indigno teto para abrigar tão distintos hóspedes. Liu, porém, prestando-se galantemente ao estudo prático que tínhamos querido fazer do cerimonial chinês, poupou-nos o incômodo desse acréscimo epistolar.

Não se suponha, entretanto, que todas as visitas exigem essas fastidiosas formalidades. Só são elas usadas nas visitas oficiais ou de etiqueta, entre pessoas que não têm intimidade, para, por exemplo, levar os pêsames pelo falecimento de um parente ou as felicitações por algum casamento, pela obtenção de um grau literário ou nomeação para algum cargo público. Nas relações sociais comuns, avistam-se com frequência os parentes e amigos, com a mesma sem cerimônia que se usa entre nós.

Regressamos à *Concessão* refletindo sobre o que tínhamos ouvido ao Liu e procurando argumentos para opor à má opinião que fazem os

chins da nossa civilização moral. Confesso que até hoje nada encontrei; quanto ao Vissière, disse-me que ia dedicar-se a esse estudo, mas ainda alguns meses depois não lhe tinha achado solução. Talvez o leitor seja mais feliz do que nós e me habilite a escrever uma carta ao Liu refutando aquelas insensatas razões.

Chegando à casa, despi em poucos segundos o meu traje chinês; levei porém mais tempo para reassumir as nove peças do meu vestuário europeu com os seus quarenta e tantos botões, sem contar os que de nada servem. Destes, os dois que se exibiam à cintura, atrás do meu paletó, tinham intrigado sobremaneira ao meu criado Uang; nesse dia não pôde ele conter a sua curiosidade e perguntou-me para que os usávamos. Respondi-lhe que não me era possível explicar-lhe o misterioso destino desses botões; era um segredo que os europeus nunca deviam revelar aos chins.

As excursões do gênero da que acabo de descrever não me impediam de aproveitar as distrações que proporciona a pequena sociedade estrangeira de Tien-tsin. Os navios de guerra atracados ao cais do *Bund* ofereciam, nos meus passeios matutinos, cômodos pontos de escala para preparar-me ao almoço em agradável companhia, com o universal *cock-tail* e o aperitivo caviar frescamente trazido das costas da Sibéria. As tardes empregava-as no jogo do *criquet* ou *lawn-tennis* e em visitas às poucas famílias ali estabelecidas, consolando-me dos defeitos da civilização ocidental apontados por Liu com a amável conversação e os dotes musicais de algumas distintas damas, dignas, pela sua esmerada educação, de brilhar em outro teatro social do que aquele escondido ponto do globo, onde o implacável destino as atirara. Por vezes era interrompida a monotonia da vida social por jantares ou reuniões comemorando aniversários nacionais ou familiares, em que era obrigada, pela etiqueta inglesa, a exibição de casacas amarrotadas, de camisas e gravatas mal engomadas, dentro das quais pareciam incríveis aparições carnavalescas os mais graves negociantes, habituados à supressão da camisa e ao simples uso do paletó curto. Mas é no *club* que encontram os residentes europeus a verdadeira

compensação ao seu isolamento e aos perigos a que os expõem as periódicas revoltas do povo chinês contra a violenta intrusão dos ocidentais naquele império. Além do bilhar e dos jogos de cartas tem o *club* de Tien-tsin uma *bowling-alley* ou local para o jogo de bolas. Já é conhecido no Brasil esse higiênico passatempo, creio de invenção alemã, que consiste num comprido e estreito tabuado sobre o qual se deita a rolar pesadas bolas de madeira, que devem abater os paus colocados de pé na extremidade oposta. Aí se disputam diariamente os amadores Tien-tsinenses a primazia nesse exercício salutar, procurando ao mesmo tempo preparar-se para o grande torneio anual, o *match*, segundo a expressão dos ingleses, que tanto interesse mostram para essa classe de divertimentos. O prêmio dessa solene partida é formado pela pequena entrada exigida a cada concorrente e pela mais considerável contribuição de alguns residentes ricos.

No *match* de 1880 alcançava esse prêmio a 240 pesos mexicanos e devia ser disputado por vinte e três jogadores ingleses, norte-americanos, franceses, um dinamarquês, um alemão, um português e o autor deste livro, em representação do Brasil. Nas galerias estimulavam o nosso ardor os amáveis sorrisos e as palavras de animação de uma dúzia de europeias, que aproveitavam gostosas essa ocasião para distrair-se e ostentar *toilettes*, talvez cortadas por antigos figurinos, mas que a falta de termo comparativo nos fazia parecer da mais suprema elegância. Quase todos os membros da colônia aí estavam, formando *pules* ou apostando particularmente, de acordo com as suas simpatias ou o conhecimento prévio da força dos jogadores. Mas, escuso de referir outros detalhes dessa sorte de partidas, só não posso ocultar ao Brasil a glória que por pouco coube a um dos seus filhos de ver perpetuado o seu nome e o da sua nacionalidade a poucas léguas da Grande muralha da China, como vencedor desse torneio internacional. Já chegados a mais da metade da partida, comeci a adiantar-me, como que levado por um sentimento que excitava-me a não deixar vencer um brasileiro, ainda nesse campo de pacífica emulação. Faltavam poucos pontos e o entusiasmo crescia em volta de mim, cruzando-se

as apostas em meu favor, na razão de um para três, para quatro, para dez. Mas a antecipação de tão inesperado triunfo era demais para quem pela primeira vez se entregava a esse difícil jogo. Entretanto a minha vitória já recebia prematuras e cordiais felicitações de espectadores e adversários, que eu debalde repelia com profética descrença, chegando mesmo a propor uma aposta contra mim ao meu chefe e amigo sr. Silveira da Motta (hoje barão de Jaceguay), o qual, impulsionado sem dúvida pelo seu reconhecido patriotismo, nem admitia uma remota possibilidade da minha derrota.

Só éramos quatro a disputar o prêmio nas últimas jogadas; dois ingleses, o alemão e eu. Os ingleses jogaram e não alcançaram os 350 pontos que devia ultrapassar o vencedor. Só restavam eu e o alemão; mas este estava 22 pontos atrás de mim e era um péssimo jogador, ao qual se tinha concedido 100 pontos para equilibrar as suas forças. Já então ninguém aceitava apostas contra mim, nem na razão de um para vinte; as conversações cessaram nesse momento de suprema emoção; todos rodeavam o lugar que eu ocupava, sustendo as respirações e inclinando-se para bem ver o efeito das minhas jogadas; até os chins marcadores abandonaram os seus postos para presenciar de perto a minha vitória. Atirei com acerto e veemência a minha primeira bola. Cem olhos ansiosos seguiam o seu ruidoso trajeto e cem ouvidos impacientes esperaram o grito do *coolie* que devia proclamar os pontos. *Tuelfe* (doze) gritou ele no seu mau *pitchin English*. Era o mais que se podia fazer! Os delirantes aplausos dos circunstantes chegaram ao seu apogeu! Voltei-me satisfeito e cheio de emoção; mas, ao meu lado o alemão assistia impávido a essa cena odiosa para ele, indicando apenas por um sorriso bismarkiano o interesse que nela tomava. A fatalidade fez-me vê-lo; do seu olhar como que senti sair um fluido misterioso que transmitiu às minhas pernas um tremor convulsivo, só antes de mim conhecido quando pela primeira vez ouvi o mortífero sibilo de outras bolas. Enfim, consegui forças para continuar, mas parecia ter quadruplicado o peso da bola; não a pude suster nem dar-lhe direção, e lá se foi, rolando como lento trovão e descrevendo cruéis zigue-zagues sobre o

duro taboado, até cair no fatal canaleta da sua perdição¹¹⁸. Fiz outro para reassumir a calma que exigia a minha última jogada; mas ainda encontrei os magnéticos olhos do prussiano, que penetravam como envenenadas frechas até o íntimo do meu sistema nervoso, e a terceira bola seguiu o funesto caminho da precedente! Um silêncio sepulcral acolheu o meu fiasco. Restava, porém, uma esperança; a de não completar o meu rival os pontos que lhe faltavam. Mas o alemão era calmo: jogou com cuidado, sem temer a *jettatura* dos malquerentes olhos de toda a concorrência, e nas suas três jogadas conseguiu abater todos os paus, ganhando-me por dois pontos. Tal era a vontade do inexorável Destino!

Indiferente aos murmúrios de decepção que afogavam as escassas palavras de cerimoniosa felicitação que recebia pela sua vitória, retirou-se ele com teutônica impassibilidade, levando no bolso os seus 240 pesos e o diploma de vencedor que lhe entregou o presidente. Quanto a mim, fui rodeado amigavelmente e proclamado vencedor moral, atribuindo-se a minha derrota material à minha emoção e à sobrenatural proteção que parecia ter favorecido o alemão no momento decisivo. Não se poderia, porém, explicar o inesperado desenlace dessa luta pela superioridade da calma e reflexão da raça saxônica sobre a ruidosa posto que inteligente paixão dominante na latina? Deixo este estudo aos filósofos que creem na decadência desta última raça e lhe buscam as causas.

Entre os que me felicitavam pelo proeminente papel que me tinha cabido nessa célebre partida, achava-se o meu amigo português, cujo nome esquece-me por ser então universalmente conhecido no *club* pelo de Bumprakim. Mas, já que me estendi-me tanto sobre um episódio que nada tem de chinês, seja-me ainda permitida outra digressão relativa à etimologia portuguesa daquele curioso nome.

Existem muitas palavras da nossa língua às quais se atribui uma origem à primeira vista absurda. Assim, asseguraram alguns etimologistas que as palavras “Bispo” e “Especiaria” são filhas comuns da raiz

118 – De cada lado do tabuado há uma canaleta onde se perdem as bolas mal dirigidas.

sânscrita “Spas”¹¹⁹. Não é meu propósito discutir o fundamento de tal pretensão; prefiro mesmo deixar aos mestres na matéria a responsabilidade de provar a fratrofagia [*sic*] dos virtuosos prelados que adubam os seus alimentos com cravo ou pimenta. O que atrevo-me, porém, a certificar é que não custaria pouco trabalho aos mais eruditos descobrir a origem do vocábulo “Bumprakim”. Se não fosse o meu temor de que ficasse ela eternamente desconhecida deixaria aos curiosos a satisfação de exercitarem nesse estudo as suas mais engenhosas combinações linguísticas. Mas não quero correr aquele risco.

Devo antes dizer que, havia quinze anos, fora aquele português atirado em Tien-tsin pelo caprichoso destino, sem que, até a aparição da missão brasileira, tivesse tido jamais ocasião de usar da língua vernácula. Pode-se pois compreender a satisfação com que a recordava quando nos encontrávamos no *club*. Sempre que jogávamos juntos, era seu prazer anunciar-me de longe o estado da marcação, principalmente se era boa para o nosso lado. “Bom para aqui”, gritava ele então, entusiasmado e repetidas vezes. Os ingleses não tardaram em apoderar-se desses sons estranhos, transformando-os, porém, no vocábulo “Bumprakim”, que atribuíram desde então, como nome de guerra, ao inocente iniciador desse não menos inocente divertimento. E eis porque não posso transmitir à posteridade o verdadeiro nome daquele amável e pacato lusitano. Mas voltemos à China e aos chins.

Assim que chegou a missão a Tien-tsin fizemos uma visita de apresentação ao vice-rei Li-hung-chang, com quem devíamos negociar o tratado. Depois de trocadas as cartas de estilo em que, por acordo que já encontramos estabelecido com os diplomatas estrangeiros, suprimiram-se aquelas frases humilhantes do cerimonial chinês, transportamo-nos ao *Ya-men* do vice-rei no dia e hora indicados.

Li-hung-chang passa por um dos homens mais cultos e inteligentes da China e a sua influência, até certo ponto favorável aos estrangeiros, pesa na balança política em oposição à do seu rival Tso-tsung-tang.

119 – FERRIÈRE, Émile. *Le Darwinisme*.

No momento em que o conhecemos era ele todo poderoso e pretendia-se mesmo que ditava as suas ordens à Corte de Pequim. Asseguraram-nos que, chamado pouco antes a essa capital pelo grande conselho Nui-ko, previu uma cilada e respondeu que não tinha dúvida em lá ir, mas que precisava de algum tempo para preparar os 60.000 soldados que deviam acompanhá-lo. Esta resposta parece que foi suficiente para restituir-lhe o favor e a confiança da Regência. A principal divergência entre esse altivo mandarim e os que dominavam no conselho imperial era a questão da guerra com a Rússia. Li era ardente partidário da paz; mas, ao mesmo tempo, se a guerra não se pudesse evitar, estava pronto a prestar à sua pátria o concurso da sua influência e das forças de terra e mar, armadas e disciplinadas à europeia, que tinha sob as suas ordens.



O vice-rei Li-hung-chang.

Admitidos cerimoniosamente à presença desse potentado, começou ele informando-se, por intermédio dos intérpretes, dos nossos nomes, cuja difícil pronúncia esforçou-se em reproduzir, das nossas idades, se éramos casados e quantos filhos tínhamos. Demonstrou-nos em seguida que os seus conhecimentos sobre a geografia do ocidente não eram superiores aos de muitos mandarins ocidentais com relação à da China. Indagou se o Brasil era limítrofe da Inglaterra, se era banhado pelo mar e manifestou-nos a sua opinião relativamente à origem chinesa da raça que o povoava. Esta observação fez-me, no momento, reformar o mau juízo que, sobre a erudição desse mandarim havia-me suscitado a sua ignorância geográfica; supus que era ele algum daqueles sábios que sacrificam todos os outros estudos a uma determinada especialidade, desprezando as múltiplas mas vulgares ciências de utilidade prática, para entregarem-se a profundas investigações de teorias que muitas vezes só eles têm a satisfação de entender. Julguei que referia-se Li à população aborígine do Brasil, pretendendo indicar-nos o seu acordo com a importante escola antropológica que atribui à raça americana uma origem japonesa. Mas não tardou ele em tirar-me essa ilusão, explicando-nos que aquela observação lhe fora simplesmente sugerida pela sua opinião, a que já aludi, sobre a semelhança entre o tipo dos membros da missão e o chinês.

Pelo nosso lado, tínhamos incumbido o intérprete Vissière de fazer as perguntas obrigadas pela civilidade chinesa nas primeiras visitas, e ficamos assim sabendo que Li tinha uma mulher legítima e uma concubina que lhe dera um filho varão. Quanto à sua idade, não imitou ele os que no ocidente se envergonham de uma venerável velhice; deplorou, ao contrário, só poder contar com a escassa experiência que lhe davam os seus 58 anos. Em seguida conversou-se largamente sobre o objeto da nossa missão e outros assuntos gerais, divertindo-nos o inteligente mandarim com as suas espirituosas reflexões.

Essa entrevista teve lugar à roda de uma mesa em que nos serviram doces e chá sem açúcar. Além dos membros da missão, a ela assistiram o nosso amigo Elysio Mendes e vários mandarins do séquito

de Li. Entre estes achavam-se Liu-chang-sin, com quem tive depois tão agradáveis relações, e Ma-kien-tchung, que devia ser um dos dois negociadores do tratado, em representação de Li. Ma era um verdadeiro *pândego* (desculpe-me o leitor a palavra que é contudo acadêmica). Educado, primeiro pelos jesuítas de Si-ka-uei, que fizeram dele um católico, e depois em Paris, onde estudou o direito e aprendeu a dançar no Mabilie, era um gosto vê-lo transformar-se, segundo as circunstâncias, de grave e etiqueteiro mandarim em alegre *bulevardeiro*. Quando, mais tarde, cresceu a sua intimidade conosco, não desdenhava, de vez em quando, de dar umas voltas de valsa com alguma dama europeia. Era então engraçado ver as suas amplas roupas esvoaçando e o seu longo rabicho descrevendo no ar, feito látego, círculos que afugentavam os circunstantes. Depois de entregar-se a essas recordações ocidentais, pedia-nos que não o comprometêssemos. Que diriam os chins se soubessem que um “Botão de Coral” deleitava-se no imoral exercício da dança!¹²⁰ Igual súplica nos fez quando descobrimos que usava meias de fábrica europeia. Foi, entretanto, uma verdadeira felicidade para a missão ter de tratar com tão amável e inteligente pessoa, cuja sensata intervenção poupou-nos a demora na negociação do tratado e resolveu as frequentes dificuldades que lhe opunha o outro negociador Chen. Este era um manchu desconfiado com o qual só tivemos relações oficiais.

Passarei por alto as por vezes interessantes peripécias das conferências diplomáticas, em que teve a missão de lutar contra as manhas de Chen e o sincero empenho com que Ma cumpria escrupulosamente os seus deveres de negociador chinês; não me referirei tampouco aos projetos, contraprojetos, memorandos, notas que se cruzaram, nem entrarei em detalhes sobre a habilidade que tiveram de desenvolver os nossos plenipotenciários, para vencer a relutância que oferecia a qualquer acordo a morosa e embaraçosa diplomacia chinesa. Basta-me registrar a vitória que obtive aí a missão brasileira, concluindo pacifica-

120 – Ainda que se atribua geralmente aos chins uma dança em que abrem compassadamente as pernas e elevam as duas mãos ao ar, é certo que esse exercício sempre lhes foi desconhecido.

mente, em poucos meses e em circunstâncias que se tornavam difíceis pela ameaça de guerra com a Rússia, um tratado talvez mais favorável do que alguns que custaram a outras nações ocidentais intermináveis negociações ou o convincente mas bárbaro auxílio do canhão.¹²¹ O que desejo porém narrar com mais detenção é a faustosa cerimônia com que foi assinado esse infeliz pacto, cuja celebração tantos sacrifícios custou ao tesouro do Brasil e aos que dela foram incumbidos, sem que a cegueira dos adversários da imigração chinesa permitisse, até agora, o aproveitamento dos seus benéficos efeitos.

Desde pela manhã do dia 5 de setembro desapareceu a habitual tranquilidade do bairro de Su-tchu-liu em que se acha situada a Concessão estrangeira de Tien-tsin. É que chegava o numeroso cortejo que nos devia acompanhar até o templo de Tcheng, sob cuja proteção ia verificar-se a assinatura do tratado. Em frente à casa da legação estavam alinhadas as cadeirinhas que deviam conduzir-nos, verdes para os chefes e azuis para o pessoal. Em volta ostentavam os seus curiosos trajes oficiais cobertos de extravagantes bordados, uma legião de carregadores de cadeirinhas e indivíduos, pertencentes à escolta que devia preceder-nos e seguir-nos, levando o imenso chapéu de sol oficial, gongs, luzentes e compridas lanças, e estandartes de seda e madeira de formas indescritíveis, vermelhos, dourados, ornados de caracteres que expunham sem dúvida à admiração pública as nossas dignidades e virtudes.

Vestidos com os nossos uniformes que os chins examinavam curiosamente, cada um tomou a cadeirinha que lhe competia e o lugar no préstito que correspondia à sua hierarquia oficial. Assim fizemos uma imponente entrada na cidade chinesa, para a qual escasseavam infelizmente os espectadores, por causa do terror que infundíamos no nosso duplo caráter de mandarins e *fan-kuai*. Alguns transeuntes inadver-

121 – É curioso o que sucedeu no último conflito entre a França e a China. Depois de derrotadas as forças chinesas pelas francesas, a diplomacia chinesa venceu por sua vez a francesa, obtendo a aceitação por parte da França de um tratado ainda menos vantajoso para esta nação do que o que tinha sido espontaneamente oferecido pela China antes das hostilidades. HÉRISSON, obra citada, p. 212.

tidos, ou talvez surdos ou cegos, prolongavam-se contra a parede, onde pareciam querer incrustar-se, temerosos de receber no corpo a incômoda visita do bambu ou da ponta da lança. É que, quando algum poderoso mandarim transita pelas ruas, todos devem abrir-lhe passo a fim de que a sua marcha não sofra a menor detenção. Ainda é essa uma variante da superstição a que já me referi, relativa ao mau agouro de qualquer interrupção involuntária da marcha. E assim sucede que, quando dois mandarins se encontram em alguma rua estreita em que as suas cadeirinhas não possam cruzar-se, o de categoria inferior tem de retrogradar, já calculando as desgraças que lhe vai trazer esse fatal encontro. Muitas vezes adoece por isso e, se por acaso morre, serve esse exemplo para robustecer aquela superstição, do mesmo modo que, entre nós, o falecimento de alguém que se tenha casualmente sentado a uma mesa de treze.

Mas o nosso *tchin-tchai* (batedor a cavalo) cumpria zelosamente o seu mister; atropelava à direita e à esquerda, tranquilizando as nossas apreensões de desgraças futuras e permitindo que os carregadores das cadeirinhas mantivessem um trote rápido. Assim atravessamos depressa a cidade chinesa e penetramos na tártara onde, em poucos minutos, chegamos ao templo de Tcheng. Já à porta esperava-nos uma comissão de mandarins que nos introduziram no meio de um concerto atordoador de gongs, pífanos e descargas de foguetes. O pátio do templo achava-se esplendidamente preparado para o ato solene que íamos realizar e para o banquete que se lhe devia seguir. No fundo eleva-se um estrado, onde nos recebeu Li-hung-chang, e que suportava uma mesa à roda da qual tomávamos assento, depois das saudações e das mútuas felicitações dos plenipotenciários pela satisfatória conclusão da sua tarefa. Nas galerias agitava-se uma multidão de mandarins *de todos os botões*, ricamente vestidos e entre-tendo-se alegremente à custa, sem dúvida, da singularidade dos nossos uniformes. Por todos os lados elevavam-se hastes douradas suportando bandeiras e galhardetesvivamente coloridos, de que estava igualmente coberto o centro reservado para a mesa do banquete. Se se agregar a essas disposições a rica e florida ornamentação dessa mesa, as elegantes lanternas de jacarandá e seda suspensas entre as colunas, os vistosos

cartazes nela pendurados, o cintilar das armas dos soldados, pitorescamente vestidos de uniformes mistos europeus e chineses, e a animação desse público excêntrico, vestido de roupas de mil cores e formas e cuja prazenteira conversação produzia um estranho sussurro unindo-se ao *fru-fru* da seda, pode-se formar uma ideia, ainda que muito remota, do extraordinário e interessante quadro que oferecia à vista aquele recinto.

A um sinal do vice-rei soou o gong oficial, espécie de corneta de mando dos mandarins, e fez-se o silêncio. Então levantou-se solenemente Ma-kien-tchung para proceder à leitura do texto chinês do tratado. Era essa uma fastidiosa formalidade, introduzida antes por um pirrônico diplomata europeu que não queria acreditar na inutilidade da leitura em alta voz de um documento escrito em língua chinesa *escrita*. Vinguei, porém, o inútil suplício que causava a todos os ouvintes a demora dessa leitura e as contusões que produziam no nosso tímpano ocidental os guturais monossílabos repetidos com cadencial e cruel lentidão pelo amigo Ma, emitindo por minha vez as vozes bárbaras (para os chins) do longo texto português e deleitando-me nas pausas e nas inflexões de compridos advérbios, a ponto de hipnotizar a maior parte do auditório. Sofri, contudo, a decepção de ver em parte frustrados aqueles propósitos vingativos, pela segurança que nos deu o vice-rei de que a minha leitura tinha-lhe agradado sobremaneira, parecendo-lhe a nossa língua um mavioso canto. Em seguida firmaram os plenipotenciários os seis exemplares do tratado, dois em cada uma das línguas portuguesa, francesa e chinesa e foi-me confiado o desta que nos correspondia, contido em uma preciosa caixa forrada de rica seda amarela e fechada por um mimoso e estranho cadeado dourado.

A este ato solene seguiu-se a substancial ocupação a que se entregaram as quarenta pessoas que participavam do banquete. A mesa estava disposta à europeia e o *memú* confundia cordialmente as civilizações culinárias do ocidente e da China. Os convidados estrangeiros, entre os quais contavam-se alguns diplomatas e negociantes de Tien-tsin, tinham à sua disposição ricos talheres europeus. Essa sábia providência era devida ao gênio do amigo Ma, encarregado da organização do

festim, o qual procurara evitar aos comensais ocidentais as dificuldades tão graciosamente descritas por La Fontaine na sua fábula *A raposa e a cegonha*. O que não tinha, porém, tão habilmente previsto aquele amável mandarim era a dúvida que podia suscitar a colocação na mesa. Oferecia essa questão sérias dificuldades para resolvê-la de acordo com os propósitos conciliatórios que lhe ditava a sua educação mista chinesa e parisiense. Não se atrevia a ofender a suscetibilidade ocidental, adotando de todo o sistema chinês que atribui à esquerda o lugar de honra, nem lhe era possível, no próprio território da China, desprezar completamente os antigos costumes daquele império. Daí nasceu uma confusão na distribuição dos lugares que perturbou a digestão do representante de uma gloriosa potência europeia sentado ao meu lado. Em vez de dar condigno apreço aos ninhos de passarinhos e às espinhas de peixe assadas que nos serviam em fina porcelana, entretinha-se ele em verificar a ordem em que se achavam situados os outros convidados, empenhando-se em resolver se o sistema adotado era o chinês ou o europeu. Neste último caso achava-se satisfeito; mas perdia-se nessa difícil verificação. Apenas esboçava um sorriso de contento ao reconhecer que o meu amigo Liu (Botão de safira) ocupava uma cadeira segundo a classificação ocidental, substituía-o por uma contração de decepção ao convencer-se, no fim de detidos estudos hierárquicos, que havia-se designado ao diretor europeu da alfândega um lugar à moda chinesa. Pode-se calcular a confusão que produzia no espírito desse melindroso diplomata cada uma das suas contraditórias verificações e o mau humor em que o manteve a impossibilidade de resolver esse problema durante as três horas que durou o banquete. Nem sei que funestas consequências teria tido esse incidente para a paz internacional, frequentemente turbada por motivos de igual importância, se o pacífico Ma não o tivesse satisfatória e humildemente explicado depois.

Enquanto o meu vizinho entregava-se a essa amarga preocupação, entretinham-se em alegre colóquio os outros comensais chineses e ocidentais, valendo-se dos intérpretes distribuídos à roda da mesa. De vez em quando divertia-nos o vice-rei com alguma interessante informação

sobre os costumes chineses. Assim ensinou-nos o meio de impedir o jumento de zurrar: basta para isso atar-lhe a cauda às pernas de modo a não permitir que ela se eleve à posição horizontal que costuma assumir, quando aquele quadrúpede se entrega a tão ruidosa função. Contou-nos algumas anedotas que perdiam infelizmente, com a tradução, a maior parte da graça que podíamos entretanto reconhecer-lhes pela franca alegria que provocavam nos mandarins. No final do banquete, foi essa amena conversação substituída pelos cerimoniais discursos com que trocaram os plenipotenciários as suas felicitações e por numerosos e cordiais brindes, para os quais não ocultavam os chins o decidido agrado com que sacrificavam o seu antigo vinho de arroz ao *bárbaro* mas espumante champanhe, cujos calorosos vapores não tardaram em fazê-los tirar os leques do seu habitual lugar de descanso, atrás do pescoço entre a pele e a roupa, e a obrigá-los a limpar a miúdo o suor que lhes brotava nas faces, com os paninhos embebidos em água fervendo que passavam os criados¹²². Enfim, depois dos cogumelos cozidos, levantamo-nos da mesa e despedimo-nos do amável vice-rei e do seu séquito, para regressar à concessão acompanhados do mesmo aparatoso cortejo com que tínhamos vindo.

Não contém Tien-tsin nenhum edifício que mereça ser mencionado pela sua arquitetura; existem aí pagodas e templos cuja construção e ornamentação não diferem essencialmente dos que já descrevi. Um deles acha-se situado no próprio bairro de Su-tchu-lin e nele assisti a algumas das interessantes cerimônias da festa dos espíritos de que me ocupei no capítulo VI. O que chama, porém, a atenção do viajante são as obras do monumental canal que termina em Tien-tsin, depois de atravessar o império numa extensão de 1.400 quilômetros, com uma profundidade que chega em alguns pontos a 70 pés. Essa colossal obra foi executada no século VII da nossa era por um imperador da dinastia dos

122 – Alguns residentes estrangeiros têm adotado à sua satisfação esse antigo expediente chinês para combater o calor. É principalmente para o ativo serviço que exige essa contínua operação que os chins fazem-se acompanhar de criados próprios nas suas visitas durante a estação calmosa.

Tang e posteriormente estendida e melhorada pelos imperadores Ming. Em algumas partes do seu curso o nível do Grande canal eleva-se até 30 pés acima do terreno que atravessa, sendo contidas as suas águas por paredões de terra e cantaria de 100 pés de espessura. O seu leito está porém hoje obstruído em muitos lugares pelos desmoronamentos, só permitindo a incúria da administração que seja navegável nos troços cujos resistência natural não exige conservação. Em Tien-tsin ainda se pode admirar a energia e perseverança demonstradas nessa construção pelo inteligente trabalho chinês.

Ainda que seja Tien-tsin a cidade mais populosa do Petchili¹²³ e que nela resida durante grande parte do ano o vice-rei Li-hung-chang, a capital dessa província é Pao-ting-fu, cidade de 150.000 habitantes, situada a pouco mais de cem quilômetros de Tien-tsin e notável pela regularidade da sua construção. Ao norte e a igual distância acha-se a afamada capital do império, com os seus antigos templos e monumentos já tão minuciosamente descritos por outros viajantes, mas que segue em contínua decadência, tendo já descido a população contida no seu imenso perímetro de 40 quilômetros, dos dois ou três milhões que se costumava atribuir-lhe, às 500.000 almas que lhe fixam os últimos cálculos. Ao norte de Pequim estendem-se, em direção leste oeste e de um extremo ao outro do império, as portentosas construções da grande muralha que rivalizam em solidez e atrevimento de concepção com as do grande canal. Nos arredores dessa outrora opulenta capital celebrizada por Marco Polo elevam-se templos, palácios, túmulos imperiais e vastos jardins que ainda atestam, apesar do descuido da sua conservação, o antigo luxo e gosto artístico de passadas dinastias, produtoras de maravilhas talvez superiores a algumas das sete preconizadas pela história. Delas, a mais célebre e que oferece ainda, pelos seus vestígios, a prova da adiantada aplicação da arte chinesa às construções, é o infeliz palácio de verão Yuen-ming-yuen, barbaramente destruído pelos ingleses em 1860. Mas, já que não é dado aos viajantes da atualidade ver e narrar as sun-

123 – A sua população é, segundo o último recenseamento, de 920.000 almas.

tuosidades que encerrava aquele momento, seja-me permitido resumir em tradução a descrição que delas fez uma testemunha ocular do odioso atentado ali cometido por mãos civilizadas¹²⁴.

Seria preciso, para escrever todos os esplendores que se ofereceram à nossa vista, dissolver em ouro líquido uma amostra de todas as pedras preciosas conhecidas e molhar nessa tinta uma pena de brilhante, em cuja haste estivessem representadas as fantasias de algum poeta oriental, educado por fadas com cujos quiméricos tesouros costumasse brincar.

No fundo do primeiro pátio subia-se por três escadões de granito a uma sala imensa sem mais ornamento que algumas inscrições nas paredes e sem outra mobília que bancos de madeira com altos espaldares. Era essa a sala de espera dos súditos admitidos à augusta presença imperial. Atrás dessa sala estendia-se outro pátio guarnecido de vasos de velha porcelana de metro e meio de altura, em que estavam plantados numerosos arbustos anões e de formas estranhas. Por aí penetramos na sala de audiência que ocupava todo um lado de um corpo do edifício em forma de quadrilátero, em cujo recinto desenhava-se um vasto jardim com fontes e repuxos. Os dois lados do quadrilátero contíguos a essa primeira repartição também eram salas de audiência ou cerimônia e o quarto, que ficava em frente, era a sala do Trono.

Nas três primeiras começaram a desfilar diante dos nossos olhos riquezas inverossímeis. Ali acumularam os imperadores da China, como em soberbo museu ou antes armazém de esplendores, os produtos mais primorosos de não sei quantas gerações dos 400 milhões de entes humanos de que são os semideuses, todos os tributos em espécie, pagos pelos seus súditos, os presentes que o temor ou o entusiasmo arranca a ricos e pobres e os valores confiscados aos rebeldes reais ou supostos. Aí vimos as pedras finas e as preciosas telas trazidas pelos

124 – HERRISON Comte d'. *Journal d'un interprète en Chine*.

príncipes tributários e tudo quanto receberam vários imperadores em bibelôs, amostras e curiosidades de monarcas europeus ou de comerciantes pretendentes a algum privilégio mercantil. Tudo era aí conservado com igual respeito e cuidado, desde o reposteiro bordado de ouro e cravejado de pérolas, presenteado talvez pelo Grão-Turco, até a boneca que diz “papai” e “mamãe”, com que algum gaiato capitão marselhês pretendeu ofuscar o mandarim em chefe. E esses mil objetos heterogêneos iam passando dos já repletos aposentos imperiais para essas salas de proporções de catedrais, que ofereciam assim um espetáculo ao mesmo tempo extraordinário e deslumbrante; deslumbrante pela riqueza dos objetos e extraordinário pela sua quantidade e variedade. Mas, eis-nos diante da sala do Trono que se eleva isolada das outras sobre uma base de sete degraus. Seu telhado saliente e elegantemente encurvado para cima sustém-se sobre duas ordens de colunas de pau-ferro artisticamente esculpidas e que se assemelham, em proporções colossais, aos curiosos bambus ou marfins cinzelados que usamos na Europa para guardar tabaco. Nenhuma das cenas desenroladas em espiral em cada uma dessas colunas, como no cesariano momento da praça Vendôme, era igual às que ornavam as outras. Todas representavam assuntos da história nacional, alguma legenda, um romance célebre ou cenas mitológicas. Aquela contra a qual apoiei-me, única de que guardo a lembrança, retrava uma peregrinação do Deus do vinho, cujo crânio tinha as mesmas dimensões do resto do corpo. Ele seguia com ar pacífico, montado num búfalo e armado de um bastão torcido, um acidentado caminho que passava por precipícios, sítios encantadores, cavernas cheias de monstros que o espiavam, para chegar, no alto da espiral, a um esplêndido arco de triunfo rodeado de belas mulheres.

A superfície dessas colunas que não estava assim carvada [*sic*] achava-se coberta de um brilhante verniz e, sobre os capitéis, dragões imperiais torciam-se em todos os

sentidos, guardando nas suas garras escudos cobertos de pitorescos hieróglifos.

O telhado estava revestido de telhas amarelas envernizadas e as suas arestas e beiras de outras verdes não menos brilhantes. Nos seus quatro ângulos ostentavam-se imensos dragões de louça verde, produtos exímios da fábrica de Hang-tcheu, que pareciam querer subir até a cumeeira, contemplando-se dois a dois, com a goela aberta e os olhos saídos das órbitas. Enfim, sobre esse telhado dois monstros fabulosos de louça verde e preta arrastavam-se um em direção ao outro, elevando ao ar suas caudas de três metros, cujas finas extremidades serviam de flechas a esse edifício, dando-lhe uma aparência grandiosa e atrevida. Sob a deslumbrante ação dos raios do sol que dardejavam nessas superfícies de brilhante alegria, fazendo saltar faíscas das pálpebras dos monstros nelas erguidos e transformando em escuros antros as suas goelas escancaradas, elevava-se soberba e gloriosa, a agigantada e preciosa joia. Tudo era correto, tudo era nítido nessa obra prima da arte que, à noite, o céu parecia encerrar, como enorme estojo de azulado veludo.

Na entrada da sala do Thono [*si*] nenhuma porta fixa havia. Apenas era interceptada a vista do seu interior por uma imensa antepara de madeira trabalhada como renda, na qual confundiam-se em artísticas posições deuses, homens e animais. De cada lado dessa antepara havia uma estreita passagem.

Cinquenta metros de comprimento, vinte de largura e quinze de altura, tais eram as dimensões dessa sala, pouco mais ou menos iguais às de um dos nossos grandes templos. O trono fazia frente à entrada e elevava-se sobre um estrado de dez degraus. Consistia numa acumulação de colchões e almofadas de seda em um nicho de oito metros de largura, aberto na parede de madeira carvada [*si*], na forma dos coros das nossas antigas catedrais. Nas quatro paredes abriam-se, quase tocando-se, numerosas janelas guarnecidas de aparelhos de ventilação e de vene-

zianas que permitiam a renovação do ar e a intercepção dos raios solares. Quase nenhuma mobília havia; apenas atrás da antepara erguia-se um pequeno altar e à direita do trono uma cadeira e mesa sobre a qual ainda se via uma caixa de ouro com confeites, alguns pincéis para escrever, um pires com tinta de vermelhão e um papel em que estavam traçados alguns caracteres. Era a correspondência interrompida de Sua Majestade. Sobre o altar dois incensórios de jade e diversos pires de rica porcelana, destinados a conter as ofertas de flores e frutas que recebe o gênio protetor desse lugar.

De cada lado do trono abria-se uma porta que comunicava com pequenos gabinetes ou antes templos da arte. O da direita servia de passagem para os aposentos privados do imperador. As suas paredes, tetos, mesas, cadeiras, pedestais de estátuas, tudo era de ouro cravejado de pedras preciosas. Havia fileiras de ídolos de ouro maciço, trabalhados com tanto gosto que o seu valor artístico excedia de longe ao intrínseco. Ao pé da porta erguiam-se, sobre bases de jade, duas pagodas de ouro esmaltado da altura de um homem, com seus sete telhados sobrepostos, em que os sinos que costumam pender dos ângulos de alguns desses edifícios eram substituídos por pérolas da forma de pêra. Aí ainda confundiam-se, como que realizando um febril sonho de artístico joalheiro, os incensórios, candelabros, caixas de rapé e para outros usos, de ouro e guarnecidas de brilhantes e de miniaturas esmaltadas, e até riquíssimas e delicadas produções da relojoaria europeia.

O gabinete da esquerda era reservado para os objetos do uso diário do imperador: seu bule, suas xícaras e seus cachimbos de ouro com compridos tubos ornados de coral, de jade, de rubis, de safiras; seus colares de pérolas grossas como avelãs, que caem em três voltas sobre o peito, e as buzinas douradas, destinadas a fazer rolar a voz do Filho do Céu, como pequeno trovão, sobre os seus súditos prosternados. Renuncio a descrever a admiração com que penetramos,

nós os *barbaros*, dentro desses muros. Falávamos involuntariamente em voz baixa e andávamos sobre a ponta dos pés, vendo aí acumulada tal profusão dessa riqueza, para cuja posse lutam e morrem tantos humanos, e que o seu proprietário tinha abandonado na sua fuga, talvez com mais indiferença do que o honesto burguês que fecha a sua porta e deixa entregue a sua mobília de mogno aos azares da guerra. Parecia que tudo aquilo era para ele tão trivial, que nenhum esforço fizera para salvar tantos tesouros.

E por aí segue o elegante escritor descrevendo as iguais magnificências dos aposentos particulares do imperador, da Imperatriz e das concubinas, onde ostentava-se o mesmo inverossímil luxo, tanto na ornamentação como nos móveis e objetos abandonados. Imensas estantes elevavam-se até o teto, suportando primorosas caixas de antigo charão cheias de adereços, pulseiras e anéis de ouro guarnecidos de pérolas, jade e outras pedras finas. Algumas continham brilhantes e toda a sorte de pedras brutas destinadas à lapidação, que podiam-se tomar aos punhados. Em outras estantes descansavam esplêndidos serviços de porcelana, taças, vasos, bronzes, formando um verdadeiro bazar em que a maior parte dos objetos valiam contos de réis. Mais longe grandes armários guardavam as roupas, brocados, sedas e cetins ricamente lavrados, em quantidade suficiente para vestir as dez mil princesas das *Mil e uma noites*, e cuja delicada mão-de-obra teria merecido decerto, o próprio apreço do conhecedor califa de Bagdá.

E, saindo do suntuoso palácio, não era menor a opulência dos jardins, cujo perímetro de 14 quilômetros encerrava outras maravilhas não menos artísticas: palacetes isolados, templos, pavilhões, colunas, montanhas artificiais, grutas, lagos, rios, ilhas, bosques, labirintos, observatórios, quiosques, pagodas, pórticos, pirâmides, tudo grandioso, imponente, monumental, incrível! Ao pé de um morro levantavam-se as vastas construções da biblioteca, cuja sala principal media quarenta metros de comprimento e estava bordada até o teto de estantes carregadas de milhares de livros e manuscritos antigos, únicos, que deviam

ser pasto das chamas ateadas por aquela mesma raça que ainda chora o incêndio da biblioteca de Alexandria. Quanta preciosa informação para a reconstrução da história da humanidade terá desaparecido para sempre com os vetustos manuscritos que aí dormiam ignorados?

Mas, infelizmente, a eloquente pena do Conde d'Hérissou não se detém na primorosa descrição de tanta riqueza e arte. Ainda relata a sua bárbara destruição e a pilhagem, em que a soldadesca desenfreada, ébria de ouro e com a vista ofuscada pelo resplendor das pedrarias, nada mais respeitava, nem as ordens dos chefes, nem as belezas da arte. O cruel machado talhava sem piedade aquelas preciosas pagodas para facilitar o transporte do ouro em pedaços; uns levavam no bolso cabeças esculpidas de ídolos horivelmente mutilados; outros deixavam desbordar do boné militar o montão de rubis, safiras, pérolas, que iam apressadamente ocultar à cobiça dos companheiros, até no fundo da alma dos canhões, ou rompiam sem dó ricos móveis, para arrancar enormes brilhantes neles incrustados. De vez em quando o crepitar do fogo e o clarão das chamas afugentavam os menos ousados, fazendo-lhes abandonar, no meio de infernal tumulto, os preciosos despojos que alguns mais encarniçados não duvidavam reconquistar com risco da vida. Deve ter sido pavorosa, barbaramente imponente essa cena única na história contemporânea, digna de eterna recordação para vergonha dos seus mandatários, em que dez mil civilizados atropelavam, destruíam, roubavam, queimavam em nome da culta Europa, por ordem da orgulhosa Inglaterra!¹²⁵

Mas basta o escrito; não mais quero dilacerar o coração do artista, nem é lícito a um escritor ocidental agravar com outros detalhes a triste lembrança de um atentado cometido, à face do mundo civilizado, por um dos membros da grande família europeia, da qual também faz parte o povo brasileiro, embora sempre magnânimo e clemente na paz como na guerra! Seja reservado aos imorredouros anais do império chinês consigná-los para o estigma da posteridade!

125 – Já em outra parte desta obra referi que a pilhagem do palácio de verão resolvida pelos ingleses apesar da oposição e do protesto dos chefes franceses. É verdade que depois de iniciado esse bárbaro ato também nele tomaram parte os soldados franceses. Mas, como contê-los diante do irresistível espetáculo que ofereciam tão inverossímeis tesouros?

CAPÍTULO X

RAÇAS, CARÁTER E COSTUMES

Mongóis ou chins – Miao-tse – Punti, Hakka, Hiaolo e Tankia –
Opiniões de Huc e Rémusat – Outra vez a “Piedade filial” – O poder
paterno – Castigo de um mandarim – Os chefes de tribos –
Uma responsabilidade incômoda – Uma vingança singular –
Abnegação de conspiradores – Vícios chineses – Critérios opostos –
Hábitos *yankees* – Os *smartmen* – A pele de Fierpépin – Curiosos *contrários*
– No trono da imparcialidade – Opiniões antigas – As queixas dos chins
– Partidos da guerra e da paz – História de um cavalo cego – Uma
lembrança de Christie – Um mandarim calmo e um diplomata eloquente
– Mabile e Montecarlo – Jogadores em consciência – O sensualismo
chinês e a *Pall Mall Gazette* – O casamento e suas cerimônias –
Opiniões de Demócrito e Diógenes – Féretros confortáveis – As três
almas – O corretor de almas – As choronas – Exatidão chinesa – Lorde
Chesterfield e a “camelote” – O operário chinês – Um caixa exato –
Os fósforos de Jonkoping – Um general fornecedor – Polidez chinesa –
Os *grevistas* – Uma lição proveitosa.

Não são poucos os escritores que classificam os habitantes da China como pertencentes à raça mongólica. Essa é, mesmo, a opinião mais vulgarizada e de que os adversários da imigração chinesa no Brasil não duvidam tirar partido, acenando ao patriotismo o perigo da nossa futura mongolização.

Não sei, realmente, qual seja a origem de tão crasso erro; talvez a casualidade de ter Marco Polo visitado a China e dado as primeiras notícias circunstanciadas daquele império justamente na curta época em que achava-se ele submetido aos descendentes mongóis de Gengis Khan. Mas poderia-se assim, com tanto fundamento, atribuir igual origem aos atuais habitantes da Europa oriental, até onde alcançou o domínio daqueles célebres conquistadores. Não encontro, na verdade, outra explicação para tal confusão, pois nem na aparência física nem no caráter e nos costumes assemelham-se os chins aos mongóis. Estes são de conformação mais robusta, de ombros quadrados e pescoço curto, o que os franceses chamam *trapu*, provavelmente por fazerem pouco exercício

a pé, passando, à maneira dos gaúchos, quase toda a vida a cavalo. Os chins são, ao contrário, bem formados e esguios. Não têm tampouco os mongóis os olhos oblíquos e a escassez de barbas que caracterizam a raça chinesa. Além de tão notáveis distintivos físicos, distanciam-se ainda as duas raças pela diversidade de caráter e costumes próprios de povos nômades e pastores uns e sedentários e agricultores os outros.

Mas, nem os mongóis nem os manchus, cujo tipo aproxima-se mais do chinês, interessam ao estudo que faz o objeto deste capítulo. Tratarei pois da raça chinesa.

Pondo de parte as conjecturas antropológicas que fazem descender os chins de um neto de Noé e filho de Jafé, e só remontando às antigas tradições daquele império, verifica-se que tiveram eles por berço a região situada ao nordeste do Rio Amarelo, donde desceram há mais de quatro mil anos para povoar as dezoito províncias, desalojando os antigos habitantes e enxotando-os pouco a pouco para as alcantiladas montanhas do sudoeste. Aí, nos limites das províncias de Kuei-tcheu e Kuang-si mantêm-se ainda hoje quase independentes os restos dessas tribos aborígenes, conhecidas pelo nome geral de *Miao-tse*, e cuja aparência física tem mais do tipo cochinchinês do que do chinês.

Os Miao-tse formam a única exceção de consideração à homogeneidade histórica da raça que povoa a China. E digo histórica porque, se bem atribui-se aos chins a origem indicada, dá-se naquele império um fato pouco comum nas sociedades políticas em que se divide o mundo, e é que os habitantes das suas províncias oferecem tipos tão diversos como os que distinguem os povos, embora da mesma origem, que ocupam o continente europeu. Se se começar pelo norte, encontra-se mais robustez, barba mais fornida, tez clara e mesmo alguns olhos azuis ou cabelos louros que contrastam com o título de *raça de cabelos pretos* de que tanto se ufanam os chins. À medida que se desce para o sul a aparência dos habitantes vai sofrendo sensíveis modificações, a tez escurece e as formas adelgaçam-se.

Não é difícil conjecturar o motivo dessas diferenças numa população pertencente à mesma raça; a diversidade das latitudes, da

topografia do solo e das ocupações a que se dedicam os habitantes de cada região as explicam suficientemente e são causas que produzem os mesmos efeitos em muitos países ocidentais. Mas, na China, ainda acrescem motivos especiais para distanciar o aspecto físico, o caráter e os costumes dos habitantes de províncias limítrofes ou mesmo de diversos distritos de uma só. A quase autonomia com que funciona, na prática, a administração das províncias ou das suas subdivisões; os hábitos sedentários da densa população que nem um instante pode furtar às ocupações de que tira difícil subsistência; a semelhança dos produtos agrícolas e industriais, que torna insignificante entre regiões vizinhas o movimento comercial, fator principal da fusão dos povos e aliás entregue na China, por antigos costumes, a uma casta especial e relativamente reduzida¹²⁶; e, finalmente, o apego ao solo natal imposto pelo tradicional culto dos antepassados, são poderosas razões para que povos da mesma origem se isolem pouco a pouco, transformando-se, de acordo com o meio especial em que cada um vive, para formarem raças bastante distintas pelo tipo, pelo caráter, pelos costumes e dialetos.

Assim, tomando como exemplo a província de Cantão, onde os estudos etnográficos dos missionários protestantes encontram mais tempo e comodidades para desenvolver-se, verifica-se a existência aí de quatro aglomerações de população, cujos traços especiais tornaram necessário distinguir pelas denominações de Punti, Hakka, Hiaolo e Tankia.

Os Punti formam o grosso da população do Kuang-tung e do Kuang-si; falam o dialeto conhecido pelo nome de cantonês e tido como o mais culto da China e consideram-se os primeiros povoadores de raça chinesa do sul do império, desprezando, como tais, os outros habitantes daquelas províncias. Altos, bem formados, de tez clara e porte altivo, só se entregam aos fáceis trabalhos agrícolas das planícies, à indústria e ao comércio. São talvez os mais inteligentes

126 – Não me refiro ao grande desenvolvimento que obtive o comércio estrangeiro há apenas 40 anos, mas cujos efeitos na transformação das raças ainda exigem um século ou mais para fazerem-se sentir.

habitantes do império e muito vivos e maliciosos com os estrangeiros que detestam, devendo-se ao antigo contato dos europeus com os dessa raça, que povoam quase exclusivamente Cantão e outras cidades marítimas do sul da China, a reputação de falsidade que tão injustamente se estendeu a todos os chins. Os Punti são notáveis pelo fanatismo político devido ao seu orgulho de raça e à sua superioridade intelectual; formam, por assim dizer, a *raça latina* da China, em oposição aos Hakka, mais energéticos e práticos e que poderíamos chamar *os saxonios* daquelas antípodas regiões. Entre os Punti originaram-se tanto a célebre revolta dos Ta-ping como as guerras estrangeiras de 1840 e 1857. Mas os seus hábitos efeminados e o vício do ópio, de que mais abusam do que os outros chins, só lhes permitem rompantes efêmeros, verdadeiro fogo de palha, o que os povos do norte da Europa chamam, por malícia, entusiasmo meridional. Assim foi que logo ao princípio abandonaram aquele movimento revolucionário e cederam facilmente aos ingleses desde que reconheceram a sua superioridade.

De tipo oposto são os Hak-ka, que ocupam o vasto território montanhoso situado entre as três províncias limítrofes de Kuang-tung, Kiang-si e Fokien, e se podem equiparar, em relação aos seus tradicionais inimigos, os Punti, aos montanheses da Escócia (*Highlanders*), em relação aos moradores dos vales (*Low-landers*).

De tez queimada pelo sol, robusta e também inteligente, não padece a numerosa raça dos Hak-ka dos defeitos que acabei de notar nos Punti. São de caráter independente e chegam a julgar-se oriundos de uma raça superior à chinesa, tendo sido, os que ocupam grande parte da província de Fo-kien, os últimos chins que submeteram-se à dominação manchu. Ao ódio dos Hak-ka por esta raça conquistadora deve-se a sua decidida participação na citada revolta dos Ta-ping, em que a coragem daqueles montanheses teria decerto concluído por derrocar a dinastia manchu, se a intervenção estrangeira não tivesse reanimado as já destroçadas legiões imperiais. Também foi por causa da sua animosidade contra os demais chins e o governo a que estão

submetidos, que os franceses e ingleses, conseguiram na guerra de 1860, a valiosa cooperação de *coolies* dessa raça, de que citei notáveis exemplos no capítulo precedente.

Ainda que não deixem os Hak-ka de praticar o culto dos mortos que impõe como regra geral a permanência no solo natal, as difíceis condições do seu território, já estreito para o prodigioso incremento que tem tido a população, obrigam o seu espraio pelas regiões limítrofes, donde vão pouco a pouco desalojando os seus fracos inimigos, os Punti. J. Thomson¹²⁷, que visitou aquele território e estudou os costumes dos seus habitantes, relata os meios de que se valem para essas migrações e que demonstram o espírito empreendedor dessa raça. Um resumo da sua narração servirá para ampliar as informações que obtive sobre os Hak-ka.¹²⁸

Desde que escasseia o terreno de alguns dos distritos de que, a custo, retiram a sua manutenção aqueles diligentes agricultores, despacham dois dos mais inteligentes para algum dos lugares cobiçados. Aí contratam-se como trabalhadores com o fim de estudarem a localidade e ajuntarem algum dinheiro e, assim que conseguem esses dois objetos, tomam de arrendamento por preço ínfimo um extenso pedaço de terra abandonado pelos Punti por causa das suas más condições ou por achar-se exposto às tropelias dos salteadores, a cujo respeito se impõem os novos colonos pela reputação de bravura de que gozam os da sua raça. Depois de aí instalados, vão pouco a pouco chamando seus parentes e amigos e, em breve, aquele terreno inculto transforma-se em um rico centro agrícola, com grande desgosto e inveja dos Punti que tratam, porém já tarde, de criar-lhes embaraços. Os proprietários pretendem subir o preço de arrendamento e recorrem à influência dos mandarins; mas, os cargos inferiores e mais trabalhosos da administração estão geralmente ocupados nas províncias do sul pelos Hak-ka; a atitude enérgica dos colonos, por um lado, e a proteção que obtêm dos companheiros, por outro, acabam por obrigar os proprietários e

127 – THOMSON, J.. *Ten years of travels in China and Indochina*.

128 – A gravura à página 245 oferece o tipo geral dos agricultores Hak-ka.

Punti a resignarem-se ao próspero crescimento de uma aldeia rival no centro do seu território.

Esse procedimento não se limita à emigração dos Hak-ka para as regiões vizinhas da que ocupam. Pelo mesmo sistema chegaram a fundar importantes centros de população na ilha Formosa, Conchin-china, em Java, Bornéu, nas Filipinas, na Austrália e até foram os que maior contingente prestaram à emigração para a Califórnia. O seu caráter independente e o espírito de prudente desconfiança, próprio de habitantes de montanhas, não lhes permitiram, porém, ceder às tentações dos agentes da emigração por contrato para Cuba e o Peru. Apenas para este último país e para o Chile deixaram-se seduzir alguns pelos benefícios do trabalho das minas em que excelam. Mas, no capítulo seguinte ainda terei ocasião de referir-me ao trabalho dos Hak-ka nos países para onde emigraram; tratarei agora das raças distinguidas pelos nomes de Hiaolo e Tankia.

Os Hiaolo, Hiolo, Hoklo ou Hian-ho, como os chamam diversos autores europeus, atribuindo-lhes, provavelmente, os nomes com que são conhecidos em diversas províncias, ocupam os terrenos baixos e as ilhas vizinhas da costa do Fokien e do Kuang-tung e parecem descender do cruzamento dos primeiros colonos chineses com os aborígenes da província de Fokien, que ainda se encontram em estado selvagem na ilha Formosa. À raça dos Hiaolo pertenciam os piratas que tanto trabalho deram a chins e europeus e são eles os que povoam essas cidades aquáticas do sul da China que já descrevi. O desprezo em que são tidos pelos Punti e Hak-ka afasta-os das ocupações nobres e dos concursos literários, permitindo-lhes raras vezes a pouca energia moral que resulta da sua miserável existência invocar, a esse respeito, os direitos que as leis do império concedem igualmente a todos os seus súditos. Em compensação formam os Hiaolo a paciente população de carregadores de cadeirinhas e fardos, de pedreiros e construtores de estradas e canais, de marinheiros, catraieiros e pescadores, cujo prodígio de resistência ao insano trabalho e às mais duras privações tão poderoso contingente presta ao equilíbrio econômico daquela

sociedade. Alimentando-se quase exclusivamente de chá, peixe e arroz, só se dedicam à agricultura para arrancar às areias do litoral ingratas colheitas deste cereal. Foram, entretanto, essa raça e a dos Tankia, que se lhe assemelha pelos costumes, as que maior número de braços forneceram à emigração para o Peru, Cuba e outros países da América e África.

Descendentes do cruzamento de Miao-tse e chins e por tal motivo considerados vis, ainda mais miseravelmente vivem os Tankia, encravados no meio da orgulhosa população Punti, no apertado território pantanoso e insalubre que lhes foi designado no delta formado na foz do rio das Pérolas. Foi esse tipo de chin faminto, andrajoso e cheio de vícios que encheu os barracões de Macau no tempo do tráfico amarelo.

Ainda poderia estender-se este estudo de raças a outras regiões da China, mas a parte desse império de que me ocupei é a que mais interesse oferece para a questão que tenho em vista, por ser aquela donde, por ora, mais emigram os chins. Entretanto, para corroborar as minhas informações com um testemunho respeitável e, ao menos neste ponto imparcial, não será ociosa a seguinte tradução do que escreveu a respeito da diversidade dos costumes da população chinesa o Padre Huc, que permaneceu longos anos naquele império e percorreu-o várias vezes de um extremo a outro. Referindo-se a sua passagem da província de Se-tchuen para a de Hu-pé, assim se expressa aquele missionário:

Na verdade os nossos Setchuenenses (os da escolta) acharam-se desorientados desde que mudaram de província. Via-se que não estavam iniciados nos costumes dos países que atravessávamos. Os habitantes zombavam deles procurando extorquir-lhes sapecas; nós mesmos, oriundos de terras situadas além dos mares ocidentais, nos encontrávamos, talvez, menos estrangeiros na China do que os filhos de outra província habituados a viajar.

Tem-se na Europa ideias bem falsas sobre a China e os chins. Atribui-se àquele império uma notável e imponente unidade, como se se tratasse de um povo homogêneo, ao ponto de supor-se que conhecer um chin é conhecê-los todos e que, depois de ter visitado alguma cidade chinesa, pode-se dissertar desassombradamente sobre todas as coisas daquele vasto país. Tal persuasão é entretanto muito errônea. Há, na verdade, certo fundo que se encontra em toda a parte, que constitui o tipo chinês e pode-se reconhecer na semelhança da fisionomia, na língua, nos costumes, nas ideias, nos trajés e em alguns preconceitos nacionais; mas, em tudo isso há diferenças tão sensíveis que é fácil verificar quando se lida com homens do norte, do sul, de leste, ou oeste. Mesmo nas províncias limítrofes não se tarda a sentir essas modificações; o dialeto transforma-se insensivelmente até chegar a ser ininteligível, a forma da roupa altera-se suficientemente para ser fácil distinguir um pequinense de um cantonês. Cada província tem costumes próprios etc.

E continua especificando alguns desses costumes.

Em apoio das suas observações, também transcreve o Padre Huc as seguintes frases do célebre orientalista Abel de Remusat:

Confunde-se os traços intelectuais e as fisionomias morais e, dessa mistura resulta um composto imaginário, uma verdadeira criação da razão, que a nada se parece, que se exalta ou critica sem motivo, ao acaso. Dá-se-lhe o nome de Asiático ou Oriental (ou Chin) e isso dispensa de estudá-lo mais detidamente, o que é uma faculdade preciosa assegurada pelas denominações genéricas aos que pouco caso fazem das ideias exatas e que, para julgarem das coisas, não se preocupam de aprofundá-las. Se, ao contrário, se tratasse de observá-las de mais perto, se reconheceria a própria ignorância e a prodigiosa diversidade que encerram, sob mil diferentes aspectos, os povos que se costuma reunir em comum indiferentismo, ou, falando mais claro, em universal ignorância.



Tipos de habitantes da China
(manchu, mongol, punti, hak-ka, hiaolo e tankia)

A alguns chinófbos ofereço essas carapuças da parte do Padre Huc e do sábio Rémusat.

Mas, se as inclinações de cada um dos tipos em que se divide a raça chinesa a separação em grupos distintos, nem por isso deixam de substituir em todos eles traços característicos e costumes comuns. Deles passo a ocupar-me, deixando ao leitor, já informado da índole especial de cada um daqueles grupos do sul da China, o cuidado de atribuir-lhes mais ou menos participação nos hábitos tradicionais que constituem a base da organização moral e material do povo chinês.

Já fiz referência em outra parte deste livro ao sentimento que os chins chamam “piedade filial”, mas que abarca todas as funções da sua vida política e social. De conformidade com esse princípio virtuoso todo o vasto império forma uma única família da qual é pai o imperador, considerando-se portanto todos os chins como irmãos. Daí nasce a teoria da fraternidade e igualdade puras em que se fundam as instituições chinesas. Se, porém, já está relaxada, na ordem política, a prática daquele sentimento, que reduz-se geralmente nela à observância das

formalidades impostas por um rigoroso cerimonial, outro tanto não sucede nas relações familiares e sociais. Dentro da sua casa é senhor supremo e absoluto o chefe da família, aí desaparecem ao mesmo tempo todos os direitos e responsabilidades dos seus membros. Embora chegados à avançada idade, os filhos ou irmãos mais moços, os tios e a própria mãe, todos devem respeito e cega obediência àquele que também é, no lar doméstico, Filho do Céu e seu direto representante; e nenhum recurso há contra as suas resoluções por injustas e arbitrárias que sejam. Desde a mais tenra idade aprendem as crianças da boca materna e na escola as invariáveis regras dos deveres familiares. Assim habilitam-se, quando ainda mal podem suportar-se sobre os pequenos pés, a fazer ao pai, pela manhã e à noite, as continências impostas pelos ritos, correspondentes ao respeitável uso ocidental da benção, já quase desaparecido com as ideias da civilização moderníssima. Também na presença do chefe da família só se sentam os outros ou acendem o cachimbo depois de pedirem humildemente vênias; nem se atreveria qualquer a apresentar-se diante do seu superior com o rabicho comodamente enrolado como chinó; apressa-se, ao contrário, a fazê-lo respeitosa e cair em toda a sua extensão natural ou postiça. Essas demonstrações de respeito, que ocupariam extensas páginas para serem referidas em detalhe e com todas as graduações determinadas pela hierarquia especial de cada um, não se limitam às relações entre os membros da família e o seu chefe. Os parentes entre si e os próprios estranhos submetem-se a regras fixas no seu trato comum, as quais, não sendo impostas pelo respeito da superioridade ou maior idade, obedecem à consideração mútua que se devem todos. A diferença de posição social não forma, em regra geral, exceção a essa norma de conduta, principalmente se o inferior for mais velho. Uma infração a esse costume chegou a produzir a expulsão do governador de uma cidade, o qual, transitando na sua cadeirinha, viu interrompida a sua marcha por um velho *coolie*, cujos débeis passos não permitiam sair a tempo do caminho. Irritado o mandarim por tal contrariedade, mandou-o fustigar ali mesmo; mas o povo não perdoou esse crime

contra a “piedade filial” e, verificando-se de mais a mais que aquele *coolie* já contava 70 anos de vida, idade em que o homem volta a gozar da irresponsabilidade da infância, não teve o cruel governador outro remédio senão sair imediatamente da cidade. Apesar de ser manchú, foram baldados os esforços que fez esse mandarim para recuperar o favor imperial, para sempre perdido por tão estúpido ato.

Se por essa forma tão facilmente cede o governo chinês à imposição popular, quando se trata de ofensas à “piedade filial”, é que dessa tradicional virtude tira ele grande partido para a conservação da ordem geral. A união das famílias aparentadas forma espécies de tribos (*clãs*) que reconhecem chefes¹²⁹, aos quais consegue facilmente a autoridade impor a sua influência em benefício da administração. Pode-se assim dizer que, em vez de dirigir 400 milhões de indivíduos, só tem, na realidade, que haver-se o governo chinês com alguns milheiros desses chefes, que respondem pelos outros; o que explica, talvez, o mistério da união daquela imensa nação.

Em algumas das colônias inglesas que receberam imigrantes chineses também adotou-se, com reconhecida vantagem, o sistema de prestar apoio à autoridade dos chefes de família e de animar a prática da “piedade filial” no que toca às relações dos chins entre si. Isso não só lisonjeia o seu amor próprio como permite governá-los sem ofensa da sua suscetibilidade nacional. Em uma aldeia chinesa assim organizada na Guiana Inglesa verificou-se, depois de dois anos da sua existência, que nem uma só vez tinha tido de intervir a justiça inglesa para julgar crimes ou contestações entre chins. Os seus anciões bastavam para manter a ordem e dirigir aquela aldeia na sua marcha próspera.

Em oposição, porém, às vantagens que procuram aos chefes de família o poder e as prerrogativas de que gozam, está a responsabilidade total ou parcial que lhes toca pelos atos cometidos nas suas casas ou pelos seus subordinados. É assim que são até castigados os pais pela má conduta das filhas, ainda depois de casadas, e responsabilizados, mesmo,

129 – Deles são tirados os “Notáveis” de que tratei no capítulo VIII.

os padrões de estabelecimentos comerciais e industriais, quando algum dos seus empregados sofre uma morte violenta, até que se faça à luz sobre o crime ou acidente.

Esses extravagantes costumes, que mantêm entretanto a disciplina daquele povo, dão ainda lugar a uma prática que pinta outro traço do seu caráter. Refiro-me à retaliação por meio de suicídio, espécie de duelo mais estóico do que os espetáculos desse gênero, quase sempre ridículos os absurdos pelos seus motivos e resultados, que oferecem com frequência as sociedades mais cultas do ocidente.

Ainda que alcançar uma vulnerável senectude seja o que mais se deseja e inveja na China, a morte não é ali temida como entre nós, sempre que se lhe possa seguir o respeito da memória e dos restos. Ora, o sacrifício da própria vida, em benefício da família ou por motivos considerados honrosos, é talvez o mais valioso título para a obtenção daquelas ambicionadas vantagens póstumas. Se, por um lado, nenhum apreço dão os chins às glórias militares e, por conseguinte, às guerras, consideradas absurdas e bárbaras por aquele pacífico povo, não sucede o mesmo quando a perda da vida resulta da satisfação de uma aspiração nobre, de uma vingança, segundo eles, legítima. Assim, quando alguém sofre uma injustiça considerável, para cuja reparação tenha esgotado inutilmente todos os meios ordinários, não é raro que acabe por lançar mão do expediente reparador e vingativo de suicidar-se dentro da propriedade do seu opressor. Os parentes do suicida, prevenidos por uma carta por ele deixada, acodem imediatamente ao tribunal e acusam de homicídio o inimigo do defunto, enquanto outros, com os seus clamores, atraem o povo ao lugar do suposto crime, a fim de impedir que o cadáver seja atirado ao rio ou desapareça por outra forma. Se o acusado escapa à pena de morte, em atenção à sua elevada categoria e a custo de uma forte indenização à família, não se exime em nenhum caso das mil vexações dos processos chineses e nem lhe pode valer a proteção oficial, pois está em jogo a “piedade filial”, e a abnegação do suicida encontra sempre geral simpatia.

Alguns missionários que estudaram esse singular costume acharam nele a explicação da falta de caridade para os moribundos. Não me

lembro qual desses padres assegura ter visto pertinazmente repellido de porta em porta um velho decrépito e com todos os sintomas da morte, que teve afinal de deixar-se no meio da rua e exalar à intempérie o último suspiro. Nas imediações de Cantão existia ainda há alguns anos um lugar apropriado, de domínio público, onde os indigentes que sentiam a aproximação da morte encontravam um último abrigo e socorros, e até o féretro que devia conter os seus restos, para ao seu lado passarem à melhor visa sem incomodar o próximo¹³⁰.



Cemitério de vivos em Cantão

Encontro todo fundamento no que dizem os missionários, mas creio que a esse inconveniente para o exercício da caridade podem-se opor as importantes vantagens que oferece aquela prática para a moralidade geral, principalmente entre os que não possam valer-se do prestígio de altas posições nem disponham de recursos de fortuna para pagar as quantiosas indenizações com que só poderiam evitar as fatais consequências de uma vingança por meio do suicídio. Quantas injustas demandas,

130 – Esses cemitérios de vivos estão hoje substituídos por vastos e cômodos hospícios, fundados em quase todas as grandes cidades pelos missionários católicos e protegidos pelo governo chinês.

quantas arbitrariedades não se poupam aí com a simples ameaça de aparecer um dia colgado em alguma árvore da horta do vizinho? Não duvido que esse antigo costume chinês pudesse ser proveitosamente adotado entre nós, a par daquele galo tabelião a que antes me referi.

Mas não são só os que desse modo sacrificam a vida os que levam ao túmulo a satisfação de deixar um nome glorioso e o exemplo de um ato de sublime virtude que figurará nos anais da família e será contado à infância com respeitosa emoção. Ainda há outra classe de sacrifícios que obtém maior apreço daqueles que sonham com a restauração de uma dinastia chinesa no trono dos Ming. Refiro-me aos sacrifícios impostos pelos estatutos das sociedades secretas, quando são surpreendidas em alguns dos trabalhos com que preparam há dois séculos, com calma e paciência verdadeiramente chinesas, o derrocamento da usurpação manchú.

Já tem o leitor conhecimento da existência, na China, de associações cujos fins são, ora de simples proteção mútua, como as nossas lojas maçônicas ou confrarias religiosas, ora revolucionários, como a Internacional ou o Nihilismo. À maneira do que passa nestas últimas sociedades, quando se conspira tira-se à sorte ou aproveita-se a abnegação de alguns fanáticos, para as empresas arriscadas e, se os seus manejos são descobertos, suportam eles estoicamente os mais dolorosos tormentos, sem nunca denunciarem os cúmplices da conspiração. Há, porém, casos em que a dedicação dos sectários é levada mais longe. Suponha-se, por exemplo, que durante a ausência de algum alto funcionário chinês, o seu substituto encontre entre os seus papéis um documento que revele a sua afiliação a Sin-tcha-kiao (Doutrina do Chá puro) ou à San-ho-huy (Sociedade dos Três-unidos); é preciso salvar a todo transe esse mandarim, cuja posição oficial e influência são preciosos auxiliares para a causa da associação. Não faltará, porém, entre os seus subalternos ou criados, algum afiliado cuja vida não seja tão indispensável. Este recebe imediatamente ordem de sacrificar-se e instruções sobre a forma por que deve proceder, as quais segue à risca, conduzindo-se de modo a tornar-se suspeito, fazendo meias confidências e fingindo-se satisfeito da má sorte do mandarim. Tal conduta não tarda a chamar a atenção das

autoridades que o mandam prender supondo-o cúmplice. Pelo seu lado o funcionário acusado não cessa de proclamar a sua lealdade, atribuindo a presença daquele documento entre os seus papéis a uma vil vingança daquele subalterno e pedindo que o submetam à tortura, o que, sendo apoiado por outros sectários igualmente possuídos de fingida indignação, é concedido. A pobre vítima do fanatismo político começa por suportar os primeiros tormentos, mas não tarda a desanimar, já não pode resistir a cruéis dores e acaba por confessar que tudo aquilo foi uma vingança por supostas ofensas recebidas do mandarim. Este não escasseia as suas exigências para a prolongação e exageração dos tormentos, a fim de que se desvançam as mais leves suspeitas da sua infidelidade às instituições.

Tais comédias são por vezes descobertas, mas representam-se, geralmente, com tal cunho de verdade e as sociedades secretas dispõem de um tão variado repertório desses ardis, que é raro o sacrifício dos numerosos chefes que elas entretêm nos altos cargos da administração. Em quase todos os processos dessa ordem os vitimados são indivíduos das classes inferiores.

Em alguns casos, quando isso é possível, a sociedade protege com os meios de que dispõe as vítimas expiatórias que designou. Os carrascos encontram expedientes para diminuir os sofrimentos dos torturados, os quais não deixam por isso de exagerar as suas demonstrações de dor; os próprios juízes, sempre fingindo o mais escrupuloso zelo no rigoroso exercício das suas atribuições, conseguem frequentemente salvar a vida dos seus irmãos de seita.

O fim a que caminham lentamente as sociedades secretas não as priva de reconhecer certos princípios de moral, tanto nas relações dos sócios entre si como nas da vida comum. As suas regras recomendam a prática das virtudes e castigam com duras penas as infrações aos preceitos gerais de moral. Uma delas impõe aos sectários a obrigação de submeterem-se ao tribunal da sociedade quando cometem alguma falta contra qualquer pessoa, afiliada ou não. Outra proíbe proteger os próprios companheiros contra a ação da justiça ordinária, sempre

que se trate de crimes comuns, que nenhuma relação tenham com os fins da sociedade. Há penas atrozes que acabam pela morte para os traidores ou para aqueles que não se sujeitam boamente aos sacrifícios abnegados que citei; o que os explica suficientemente, pois mais esperanças têm essas vítimas de escapar aos efeitos da justiça legal do que à terrível vingança da sociedade. Também há castigos para os que denunciam os crimes comuns de outros sectários aos tribunais ordinários, em vez de fazê-lo aos da sociedade. Assim se compreende a escassez de processos tramitados diante da justiça oficial, decidindo-se a maior parte das contestações pelos conselhos dos anciões ou pelos julgamentos especiais das numerosas associações políticas ou não a que pertencem quase todos os súditos do império.

Alguns viajantes, desses que passam em balão pela China e só buscam nas suas ligeiras observações motivos para divertir o público, não duvidaram atribuir aos chins vícios especiais, vícios propriamente chineses, fornecendo inconscientemente (faço-lhes essa justiça) poderosas armas aos adversários daquela raça e iludindo, até, os seus próprios amigos com levianas informações.¹³¹

Começam esses viajantes e os escritores que lhes fazem eco por mostrarem-se completamente ignorantes daquelas distinções entre os diferentes grupos da raça chinesa a que me referi; entre os habitantes das *concessões* estrangeiras, por exemplo, e os do interior da China, e nem chega o seu estudo do caráter geral daquele povo à verificação da singular oposição que, a muitos respeito, oferece o seu modo de ser e de pensar com relação ao nosso.

Os que aproveitam, porém, as suas viagens para observar com cuidado e imparcialidade os caracteres das distintas frações que compõem a humanidade, não cometem, decerto, o erro de condenar à primeira vista aquilo que ofende ideias próprias, mas pode encontrar razoável explicação no critério de outros. No nosso próprio continente

131 – O próprio sr. Salvador de Mendonça, ilustre autor de importantes trabalhos em favor da imigração chinesa no Brasil, chegou a ser enganado, na sua boa-fé, aceitando como reais e procurando apenas atenuar esses vícios chineses.

temos exemplos desta asserção. Ninguém ignora a existência de hábitos sociais norte-americanos que, segundo as nossas ideias e educação, são simplesmente escandalosos. Qual o pai de família que, entre nós, permitiria às suas filhas moças irem viajar dias inteiros na única companhia de rapazes quase desconhecidos? É entretanto esse um fato muito comum nos Estados Unidos, devendo dizer, em abono da moralidade daquele povo, que são raríssimas as suas más consequências. Não sei, porém, se é possível explicar favoravelmente outro conceito que me surpreendeu durante a minha residência naquela República, e é que nenhuma responsabilidade moral ou material recai, em regra geral, sobre o indivíduo que consegue, de um dia para outro, fazer-se dono de avultados cabedais, ainda que use para isso de meios de duvidosa legitimidade, contanto que tome as convenientes precauções para pôr-se a coberto da letra estrita da lei. Esses *felizardos* chegam a receber cordiais parabéns dos que invejam a sua habilidade e os chamam com amável sorriso *Smartmen*¹³². Confesso o meu desacordo com os economistas que atribuem a prosperidade dos Estados-Unidos ao movimento de capitais produzido por tais prestidigitações, que não se apartam muito de outros milagres, só avantajados pelo da multiplicação dos pães, efetuados no extremo oposto da América por sujeitos que, apenas disponho de uma dezena de mil pesos de renda anual, ajuntam em menos de um lustro alguns milhões de economias.

Por mais extraordinários, porém, que nos pareçam aqueles e outros costumes estrangeiros, nunca é permitido ao homem sincero julgá-los definitivamente, sem buscar-lhes as causas e os propósitos, pondo com esse fim de parte ideias e preconceitos próprios da sua educação especial, para só adotar o modo de pensar da civilização que estuda; introduzindo-se por assim dizer dentro da pele dos outros.

É o que fazia o “Sire de Fierpépin”, protagonista de um romance fabuloso. Esse herói tinha a sobrenatural faculdade de trocar a sua pele pela de qualquer outra pessoa, o que lhe produzia sensações sempre novas, embora nem sempre agradáveis. Pois aí têm um meio

132 – “Homens ladinos”.

os caluniadores do caráter chinês para bem estudá-lo; passem algum tempo dentro do invólucro epidêmico de um mandarim ou de um *coolie* e já ninguém poderá contestar a infalibilidade com que pretendem julgar aquela raça. Não vá, porém, supor o leitor que sujeitei-me àquela dolorosa operação cirúrgica; apenas procurei a possível identificação das minhas ideias com as chinesas, na forma que referi no capítulo precedente. Cheguei assim a observar curiosos contrastes com o nosso modo de ser na ordem moral e material, de que julgo dever citar alguns exemplos, por oferecerem, talvez, mais elevada ou sensata explicação do que os nossos costumes opostos.

Adotam os chins a esquerda como lado nobre e de honra por ser o do coração; o seu luto é branco, cor da pureza que devemos desejar aos defuntos queridos; os títulos de nobreza transmitem-se aos ascendentes que produziram filhos nobres e virtuosos.

Como simples curiosidade ainda acrescentarei outros *contrários* de ordem mais material: Escrevem da direita para a esquerda; começam a edificar as casas pelo telhado; iniciam as refeições pelos doces e só os malcriados tiram, sem licença, o chapéu da cabeça.

Pergunto agora ao leitor se é justo apreciar com as nossas ideias o caráter de um povo que oferece estes e outros muitos contrastes com o nosso modo de pensar. Pois, se ainda nos pequenos mundos em que gravitamos, na família, no município, na igreja, nação, dilaceram-se os membros de cada uma dessas comunhões em contínua oposição de ideias, uns por sanguíneos ou linfáticos, aqueles por adiantados ou rotineiros, outros por fanáticos ou céticos, estes por conservadores ou liberais; se o que neste livro exponho com fé e convicção encontrará, seguramente, quem lhe oponha argumentos, ao seu ver, não menos concludentes; se, em resumo, a Razão absoluta cede, sempre vencida, à Razão relativa, não é lícito a quem se quiser sentar no trono da Imparcialidade condenar, sem exame, o critério chinês, tão antípoda do nosso como o são os países respectivos.

Os vícios de que mais se acusa os chins são o furto, a mentira, a deslealdade, a hipocrisia, a sensualidade, o jogo.

Devo, em primeiro lugar, dizer que os europeus que visitaram o interior da China só encontraram tais vícios nas duas classes extremas daquela sociedade: os mandarins e os da última rale da população. Estes não procedem aí diferentemente dos seus irmãos ocidentais. Quanto aos mandarins, obedecem eles ao exemplo e à política da atual dinastia, cujo sistema é: dividir para reinar, o que só se pode obter favorecendo as ambições pessoais daqueles que têm por missão manter sujeito e fraco um povo sempre disposto a libertar-se da dominação estrangeira. Um valioso argumento em favor desta opinião é a falta de menção dos vícios atribuídos aos mandarins, nas relações dos viajantes anteriores ao atual régimen. Marco Polo, os árabes Abuzaid e Ibn-Batuta, Martinus Martini e o próprio Domingo Navarrete, que percorreu a China apenas vinte anos depois da usurpação manchú, só encontraram palavras para exaltar o caráter de governantes e povo antes daquela invasão. Outro tanto fizeram escritores modernos no que se refere atualmente às demais classes, principalmente à numerosa e ilustrada dos letrados¹³³.

Não deixam, contudo, de ter certo fundamento os que caluniam todo um povo, se só se guiam pela impressão que resulta do contato dos europeus com os chins nos portos abertos ao comércio estrangeiro. Aí não só lidam com a população mais depravada da China (a que sacrifica a dignidade chinesa aos benefícios que lhe proporcionam as *sórdidas* relações com os *bárbaros ocidentais*, segundo o critério chinês), como veem-se a braços com a guerra surda e incessante que sofre a invasão ocidental.

Mas, para melhor compreender-se a natureza dessa guerra e os seus motivos, não será demais sujeitar-nos (em imaginação somente) a uma daquelas metamorfoses de Fierpépin, introduzindo-nos na pele de algum inteligente letrado.

Há quatrocentos anos constituía a China um verdadeiro Império do Meio. Vivia rodeada de nações que reconheciam a sua

133 – Veja-se no apêndice D o que, a esse respeito, diz ROUSSET, L. na sua obra *À travers la Chine*, p. 52.

superioridade e lhe pagavam humildes tributos. Os benefícios da sua civilização estendiam-se até a Ásia Central, a Pérsia, o Indostão, a Indochina, o Japão e as ilhas da Oceania. Para aí dirigia as suas caravanas ou bojudos juncos recheados de estimados produtos que trocava por comodidades de outros países. O império estava cortado de excelentes estradas e extensos canais, que facilitavam as viagens e os transportes, e a limitação do comércio exterior permitia dedicar a maior parte das terras ao cultivo de gêneros de primeira necessidade. A população vivia na abundância e feliz, sob a direção deveras patriarcal dos seus imperadores e das suas sábias e filosóficas instituições; não havia necessidade de exércitos; a pólvora só se queimava nas festas sagradas e as armadas apenas empregavam-se na repulsa dos piratas. Ainda era, finalmente, aquele o país de encantos, o paraíso das sublimes descrições de Marco Polo, tão inverossímeis que só obtiveram crédito depois de confirmadas por viajantes posteriores.

Mas (prossegurei convencendo-me de que sou um letrado), eis que um belo dia caem do céu, ou antes chegam do inferno, uns entes estranhos que mal pareciam pertencer ao gênero humano; alguns tinham uma rara vegetação vermelha na cabeça e na cara e vestiam todas roupas extraordinárias, apertadas à cintura por correias que sustinham um arsenal de armas destruidoras. Os seus juncos também estavam armados de compridos tubos de metal, onde parecia achar-se armazenado o fogo que tinham trazido das regiões infernais e com o qual atiravam de vez em quando sobre a pacífica população uma legião de demônios em forma de pedaços de ferro¹³⁴. Esses selvagens ignoravam quase todas as manifestações que distinguem os homens dos irracionais; só queriam ouro e as preciosas estofas que tanto trabalho custavam às nossas mulheres; mas só ofereciam em troca pedaços daquele metal misturado com outros e que de nada nos

134 – Ainda que os chins nos precedessem na descoberta da pólvora, não conheciam as armas de fogo quando os europeus chegaram pela primeira vez à China.

serviam. Nem ao menos se sujeitavam ao pagamento do tributo; queriam à força que lhes vendêssemos e, se encontravam resistência, tomavam sem cerimônia quanto podiam e lhes agradava. Já cansada a nossa bondade e paciência, resolvemos um dia expulsá-los, e lá se foram eles outra vez para o seu inferno. Mas não tardaram a voltar, mais fortes e exigentes do que antes; não se contentavam já de carregar e despachar os seus juncos, vinham dispostos a instalar-se em terra, a edificar casas e armazéns. Consentimos no seu estabelecimento em Macau, demonstrando assim, com ingênua benevolência, a nossa gratidão pelos serviços que alguns deles nos tinham prestado contra os piratas. Foi esse um deplorável erro, pois nunca se saciavam. Vieram outros e tentaram também estabelecer-se em diversos pontos da costa. O mal era irreparável e, para evitar as suas maiores consequências, concedemos-lhes a ilha de Chamin¹³⁵ em Cantão, para aí concentrarem os seus negócios, sem prever os fatais resultados dessa generosidade. Com efeito, já então os seus agentes de religião, combinados com os comerciantes, puderam mais facilmente levar a divisão à família e ao povo, até nas mais recônditas regiões do império. O enfraquecimento de antigas convicções e o contágio de práticas e vícios antes desconhecidos destruíram o sentimento nacional e permitiram que uma raça também estrangeira e bárbara usurpasse o glorioso trono dos Han. Os manchus não encontraram meio mais eficaz para a sua consolidação no poder do que aceitar a cooperação que lhes ofereciam os ocidentais para a desunião do povo chinês. O Tien-tchu-kiao (Cristianismo) penetrou em todo o império e até nas alturas da administração imperial; os mercadores estenderam as suas operações e introduziram o fatal veneno que adormece o corpo e a inteligência. Os campos de que se alimentava e vestia uma população robusta e sadia, começaram a só servir para

135 – [*Possivelmente, a ilha Shamian.*]

a produção de ondas de chá e seda de que aquela gente queria mais e mais. A cobiça do inútil ouro abarcou todas as aspirações do povo; o culto da virtude relaxou-se; os antigos templos caíram em ruínas sobre os seus claustros tapizados de ervas bravas e acompanhando a destruição das estradas e a obstrução dos canais. A desmoralização da administração e a enervação popular não encontraram mais tropeço na senda rápida em que se precipitaram.

Já tarde tentou a nova dinastia opor diques àquela desorganizadora influência. Os cabelos vermelhos vieram com mais juncos, mais soldados, mais ópio, bombardeando, usurpando territórios, saqueando, destruindo o que não podiam levar e só deixando atrás cadáveres e ruínas incandescentes!

E que fazer diante dessas calamidades, quando a moleza da administração e a debilidade de um povo inimigo de lutas sanguinárias nenhuma resistência podiam opor àqueles bárbaros cruéis e insensíveis? Resignar-nos, ou por outra, fingir resignação, mas sempre à espera de alguma oportunidade providencial para reagir contra tão tirânica imposição. Começamos a estudar os terríveis engenhos de que se serviam para bater-nos, a fim de, mais tarde, utilizá-los contra eles, e, enquanto não chega esse momento, tratamos de impedir, ao menos, que a extensão dessa invasão dificulte a sua definitiva expulsão. Mas para isso só dispomos da arma do fraco: o paciente ardil. Não possuímos os elementos que permitiram aos europeus repelir as invasões dos que eles também chamavam bárbaros, nem consentem os nossos hábitos pacíficos que aproveitemos a disparidade numérica entre a nossa imensa população e o grupo de invasores, para exterminá-los um dia como eles exterminam os desgraçados sioux ou os índios da Pampa. Só encontramos recurso numa política de perseverante repulsão, com que conseguiremos, talvez, o resultado desejado, embora não nos permita a nossa debilidade proceder com a franqueza com que os Estados Unidos ditam leis

para limitar a imigração dos da nossa raça, a fim de favorecer os mais exigentes e menos diligentes irlandeses, ou a Austrália impõe, visando ao mesmo objeto, contribuições proibitivas aos chins que ali aportam. Para imitá-los, mas sem expor-nos às arbitrariedades que já experimentamos, opomos embaraços às constantes tentativas que fazem para alargar o seu campo de ação. No fim de cada guerra regateamos as concessões que nos arrancam as fáceis vitórias desses bárbaros; sofismamos, procuramos cansá-los com as nossas mistificações; pouco importa que nos chamem falsos, desleais! Os nossos letrados patriotas, as nossas sociedades secretas encarregam-se de alimentar aquele ódio nas populações das cidades em que vivem como senhores os usurpadores! À imitação do preceito dos seus jesuítas, todos nos convencemos de que a legitimidade dos fins desculpa os meios; todos são justos, todos são nobres para a vingança do mal que nos fizeram. Incomodá-los por todos os modos, desprezá-los, enganá-los, roubar-lhes, matá-los mesmo, não é senão pagar-lhes, e sem usura, as suas espoliações e as carnificinas com que ensanguentam periodicamente as nossas costas, os nossos mares! Que fiquem esquecidos nas nossas relações com eles os elevados preceitos da moral confuciana e as sublimes virtudes que fazem a glória do povo chinês! Que os corações generosos reservem as suas carinhosas demonstrações para o trato com entes da mesma espécie; aqueles não são criaturas do Céu; nenhuma piedade devemos ter com eles, já basta ceder às suas imposições pela força!

Tais ideias formam o programa do partido chamado nacional ou da guerra. Mas, felizmente, a fração política oposta ou da paz, dirigida pelo príncipe Kong e sustentada pelo nosso conhecido Li-hung-chang, é a que predomina nos conselhos imperiais desde 1860. A sua benéfica influência estende-se à maior parte da laboriosa população do interior, a qual reconhece, pela experiência, as vantagens que oferece ao seu bem-estar o sempre crescente intercâmbio com os ocidentais e não

acompanha nem vê com simpatia as surdas hostilidades que sofrem os estrangeiros por parte da classe mercenária que os *explora* nas cidades marítimas.

Referirei um episódio da minha vida em Tien-tsin que não só melhor ilustrará o procedimento dessa gente, de que formaram muitos escritores o tipo do caráter chinês, como servirá também para explicar a curiosa diferença que oferece o seu critério nas suas relações entre si ou com os europeus.

Achava-me um dia instalado no observatório em que tinha transformado a alta claraboia da minha sala e daí observava o variado espetáculo que me oferecia o movimento da rua, quando vi aproximar-se uma tropa de cavalos conduzidos por dois indivíduos. Alguns desses animais tinham um aspecto garboso e fizeram amadurecer um desejo, já alentado, de entregar-me à equitação. Não me convindo divulgar a secreta utilidade que retirava daquela claraboia, saí à rua, onde, aparentando só ver então os cavalos, chamei o meu criado Uang e incumbi-o de indagar se se vendiam e de voltar com eles, no caso afirmativo. Achando-se a tropa bastante longe e sendo o Uang vagaroso, voltei ao meu observatório, donde o vi encaminhar-se para os indivíduos e regressar depois com eles, parecendo-me, quando mais se acercaram, que não lhe eram desconhecidos aqueles mercadores, pois os três riam e faziam-se sinais maliciosos, como se achassem graça em alguma coisa. Esperei-os à porta onde examinei os animais e indiquei dois que julguei os melhores. Mas os condutores confessaram honestamente que ambos tinham defeitos: um era espantadiço e já tinha causado vários desastres e o outro era doente e velho, o que parecia com efeito indicar a sua dentadura. Em compensação recomendaram-me um terceiro, de bela figura e boas carnes; era um cavalo cuidado e pouco trabalhado e dispus-me a montá-lo para provar a sua marcha.

Os mercadores, porém, declararam-me que não podiam esperar que o selassem, pois temiam ser surpreendidos pela noite nos pântanos que deviam atravessar para chegar a uma aldeia próxima. Depois de uma curta discussão em que o Uang interveio, assegurando-me que era

entendedor e que respondia das qualidades do cavalo, decidi-me a ficar com ele pelos vinte mexicanos que custava, o que já é um bom preço no norte da China. Em seguida partiram os mercadores a todo galope enquanto o meu criado, com uma calma ainda mais chinesa do que a habitual, procedia à interminável operação de selar o animal. Afinal, lançando um prolongado olhar na direção em que acabavam de desaparecer tropa e tropeiros envoltos em espessa nuvem de poeira, e como que estudando o terreno em que eu ia provar as indiscutíveis excelências da minha aquisição, atou ele a última fivela e entregou-me as rédeas. Montei e verifiquei logo que o animal era pacífico; andava mesmo com notável precaução. Mas, chegando a um terreno acidentado, comecei a estranhá-lo deveras; as suas patas não mediam as alturas e cavidades com o admirável instinto desses quadrúpedes. Em tal situação desisti de um projetado galope experimental, preferindo apeiar-me e conduzir à casa pela rédea esse singular cavalo, desprezando com orgulho ocidental os irônicos sorrisos dos transeuntes. Chegando à casa, aí encontrei o meu amigo Vissière, o qual, informado do sucedido, não tardou em verificar que o cavalo estava quase cego, ainda que a aparência dos seus olhos não o indicasse à primeira vista. O Uang, apenas ouviu esse diagnóstico, prorrompeu nas mais ruidosas manifestações do seu sentimento e da sua irritação contra a conduta daqueles mercadores. Se ele soubesse onde encontrá-los, como os obrigaria a restituir o dinheiro e a ficar ainda agradecidos se a minha magnanimidade os salvasse do justo castigo que merecia a sua vil traição! Enquanto o meu criado se entregava a essas generosas expansões, aproveitando, para dar livre curso a toda a sua indignação, os conhecimentos sinológicos do Vissière, comecei a refletir sobre o sucesso e, de repente, fez-se a luz no meu espírito. Lembrei-me daquelas amistosas e alegres confidências que eu tinha surpreendido do meu observatório; recordei aquele olhar profundamente investigador com que parecia Uang sondar, com afetuosos interesse, a direção em que tinham desaparecido os mercadores. Tudo foi uma revelação e, sem hesitar, pedi ao Vissière que transmitisse ao meu dedicado criado a ordem terminante de ir buscar aqueles salteadores,

soubesse ele ou não onde encontrá-los, e me trouxesse sem demora os meus vinte pesos, certo que, do contrário, eu lhe faria administrar pelo mandarim mais próximo uma excelente *sapeca* de bambu nas costas, em troca das quatro ou cinco mil *sapecas* de cobre que eu lhe devia. Nem quis ouvir Uang o fim da tradução de tão terrível ameaça; correu à casa do vizinho, a quem pediu um cavalo emprestado, e partiu como uma flecha, deixando-me convencido de que nunca mais o veria, mesmo admitindo a sua inocência, pois neste caso trataria ele de fugir ao castigo de que o ameaçara. Também era possível que não encontrasse os mercadores ou que estes se negassem à restituição ou repartissem com ele os vinte pesos.

Nessa mesma tarde encontrei-me com Liu-chang-sin, a quem referi o caso. Esse mandarim manifestou-me não estranhar a conduta do Uang, que era muito geral entre os chins da classe baixa que lidavam com os estrangeiros; assegurou-me também que o meu criado voltaria com o dinheiro, pois nem pretenderia fugir; sabia bem que sob regímen do Partido da Paz, mantido em Tien-tsin pela mão de ferro de Li-hung-chang, o bambu dos mandarins o encontraria facilmente; nem tampouco os mercadores o exporiam, por uma recusa, à execução das minhas ameaças. Aquela conspiração contra um estrangeiro tinha falhado; não era lícito, agora, deixar comprometido um honrado companheiro, um chin. Não negava Liu que houvesse na China ladrões e bandidos que nem sempre acatam a “piedade filial”; mas, a gente de negócio era geralmente virtuosa e só capaz de prejudicar ou enganar aos *fan-kuai*.

Escuso de referir em detalhe a conclusão desse episódio; basta dizer que verificou-se exatamente o que tinha previsto aquele mandarim, cujo conselho ainda segui, conservando no meu serviço o Uang, por ser duvidosa a vantagem da sua substituição e satisfazer-me com o propósito de desconfiar daí em diante das expansões generosas desse patife.

Os fatos dessa ordem são muios comuns nos portos abertos aos estrangeiros, produzindo represálias por parte destes, as quais só servem para entreter o ódio recíproco entre as duas raças. Nessa luta, os ingleses ocupam naturalmente o lugar de honra, à vanguarda

do campo ocidental. Os residentes ou os tripulantes de navios de guerra e mercantes dessa nação consideram em geral o chin como um animal desprezível, um excelente armazém de injúrias e *vias de fato*. Os marujos, no seu perene exercício do culto de Baco, promovem constantes rixas em que levam sempre a melhor contra um povo essencialmente desafeto a cenas turbulentas e que, não compreendendo os gozos da intoxicação, foge espavorido dos que tem por loucos raivosos. Mas tais escândalos e as suas arbitrárias consequências quando encontram uma justa resistência não são desconhecidos no Brasil; ainda está em lembrança a questão Christie. Pode-se pois avaliar a deplorável impressão que produzem no povo chinês esses frequentes espetáculos que tanto ofendem a sua proverbial polidez e as suas corretas e tranquilas maneiras. Se aquela conduta se limitasse às pelejas de taverna ou aos exercícios de pugilato com que os empregados do comércio fazem entrar as suas ordens na inteligência dos *coolies*, ainda escaparia a parte mais culta da comunhão ocidental ao título de barbaria que lhe atribuem os chins. Mas, infelizmente, até alguns homens de presumida educação têm dado razão à generalização daquela designação. Recordo-me de um fato dessa natureza a que assisti e que não é senão um exemplo do que sucede com lastimável frequência.

Durante um almoço a bordo de um navio de guerra, levantou-se uma discussão sobre o caráter chinês; uns admitiam coragem nos chins, outros não lhes concediam o menor brio. Um destes últimos chegava a afirmar que não seria difícil às reduzidas forças militares que mantinham os europeus na China conquistar esse império e atar todos os seus habitantes pelo rabicho. Quando descemos à terra vimos adiantar-se o cortejo de um mandarim, numa rua das aforas da concessão. Então ofereceu-se o valentão a fazer sair aquele funcionário da sua cadeirinha e a ocupá-la para transportar-se ao *club*. Tratamos de dissuadi-lo de tal propósito, mas o homem nada ouvia e lá se encaminhou a executá-lo. Seguindo-o de perto e procurando sempre contê-lo, ouvimo-lo intimar em *pitchin English* a sua exigência ao velho letrado, que custava compreender a tradução de tão insólita imposição, feita por um *coolie*

instruído naquela língua. Quando o mandarim já não pôde duvidar do que se lhe exigia, teve um momento de hesitação e fixou meditativos olhos sobre o campo coberto de túmulos. A sua solene atitude impressionou visivelmente o nosso temerário companheiro que, cedendo afinal às nossas contínuas instâncias, já dispunha retirar-se, quando, de súbito, desliza-se um indizível sorriso nos lábios do mandarim, o qual, deitando um paternal olhar sobre o nosso grupo, sai da sua cadeirinha, pronunciando um pequeno discurso, cuja tradução, feita pelo *coolie*-intérprete, foi pouco mais ou menos a seguinte:

A China é um grande império. Vós sois pequenos e necessitados; aqui vindes comerciar e buscar os meios de vida. Não devemos repelir-vos; somos hospitaleiros e generosos. Que este tome a minha cadeirinha, de que tanto precisa e, se em outra coisa eu puder servir-vos a todos, perguntai por Sing, o Botão de Cristal.

Transmitidas essas palavras, Sing seguiu gravemente o seu caminho a pé. Mas, nós todos, inclusive o insensato promotor dessa cena, corremos atrás dele e, pedindo-lhe mil desculpas, o obrigamos a entrar de novo na sua cadeirinha. E, até que aquele cortejo desapareceu numa esquina, nenhum de nós ousou falar; cada um reservava as suas reflexões e nunca ocorreu-nos tirar desse fato conclusões para a resolução do problema sobre o brio da raça chinesa!

Outro incidente, dos que contribuem diariamente para o descrédito da educação ocidental (segundo o critério chinês), é o seguinte que me foi referido por antigos residentes.

Na negociação de um dos numerosos tratados celebrados em Tien-tsin, costumava um diplomata europeu usar de uma eloquência fogaosa, acompanhada de gesticulações violentas. Numa dessas ocasiões terminou um período gambético por um forte golpe sobre a mesa. Sem dar tempo à tradução daquela enérgica argumentação, o plenipotenciário chinês levantou-se, dirigindo algumas palavras ao seu intérprete, o qual comunicou que S. Exa. sentia-se repentinamente incomodado e via-se obrigado a suspender a conferência.

Depois de retirarem-se os chins, o intérprete europeu retificou essa tradução. O mandarim tinha simplesmente manifestado a necessidade de adiar a conferência, por parecer-lhe que o seu colega europeu estava ébrio ou com um acesso de loucura.

Parecendo-me suficientemente elucidadas as causas da confusão com que se atribui indistintamente a toda raça chinesa os vícios de falsidade e roubo, procurarei impugnar agora as acusações de concupiscentes e jogadores com que são também indiferentemente mimoseados todos os chins.

Quem se guiar pelo que se observa em Hong Kong e Macau ou na concessão francesa de Xangai estará, certamente, tão disposto a atribuir àquele povo a exageração de tais vícios, como o chin que só julgar as inclinações dos ocidentais pelas cenas do Mabilie ou do estabelecimento de jogo de Monte Carlo. Basta, entretanto, percorrer as ruas das cidades propriamente chinesas para convencer-se de que aqueles espetáculos respondem a alguma causa especial. Com efeito, as administrações estrangeiras na China, só visando ao interesse comercial, não duvidam sacrificar o rigor da moral à conveniência de atrair a população chinesa aos portos em que dominam. Assim se explica que Hong Kong já conte perto de 200.000 habitantes e que o terreno ocupado pelos europeus em Xangai tenha podido transformar-se, em menos de trinta anos, do pantanoso deserto que era, na extensa e populosa cidade de hoje. Aí acodem todos aqueles que, sob o régimen das leis chinesas ou obedecendo a antigos costumes, tiveram de reprimir instintos depravados. Ao amparo da lei ocidental, que não os inquieta enquanto não é alterada a ordem pública, acham facilidades para dar inteira expansão a desejos por longo tempo contidos. Os prostíbulos, as casas de ópio e jogo e o próprio jogo no meio das ruas oferecem espetáculos na verdade desconhecidos em outras sociedades. Enquanto as cidades chinesas dormem, desde o pôr do sol, o sono do descanso de trabalhosas fainas, *coolies*, boteiros e baixos traficantes entregam-se a cenas bochornosas nas espeluncas das cidades europeias, ao passo que os ricos negociantes chineses

transformam as suas vivendas em teatros de orgias, já refinadas pelo luxo ocidental.

Mas, será justo englobar toda a raça numa acusação que só cabe a uma insignificante parte da população do império e que apenas tem por campo de ação as fundações europeias que mencionei?

Já fiz sentir, em Macau, a diferença que existe entre o jogador ocidental e o chinês. Domina neste um espírito, sem dúvida mais apaixonado, porém menos interessado; busca no jogo emoções caras a um povo curioso, impressionável; só joga, enfim, por jogar e é raro que essa distração produza nele os efeitos conhecidos no ocidente; nem se arruína e perde o pão da família, nem se encole-riza ou termina a partida por violentas altercações. Ao contrário, até nesse passatempo mantêm eles a correção das suas maneiras, a qualquer classe que pertençam, sendo fácil verificar-se que acima da emoção do ganho está a emoção da luta, assistindo-se a uma das suas intermináveis partidas de dominós, damas ou xadrez, cuja marcha é muito mais complicada do que a nossa, ou aos jogos de cartas em que gastam horas inteiras nas difíceis combinações dos seus baralhos de mais de cem cartas. Não é, decerto, a disputa dos pequenos montões de sapecas, que constituem as paradas dos jogadores ou as apostas dos *mirones*, que promove o grande interesse dessas partidas, nem foi o receio das perturbações que produz o vício do jogo no equilíbrio social: suicídios, quebras comerciais, mal-versações e a miséria dos que perdem ou as loucas prodigalidades e os deboches dos que ganham, o que induziu o governo chinês a proibi-lo no seu território, foi tão somente a necessidade de manter outro equilíbrio mais urgente, o do trabalho, nessa aglomeração formada pelo imenso povo chinês, a qual só pode, com risco de morrer esfomeada, interromper por um instante a cadeia das suas laboriosas ocupações.

Quando ao sensualismo, de que parecem alguns escritores querer atribuir o monopólio aos chins, não entrarei em pitorescas comparações com o que no ocidente, ou dorme geralmente oculto pelo pudor, ou transluz, por vezes escandalosamente, até dos mais

dourados palácios. Aí estão as revelações da *Pall Mall Gazette*. Que mais podemos aprender a esse respeito dos chins?

Encontram-se, porém, nos costumes daquele povo razões para supor que não são ali tantos os incentivos, as tentações direi, para o desenvolvimento daquele vício. Começando pelas classes trabalhadoras, vê-se a mulher quase igualada ao homem e perdendo os principais atrativos do seu sexo, acompanhando-o nos árduos trabalhos da lavoura e indústria ou nas perigosas manobras dos juncos e sampans. Não é entre essa gente constantemente afanada que, no oriente (ou mesmo no ocidente), pode encontrar regaço a concupiscência, sempre filha do ócio. Nas classes acomodadas existem outros motivos que cerceiam, ao menos, a exageração da libertinagem.

A organização da família, em que impera um chefe geralmente ancião, o qual, se não é virtuoso, tem o amor-próprio de aparentá-lo; a reclusão em que vivem as mulheres, nunca aparecendo em público e só assistindo, mesmo às festas de família, escondidas atrás de grades, como as freiras nos seus locutórios; a condenação do celibato pela respeitada moral dos antigos filósofos; a ambição que têm todos os chins, já antes dos vinte anos, de serem chefes de família e a facilidade com que se podem casar, sem passarem pelas tentações carnisais de prolongados namoros ou de sucessivos noivados, são todas razões poderosas para que não se deva atribuir à raça chinesa o lugar proeminente e excepcional em que a pretendem colocar, naquele vício, os seus detratores.

Em outro capítulo dei resumidas informações sobre a legislação que regula o casamento na China; não deixa de oferecer igual interesse, para o estudo dos costumes daquele povo, uma notícia das cerimônias que acompanham a sua celebração.

O casamento chama-se na China “a cerimônia por excelência”, e é recomendado nos seus livros de moral como um dos primeiros deveres do homem. Ao contrário do que pensava Demócrito, o qual, perguntado por que tinha escolhido uma mulher tão pequena, respondia que “dos males o menor”, ensinava Confúcio que quem

topava com uma boa mulher não tinha trabalhos e estava com a fortuna assegurada, e que, se uma má mulher era grande calamidade, o celibato ainda a era maior.

Não dão os chins o mesmo apreço que nós à formosura das mulheres; pensam, como Diógenes, que tal dom pode bem ser *templum edificatum super cloacam*. Procuram portanto outras qualidades que não murchem tão facilmente ao sopro dos anos e lhes garantam a paz e a prosperidade domésticas. Colocada, pois, em último lugar aquela prenda visível, torna-se mais difícil a escolha de uma esposa que reúna outras condições de mais utilidade. Uma boa mulher deve ser modesta: “Se fala, que seja mansamente e, quando anda, que o faça a passo curto; seus ouvidos não foram feitos para ouvir maus discursos, nem seus olhos para ver muitas coisas”. Esta máxima de Confúcio faz supor que no seu tempo as mulheres eram faladoras, passeadoras e curiosas; hoje, porém, poucas são (na China) as que sofrem desses defeitos, e não é nesse ponto que consiste a dificuldade da escolha, senão na verificação do caráter e das inclinações que assegurem um bom manejo da casa, o cuidado das roupas e a boa educação física e moral dos filhos. Em geral cabe ao chefe da família a escolha das esposas para cada um dos seus membros; a opinião do mais interessado é de segunda importância. Algumas vezes ajustam os amigos o casamento dos seus filhos menores ou, mesmo, antes de nascerem. Em outros casos, os que querem dar-se uma mútua demonstração de carinho casam seus filhos já falecidos, procedendo às cerimônias do costume, em que os noivos defuntos são representados por dois parentes. Os efeitos legais desses singulares matrimônios são idênticos aos dos comuns. Estes últimos exigem, porém, curiosas e trabalhosas negociações que vou descrever.

Existe ali uma classe de mulheres às quais cabe o papel principal nas negociações matrimoniais; essas corretoras são respeitadas e tidas por discretas e honradas, e têm entrada franca em todas as famílias, onde estudam o caráter e as disposições das moças casadeiras. Quando se deseja casar um filho ou sobrinho, recorre-se às informações de uma

dessas mulheres e, depois de fixada a atenção sobre quatro ou cinco moças de família cuja categoria permita a união projetada, são as corretoras incumbidas de fazer estudos especiais e mais minuciosos do caráter dessas moças, sem, contudo, deixá-las suspeitar nem aos seus pais a observação a que estão sujeitas. A corretora vai e vem, dá conta do que viu e ouviu e dos menores incidentes da vida de cada moça, procedendo sempre com suficiente imparcialidade para conservar reputação e clientela. Na sua presença discutem-se as vantagens de uma ou outra seleção, até que, afinal, e muitas vezes só depois de alguns meses, toma-se uma decisão. Ainda resta, porém, à corretora um importante encargo, que é o de sondar as disposições da família da pretendida noiva, pois uma recusa a um pedido formal de casamento seria uma grave ofensa entre gente de igual categoria. Assim avisando o pai da moça, procede, por seu lado, a informar-se do caráter, das habilitações literárias e dos costumes do pretendente. Dissipadas todas as dúvidas sobre a conveniência da união, faz o pai do noivo uma visita de etiqueta ao da noiva, cuja mão pede solenemente. Em seguida trata-se de fixar o dia feliz para a cerimônia nupcial, no que prestam valioso concurso os nigromantes. Quando chega esse dia, já fizeram os pais do noivo e da noiva suas visitas aos túmulos dos respectivos antepassados, a fim de avisá-los da sua resolução e dos sinceros propósitos que a ditaram para a felicidade dos seus filhos; já também, então, recebeu o pai da noiva a pequena quantia que simboliza o preço de compra da esposa e a sujeita à obediência e submissão que a devem transformar em simples “eco e sombra do marido,” e noivo e noiva trocaram frequentes presentes que demonstram “a constância com que cada um está no pensamento do outro.” A casa do noivo transforma-se em tumultuosa hospedaria, pela chegada das cidades vizinhas dos parentes e amigos, convidados às festas nupciais. Estão prontos os esplêndidos fogos de artifício, as vistosas lanternas de iluminação, os papagaios de papel vivamente coloridos e de formas extravagantes e os pombos que devem ser soltos levando entre as asas gaitas sonoras, tudo para dar o maior realce possível à festa magna.

Os fornos da cozinha preparam os mais delicados manjares: mocotós de urso, barbatanas de tubarão, estrelas-do-mar, tripangs¹³⁶ e pirâmides de arroz; os jarros de vinho entram às dezenas e, se por um feliz acaso, existe alguma companhia de teatro na cidade, é ela contratada e improvisa a duras marteladas o seu cenário no pátio do banquete. Parentes e convidados não descansam um minuto, dispendo elegantes grinaldas de flores naturais ou artificiais, içando coloridas bandeirinhas e cartazes ornados de inscrições alegóricas em letras douradas. As próprias mulheres esquecem-se de Confúcio; tagarelam, correm sobre os pezinhos para curiosear pelas grades e ouvir os ruidosos e graciosos ditos com que se apostrofam alegremente os homens nas salas da frente. Não é, decerto, a elas a quem menos interessa esse festival que marcará um notável acontecimento na sua monótona vida de reclusão: a aquisição de uma nova companheira, a qual trará sorrisos ou, quem sabe, lágrimas!

Mas, já está tudo pronto. Os tocadores de gong, tantã e pífanos ocupam o seu lugar na frente do cortejo que vai buscar a noiva. O grave parente, escolhido para essa honrosa missão, espécie de padrinho, já tomou lugar na sua cadeirinha que precede a outra, enfeitada, em que deve ser trazida ao seu novo lar, a pedra preciosa, “o jade transparente,” cujos brilhantes reflexos se transformarão em dez mil felicidades para o ditoso esposo! Os curiosos aglomeram-se às portas de casas e lojas para verem passar essa procissão, que recorda a uns o dia em que principiaram prazeres ou amarguras, e aguça noutros a ambição de cumprir também, sem tardança, a santa missão de fundar família. A noiva e os seus parentes já estão à espera e, apenas chega o cortejo, despede-se ela dos seus Deuses Lares na sagrada sala dos antepassados, para entrar coberta de espesso véu, na adornada cadeirinha, sem esquecer-se da cesta cheia de arroz, símbolo da abundância que leva à casa do esposo. Aí a esperam os parentes e, quando para à porta, tem o noivo a faculdade de levantar-lhe o véu

136 – *Holothuria edulis*.

antes que ela saia da cadeirinha, a fim de verificar se foram capciosas as informações da corretora, no que se refere aos dotes físicos. É, porém, essa uma simples formalidade em que nunca se usa do direito da recusa e que corresponde à mútua aceitação das qualidades de esposo e esposa expressada pelos nossos noivos por um “sim” diante do sacerdote. A noiva e suas parentas são depois introduzidas nos aposentos das mulheres, onde fazem a sua festa à parte, enquanto os homens dão começo no pátio ou na sala de honra ao solene banquete acompanhado de forte foguearia, de música atordoadora e de intermináveis e burlescas comédias. Nessas festas reina sempre a maior cordialidade e alegria; prolongam-se até altas horas da noite e duram algumas vezes dois ou três dias, voltando, depois, tudo à calma habitual, sem que a introdução de um novo membro no seio da família altere mais os seus hábitos do que a aquisição de um recruta num batalhão.



Só então verifica o noivo se foram capciosas as informações da corretora.

Ainda que essa cerimônia seja geral na China, sofre ela pequenas alterações em casos especiais ou em atenção às inclinações próprias dos habitantes de diversas regiões. Assim, nos casamentos de filhos de membros da família imperial ou de altos dignitários que não tenham herdeiros varões, trocam-se os papéis de noiva e noivo. Este entra para a família daquela, em cuja casa também efetua-se a festa e estabelece-se o casal¹³⁷. Varia então o sistema da escolha. O pai da noiva anuncia a sua intenção de receber sob o seu teto, como esposo da filha, o candidato que oferecer mais garantias de felicitá-la. Os concorrentes apresentam as suas solicitações acompanhadas dos títulos com que pretendem disputar a preferência. Em primeiro lugar figuram os dotes literários que o pai da noiva examina com o auxílio de amigos, informando-se também do caráter e dos costumes dos candidatos, para fazer finalmente a sua escolha.

Entre os manchus a cerimônia celebra-se de noite, ao clarão de archotes e lanternas. Também, de acordo com o caráter guerreiro daquela raça, as comédias são substituídas por exercícios militares e têm os noivos de saltar por cima de um troféu de armas e arreios de cavalo, para simbolizar o propósito de vencer todos os obstáculos ao exato cumprimento dos seus deveres conjugais. Em outras partes da China, a noiva é suspensa, durante alguns segundos, sobre um braseiro ardente, em sinal dos sacrifícios que deve fazer para conservar a paz em casa. Entre alguns povos marítimos do sul, a noiva retira-se com os seus parentes a bordo de um junco, que o noivo, com os seus, deve abordar para conquistar a sua futura esposa. Esse costume dá lugar a prolongados e alegres simulacros de combates e nasce, sem dúvida, dos antigos hábitos de pirataria dos Hiaolo.

Mas, as cerimônias em que se debuxa toda a ingenuidade dos costumes chineses são as relacionadas com o seu culto da morte.

Uma das primeiras preocupações dos chins é a de possuir um bom féretro, mais ou menos ornado de relevos e pinturas, e bastante

137 – É o que sucede nos casamentos das princesas herdeiras no ocidente.

espaçoso para que os seus corpos não sofram a menor compressão durante o sono eterno. Não há presente mais apreciado do que um rico e confortável caixão de defunto. A previsão com que os chins ordenados conservam cuidadosamente esse derradeiro móvel na sala dos antepassados evita, sem dúvida, às suas famílias as tristes incomodidades que sucedem à morte no ocidente. Não há que assistir ali à frieza matemática com que medem os empregados de empresas funerárias os cadáveres de mortos queridos, e dispensa-se mesmo a existência de tais empresas; não são mãos profanas as que devem prestar solícitos cuidados aos que são sempre amados, na vida ou na morte!

Assim que morre alguém, atravessa-se-lhe um pedaço de pão na boca para que a conserve aberta (até nisso procedem os chins em oposição aos ocidentais) e, dentro dela, colocam um pouco de arroz e uma sapeca, a fim de proporcionar ao defunto alimentos e recursos para a sua grande viagem. Deixam-no depois deitado sobre o solo, como indicação de que aqueles restos já pertencem à terra, e aí o velam durante três dias para verificar se a morte é real. O parente mais próximo sobe ao telhado da casa ou ao alto da pagoda vizinha e, daí, chama em voz alta pelo nome do defunto, a fim de fazer voltar o espírito ao corpo. Perdida a esperança de uma ressurreição, trata-se de fixar essa alma vagabunda na tabuleta que deve ornar a sala dos antepassados. Para isso fazem-se cerimônias, que se prolongam até assegurar o mágico que as dirige já estar aí domiciliada a alma. Queimam-se papéis dourados representando somas oferecidas aos espíritos malignos para que abram caminho ao seu novo companheiro e o deixem introduzir-se na tabuleta. Esta é suspensa, em seguida, ao lado das que já contêm as almas de outros parentes e no lugar que lhe corresponde, segundo a hierarquia do defunto. Diante dela virão prosternar-se os membros da família e fazer as mesmas saudações diárias que faziam àquele que, em vida, era o seu chefe, até que tabuletas de almas mais recentes disputem às mais antigas essa veneração. Não se deixa, contudo, de queimar diante de todas, nas ocasiões solenes, pauzinhos de incenso e papéis comprados aos bonzes, que representam roupas, dinheiro e mantimentos oferecidos a essas almas.

Dentro do caixão, cuidadosamente forrado de algodão em rama, coloca-se ao lado do defunto os objetos do seu uso participar: seu cachimbo, seu pente, tesouras para cortar as unhas e papéis dourados com inscrições de quantias, vestes e víveres. Tudo isso é destinado às necessidades que possa ter, até chegar ao outro mundo, uma segunda alma, aquela que, conforme as crenças de cada um, deve ir ao Céu (ou ao Inferno), transmigrar em outro corpo ou vagar perpetuamente para velar sobre a felicidade dos descendentes. Em seguida cobre-se o cadáver de cal viva e fecha-se hermeticamente o caixão, que é conservado em casa até que se faça escolha de um lugar conveniente para a sepultura¹³⁸. Não é, porém, essa escolha menos trabalhosa do que a de uma esposa de que tratei antes. A corretora de casamento é substituída aqui pelo corretor de almas, o mesmo mágico que já vimos funcionar. Esse interessante personagem põe-se a campo e, depois de prolongados passeios pelos arredores, aconselha quatro ou cinco lugares propícios, seja pela sua topografia, pelos ventos a que estão expostos ou por outros motivos de ordem espiritual que só a ele cabe apreciar. Resolvida essa primeira dificuldade, para o que não se deixa de ouvir a opinião de alguns amigos, é ainda necessário determinar o ponto particular do lugar preferido, no qual se deva cavar a sepultura. Então sai o chefe da família, acompanhado de dois trabalhadores com suas enxadas e do mágico, e percorrem aquela localidade, sondando este o terreno com o seu bastão, aplicando o ouvido ao solo, rezando ou queimando papéis sagrados, decidindo-se por um ponto, mas arrependendo-se aos primeiros golpes de enxada para correr, como que inspirado, em outra direção, até que, afinal, depois de muitas hesitações e de fatigantes marchas para diante, para trás, bruscamente intermeadas de rápidas carreiras em que o pequeno grupo segue ansiosamente o mágico, escolhe este triunfantemente um lugar qualquer, nem sempre o mais conveniente sob o ponto de vista mundano. Mas a ciência daquele

138 – Algumas vezes cobrem os cadáveres de um espesso verniz ou charão que os conserva perfeitamente durante anos. Por essa forma são remetidos à China os dos emigrantes.

profissional é infalível; é esse o lugar em que mais a gosto se encontrará a terceira alma do finado, aquela cuja sorte é esvoaçar à roda do seu corpo para guardá-lo e protegê-lo. Os coveiros adiantam-se e começam o seu trabalho que dessa vez será definitivo, pois já o mágico mistura com a terra que sai as cinzas de outros papéis queimados, que figurarão por mais alto preço do que os primeiros na conta detalhada que apresentará. E, em seguida, esse singular industrial e o seu freguês deixam os trabalhadores à sua tarefa e regressam tranquilamente à cidade, fumando seus compridos cachimbos e entretendo alegremente sobre algum assunto ou escândalo do dia.

Quando o terreno assim escolhido não pertence ao que manda abrir a sepultura, compra-o por um preço determinado segundo a posição de fortuna de cada um, e seria uma grave ofensa à “piedade filial”, de que não há exemplo, opor-se o proprietário à venda e às visitas periódicas dos parentes do defunto, por mais que isso possa incomodar. Em pouco tempo os pedreiros levantam aí um sepulcro em forma de ferradura no qual deposita-se solenemente os restos do defunto.

As procissões dos enterros não são menos aparatosas do que as dos casamentos. Também naquelas figuram os músicos e os porta-estandartes e cartazes, acrescentando-se-lhes, porém, o coro de *choronas* que enchem o ar das suas lamentações a preço fixo, como nos velórios paraguaios. Chegada a procissão à tumba, coloca-se o caixão numa cavidade preparada no centro da face interna da ferradura, a qual se tapa com uma laje de granito ou mármore em que acham-se gravados o nome, a origem e a idade do defunto, e termina-se a função queimando-se papéis da forma de casas, cavalos, roupas, víveres e dinheiro destinados às suas necessidades de ultramundo. Durante os trinta primeiros dias de luto continuam diariamente esses sacrifícios e devem os parentes do finado deixar crescer o cabelo e a barba. O luto por um pai dura três anos, sendo parte rigoroso, em que se traja de branco, e parte aliviado, cuja cor é o azul celeste.

Essas cerimônias não são contudo praticadas rigorosamente senão pela classe rica e para os funerais de gente importante. Os outros enterros

passam quase despercebidos, sucedendo numa palavra, na China, o mesmo que no ocidente; isto é, que a exageração das pompas fúnebres não é senão um tributo que pagam à vaidade as famílias dos defuntos.

Quanto às práticas supersticiosas que citei, repito o que já disse em outra parte deste livro. Sem deixar de haver na China quem acredite na eficácia dos papéis queimados ou das bulas de indulgência vendidas pelos bonzes, nenhuma credulidade deve-se atribuir à maioria dos que se sujeitam a essas práticas por simples força do costume e respeito às tradições.

Uma das poucas qualidades que concedem aos chins até os seus detratores é a “exatidão”, qualificando-a, porém, de ridícula e inútil minuciosidade, sem apreciar as suas vantagens para muitos dos misteres em que se emprega o trabalho chinês.

Entretanto, já um grande pensador ocidental disse que “tudo que merece ser feito, merece ser bem feito”. Sem nunca terem ouvido esse conselho que dava lord Chesterfield a seu filho, desconhecem os chins aquele gênero de produtos a que os franceses dão o nome de *camelote*: fazendas ou objetos que parecem preparados pelo fabricante para a sua pronta destruição e substituição. Em todos os artefatos chineses nota-se, ao contrário, uma perfeição, um acabado de mão de obra, tanto mais admirável atendendo-se à barateza de muitos desses objetos. Parece realmente impossível que, em artigos de tão insignificante valor, gaste proveitosamente o operário o tempo que se supõe exigir um trabalho minucioso e complexo. Mas é justamente nisso que demonstra o seu poder essa máquina humana a que se chama trabalho chinês. Só o método, a inteligente atividade e a ambição modesta conseguem realizar tais milagres. Estudemos, porém, o operário chinês.

Deve-se em primeiro lugar considerar que, na China, as profissões costumam transmitir-se de pai a filho. Já, desde o berço, tornam-se portanto familiares aos meninos os instrumentos e os processos do ofício paterno e, assim que a idade o permite, começam a sua aprendizagem. Outra especialidade daquele trabalho é a sua invariabilidade. Tal tecedor prepara em toda a vida idênticas peças de seda; certos fabricantes de

charão só se aplicam a formas e desenhos especiais, e desse modo obtêm uma prática verdadeiramente mecânica. Sentados diante de suas mesas de trabalho, com os seus instrumentos ao alcance da mão, quem os tiver visto um dia cravar o marfim ou pintar num leque, pode voltar outra e mais vezes, que sempre os encontrará no mesmo lugar, fazendo a mesma coisa, como autômatos de movimentos fiéis e regulados por uma corda de relógio. Ao contrário dos operários ocidentais, nenhuma interrupção, nenhuma distração sofre o seu trabalho; nem cantam, nem assobiam, nem conversam ou levantam-se para esticar as pernas ou acender um cigarro. Aí permanecem horas seguidas, durante anos e anos, só alterando os processos daquelas obras, à medida que envelhecem e mais as praticam, para dar-lhes maior perfeição ou concluí-las em menos tempo. E por essa forma trabalha todo aquele povo, como se recebesse impulso de um gigantesco motor de precisão matemática. Os milhões de golpes de enxada que caem diariamente sobre a terra, as oscilações dos infinitos *básculos* de irrigação, as marchas dos *coolies* carregados de volumes, tudo ali parece dirigido pela sábia pressão das teclas de um imenso piano tocado pelos dedos da inteligente perseverança, à compassada música das antigas tradições e dos respeitados preceitos da filosofia.

A essa “exatidão” deve-se a confiança comercial que, nas transações ou na fiscalização aduaneira, evita a perda de tempo e os prejuízos produzidos no ocidente pelas sucessivas verificações de mercadorias. Não há ali que abrir caixas de chá ou *sangrar* sacos de arroz como se *sangra* os de café na nossa rua municipal; os negociante já sabem que os gêneros comprados correspondem às amostras apresentadas.

Não pretendo com isso atribuir aos comerciantes chineses uma honestidade excepcional. Não falta lá como cá quem trate de enganar o próximo; mas, esses enganos só podem consistir na qualidade ou no preço dos artigos. À sagacidade do comprador europeu cabe não deixar-se ludibriar, sendo certo que, depois de aceita a amostra, toda a fatura será igual sem que lhe falte a quantidade ou o peso ajustado. É que, para cometer uma dessas irregularidades, teria o vendedor que entrar em uma complicada conspiração com os carpinteiros, que já

herdaram dos seus avós as medidas com que preparam as caixas; com os escolhedores de chá, cujas habituadas mãos não se podem enganar na exata separação das qualidades, ou com os pesadores e encaixotadores, cujas operações já instintivas não admitem a menor alteração.

A essa “exatidão” deve-se também a liquidação de todos os negócios e a execução de todos os contratos no princípio de cada ano; ela produz, até, o suicídio daquele a quem, para cumprir qualquer obrigação, nem valeu o próprio empenho do cadáver do pai. Pode-se, enfim, dizer que a “exatidão” preside a todos os atos da vida daquele povo, o qual, por ela inspirado, subordina mesmo o princípio da moral real e positiva ao relativo ou adstrito a uma ideia exata. Assim, nessa guerra a que antes me referi entre os europeus e os habitantes dos portos abertos, viram-se aqueles frequentemente a braços com dificuldades produzidas pelo diferente modo com que as duas raças apreciam as coisas. Para os chins desaparece o fundo, o motivo delas; só fica a forma, a letra. É o que sucede algumas vezes nas nossas contestações cíveis, quando a incorreção de certas formalidades forenses prejudica o fundo da questão. O que na China se diz ou assina é imutável por mais que a variação das circunstâncias ou o desconhecimento de certos fatos possam alterar propósitos feitos de boa-fé. Em uma palavra, ali não se admite as alegações de força maior.

Um viajante do princípio deste século¹³⁹ cita o caso de ter aceitado um negociante estrangeiro uma transação prejudicial, iludido pela sua inexperiência sobre as qualidades e os preços. Quando arrependeu-se e quis anular o negócio, o chin a nada atendeu; não admitia que aquele negociante tivesse tomado uma decisão sem examinar bem o assunto e a todas as observações respondia que por sua parte tinha cumprido exatamente o ajustado, só restando, portanto, ao europeu pagar a conta. Admira-me que um norte-americano apresentasse este fato como uma prova da desonestidade chinesa; bem poderia limitar-se a qualificá-lo de *smartness*.

139 – RUSCHENBERGER. *Voyage round the World*.

Hoje, porém, já está prevenido o comércio estrangeiro dessa feição do critério chinês e, em vez de tornar-se um embaraço para as transações, presta-lhes a “exatidão” grandes serviços. Confie-se a um caixa somas importantes e se poderá ter a certeza de que, ao prestar contas, não faltará uma sapeca. Se, porém, houver o menor descuido nas entradas, de modo a permitir-lhe apropriar-se uma quantia mesmo avultada, não há que esperar restituição; aquele dinheiro lhe pertence de direito, sem que sofra por isso o menor abalo a sua reputação de empregado honesto, ou antes, exato.

Não julgo demais estender-me sobre este estudo do caráter chinês por parecer-me que só deveu-se ao desconhecimento daquela “exatidão” o mau êxito da imigração chinesa em alguns países, seja por não se redigir os contratos com bastante minuciosidade ou por faltarem os padrões a algumas das suas estipulações, muitas vezes de ordem secundária. Para dar um exemplo frisante da exageração dessa qualidade (ou defeito?) nos chins, recordarei o que sucedeu com os fósforos de Jonkoping. Esta rica fábrica viu-se ameaçada há alguns anos de fechar-se-lhe o importante mercado da China. Os compradores do interior cessaram pouco a pouco os seus pedidos e os depósitos de Hong Kong e Xangai estavam repletos e sem saídas. Era que chegara a todas as regiões do império a notícia de que se tinha contado em algumas caixinhas dois ou três fósforos de menos do seu número anunciado, e já ninguém queria os tse-lai-ho (fogo espontâneo), todos preferiam voltar aos antigos morrões de papel enrolado, cujo tamanho era ao menos exato. Felizmente, a companhia resolveu acreditar de novo o seu cômodo produto, incluindo em cada caixinha alguns fósforos a mais dos que devia conter.

Outro exemplo dessa “exatidão” é o conhecido caso do mandarim que, sendo fornecedor de um exército, reclamou certo pagamento que o general lhe negou, estabelecendo-se com esse motivo um renhido e prolongado debate entre os dois. Mas, eis que um dia é nomeado aquele mandarim para substituir o general no seu comando. O exato funcionário tomou a discussão no ponto em que a

encontrou e prosseguiu a correspondência, argumentando sutilmente e sofismando, no seu caráter de general, contra as suas próprias pretensões como fornecedor, em cuja qualidade voltava à carga, rebatendo as razões do general, o qual se apressava a contestar. E assim continuou essa curiosa discussão por não sei quanto tempo, sem que diga a história qual foi a sua solução, sendo, porém, de supor que o fornecedor concluisse por convencer o general.

Outra especialidade do caráter chinês, já muito conhecida e descrita, é a polidez, a qual também oferece ensejo para a zombaria gratuita dos que não calculam as vantagens econômicas que contém em si essa qualidade. Quantas horas perdidas pelos ocidentais, quantos desgostos promovidos pelas contestações nascidas de suscetibilidades ofendidas ou da falsa interpretação de atos ou palavras? Lá não pode suceder tal coisa; a “polidez” não é senão um capítulo da “exatidão”, a qual, por sua vez, constitui um simples tomo da obra nacional, do grande livro que tem por título “a piedade filial”. Os seus ritos são conhecidos e seguidos por todos; a sua letra e as suas formas invariáveis não admitem objeção e, se com a sua estrita execução perde-se algum tempo, esse prejuízo nunca corresponde ao que sofrem as relações ocidentais com o frequente esquecimento das obrigações de cada um. Desde o Filho do Céu até o último *tankia*, todos as cumprem à risca na China, sem que haja ali lugar para as dúvidas e contestações que abalam constantemente o equilíbrio do trabalho no ocidente. Quem já lidou com trabalhadores europeus nas nossas fazendas ou empreitadas de estradas de ferro não poderá deixar de reconhecer os inconvenientes da falta de educação dos imigrantes, geralmente bisonhos, que recebemos do velho continente. As gazetilhas dos jornais ocidentais estão cheias de notícias das rixas e dos conflitos sangrentos em que empregam as suas horas de descanso os trabalhadores europeus. Na China são, ao contrário, raros tais sucessos; é ali desconhecido o uso de armas e de tavernas em que fazem forçosa escala os operários europeus na sua volta do trabalho¹⁴⁰

140 – Salva a exceção que já indiquei, no que toca aos portos ocupados pelos europeus.

e tornam-se quase impossíveis as alterações entre gente que tem de cor e respeita os menores detalhes dos seus deveres recíprocos. Outro tanto sucede no que se refere às paredes (greves) que perturbam periodicamente, no ocidente, a economia industrial; quando os trabalhadores chineses julgam-se verdadeiramente prejudicados nos seus direitos, assim o manifestam tranquilamente, sem ofensa para o patrão, e buscam trabalho em outra parte, sem tampouco opor-se à sua substituição por companheiros menos independentes ou mais necessitados.

Mas, quem tiver lido com atenção os capítulos precedentes deste livro já estará informado de outros traços recomendáveis do carácter chinês. Ainda, no que segue, terei ocasião de voltar ao assunto, no que mais especialmente se referir ao chin imigrante, ao trabalhador. Não me demorarei, portanto, na menção de infinitos costumes particulares daquele povo e que indicam o fundo moral a que obedece a sua marcha no concerto da humanidade. Se são as preleções quinzenais em que cada chefe de família rememora os preceitos de virtude recomendados pelos filósofos, ou as narrações em que celebram os leitores públicos, a troca de algumas sapecas, os episódios notáveis da história nacional, nos quais a sangrenta glória militar cede sempre o passo ao pacífico culto do bem; se é o sagrado amor à pátria, imposto até depois da morte pela restituição dos restos de cada um à terra do nascimento, ou a paciente dedicação ao árduo e ininterrupto trabalho, que só admite descanso durante as festas do ano novo; se é o aspecto sempre satisfeito e alegre dessa gente também sempre acossada pela dura necessidade, mas cheia de invejável confiança no poder da perseverança e da resignação, tudo manifesta ali o lugar proeminente que, a muitos respeito, ocupa a civilização chinesa na comunhão dos povos e serve de profunda lição para as orgulhosas raças ocidentais.



CAPÍTULO XI

EMIGRAÇÃO CHINESA

Emigração interna e externa – Os chins em Sião – Emigração por contrato
– Emigração para Cuba – O tráfico amarelo e suas iniquidades –
Emigração legal – Macau e os barracões – Sábias medidas e sábios
expedientes – Intervenção inglesa – Abolição do tráfico –
Emigração para o Peru – Testemunho de um brasileiro –
Emigração para as colônias inglesas – Um útil campo de estudos –
Emigração para Panamá – Uma hecatombe – Emigração para o Brasil –
A voz do visconde de Bom Retiro – Emigração livre –
Singapura e Pulo-Penang – Opiniões imparciais – Sumatra, Java, Bornéu
e a Austrália – Um viajante de 1887 – Os chins na Califórnia – O livro
de Salvador de Mendonça – Opiniões do sr. P. D. G. Paes Leme e do
emissário do barão de Indaiatuba – Porque são repelidos os chins –
Opinião do sr. M. de Pina – Questões eleitorais – A nossa *mongolização* –
Um pouco de matemática – Milagres da imigração chinesa – Substituição
do escravo – Destinos da imigração europeia – Uma lei fatal – O africano
e o liberto – O que sucede em Venezuela – Proprietários agiotas –
Um quadro triste – Última palavra do autor.

Há já alguns séculos que os habitantes das dezoito províncias começaram a sentir-se apertados no seu território e a estender-se pelos países vizinhos do norte e oeste. A essa lenta invasão da raça chinesa na Mongólia, no Ili, no Turquestão e no Tibete deve-se a reunião política desses países ao Império Chinês, como vassalos ou tributários. Mas, bem depressa, não bastou esse desafio; nem os desertos do norte, nem as áridas montanhas do poente ofereciam à atividade chinesa facilidades para o desenvolvimento dos seus instintos laboriosos. Principiaram então os imigrantes a procurar climas mais hospitaleiros e solo mais fértil: desalojaram os selvagens da ilha Formosa, povoaram o Tonquim, Sião, a Manchúria e a Coreia; os seus juncos cheios de colonos aportaram ao Japão, às ilhas Liu-Tchu, às Filipinas, a Bornéu, Java, Sumatra, Singapura e península de Málaca e, mais tarde, estendeu-se esse movimento humano até o Indostão, à Austrália, Maurícia, às ilhas Sandwich, à Califórnia, Demerara e Antilhas Inglesas, Cuba, Peru, Chile e o Brasil.

Essa emigração pode-se dividir em duas grandes classes: a que chamarei interna, ou dirigida para países hoje sujeitos à monarquia chinesa, e a externa, ou repartida entre os outros que citei.

A primeira dessas classes pouco nos interessa; basta mencionar que calcula-se em quinze milhões o número de chins estabelecidos naquelas regiões, onde a inteligência e laboriosidade dessa raça alarga cada dia mais a sua obra civilizadora, até os limites da Sibéria, de um lado, e os da Grande Bucara, do outro.

Os emigrantes externos avaliam-se em três milhões, sendo 1.800.000 nos Estados Asiáticos e 1.200.000 nos países dominados pela raça europeia, na Ásia, Oceania, África e América.

A região da Ásia para onde mais emigraram os chins foi a Indochina. Só o reino de Sião conta acima de um milhão de trabalhadores daquela raça, sobre os quais repousa a prosperidade desse reino, cujos naturais, indolentes e enervados, não suportam os pesados trabalhos agrícolas e industriais. Já ali obtém-se uma prova dos benefícios do trabalho chinês, na superioridade da riqueza agrícola e do comércio siameses, comparados com os dos outros Estados da Indochina. A maior parte dos chins que vivem em Sião são Punti e Hiaolo. Aqueles monopolizam quase todo o comércio e algumas indústrias, e estes a agricultura e outros trabalhos pesados. Continuam também ali os Hiaolo o seu econômico gênero de vida anfíbia, enchendo de barcos-casas o rio Mei-nam e seus afluentes.

A importância dessa imensa colônia chinesa em Sião e os benefícios que retiram do seu trabalho esse reino e os países vizinhos têm sido reconhecidos por todos os viajantes que lá viram o chin à obra. J. Thomson chama-o *pioneer* da civilização e E. Cotteau, estudando-o no Tonquim e em Saigon assegura que “onde se estabelece o chin toda concorrência europeia torna-se impossível; inteligente, pertinaz, vivendo de quase nada, dispensa ele tudo quanto os ocidentais julgam indispensável à vida”.¹⁴¹

141 – Durante a minha passagem por Saigon foi-me confirmada essa opinião por antigos residentes que atribuíam ao trabalho chinês a transformação dessa colônia francesa em um próspero e relativamente salubre estabelecimento, de paralisado e mortífero que antes era.

Passando agora a estudar a imigração chinesa nos países sujeitos à raça europeia, também a separei em duas classes: a imigração por contrato e a imigração livre.

A primeira, espécie de tráfico no gênero do que se fazia com os africanos, forneceu trabalhadores para Cuba, o Peru, Demerara e Antilhas Inglesas, Maurícia e o Brasil. A segunda deu úteis braços às Filipinas, ilhas da Sonda, Málaca, Austrália e Califórnia.

A emigração chamada por contrato começou em 1850 de Amoy para Cuba. Já então recebia a Califórnia trabalhadores livres, ali atraídos pela febre de especulação que produziu em todo o mundo a descoberta das suas ricas minas de ouro. Esse movimento e a emigração de chins para Manila e outras regiões da Oceania chamaram a atenção dos fazendeiros de Cuba, os quais obtiveram autorização da Junta do Fomento da Havana para contratar trabalhadores na China. O primeiro agente cubano chegou a Amoy em 1850 e confiou à firma inglesa Tait & Co. as diligências necessárias para o engajamento de emigrantes e o seu transporte à Havana. Àquela firma pertence pois a triste celebridade de ter iniciado esse odioso tráfico, de que não tardam a disputar-lhe os lucros outras casas comerciais. Assim se expressa o comissário cubano sr. Taneo Armero sobre o processo desses engajamentos:

O agente entregava os fundos às casas que acabo de mencionar, as quais mandavam ao interior recrutadores, impropriamente chamados corretores; estes, com suas artimanhas e mentiras, iludiam os infelizes *coolies* que traziam em embarcações chamadas lorchas até o costado do navio. Aí, sem mais fórmula, eram metidos a bordo *velis nolis* e, assim que estava cheio o navio e empacotados esses desgraçados como sardinhas, fazia-se à vela com o seu precioso carregamento.

Nas vésperas da chegada à Havana eram chamados um por um os emigrantes para assinarem os contratos e, se algum a isso resistia, o intérprete encarregava-se de fazê-lo por ele. Algumas vezes nenhuma notícia tinham os chins do destino que levavam nem da existência de tais contratos, em que apareciam os seus nomes. A admiração que manifestavam ao conhecer a sua sorte, os seus protestos e a narração

das violências com que se obtinha o seu engajamento, tudo era habilmente atribuído pelos agentes e capitães de navios à hipocrisia e falsidade do caráter chinês. Segundo eles, os emigrantes pretendiam, depois de aproveitar a passagem, eximir-se a obrigações livremente contraídas. As autoridades espanholas, interessadas na especulação ou iludidas de boa-fé, prestavam o seu apoio à execução dos contratos, cuja duração era de oito anos, ficando sujeito o *coolie* às mesmas obrigações do escravo, a troco de um salário mensal de quatro pesos, quase sempre anulado por descontos e multas, e devendo, no fim daquele prazo, retirar-se imediatamente do país ou tornar a contratar-se nas mesmas condições.

Semelhante sistema não podia deixar de produzir deploráveis resultados. Os trabalhadores resistiam aos patrões, revoltavam-se, conspiravam, transportando às plantações da América aquela surda guerra de raças dos portos da China. Mas aqui ainda mais débeis eram os chins; a luta concluía sempre em seu desfavor, pelo suplício dos criminosos ou o suicídio dos desesperados. Alguns fugiram da opressão e conseguiram, depois de mil dificuldades, voltar à pátria e dar notícia daqueles procedimentos. Começaram então os agentes a encontrar embaraços para o recrutamento, ainda que tivessem, já então, obtido a interessada proteção das autoridades portuguesas de Macau. A comissão dos corretores subiu até 50 pesos, o fisco português impôs um forte direito de saída e a instituição dos barracões, cujos concessionários não poupavam meios para enriquecer com esse tráfico, fez crescer a proporções inauditas as despesas da emigração. Entretanto – e é esse um fenômeno notável – apesar das rebeliões dos trabalhadores e da guerra que, aos indignos processos da imigração, já faziam na imprensa e nas alturas oficiais alguns corações generosos, e não obstante a elevação do preço dos imigrantes, o trabalho chinês, sempre constante e ainda a seu pesar remunerador, mostrou tão insuperáveis vantagens que os fazendeiros cubanos não recuaram diante dos sacrifícios que exigia a continuação desse tráfico. Cada chin chegou a ser-lhes vendido no mercado da Havana por um conto de

réis; o preço de um negro! Tinha porém aquele a vantagem sobre este de poder-se-lhe sugar durante oito ou dezesseis anos toda a sua força de produção; o negro conhecia a língua, já pertencia à comunidade e tinha advogados da sua raça, ou mesmo da opressora, que lhe permitiam resistir ou preguiçar; o chin, porém, estava abandonado a si mesmo, nenhuma compaixão inspiravam os vícios que lhe atribuíam; só lhe restava o suicídio ou resignar-se passivamente ao trabalho, em que os seus instintos forçavam uma diligência inconsciente.

Essa foi a época do tráfico amarelo que mais se assinalou pelas suas atrocidades. Um extenso rastro de sangue marcou o trajeto dos navios que nele se empregavam, deixando no fundo das águas milhares de cadáveres, testemunhas mudas desse crime da civilização ocidental. Seria preciso páginas inteiras para narrar os terríveis dramas de que foi então teatro o oceano. Os *coolies* descobriam o seu engano e, depois de cruenta luta, ou saíam vencedores, massacrando os seus algozes e voltando à praia, ou eram agrilhoados no fundo do porão, onde no fim da viagem a metade deles tinha encontrado a morte. Algumas vezes usavam do supremo recurso de incendiar o navio em que pereciam no meio das chamas, mas com os seus opressores. Outras vezes concertavam-se antes da partida com piratas que atacavam o navio a poucas milhas da costa para libertar os emigrantes e roubar a carga.

Tais sucessos não tardaram a impressionar a opinião pública tanto na China como no ocidente. Os ingleses, que também pensavam utilizar o trabalho chinês nas suas colônias, celebraram em 1856 uma convenção com as autoridades chinesas, pela qual se limitava a emigração a certos portos e procurava-se combater os seus abusos. Mas, ao mesmo tempo, davam essas disposições ao tráfico um caráter de legalidade que antes lhe faltava. Continuaram os agentes cubanos e peruanos os mesmos procedimentos, com a vantagem de não precisarem ocultá-los nem aproveitar as sombras da noite para embarcar suas vítimas em alguma praia escondida; à plena luz do dia enchiam-se os navios em Cantão, Amoy, Suatao e eram legalmente despachados

pelas autoridades chinesas, que fechavam facilmente olhos e ouvidos às irregularidades de um negócio em que também encontravam benefícios. Alguns mandarins enriqueceram com a venda dos seus administrados, os quais ainda preferiam emigrar do que expor-se ao bambu e às torturas. Outros funcionários aproveitaram sabiamente a ocasião para despejar as prisões de assassinos e ladrões. E assim continuou essa emigração durante dez anos, até que o governo chinês, de acordo com alguns representantes estrangeiros, pôs-lhe tais travas, em 1866, que ficou ela quase reduzida às saídas de Macau, onde ainda prosperou até 1874, sob o amparo das quinas portuguesas.

Muitos são os escritores que se referem com severidade a essa triste época da história de Macau; é real que continuaram aí muitos dos antigos abusos, mas deve-se fazer justiça às intenções do governo português. Se, por um lado, não teve ele escrúpulo de transformar em fonte de renda um tráfico condenado pela sã moral e igualado mesmo à pirataria pela convenção de Pequim de 1866, tratou, por outro, de regulamentá-lo com sábias disposições, que evitaram grande parte das irregularidades durante os oito anos em que teve Macau o próspero monopólio desse comércio.

O processo do recrutamento não variou; os agentes cubanos ou peruanos despachavam ao interior os seus corretores que traziam os emigrantes aos vastos barracões de Macau. Mas aí eram eles examinados pelos médicos coloniais que recusavam os velhos ou doentes, cujos gastos de regresso à sua aldeia corriam por conta da agência. Três dias antes do embarque lia-se os contratos aos que deviam partir, diante das autoridades superiores, de vários intérpretes e dos habitantes que desejassem assistir a esse ato, e explicava-se aos emigrantes a natureza desses contratos, informava-se-lhes da duração da viagem e das dificuldades para o seu regresso à pátria, perguntando-se a cada um se tinha sido coagido ou ia por sua vontade. Os que tinham sido iludidos ou se arrependiam eram imediatamente soltos e restituídos às suas aldeias à custa da agência. Os outros recebiam dois meses de salário adiantado e três mudas de roupa e embarcavam, tendo

contudo a faculdade de desistir da viagem até o momento da partida do navio, em que eram outra vez consultados. Neste caso desembarcavam, depois de restituir o que tinham recebido.

Como se vê, esse sistema oferecia bastantes garantias; mas, infelizmente, ainda encontravam os agentes e corretores meios de iludir aquelas disposições. Subornavam as sentinelas dos barracões para substituir por *coolies* enganados ou coagidos os indivíduos a soldo das agências que figuravam em todas as expedições com diferentes nomes. Aqueles desgraçados eram escondidos a bordo e, se resistiam, amordaçados e atados debaixo de sacos de arroz durante a última inspeção oficial, na qual respondiam em seu nome os substitutos de ofício. Outras vezes estes seguiam ostensivamente no navio até um ponto determinado da costa onde cediam o seu lugar a miseráveis arrancados violentamente das suas aldeias e trazidos à noite em juncos, nos quais desembarcavam os outros para repetir os seus manejos. Só com estes e outros expedientes podia manter-se esse grande movimento de emigração *contratada* que levou à Cuba e ao Peru 200.000 chins. Não havia outro meio de competir com a emigração livre que se dirigia ao arquipélago da Sonda, à Austrália e Califórnia; as entradas de emigrantes voluntários nos barracões de Macau não satisfaziam aos pedidos dos fazendeiros de Cuba ou às necessidades da extração do guano nas ilhas Chinchas.

Esses abusos foram, porém, pouco a pouco conhecidos; a imprensa de Hong Kong denunciava-os continuamente e exagerava-os mesmo, levada pela antiga rivalidade das duas colônias; a Inglaterra usou da sua tradicional influência sobre o governo português, obrigando-o a decretar em princípio de 1874 a completa cessação da emigração contratada¹⁴². Não obstante os protestos e as diligências dos que em Cuba e no Peru tiravam grande proveito desse odioso tráfico, os governos peruano e espanhol não duvidaram sancionar o seu termo, celebrando com a China os tratados de 1874 e 1878.

142 – É um dever de justiça reconhecer a generosa intervenção que teve nessa humanitária medida o ilustre visconde de São Januário, então governador de Macau.

O que acabo de referir em relação à emigração para Cuba aplica-se à que era simultaneamente dirigida ao Peru. Para ali também enchia-se navios da gente menos apta para o serviço a que era destinada. Segundo informou um agente daquela república, quase todos os emigrantes eram pescadores, barbeiros, alfaiates, pintores, sapateiros, cômicos, mestres de escola, sacerdotes budistas e piratas. Mas, para melhor fazer sentir que dessa imigração não se deve formar um juízo do trabalho chinês, cedo a pena ao autor do editorial do *Correio Paulistano* de 23 de outubro de 1883, sentindo não conhecer o seu nome para prestar pública homenagem à competência com que tratou do assunto, utilizando as suas observações pessoais nas fazendas do Peru.

A escória dos portos da China, a gentilha para quem não havia espaço nas prisões, as equipagens de embarcações de piratas, eram contratadas em massa e enganadas quase sempre para virem ao Peru. Atirados ao porão de um navio de pequenas dimensões, os chins tinham, na travessia, todo o horror que caracterizara antes o tráfico africano. A bandeira peruana cobria a infâmia como a brasileira flutuara antigamente nos mastros dos navios negreiros. Uma vez, a força de um dos ciclones comuns nos mares da China fez um destes navios arribar ao porto de Yokohama, no Japão. As autoridades japonesas tiveram notícia do carregamento que levava o navio e, depois de ouvirem as queixas e reclamações dos *coolies*, de verificarem os tormentos a que sujeitava-os o capitão, ordenou a prisão deste e mandou desembarcar e pôr em liberdade os pobres chins.

Daí surgiu uma complicação diplomática entre o Japão e o Peru e este, apesar de europeu pela descendência e cristão pela crença, mostrou-se inferior ao governo japonês no que referia-se ao amor da humanidade e ao respeito pela civilização. No arbitramento que pôs fim à questão, o imperador da Rússia decidiu contra o Peru, que não teve assim atendida nenhuma das suas reclamações.

Isto dá ideia do modo por que era feito o transporte. Acompanhemos agora estes chins da pior espécie uma vez desembarcados.

Os contratos que traziam eram feitos em Macau. Neles estipulava-se que os chins não seriam obrigados ao trabalho mortífero da extração do guano, mas esta cláusula nem sempre era respeitada. Os salários determinados discriminavam-se para diferentes fins, dos quais os principais eram o pagamento do transporte do chin até o Peru e o seu sustento. A passagem andava por 400 soles ou perto de 800.000 réis. O preço era exagerado, mas no Peru a empresa de transporte, como tudo o que no país tinha algum contato com o governo, era o tipo da mais gananciosa das imoralidades. A subvenção anual de 150 mil soles (300 contos de réis) que o governo dava à companhia de navegação, ainda vinha aumentar mais os lucros enormes desta.

Durante dez anos as viagens repetidas dos vapores da companhia trouxeram ao Peru 60.127 chins. Afinal o governo português, sob a pressão inglesa, proibiu em 1874 a saída de chins de Macau para o Peru.

O modo porque eram feitos os contratos com os chins, a má-fé que presidia à sua execução davam amostra irrecusável da desmoralização da classe dirigente do país. Os contratos eram por oito anos e o salário anual era de 200 soles repartidos pela seguinte forma:

Desconto para pagamento da passagem	50 Soles.
Salário	48 “
Alimento	72 “
Médico	24 “
Total	194 “

Ou seja, redondamente, 200 soles como dissemos.

O tratamento dado aos pobres chins era bárbaro e cruel. Pela menor falta vinham o açoite, a prisão, as algemas e as correntes. Tal foi o ódio que os asiáticos criaram aos seus algozes que, por ocasião da invasão chilena, eles foram

auxiliares utilíssimos do exército do Chile. Ajudavam-no no transporte das cargas, serviam-lhe de guia e, mais de uma vez, celebraram serviços religiosos, pedindo a proteção do Céu para as armas chilenas que os vinham libertar...

Como se vê, a imigração chinesa foi, relativamente, no Peru, um benefício para certo número de agricultores, mas em relação à prosperidade nacional, em relação aos direitos imprescritíveis da civilização e da humanidade, foi um fracasso.

No entanto, julgamos errônea e infundada a opinião que, baseada no acontecido no Peru, condenar sem mais exame o trabalho chin aplicado à cultura do café. Desde que os chins que para cá vierem não forem os criminosos de Macau; que a incontestável superioridade moral dos costumes brasileiros sobre os do Peru livrar o Brasil dos horrores ali perpetrados; que a boa-fé presida à vinda dos chins; que o governo não se prenda a tentativas por compromissos financeiros, não vemos qual a razão por que se deva condenar, em absoluto, um ensaio a que se pode dar fim, logo que se o reconheça nocivo.

Se a experiência é o fundamento de todo o critério humano, não há motivo para repelir-se o trabalhador chin das fazendas de café, organizadas como acham-se atualmente, sem ao menos ter precedido à repulsa um ensaio que a justifique.

A introdução de trabalhadores chineses nas colônias inglesas formou um meio-termo entre a imigração por contrato e a livre. Quando começou aquele movimento, o prático espírito britânico já tinha observado os males mais ou menos próximos que deviam forçosamente resultar do sistema espanhol. A austeridade da administração financeira inglesa não admitia tampouco a proteção de ambições venais numa empresa de interesse geral, na qual fundavam-se justas esperanças para o progresso da riqueza e do bem-estar das colônias. O primeiro cuidado dos governos coloniais foi, portanto, confiar a direção da emigração a agentes oficiais bem remunerados e cujos

procedimentos estavam sujeitos a uma severa fiscalização por parte das autoridades da metrópole e das colônias, especialmente das de Hong Kong, onde se concentravam as operações para o engajamento e transporte de emigrantes. Todas as despesas corriam por conta do Tesouro colonial, o que tornou difícil senão impossível a prevaricação e habilitou as colônias inglesas da América a introduzir chins ao reduzido preço médio de 200.000 réis por cabeça.

Não obstante as dificuldades que desde o princípio encontrou o agente oficial Mr. White para competir com os agentes cubanos e peruanos, autorizados a gastar à larga e aos quais nenhuma legislação prescrevia limite para o número de emigrantes embarcados em cada navio, conseguiram receber as colônias inglesas de Demerara e das Antilhas cerca de 20.000 chins durante os treze anos que durou essa emigração. Só Demerara introduziu 13.000 que, com os portugueses dos Açores e os *coolies* do Indostão já ali empregados, satisfizeram a todas as necessidades do trabalho e permitiram levantar a produção do açúcar do abatimento em que tinha caído pela falta de braços¹⁴³.

É interessante folhear os relatórios oficiais da Repartição de Imigração da Inglaterra. Aí pode-se acompanhar em todos os seus detalhes o processo são e prático por que foi dirigida a emigração chinesa para as colônias inglesas da América e África. Verifica-se o anelo com que se interessavam os funcionários superiores que dela se ocupavam para que os emigrantes fossem bem tratados, desde a partida dos navios até o termo do contrato, e facilitassem com favo-

143 – Não falta quem alegue em desfavor da imigração chinesa a circunstância de ter ela cessado há vinte anos nas mencionadas colônias inglesas. Compreende-se entretanto facilmente que assim sucedesse, observando-se o prodigioso crescimento da população de origem europeia naquelas colônias. Basta mencionar que a Jamaica, com uma área de 4.200 milhas quadradas, tem perto de 600.000 habitantes. Mesmo Demerara, que conta apenas 280.000 almas para 76.000 milhas quadradas, já está relativamente bem povoada e provida de suficientes trabalhadores para a exploração do seu difícil solo, pela maior parte pantanosos e insalubre. Deve-se considerar que, sendo a população e área desta última colônia pouco mais ou menos proporcionais às do Brasil, para conservar igual proporção em relação aos 13.000 chins lá recebidos, deveríamos introduzir 564.000, sem contar os inúmeros imigrantes que ainda teríamos de trazer ao Brasil de outras procedências, para contrabalançar os 73.000 *coolies* do Indostão, 17.000 portugueses e 12.000 colonos de outras origens introduzidos em Demerara desde o ano de 1838 até o de 1870.

ráveis informações a vinda de outros. Os cargos de protetores de imigrantes, bem remunerados e confiados a homens de reconhecida austeridade, ofereciam garantias para a repressão de muitos dos habituais abusos da imigração. Creio que em nenhuma parte melhor do que na Guiana inglesa poderíamos obter proveitosas lições no que diz respeito à introdução e utilização de braços para a lavoura. Poucos serão, dos que estudam o comércio do açúcar de cana, os que ignorem a preferência que encontram nos mercados europeus as qualidades produzidas em Demerara. Não me parece, contudo, que os nossos lavradores tenham dado a devida importância àquele vantajoso campo de estudos para o tão almejado melhoramento da nossa indústria sacarina. Quando em 1872, aproveitando a minha longa residência nas vizinhanças daquela colônia, quis obter informações sobre o seu trabalho agrícola, fui surpreendido pela notícia de que nem tínhamos lá um agente consular; tive de recorrer a um obsequioso estrangeiro para conseguir os dados que me faziam falta. Creio que o nosso Centro de Indústria e Comércio de Açúcar não perderia tempo e despesas dirigindo a sua atenção para Demerara, cuja lavoura quase se limita à produção do açúcar de cana. Assim, poderiam também os distintos membros dessa associação convencer-se do poderoso concurso que prestou ali o trabalho chinês para a economia da exploração agrícola e o aperfeiçoamento daquele produto.

Com efeito, na comparação do trabalhador de origem indostânica com o chinês, todas as informações oficiais são em favor deste último. O sr. Charles Elliot, governador da Trindade, dirigindo-se em ofício ao duque de Newcastle, ministro das Colônias, expressa a sua firme convicção da superioridade dos trabalhadores chineses. Assevera que são mais robustos e inteligentes e que estavam destinados a introduzir métodos econômicos de trabalho desconhecidos na colônia. O trabalho chinês em Demerara mereceu especial menção nas informações que acompanharam o catálogo das amostras remetidas por aquela colônia à Exposição de Paris de 1867. No relatório dos comissários mandados à Guiana Inglesa em 1870 para inquirir sobre

as queixas dos imigrantes, encontra-se a seguinte informação sobre o trabalho chinês:

O chin é muito mais inteligente do que o índio ou o negro e aprende muito mais depressa o manejo das máquinas (dos engenhos). Ele é também muito cuidadoso e exato no trabalho do campo ou dos engenhos, muito mais independente do que o *coolie* (da Índia) e não se deixa facilmente desencaminhar pelos descontentes.

E deve-se notar que todas essas informações referem-se a uma classe de imigrantes bastante parecida à escória que ia para Cuba e o Peru. Os agentes ingleses não podiam sempre evitar a remessa de chins da pior espécie que deixava à desacreditada emigração por contrato o sempre crescente movimento para a Califórnia e Austrália. O sr. Des Vœux, que exerceu a magistratura durante alguns anos em Demerara, informou ao governo britânico que as três quartas partes dos chins ali importados compunham-se de indivíduos que nunca tinham-se entregue aos trabalhos de fora de casa (*outdoor labour*): os mestres de escola, os médicos e os jogadores de profissão formavam a maioria dessa imigração.

É verdade que havia motivos para esperar melhores resultados dos trabalhadores importados nas colônias inglesas do que dos da mesma espécie introduzidos em Cuba e no Peru; os navios despachados pelos agentes daquelas colônias tinham de sujeitar-se ao *Passenger Act* que só permitia um passageiro por duas toneladas de registro, o que dava aos emigrantes mais conforto durante a longa viagem e não os expunha às epidemias que decimavam os carregamentos amontoados nos navios que se dirigiam à Cuba e ao Peru. Quando chegavam a Georgetown ainda estavam relativamente satisfeitos, nem encontrei nos numerosos documentos que consultei sobre tal emigração relação de nenhum daqueles horríveis dramas do mar a que me referi. Ao desembarcar eram solitamente agasalhados e dirigidos pela Agência Oficial de Imigração, cuja organização não permitia especulações ilícitas em detrimento dos imigrantes. O preço, que por cada um tinham de pagar os patrões, correspondia

às despesas feitas, com a adição de um pequeno prêmio para o juro e a amortização do capital levantado com esse objeto pelo governo colonial. Não havia portanto o mesmo empenho em *sangrar* o trabalhador como em Cuba ou no Peru, para reaver o enorme desembolso que custava; tratava-se-o melhor, pagava-se-lhe um salário de 20.000 réis mensais (35 *cents* diários) a seco, o que é geralmente preferido pelos chins, ou admitia-se-o a trabalhar por tarefas reguladas por uma tabela oficial de preços, no que os mais diligentes chegavam a ganhar 50 *cents* diários. Os contratos eram apenas por cinco anos, em vez dos oito de Cuba e do Peru, e nenhuma obrigação tinham os imigrantes de deixar o país a sua custa, depois daquele prazo, ou de tornar a contratar-se nas mesmas condições.



A sangria de *coolies* na América (desenho chinês)

Basta o referido para demonstrar a distância que separa a emigração para os países de origem espanhola da que se dirigiu às colônias inglesas. Se nestas ainda se deram bastantes abusos para obrigar a intervenção

do governo inglês e da *Anti-Slavery Society* em 1870, deve-se levar em conta a espécie de gente importada e o mau exemplo que recebiam os chins do avultado número de *coolies* da Índia que já encontraram em Demerara. Durante os primeiros anos prevalecia forçosamente a influência destes; só depois deu-se o fato oposto, como o reconheceu a Comissão de Inquérito, assegurando que o pequeno número de chins introduzidos melhorou muito a condição dos trabalhadores de origem indostânica, dando-lhes exemplos de moral e submissão e estimulando-os ao trabalho. Na maior parte das fazendas confiou-se aos chins os cargos de feitores ou capatazes, o que contribuiu para que tomassem o partido dos patrões nos conflitos com os índios.

Pode-se, em resumo, dizer que a imigração chinesa na Guiana Inglesa, ainda que composta, na maioria, da última camada da China, não foi um fracasso. O crescimento da prosperidade dessa colônia durante o tempo em que recebeu trabalhadores chineses demonstra eloquentemente os benefícios que ela retirou da sua introdução¹⁴⁴.

Não se acha no mesmo caso a que se dirigiu a Panamá para os trabalhos da estrada de ferro interoceânica. Em agosto de 1854, o governo da Jamaica, tendo notícia de que a companhia de Panamá desejava substituir por negros daquela ilha os chins que contratara por cinco anos, mas que não podiam resistir ao mortífero clima do istmo, mandou uma comissão estudar a conveniência de serem aproveitados esses trabalhadores nas plantações da colônia. Dessa comissão faziam parte o médico dr. Falconer e o mandarim intérprete Uang-te-chang. O primeiro informou sobre a natureza das enfermidades de que morriam diariamente os chins e atribuiu-as às péssimas condições do clima, ao excesso de trabalho e aos maus tratos que recebiam. Só num hospital encontrou 140 doentes graves e, pelo caminho, muitos outros que mal podiam suportar o trabalho, contrastando a sua aparência extenuada com a robustez e o ar de saúde de uma turma de 65 ultimamente chegados da China. A extensa e pitoresca informação de

144 – Relatório da Comissão de 1870.

Uang-te-chang entra em mais detalhes sobre os horríveis sofrimentos dos seus compatriotas. A companhia alimentava-os com insuficientes rações de carne salgada e, muitas vezes, só lhes dava água salgada para beber. Trabalhavam dias seguidos com os pés dentro d'água e sob chuvas torrenciais, só interrompidas para deixar brilhar o ardente e mortífero sol daquelas paragens. Quando afrouxavam, eram barbaaramente excitados pelo terrível látego do feitor, sendo comum morrerem muitos ainda com a enxada ou picareta na mão. Grande parte deles suicidava-se diariamente e, quando em novembro de 1854, decidiu-se o governo da Jamaica a recebê-los, só existiam 260 chins dos 1.042 importados pela Companhia de Panamá; isto é, tinham ali perecido em oito meses na razão de 76%.

Para não repetir, deixarei de lado as emigrações contratadas ainda dirigidas a outros países da África e América, as quais, qualquer que fosse o método adotado, o de Cuba ou Demerara, demonstraram mais ou menos inconvenientes sob o ponto de vista humanitário ou econômico. Me limitarei a reproduzir um respeitável documento oficial emanado de um dos nossos mais simpáticos vultos políticos, no qual, apontando as causas do malogro da imigração contratada em Macau para o Brasil em 1856, não se deixa de reconhecer a conveniência de ser levada adiante a experiência do trabalho chinês. Assim se expressa no Relatório do Ministério do Império de 1857 o ilustre sr. Luiz Pedreira do Couto Ferraz, depois visconde de Bom Retiro.

Grande parte dos chins foi aproveitada pelo Arsenal de Marinha da Corte, em cujos trabalhos se acham empregados *muito a contento* do digno inspetor desse estabelecimento. Quanto aos que foram distribuídos a particulares, força é confessar que alguns não têm produzido o resultado que se esperava. Este fato todavia não altera por si só a convicção que ainda nutro de que os nossos cultivadores, especialmente do norte, poderiam tirar excelente partido de tais trabalhadores, como meio de transição, até terem meios para adquirir com facilidade braços livres de outras nações do globo. Um ou outro ensaio

mal sucedido nem sempre deve importar a condenação de uma ideia ou de um sistema. Assim o entenderam os franceses e ingleses a despeito dos primeiros e desgraçadíssimos ensaios de trabalhadores asiáticos, dos quais colheram depois excelente resultado.

A qualidade dos indivíduos influi muito sobre o bom êxito das empresas; com trabalhadores de má índole nulificam-se os esforços do empresário o mais inteligente e zeloso. Por outro lado, também a falta de jeito quanto ao modo de os tratar e outras circunstâncias especiais tornam desgraçadas as mesmas empresas, por melhores que sejam os trabalhadores. De nenhuma das hipóteses pode-se pois tirar uma ilação absoluta...

Deixando que o leitor aprecie a valiosa comprovação, que encerra esta sensata exposição, das razões com que tenho procurado explicar o mau resultado das emigrações contratadas, passarei a ocupar-me da emigração livre que levou o útil trabalho chinês a distintas regiões do globo.

Não me foi possível verificar a época fixa em que começaram a emigrar os chins para Singapura e Pulo-Penang; quando os ingleses se apoderaram desses estabelecimentos, já ali encontraram o chin à obra. Essa data não tem, porém, importância para o meu estudo e só tratarei de relatar os resultados dessa imigração, preferindo reproduzir as opiniões de outros viajantes, cujo desinteresse na questão da imigração chinesa dá mais valor às suas informações.

O próprio conde de Beauvoir¹⁴⁵, apesar de seu espírito crítico em desfavor da China e dos chins, reconhece que são eles em Singapura “poderosos auxiliares e soberanamente úteis num empório comercial de primeira ordem, a que prestam louváveis serviços, imprimindo a divisão do trabalho, aplicada graças a eles, um movimento inaudito à atividade econômica”. J. Thomson¹⁴⁶, referindo-se aos chins de Singapura e Pulo-Penang, também diz que são

145 – *Voyage autour du Monde*.

146 – *Ten years of travels in China and Indo-China*.

os membros mais úteis e deve-se confessar, mais indispensáveis daquelas sociedades. Em Pulo-Penang só se encontram carpinteiros chineses, ferreiros chineses, alfaiates chineses e artesãos chineses de toda espécie. Outro tanto sucede em toda a superfície da ilha, em que estão disseminados os chins, cultivando a terra por conta própria ou alheia. Parecem eles *os mais pacientes, os mais industriais e os mais felizes cultivadores que se pode encontrar sobre a superfície do globo*. É aos chins, confessemos-lo, que os residentes estrangeiros devem a facilidade com que obtêm nessa afastada terra todas as comodidades da vida europeia.

E é esse o juízo imparcial sobre uma população chinesa de mais de 160.000 almas, estabelecida em Singapur[a] e Pulo-Penang.

Se atravessamos o estreito, encontramos em Sumatra a mesma situação e o mesmo juízo. Deixando de parte as opiniões já bastante publicadas de antigos viajantes em favor das qualidades do trabalhador chinês, traduzirei alguns trechos de um recente estudo econômico sobre a Oceania¹⁴⁷.

Em Sumatra encontramos essa infatigável raça asiática tal qual já a vimos na América, na Polinésia e na Austrália. Em Java foram tolerados e depois aceitos e bem recebidos, pela facilidade com que se identificavam; são aí ativos, laboriosos, humildes e pacientes, como o são em toda a parte onde se acham em contato com a raça branca. Sempre atraídos pelo sucesso e pelo ouro, os chins afluíram à Batávia, onde enriqueceram com as migalhas que caíam dessa mesa de festim, monopolizando todos os ofícios e neles excelendo, desdenhosa mas largamente pagos por patrões, rapidamente enriquecidos e descuidosos dos detalhes da existência.

Em Bornéu, como em Sumatra e Java, a raça chinesa, admirável e produtora, trabalha e enriquece, despre-

147 – VARIGNY, M. C. de. L'Océanie Moderne. *Revue des Deux Mondes*, 1º de setembro de 1887.

zando as más condições do clima, o sofrimento físico, as doenças e a morte, afrontando tudo por amor do lucro.

Essas são as informações sobre mais de 300.000 chins que concorrem para a prosperidade das colônias holandesas da Oceania. Ainda deixarei falar o mesmo escritor com relação a essa emigração na Austrália¹⁴⁸; ficará assim ressalvada a suspeição da minha incompetência ou parcialidade nesta matéria.

Desde a época da descoberta do ouro data a introdução na Austrália de um novo fator: a aparição da raça chinesa. Esse imenso império de 300 milhões de habitantes, cujas portas eram forçadas pela Europa a tiros de canhão, deixava escapar por essas brechas o excesso de uma população esfomeada e abafada dentro das barreiras que a política asiática tinha levantado entre o Império do Meio e o resto do mundo. Ela precipitou-se sobre a Califórnia, como devia fazê-lo alguns anos mais tarde sobre a Austrália, o Peru, o Chile, levando sempre mais longe os seus emigrantes humildes, pacientes, trabalhadores, econômicos, vivendo de quase nada, comerciantes de instinto e encontrando colheita lá onde o branco já nem pode respigar. Raça produtora por excelência, invasora e industriosa como formiga, já a vimos à obra na Califórnia, aqui ainda a encontramos, sempre a mesma, refratária a todas as influências do clima e às circunstâncias especiais que tão poderosamente influem sobre as outras raças. Aqui também tornou-se indispensável, monopolizando todos os ofícios mesmo os mais baixos, aqueles que o europeu despreza por parecerem-lhe degradantes. Os chins deles vivem e chegam mesmo a economizar, até o dia em que, dando expansão à sua ambição, podem entregar-se ao comércio, comprar e vender, aumentar o seu capital.

Na sua marcha para diante as nações ocidentais vieram afinal chocar contra esse grande corpo inerte e imutável, remexeram esse formigueiro que encerra um terço da população

148 – *Revue des Deux Mondes*, de 15 de agosto de 1887.

do globo. A Inglaterra pelas Índias, a Rússia pelo Tibete e pela Sibéria, a França pelo Tonquim a encontram no seu caminho. A China veio a ser o que pretendia: o Império do Meio. Com a emigração, ela pôe-se em contato com os Estados Unidos, a Oceania, as repúblicas espanholas. O parlamento da Austrália busca em vão meios de repelir essa invasão formidável. Mas não o conseguirá porque esses emigrantes tornaram-se indispensáveis. Toda a parte norte da Austrália acha-se sob o trópico de Capricórnio e, desde que a abolição da escravidão suprimiu o trabalho obrigatório dos negros, os chins os substituem. Originários das províncias meridionais do império, eles resistem perfeitamente ao clima quente que paralisa a energia dos brancos. Nos distritos das minas os chins encarregam-se dos trabalhos pesados; os engenheiros não os podem dispensar e os irlandeses que pedem a expulsão dos chins não estão habilitados a substituí-los, ao preço de um salário duas ou três vezes maior. A raça anglo-saxônia exigente e insaciável, de inteligência fria, e de concepções atrevidas, capacita-se de que esses trabalhadores asiáticos são necessários, que suportam todos os climas e que representam a mão de obra a baixo preço, sem a qual certos trabalhos tornam-se impossíveis. Assim o demonstrou a construção da estrada do Pacífico, no meio das chuvas, da neve e da rigorosa temperatura das serras, e também o provam os trabalhos das ilhas Chinchas onde, sob um céu abrasador; naqueles rochedos em que não há sombra nem água, só eles podem resistir à poeira sufocante e malsã do guano.

E como substituí-los? Nenhuma raça está disposta nem pode trabalhar em condições tão econômicas, nenhuma vive de tão pouco, contentando-se de um punhado de arroz e de peixe salgado; nenhuma reúne em igual grão aquelas qualidades necessárias de docilidade e inteligência que tornam os chins incomparáveis. Certamente, os ingleses, os escoceses são bons trabalhadores, altos, robustos e frios; mas são também grandes consumidores; conscientes do seu valor intelectual, nasceram para mandar

e não para executar trabalhos servis. Eles são a cabeça que pensa, o chin é o braço que executa. Um só deles basta para dirigir uma turma desses trabalhadores asiáticos, sem cujo concurso o ouro custaria tanto para extrair como vale em Melbourne ou Londres. Um chin contenta-se com o salário de 30 francos mensais; paga-se 8 francos por dia a um trabalhador europeu.

Seriam precisas já não algumas páginas de um capítulo senão as de um volume inteiro para transcrever as opiniões favoráveis ao trabalho chinês na Califórnia. Mas as pessoas que se interessam no Brasil pela questão da imigração chinesa leram, sem dúvida, o excelente livro publicado em 1879 pelo nosso digno cônsul em Nova York, sr. Salvador de Mendonça.¹⁴⁹ Ali, acha-se luminosamente condensada a história da imigração chinesa na Califórnia e bastante demonstrado o benefício que ela levou ao progresso material daquele estado, para que só possam desconhecer as vantagens do trabalho chinês os que não leram aquele livro ou os que, por uma obstinação, infelizmente bastante comum, não querem abrir os olhos à evidência. E não foi aquele ilustre escritor o único brasileiro que estudou o trabalhador chinês na Califórnia e fez-lhe devida justiça; ainda sei de outros dois cujas observações pessoais estão em tudo de acordo com o que aqui avanço. Um deles é o sr. Pedro D. G. Paes Leme, o qual não só observou o trabalho chinês na Califórnia, como teve também ocasião de compará-lo com os dos imigrantes da mesma origem contratados para Cuba. Eis o que esse respeito publicou esse sr. no *Globo da Côte*, em outubro de 1877.

Tendo tido a fortuna de ver de perto, no Estado da Califórnia, o chin, o famoso construtor da Union e da Central Pacific R. R., seja-nos permitido dizer o que vimos e a impressão que experimentamos observando esses homens o seu trabalho. Talvez possam estas informações aproveitar aos nossos colegas agricultores e é para eles

149 – MENDONÇA, Salvador de. *Trabalhadores asiáticos*. Obra mandada publicar pelo exmo. sr. conselheiro João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. New York: Typ. do Novo Mundo, 1879. p. 278

especialmente que escrevemos.

Passadas as Montanhas Rochosas só se encontram trabalhadores chins na linha férrea; e nos grandes aterros que substituem os gigantescos viadutos emprega-se considerável número de operários de todas as categorias. À exceção dos fatores que são americanos, todo o pessoal pertence à raça *mongólica*¹⁵⁰, que trabalha admiravelmente. Nos hotéis de primeira ordem são os chins que se encarregam do asseio dos mesmos. Nos campos da Califórnia há cem mil chins! Todo o trabalho rural e industrial é feito por jovens inteligentes, robustos, sóbrios e econômicos. O asseio dos seus vestidos prende a atenção do viajante. A cidade de S. Francisco tem um quarteirão onde se alojam 20.000 chins que exercem diversas profissões. Até encontram-se advogados. Toda essa população laboriosa presta excelentes serviços ao povo americano que a trata com extrema severidade e excessivo rigor. A polícia é inexorável para com eles, e penetra a qualquer hora em suas casas, como tivemos ocasião de observar visitando o bairro chinês, à noite, acompanhados por um oficial de polícia. Nesse bairro encontram-se as misérias que se vê em todos os centros populosos onde falta a educação e o bem-estar.

Hoje sofrem os chins guerra de morte da população irlandesa, que vê neles sérios concorrentes. Quando o europeu exige 5.000 réis por dia de trabalho, o chin recebe 2.000. Os californianos apreciam muito o operário chinês que é condenado pelos políticos de plataforma, para endeusarem os irlandeses.

É o elemento chin que predomina nos belíssimos campos da Califórnia, estado que, apenas com 600.000 habitantes, exportou no ano último 160 mil contos, e onde a média produzida por trabalhador rural excede a dois contos de réis anualmente.

O que vimos, pois, nos estados do Pacífico foi o chin fazendo séria concorrência ao operário europeu e ao próprio nacional, mostrando igual energia, muita inteli-

150 – Chinesa.

gência, maior sobriedade, ordem e economia.

Na ilha de Cuba encontramos diverso quadro. Ali vimos centenas de chins em alguns engenhos, todos eles pálidos, maltrapilhos e desconfiados. Faziam exceção os chins empregados no engenho Las Canas, do sempre lembrado cubano d. Juan Paey. A queixa era amarga contra os filhos do celeste império. Atribuímos este estado de coisas à má escolha do pessoal. Os fazendeiros cubanos até agora tinham-se absterido de novas importações de asiáticos, que em 1867 atingiram o elevado número de 13.982, e no decênio de 1863-1873, 60.553. Eram geralmente de Macau, fracos e viciosos, e tanto desacreditaram a empresa que os contratava que, em 1873, apenas entraram 843 na ilha.

Quando estivemos em Cuba nas propriedades do exmo. marquês de Álava, mais conhecido por d. Julián Zulueta, este nos disse que pretendiam organizar uma associação para a importação de asiáticos, escolhidos com o maior cuidado, porque até ali tinham sido iludidos e prejudicados pelos contratadores.

Mais tarde, em 1881, mandou o visconde de Indaiatuba um agente à Califórnia contratar chins para sua fazenda de S. Paulo. Este agente deu as seguintes informações numa carta datada de S. Francisco em 20 de julho daquele ano e publicada posteriormente no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro.

Parti para aqui sob a impressão que geralmente predomina no nosso país de que o chin é excessivamente morigerado e trabalhador, e que sujeita-se mais ao trabalho, quer nas minas, quer na lavoura do que o europeu. As informações que obtive confirmam esse juízo; o povo da Califórnia *una voce* sustenta a mesma opinião.

Só quem visita *Chinatown* (Cidade da China), isto é, o arrabalde dos chins, é que pode acreditar que semelhante gente viva tão miseravelmente. Em um pequeno quarto, onde somente dois escravos nossos dormiriam, acomodam-se seguramente dez chins, e quem os vê na

rua, aparentemente asseados não calcula a qualidade da sua morada. A sua única aspiração é ganhar dinheiro para voltar à China, quer vivo quer morto. Entretanto os chins estão aqui tão acreditados, quer como trabalhadores de roça, quer como mineiros, criados e outras profissões, que é matematicamente impossível obter um só deles para o Brasil por salário tal que dê algum interesse ao fazendeiro. Para que os leitores avaliem a sua importância como bons trabalhadores, basta dizer-lhes que há neste país quatro grandes estradas de ferro que somente ocupam colonos chins, e são: a Canadian Pacific Railroad, a American Northern Pacific Railroad, a Central Pacific Railroad e a Southern Pacific Railroad. A terceira destas estradas, que liga Ogden a S. Francisco, tem mais de 802 milhas; as outras são mais ou menos de igual extensão. Além destas há mais quatro em construção no Oregon e no Arizona, e outras que não poderão prescindir presentemente de 20.000 chins; isto sem falar de outros serviços para os quais há constante procura de trabalhadores chins. Examinadas as coisas como devem ser, não vejo outro remédio, senão nossos amigos fazendeiros mandá-los vir diretamente de Cantão ou qualquer porto da China que mais convenha aos seus interesses. Digo Cantão ou outro qualquer porto da China e não Hong Kong, pois já fui informado aqui de que a Inglaterra deu ordens muito rigorosas ao governador daquela cidade proibindo a exportação de chins para o Brasil. Essa ordem terminante do governo inglês, aplicável *somente* ao Brasil, justa ou injusta para a classe agrícola do nosso país, deve calar no ânimo de alguns fazendeiros que infelizmente acreditam que se pode tratar um chin como se trata a um escravo. E sejam ditas alto e bom som as seguintes palavras: ‘Se os chins no Brasil forem tratados com a humanidade que caracteriza os nossos patrícios, milhares de outros para lá irão, mas, se outro for o nosso procedimento, *nenhum* mais irá, e 30% das levarão ao suicídio.’ O coronel Bee, cônsul chinês nesta

cidade, disse-me. ‘Sei positivamente, por isso que já estive no vosso país, que em alguns distritos do Brasil os escravos têm sido tratados como animais. Se julgam poder persistir no mesmo propósito com relação aos chins, estão muito enganados’.

O cônsul chinês também falou dos abusos praticados com os chins nos estados do sul e principalmente no Peru, onde seus contratos foram vendidos em leilão. ‘Os chineses – disse ainda o coronel Bee – são amigos do dólar como o americano e, uma vez garantidos os seus contratos, bem tratados, com alimento suficiente, os fazendeiros poderão fazer o que quiserem deles. Nos seus contratos querem o descanso somente aos domingos e três dias no mês de janeiro.’ Esta notícia não pode ser desagradável aos fazendeiros.

S. Francisco era uma aldeia em 1849 e hoje é a primeira cidade do Pacífico, com mais de 200.000 habitantes, com sua miríada de vapores, fornecendo aos Estados da Europa o seu bom trigo e outros produtos de valor. Virginia City, há pouco tempo uma aldeia é hoje uma cidade com suas minas ao redor que valem milhões e milhões de dólares. Conestock¹⁵¹ e Virgínia deram aos seus acionistas a insignificante quantia de 200 milhões de dólares ou mais de 400 contos de réis, isto é, mais do quádruplo da receita geral do nosso país. E estas minas estão a pedir chins e mais chins.

A esses elogios do chin, às notícias dos prodígios econômicos que com o seu concurso realizaram os países que receberam a sua imigração livre¹⁵², opõem os seus adversários, com ar triunfante, argumento da sua repulsa dos Estados Unidos e de outras partes. O sr. Paes Leme já resumiu os motivos dessa repulsa nas frases da sua

151 – [Possivelmente Comstock Lode, Nevada, USA.]

152 – O boletim de novembro de 1887 da Sociedade Central de Imigração publica, sob o título “Maravilhas da Imigração”, uma relação das estradas de ferro da Austrália e Nova Zelândia as quais só puderam, pela maior parte, ser levadas a cabo com os trabalhadores chineses que, em número de 44.000, emigraram para aquelas colônias.

publicação que sublinhei; ainda oferecerei, a esse respeito, o testemunho de um ilustre e mais moderno escritor que estudou essa oposição à imigração chinesa nos estabelecimentos holandeses da Oceania. Assim fala o sr. M. de Pina.¹⁵³

Chamando os chins ‘os judeus da Índia’, a administração holandesa encontrou como expressão da sua desconfiança uma dessas fórmulas que, em dias de perseguição, servem de pretexto para todas as inimizades, para todas as injustiças. Mas foi essa uma precaução inútil, um vão esforço da inveja e do medo! O trabalho e a inteligência acabaram por vencer, em benefício daqueles próprios que queriam opor-lhes barreiras. Resignados, mas infatigáveis, acostumados tanto ao desprezo como ao trabalho, os chins continuam pacificamente a sua obra; derrubam as florestas, exploram as minas de Banca e Bornéu, vão buscar ao interior do país e trazem aos grandes centros de população a cânfora, o benjoim, a guta-percha e mil outros produtos procurados pelo comércio europeu. Feitos ao clima, aprendem a língua dos indígenas e adaptam-se aos seus costumes; são engenhosos e dúcteis e nunca desanimam, parecendo predestinados ao papel de intermediários, que tanto consiste no manejo dos diferentes caracteres como na apreciação do valor das coisas.

A guerra que se faz aos chins nos Estados Unidos tem causas especiais que não escapam à observação dos que conhecem os costumes políticos daquela república. Alguns dos meus leitores não ignorarão, sem dúvida, o ardor das lutas eleitorais que interrompem periodicamente o curso normal da trabalhosa vida daquele povo. As procissões cívicas percorrem dia e noite as ruas das cidades, precedidas de músicas e despregando vistosos estandartes, em que se acham inscritos os nomes dos candidatos ou algum lema do seu programa político. Os tribunos públicos fazem ouvir a sua voz, excitando o entusiasmo

153 – PINA, M. de. *Îles de la Sonde*.

popular, que chega algumas vezes ao delírio e quase sempre à desordem quando se encontram dois grupos rivais. Os indivíduos que compõem essas multidões nem sempre são votantes; muitos são simples compar-sas da comédia eleitoral, pagos em dinheiro ou licor, para representarem o espírito público em favor deste ou daquele candidato. Nessas manifestações tomam a parte mais ativa os imigrantes irlandeses. De posse da língua do país, mais afeitos às controvérsias políticas do que os imigrantes de outras procedências, formam eles a massa desses *meetings* e o seu concurso é disputado pelos partidos, nas eleições tanto para as funções políticas da República como para as de cada estado.

Na Califórnia e outros estados vizinhos¹⁵⁴, a introdução de trabalhadores chineses não tardou a transformar a elevada tarifa de salários aí imposta pelos imigrantes europeus, principalmente os irlandeses. Estes começaram então a fazer tenaz guerra àqueles novos rivais; mas, não só tinham de lutar contra a paciência e a sobriedade chinesa, como também contra o interesse dos patrões, aos quais muito convinha o melhor e mais barato trabalho dos chins. Vendo que estes obtinham cada dia mais aceitação, recorreram os irlandeses à política, oferecendo o seu apoio eleitoral, seja como votantes os que já estavam naturalizados, ou como simples manifestantes os outros, aos candidatos que os ajudassem a desfazerem-se daquela incômoda e invencível competência. Alguns homens políticos encontraram excelente a oportunidade para chamar sobre si a atenção, arvorando-se em paladinos dos interesses irlandeses e especulando com isso para satisfazer as suas ambições pessoais. Outros estadistas atacaram os chins por simples espírito da raça, achando-se apenas separados dos irlandeses por uma recente naturalização ou uma só geração, sem que o amor à sua pátria moderna fosse suficiente para abafar o afeto que ainda conservavam à dos seus avós. E assim chegou a obter importantes vitórias num país livre a causa de uma fração de estrangeiros contra as leis naturais, contra os princípios de justiça e contra o próprio interesse geral, como

154 – O mesmo sucedeu depois na Austrália e outras colônias europeias da Oceania.

bem o demonstraram os protestos do comércio, das companhias de estradas de ferro e minas e de muitas outras indústrias que tinham encontrado no trabalho chinês a solução do difícil problema da mão de obra barata e perfeita.

Não creio porém que haja no Brasil quem sacrifique as conveniências da pátria, o seu rápido e certo progresso material e a resolução das dificuldades que oferece a substituição do trabalho escravo, ao interesse individual de uma determinada raça europeia; nem existe tampouco entre nós fração alguma de estrangeiros à qual possa fazer sombra a vinda dos chins. Infelizmente, ainda sobra no imenso império bastante espaço para que as duas raças possam concorrer independentes para o aumento da produção, para a exploração das suas enormes riquezas naturais. Lá onde o europeu não medra nem poderá medrar, que venha o chin emprestar a força da sua inteligência, da sua atividade e das demais qualidades econômicas que, na frase do sr. de Varigny, o tornam um trabalhador incomparável.

Mas, poderá essa imigração *mongolizar-nos*, na expressão dos que classificam os chins entre a raça mongólica? É essa outra fase da questão que desejo estudar.

Quem acompanhou com atenção o que escrevi sobre a “piedade filial” e o culto dos antepassados, quem se persuadiu de que, *segundo o critério chinês*, a civilização daquele império é considerada longe acima da ocidental; quem observou a circunstância, única na história da humanidade, de conservar-se concentrada por tantos séculos uma tão imensa população no espaço relativamente pequeno limitado pelas dezoito províncias da China, sem que a miséria e a opressão política a enxotassem para as regiões despovoadas da Ásia Central; quem considerar que a própria Europa, com uma área superior ao dobro da que ocupam aquelas dezoito províncias e uma população igual, já precisou despejar durante este século doze ou mais milhões de emigrantes no continente americano, enquanto apenas vieram da China 450.000, não obstante as facilidades oferecidas a essa imigração na Califórnia e nos países de origem espanhola; quem pesar bem todas essas circunstân-

cias chegará facilmente a convencer-se de que o povo chinês não é propriamente um povo colonizador, especialmente para os países em que predomina a raça europeia.

Com efeito, tomando como exemplo a imigração chinesa na Califórnia durante trinta anos, desde o seu começo até antes das leis norte-americanas que a contrariaram; isto é, na época em que pôde ela melhor desenvolver-se, verifica-se um fenômeno notável na história das migrações humanas, e é que, em vez de ser superior, era muito inferior no fim do citado período a população de origem chinesa existente naquele estado. De 250.000 chins que ali entraram de 1848 a 1878, só existiam em 31 de dezembro deste último ano 150.487.¹⁵⁵ Este fato ainda responde a um curioso contrário das coisas chinesas comparadas com as ocidentais, e é que, enquanto as imigrações europeias fixam-se permanentemente lá onde prosperam, os chins só se demoram fora da pátria até juntarem um capital suficiente para voltarem a ela e iniciarem algum pequeno comércio. Daí resulta que não poderá haver receio da nossa *mongolização* no caso de que a imigração chinesa no Brasil produza os benéficos efeitos que dela se deve esperar; se os chins prosperarem em proveito seu e do país, pode-se contar que os que vierem voltarão ricos, para serem substituídos por outros, estabelecendo-se desse modo uma corrente de vai e vem, com grande vantagem para a navegação, o comércio, a lavoura e a indústria, que encontrarão assim um constante e sempre renovado suprimento de braços. Se, ao contrário, essa imigração for do gênero da que se dirigiu a Cuba e ao Peru, se ela for, em uma palavra, um fracasso, então não há que recear tampouco a introdução da raça chinesa na comunhão brasileira; a distância que nos separa da China, as maiores despesas da viagem e a má sorte dos primeiros que vierem serão suficientes razões para que não venham mais. Os poucos introduzidos desaparecerão por si só, como já desapareceram quase todos os importados pelo visconde de Bom Retiro.

Com o mesmo exemplo da Califórnia responderei a outra

155 – MENDONÇA, Salvador de. *Trabalhadores asiáticos*. Dessa diferença de 100.000 pode-se calcular a mortalidade em 30.000 e os que regressaram à China em 70.000.

objeção dos que, ainda professando antigas teorias econômicas que confundiam a verdadeira riqueza com o seu símbolo[,] o dinheiro, poderiam relutar em admitir uma classe de trabalhadores que levassem do país as suas economias.

A comissão de inquérito nomeada pelo Congresso norte-americano, em 1876, para estudar a influência da imigração chinesa na Califórnia, reconheceu que o trabalho dos chins tinha aumentado o valor da propriedade naquele estado em 289 milhões de dólares, calculando-se em 400 milhões os benefícios de toda a sorte produzidos pelos 250.000 chins introduzidos em 30 anos! Só os impostos diretos e indiretos pagos por eles anualmente alcançavam a 14 milhões de dólares¹⁵⁶! E que importância para a riqueza e prosperidade geral podem ter diante desses fabulosos algarismos, que representam os benefícios retirados do trabalho chinês na Califórnia, as insignificantes economias levadas à China pelos 70.000 chins que para lá voltaram? Supondo mesmo que cada um carregasse com a exagerada soma de 1.000 dólares, seriam 70 milhões em 30 anos ou pouco mais de dois milhões por ano, o que não alteraria aqueles 400 milhões acrescidos à riqueza geral com o trabalho chinês e ainda manteria na importante soma de 12 milhões os impostos anuais pagos pelos chins. Aí está uma demonstração matemática baseada em dados oficiais de cuja imparcialidade não é permitido duvidar, fornecidos que foram por uma comissão do Congresso hostil àquela imigração.

Já parece-me bastante demonstrada a excelência do trabalho chinês nas imigrações bem dirigidas; aí estão os testemunhos de viajantes e escritores desinteressados nesta questão; aí estão os resultados dos frios porém infalíveis cálculos estatísticos. O que tenho referido não poderá deixar de convencer os homens sinceros de que nenhum prejuízo, ao menos, poderemos sofrer com uma experiência da imigração chinesa; resta-me agora demonstrar que a introdução daqueles trabalhadores não só trará vantagens à nossa lavoura e indústria, como é, sem dúvida, o

156 – MENDONÇA, Salvador de. Obra citada.

único recurso que nos resta para salvar a crise do trabalho em que nos precipitará a próxima abolição da escravidão.

Permita-se-me ainda lançar mão da matemática para fazer ver o benefício econômico que retiráramos do trabalho chinês. Calculando em 7.000 quilômetros o mínimo da extensão das nossas estradas de ferro construídas desde 1854 e, supondo que o custo médio da mão de obra na construção dessas estradas, de bitola larga e estreita, não passasse de vinte contos de réis por quilômetro, obtemos para o custo total a soma de 140 mil contos. Ora, admitindo, como já foi provado em outros países, que o trabalhador chinês ganhe no máximo a metade do que ganha o europeu, é claro que o emprego de chins naquelas construções teria economizado a quantia de 70 mil contos, que poderiam ter sido utilmente aplicados à maior extensão das nossas vias de comunicação.

A mesma argumentação pode servir para o que se refere aos trabalhos de minas, à construção de docas e cais, às edificações urbanas, à agricultura e às mil indústrias, enfim, em que o trabalho chinês acumula a perfeição à economia de capital.

Desejo agora tratar da questão da substituição do braço escravo na nossa lavoura e procurarei provar que não há que fundar esperanças, para uma satisfatória resolução desse vital problema, nem na imigração europeia, nem no negro liberto.

Em primeiro lugar devo declarar bem alto, para que me ouçam os adversários dos chins, que não sou inimigo da imigração europeia. Nunca perdi ocasião de manifestar a minha opinião sobre a conveniência de atrair o colono europeu e tenho prestado quanto possível o meu modesto porém sincero concurso à propaganda nesse sentido iniciada pela Sociedade Central de Imigração. Mas o pensamento que em mim predomina não é o de encontrar na introdução de europeus remédio eficaz para o mal agudo de que padece a nossa lavoura; o que vejo neles é o verdadeiro elemento de povoamento, de melhoramento da raça, que só poderá, contudo, produzir os seus salutareos efeitos com tempo e sem nunca chegar a satisfazer as necessidades urgentes

da maior parte do império, daquelas regiões em que torna-se difícil e demorada, senão impossível, a aclimação dos europeus.

Para chegar-se à convicção de que é essa uma verdade, basta recorrer [a]o mapa do globo. Se vemos a Europa pujante de população, não podemos deixar de reconhecer que ali mesmo a sua densidade é maior ou menor na razão do clima mais ou menos temperado. Enquanto os países situados ao norte do 55° paralelo, ou cortados de inóspitas montanhas como a Suíça, enquanto, por outro lado, os que mais se achegam aos calores africanos estão relativamente despovoados, as regiões do centro daquele continente, compreendidas entre os paralelos 45 e 55 alcançam a uma densidade até de 500 habitantes por milha quadrada. No nosso continente quase toda a força da emigração europeia aflui para as regiões temperadas do norte ou do sul, desprezando as mais ricas, sem dúvida, da maior parte da América do Sul. No nosso próprio Brasil vão enchendo-se de imigrantes europeus as províncias meridionais e as altas planícies do oeste de São Paulo, enquanto a parte norte dessa mesma província¹⁵⁷ e as do norte do império apenas os recebem às dezenas por ano. Este fato, evidenciado pelos próprios boletins da Sociedade Central de Imigração, mostra que o problema da falta de braços continuará ali sempre constante, sempre desanimador como o é nos estados do sul da grande União norte-americana, onde a lavoura definha desde a abolição da escravidão, não obstante o espírito energético e empreendedor daquela raça e a situação daqueles estados em latitudes mais temperadas do que o nosso norte. Mas é que as campinas do *farwest* ainda admitem muita gente; ainda sobram e sobrarão por muito tempo climas mais salubres do que os do sul para a satisfação do imenso movimento de imigração europeia que aflui anualmente aos Estados Unidos. Ali como em toda parte são as condições climatológicas as que mais influem para o povoamento do país e a exploração das suas riquezas agrícolas. Mas a eloquência dos algarismos melhor o demonstrará.

157 – Aviso do Ministério da Agricultura à Presidência de S. Paulo de dezembro de 1887.

Tomando como exemplo os estados de leste daquela União, mais susceptíveis, pela sua posição sobre o Atlântico, de receber a imigração europeia, verifica-se que os dez[e]ssete situados ao norte do 36° paralelo¹⁵⁸, com uma área de 424.615 milhas quadradas, têm uma população de 27.622.940 almas, enquanto os nove situados ao sul daquela linha¹⁵⁹, com 444.655 milhas quadradas, apenas contam 9.885.934 habitantes¹⁶⁰ ou, em área maior, pouco mais da terça parte da população dos outros. O estado de Rhode Island, o mais densamente povoado dos dezessete do norte, tem 221 habitantes por milha quadrada, enquanto o de Tennessee, que é também o mais denso do sul, só conta 27 habitantes por milha, devendo-se notar que esse estado, pela sua posição limítrofe com os do norte, já participa das vantagens do clima destes. O que há, porém, de mais notável neste estudo é a circunstância de achar-se relativamente deserto o único estado da União que, pela sua vizinhança ao trópico, já sofre a impressão de um clima mais quente. Refiro-me à Flórida, em cuja área de 58.680 milhas quadradas vivem apenas 269.495 habitantes, ou 4½ por milha, densidade mui pouco superior à da população do Brasil. É entretanto a Flórida um dos estados mais férteis da União e o único capaz de fornecer os seus mercados de quase todos os produtos tropicais.

Ora, se os referidos estados do sul da grande república, situados todos na zona temperada, cortados de inúmeras vias férreas e fluviais, acessíveis quase todos à navegação oceânica e formando parte de uma rica e poderosa nação de vida independente há mais de cem anos, na qual aportam anualmente os imigrantes às centenas de mil, não conseguiram ainda atrair os braços europeus que lhes fazem falta para a exploração do seu fértil território, quando é que alcançará o Brasil introduzir número suficiente de trabalhadores daquela origem

158 – Maine, New-Hampshire, Vermont, Massachusetts, Rhode Island, Connecticut, New York, Pennsylvania, New Jersey, Delaware, Maryland, Ohio, Virginia, West Virginia, Indiana, Kentucky, Illinois.

159 – North Carolina, Tennessee, Arkansas, South Carolina, Georgia, Alabama, Mississippi, Louisiana, Florida.

160 – *Cornell's Geography*, 1884.

para o conveniente aproveitamento das suas imensas e incomparáveis riquezas, situado, como está quase todo, na zona tórrida, encontrando embaraços para as comunicações rápidas nos quase invencíveis obstáculos de uma natureza majestosa, mas incomodamente acidentada, e tendo de lutar contra a competência de outros países ainda vazios cujo clima e vantagens topográficas obtêm forçosa preferência das correntes de imigração europeia?

Não digo que faltem no império terras tão próprias para o estabelecimento de colonos europeus como, por exemplo, na República Argentina. Aí está a província de São Paulo atestando, pelos 34.000 imigrantes nela introduzidos em 1887, que possui em parte do seu território condições talvez mais vantajosas do que as daquela república. Creio mesmo que, se as poucas províncias favorecidas por circunstâncias semelhantes às de São Paulo adotassem o mesmo sistema de pagar integralmente as passagens aos europeus e lhes dessem imediato trabalho à chegada, obteriam idêntico resultado. Mas, infelizmente, a experiência própria e o estudo comparativo das imigrações em outros países tropicais devem persuadir-nos de que tão auspicioso fato não se dará naquelas regiões do império que não gozam de clima temperado. Não conseguirão as subvenções gerais ou provinciais nem os louváveis esforços de sociedades protetoras da imigração trazer trabalhadores europeus aos ricos vales do Amazonas ou do São Francisco. Os incalculáveis tesouros naturais ali encerrados terão de permanecer inexplorados enquanto não estiverem compactamente povoadas outras regiões da superfície do globo mais propícias à imigração europeia. E quando chegará esse dia? Se ainda deitarmos a vista aos Estados Unidos, verificamos que a densidade da sua população não alcança a 16 habitantes por milha quadrada. A quantos europeus está ainda aberto aquele vasto campo de trabalho antes que iguale ele a densidade da população da Europa, que é de 85 habitantes por milha quadrada! E porque não poderá a grande União pretender albergar na considerável parte do seu território fértil e favorecida por um clima temperado, uma população tão densa como a da Bélgica, que

é de 500 habitantes por milha quadrada? Se calcularmos o número de europeus que ainda têm de concorrer para o maior povoamento dos Estados Unidos, da República Argentina e da metade sul da Austrália, sem falar de outras regiões do globo situadas em climas tão privilegiados, chegaremos facilmente à convicção de que ainda terá o Brasil de esperar alguns séculos para que lhe toque a sua vez. Efetivamente, somando as áreas desses países e as suas atuais populações, obtemos que, em 6.152.000 milhas quadradas, contêm eles apenas 61 milhões de habitantes, ou 10 por milha quadrada.¹⁶¹ Daí se conclui, que, para alcançarem somente a densidade da Europa (85 por milha) é necessário que a sua população cresça até 522.922.000 habitantes!

Estes cálculos, sem dúvida enfadonhos para muitos dos meus leitores, servem entretanto para demonstrar que não é lícito contar com o trabalho europeu para conjurar a crise que ameaça a nossa lavoura¹⁶². Vejamos agora se podem ser para isso aproveitados os negros libertos.

Quem percorre na atualidade os países onde existiu a instituição da escravidão africana, não deixa de notar o fato de lenta desapareção da raça negra. Nas repúblicas espanholas da América, nos Estados Unidos assim tem sucedido, e já alguns escritores especialistas têm-se ocupado desse fenômeno, atribuindo-lhe causas científicas, que deixarei de lado, para só mencionar o fato e tirar dele consequências naturais, isto é: que não pode oferecer garantias para as necessidades do trabalho agrícola uma raça que tende a extinguir-se e cuja desapareção fará renascer em prazo mais ou menos curto a mesma crise, o mesmo problema cuja resolução se busca.

161 – Dou à metade sul da Austrália 1.500.000 milhas quadradas e 2 milhões de habitantes, o que é exagerado. [À] República Argentina, concedo-lhe 4 milhões de habitantes e aos Estados Unidos 55 milhões, cifras que estão acima dos últimos dados estatísticos que tenho à vista.

162 – Além dos obstáculos naturais para o conveniente desenvolvimento da imigração europeia no Brasil, merece também consideração a contínua oposição que encontra a emigração de europeus por parte de alguns governos daquele continente, principalmente do italiano. Tenho à vista a notícia de um projeto de lei apresentado recentemente às câmaras italianas pelo presidente do Conselho de Ministros, sr. Crispi, no qual se impõe penas severíssimas aos que ajudarem ou simplesmente aconselharem a emigração.

Não é esse, contudo, o único inconveniente, que oferecem os libertos; se ainda se pudesse contar com o seu trabalho durante algumas dezenas de anos, poderíamos considerar aquele problema simplesmente adiado. Mas, há outro fato, também observado nos países em que foi abolida a escravidão, que vem destruir toda a esperança de tirar partido, depois de emancipados, dos que serviram como escravos.

Muitos dos nossos fazendeiros reconhecerão, sem dúvida, o pouco valor do que se chama trabalho nacional. É bastante conhecida em muitos distritos do império a instabilidade dessa sorte de trabalhadores; faltam oito vezes em dez ao trabalho, são de uma independência invejável e de uma suscetibilidade das mais melindrosas; à menor contestação com o patrão lembram-lhe que não são escravos e raras vezes aceitam que os que os empregam os tratem senão como iguais. Só trabalham quanto basta para o seu fácil sustento; com os salários estabelecidos, dois ou três dias de trabalho por semana dão-lhes os recursos suficientes para todas as suas necessidades.

Não é difícil explicar os motivos desse fato, já verificado entre nós e nos outros países da América em que foi empregado o trabalho escravo¹⁶³. Quem tiver estudado a raça africana, desde o seu modo de ser natural no centro daquele continente, descrito por Lacerda, Living[ston]e, Stanley ou Serpa Pinto, até os hábitos de civilização por ela adquiridos nos países onde foi introduzida, não deixará de concordar em que os traços mais notáveis do seu caráter são a indolência e a falta de ambições. Os exploradores da África nada tiveram que acrescentar à bagagem de peças de chita de cores vivas e de rosários de contas de vidro com que pagaram tributos aos chefes negros e compraram víveres os viajantes que chegaram no século passado até os domínios dos Muata Cazembe. O luxo relativo com que vivem no interior da África alguns árabes de Zanzibar ainda não conseguiu alterar os hábitos primitivos dos negros; toda a sua ambição reduz-se ao que brilha, a ornar a cabeça com um velho chapéu armado ou

163 – O sr. Pedro G. D. Paes Leme notou o mesmo fato na Martinica, onde verificou que os antigos escravos abandonaram as fazendas por motivos idênticos aos que aqui refiro.

as costas com uma esfarrapada porém agaloada farda, ainda que tais prendas formem o seu único vestuário. E, se são estas as inclinações do africano livre, do próprio chefe de tribo, que se pode esperar no Brasil do liberto, cujas aspirações ainda mais abafadas estão pelo jugo a que foi acostumado, pela ignorância de uma situação melhor e pela falta da educação que só poderia habituá-lo a dar expansão às suas ambições, se as tivesse? É portanto evidente que, depois de livre, só busque o negro a satisfação daquelas mesmas necessidades naturais da sua vida escrava. Que benefício retiraria ele das economias de um trabalho diligente e constante? Entra por acaso nas ideias do miserável pária o desejo de fundar uma família, a pretensão de alcançar uma posição social ou de obter as comodidades da vida material? Não: o crime de que ainda se deve envergonhar a nação brasileira não lhe permitiu alimentar tais ideias; a arbitrária instituição da escravidão não lhe consentiu conhecer os carinhos do lar doméstico; só lhe resta hoje descansar das fadigas de uma longa vida acorrentada, sem que o tentem as mais refinadas comodidades da vida material, que só podem surpreendê-lo pela novidade, mas nunca atraí-lo, e são antes incômodas para quem já está feito às mais duras privações!

Em resumo, não se pode esperar que o trabalho liberto venha satisfazer às exigências da lavoura. Desaparecida a obrigação, a disciplina da escravidão, entrará o ex-cativo no regímen comum; como todo homem livre, só trabalhará na medida das suas necessidades e das suas ambições; mas, infelizmente, são em regra geral aquelas escassas e estas nenhuma¹⁶⁴, o que reduzirá o valor do trabalho a uma proporção ínfima, incapaz, decerto, já não direi de dar o necessário e merecido desenvolvimento às imensas forças produtivas do solo brasileiro, senão de conservar, mesmo, o atual e abatido estado de coisas. Sem braços europeus em número suficiente, sem poder contar com os antigos escravos e teimando em não querer recorrer à imigração chinesa, qual é a sorte que espera a nossa lavoura? Alguns países sul-americanos oferecem-nos úteis exemplos

164 – Essa regra sofre raras exceções, como por exemplo no caso especial dos escravos libertados em testamento pela finada condessa do Rio Novo.

a esse respeito; referirei o que me foi dado observar em Venezuela.

Declarado o ventre livre naquela república, em 1821, ainda ficaram sujeitos os filhos de escravas, até a idade de 25 anos, às mesmas obrigações da escravidão. Essa disposição prolongou portanto o antigo régimen de trabalho agrícola até o ano de 1854, em que foi definitivamente extinta a odiosa instituição. Então abandonaram as fazendas os escravos e *manumissos*¹⁶⁵, procurando uns as selvagens regiões do interior onde despertavam, numa vida de liberdade primitiva, os instintos do seu sangue africano, e obtinham, nas riquezas naturais daquele fecundo solo, na caça, na pesca, um fácil sustento, que lhes permitia dar livre expansão à sua principal aspiração, o descanso. Outros alistaram-se nos exércitos do governo ou das revoluções que costumam assolar aquela república e não tardaram a formar a massa do seu Partido Liberal. Nas fazendas mui poucos paravam; só ali trabalhavam os que não achavam outro recurso e, assim mesmo, só o curto tempo necessário para adquirir meios de viver em folga durante semanas e meses inteiros. Os fazendeiros compreenderam desde logo que não podiam contar com essa gente e trataram de introduzir colonos canários. Estes vieram, mas o seu número nunca era suficiente para todas as exigências; as culturas tiveram de ser reduzidas e, ainda em 1871, vi nas vizinhanças de Caracas vastas e excelentes plantações de café inteiramente abandonadas, por não disporem os seus proprietários de pessoal suficiente para explorá-las. Os gastos para a introdução de canários, as colheitas perdidas pela falta de braços e as constantes dissensões políticas, natural consequência da desorganização do trabalho, não tardaram a produzir efeitos desastrosos para os lavradores venezuelanos. Tiveram de hipotecar as suas fazendas às fortes casas comerciais europeias que lhes faziam adiantamentos de dinheiro e a cujas mãos foi passando, pouco a pouco, quase toda a propriedade agrícola. O preço ínfimo pelo qual foi transmitida àqueles comerciantes a posse das fazendas não exigia o maior desenvolvimento da sua exploração; obtinham sem esforços um alto juro e a fácil amortização

165 – Filhos de escravas.

do capital empregado, e a sua situação transitória naquela república, onde só se demoravam para fazer fortuna, tirava-lhes todo o interesse pela sua futura prosperidade. E assim acha-se entregue a melhor parte do território de Venezuela às egoístas mãos estrangeiras, enquanto os filhos daquele rico mas infeliz país despedaçam-se em eterna luta fratricida para disputar a vã precedência política ou os mesquinhos benefícios dos cargos públicos!

Esse triste quadro não é senão um exemplo do que tem sucedido em todos os países onde se procedeu à abolição da escravidão, sem preparar convenientemente a substituição do trabalho escravo. Até nos Estados Unidos, produziu essa crise resultados parecidos aos de Venezuela. Também lá têm os habitantes do norte tomado pouco a pouco posse das propriedades agrícolas do sul, que só são, entretanto, exploradas na medida das conveniências econômicas relativas aos capitais colocados em tais empresas, e sem aquele interesse pelo progresso geral que distingue o patriota vinculado ao solo natal do calculista espectador¹⁶⁶.

É fácil compreender o desequilíbrio econômico produzido por tal situação. A propriedade rural transforma-se em um verdadeiro valor de bolsa; uns não exploram as terras que adquiriram à espera da alça nos preços que lhes deve dar um cômodo benefício; aqueles, ao contrário, procuram desacreditar o valor, fazem surda guerra ao honrado lavrador para comprar barato e depois vender. Os homens trabalhadores, os que ainda conseguem conservar a terra regada pelo suor dos avós, desconcertam diante de tamanha confusão. Alguns tentam tirar dela partido alargando a sua esfera de ação, endividam-se e acabam, afinal, por cair nas redes da agiotagem. Outros, mais modestos, pensam encontrar a devida recompensa no perseverante e árduo trabalho: a depreciação da propriedade, os lucros reduzidos de que se contentam facilmente os proprietários

166 – Há alguns anos possuía o New London and Brazilian Bank uma fazenda em S. Paulo nessas condições. Seria uma ingenuidade supor que os diretores desse banco, residentes em Londres, tivessem outro interesse, no que se refere ao progresso agrícola do Brasil, senão o que bastasse para que o capital empregado naquela fazenda produzisse um juro seguro. Deus livre ao Brasil de que tod[a] a propriedade agrícola chegue a cair em tais mãos, por mais cheias de ouro que estejam.

de acaso, formam, porém, uma competência irresistível, desanimadora!

Mas não quero incorrer em pessimismo; prefiro, ao contrário, abrigar a esperança de que nunca tocará à lavoura do Brasil tão fatal sorte. Os males têm contudo a sua graduação e já seria deplorável que a falta de previdência entorpecesse, somente, a próspera marcha de uma nação cheia de vigor e possuidora de invejáveis riquezas agrícolas. Julguei, portanto, oportuno apontar o perigo e, ao mesmo tempo, o meio de parar o golpe mais ou menos duro, porém certo, que ameaça a nossa lavoura. Estimaria que, desde o injusto descrédito em que caiu no Brasil a imigração chinesa, tivesse surgido outro expediente salvador; não teria, assim, de afrontar hoje a ira da opinião intransigente que já condenou em última instância aquela imigração. A convicção, porém, de que nenhum outro recurso poderá valer-nos instigou-me a oferecer novos elementos para o melhor estudo da *questão chinesa*, a fim de entregá-la outra vez ao juízo público, animado que estou pela persuasão de que não foi ela suficientemente debatida, por mais que encontrasse defensores de talha nos nossos dois partidos políticos. Se o meu propósito falhar, sempre me restará a satisfação de ter cumprido o meu dever de bom cidadão, oferecendo o meu modesto concurso para o bem da pátria. Espero, entretanto, que a sinceridade das minhas intenções servirá de recomendação para a benévola aceitação deste livro e desejo que o que nele exponho cale no espírito de homens mais competentes e chame a sua atenção sobre a gravidade do problema da transformação do trabalho, a fim de que possa ele ser resolvido sem demora, para o engrandecimento do Brasil e a felicidade dos seus filhos.

FIM



APÊNDICE A

PROCLAMAÇÃO DO PREFEITO DE KIA-IN-TCHAO CONTRA O CRISTIANISMO

Uan, prefeito de Kia-in-tchao etc.
Excita seriamente os seus administrados, pela
seguinte proclamação, a conservar altos os seus
corações e a respeitar as leis estabelecidas¹⁶⁷.

Saibam todos que existe no ocidente uma doutrina do Senhor do Céu que teve origem em Jesus. Enquanto os bárbaros se contentam de ensiná-la e de praticá-la entre si, é inútil que nos ocupemos dela. Mas é-lhes proibido penetrar no interior do país para propagar essa doutrina; e os habitantes da China que se ligam aos homens de regiões afastadas para excitar o espírito público, que aconselham às mulheres a reunir-se àquela seita, ou cometem outras infrações às leis, devem ser castigados de conformidade com as disposições em vigor. Estas são explícitas; quem se atreverá a violá-las?

Neste departamento a ciência literária está em alta estima. Os instintos dos seus habitantes são nobres e elevados; ligados aos funcionários públicos por laços de parentesco ou educação e sob a recente impressão de reminiscências clássicas, os nossos letrados não estão certamente dispostos a desertar as lições dos sábios, para correr loucamente atrás de novas teorias. Chegou ao meu conhecimento que a ignorante população da aldeia de Tchu-kang acolheu ultimamente os homens do ocidente e permitiu que algumas mulheres entrassem na sua seita. É essa uma séria violação da lei! É do meu dever buscar e castigar os culpados e publicar uma proclamação para a instrução de todos.

Deveis todos saber que Jesus (nascido no tempo de Ngai-ti, da dinastia dos Han) não era superior a Hua-to, a Tchu-ya e a muitos outros que conheciam como ele a arte de curar os doentes. Alimentando 3.000 pessoas com sete pães não fez ele nada de mais extraordinário nem mostrou-se mais hábil do que os sacerdotes de Tao

167 – Procurou-se conservar nesta tradução a originalidade do estilo chinês.

quando transportam à sua vontade, por meio de sortilégios, tal objeto de um lugar a outro. Quanto ao seu título extravagante de criador de céu, lembrai-vos que os três reis (3369-2622 antes de Cristo), os cinco imperadores, o duque Tchao e o filósofo Kong (Confúcio) já tinham ensinado a civilização, como enviados do céu, durante mil e dez mil anos. Os países de além-mar já tinham também em época remotíssima reis, príncipes, governos e leis. Não existia, por acaso, tudo isso quando Jesus apareceu no tempo dos Han?

Diz-se no Hai-kuo-tu-chi que Maria, mãe de Jesus, era esposa de um José; que Jesus se separou do seu pai, pretendendo ter sido concebido por uma virgem e reclamando uma origem celeste. Sua doutrina proibia os sacrifícios aos espíritos dos antepassados, aos soberanos, aos símbolos sagrados; ensinava o desprezo do céu (Tien), das leis, dos pais, do governo, enchendo os povos de dúvidas e destruindo os sentimentos da piedade filial, da sinceridade, da fraternidade e, em uma palavra, de todas as virtudes morais que devemos praticar. Foi por isso que o céu castigou Jesus. Preso por ordem do rei da Judeia, foi ele julgado, condenado e pregado sobre uma cruz, conforme as leis do seu país. Seu sangue correu até inundar-lhe todo o corpo; já não pôde mover-se e no sétimo dia morreu. As autoridades locais receberam ordem de sepultá-lo, mas os seus discípulos inventaram que no fim de 3 dias ele ressuscitou e quarenta dias depois voou para o céu. Essa história é uma fábula. Contam também na China, com tanta aparência de verdade, que San-ngan, depois de morrer afogado quando os seus soldados o atraçaram, foi transformado em fantasma à vista de todos, e que alguns rebeldes da Sociedade do Lírio Branco, depois de cortados os seus corpos em pedaços, foram habitar entre os entes sobrenaturais, assumindo outras formas!

O que haverá de mais absurdo do que essas ficções? Como admitir que um ente todo-poderoso tivesse assim morrido entre as mãos de simples mortais? O que se poderá imaginar de mais ridículo do que esses discípulos afirmando que ele sofreu para redimir a humanidade? Será razoável que o ente supremo que manda no céu e na

terra seja onipotente exceto para perdoar as culpas dos homens e que para isso se visse obrigado a sofrer aquele castigo?

Essa doutrina tem a pretensão de excitar a virtude e de reprimir o vício; mas não é essa pretensão a mesma dos nossos letrados? Ela ensina que os que creem no senhor do céu serão felizes, que depois da sua morte os seus espíritos subirão ao céu; e que os que nele não creem serão miseráveis, que os seus espíritos serão condenados eternamente às prisões do inferno. Esses dogmas não têm mais senso do que esta máxima de Vu-san-se: “Os que são bons para mim, são bons; os que não me amam são maus”. Então, se os cristãos forem ladrões ou perversos, poderão nadar um dia em plena felicidade, só porque creem no seu Deus; e o homem justo, o homem de bem, será condenado a eternos suplícios só por não crer nele! Nunca recebeu uma interpretação tão confusa, tão radicalmente oposta à lei natural, o sublime princípio pelo qual é recompensada a virtude e castigado o crime!

Essas expressões “Palácio do Céu”, “Prisão do Inferno” são tomadas emprestadas às doutrinas vulgares do budismo. Entretanto os cristãos desprezam os budistas e também os consideram condenados ao fogo eterno. Mas, já os viram queimar aí? Na verdade, a cruz dos cristãos, a árvore de punhais e a montanha de armas (do Inferno budista) são ficções do mesmo gênero e fábulas de igual valor.

De todos os países de além-mar, nenhum tem tanta fé no Deus dos cristãos como a Alemanha. Entretanto, os seus habitantes estão dispersos, seu governo ameaça ruína, seu território está subdividido. Por que razão não gozam esses fiéis crentes das bênçãos celestes? Nenhuma nação, ao contrário, tem menos fé no Deus dos cristãos do que a japonesa; em todos os seus portos encontra-se uma cruz que os comerciantes devem pisar sob pena de serem decapitados, e junto às portas das cidades existem, meio enterradas, imagens de Jesus às quais os transeuntes dirigem insultos. E o reino japonês existe há 2.000 anos. Por que motivo, pois, o Deus dos cristãos não o encheu de males? Vê-se portanto que a sua teoria sobre a causa e origem dos bens e dos males não tem o menor fundamento. A sua doutrina

vos proíbe de contentar os espíritos dos antepassados com o doce perfume do incenso e os inocentes sacrifícios e ameaça-vos, depois de mortos, com o fogo eterno! Na verdade, eis uma doutrina que deve consolar!

Segundo as antigas crenças da seita luminosa: “Aloa fez o sinal da cruz para marcar os quatro pontos cardeais”. Foi essa, sem dúvida, a origem da ficção cristã da crucificação. Admitindo porém essa origem, não se compreende a razão pela qual adoram os cristãos o instrumento do suplício do seu Deus e recusam pisá-lo com os pés. Então, se vosso pai fosse morto com uma espada ou uma espingarda, poderíeis venerar essa espada, essa espingarda como venerais a sua memória! Isso não tem senso comum.

Ainda que os bárbaros tivessem sido autorizados por um decreto recente a fazer circular os seus livros religiosos, eles não têm direito de penetrar no império, de frequentar os seus habitantes ou propagar a sua religião. Os que os chamarem à sua sociedade, conspirarem com eles para perturbar a tranquilidade pública, seduzir e converter as mulheres, ou cometerem qualquer outro crime desse gênero, serão condenados segundo a antiga legislação, a serem enforcados imediatamente ou depois de sofrerem a pena de prisão, à deportação para regiões afastadas ou à fustigação com o grande bambu. A lei não admite condescendências.

Mas se os criminosos mostrarem arrependimento diante dos magistrados e calcarem a cruz aos pés, o castigo será rebaixado de um grau. A lei é fria e positiva, mas atende ao arrependimento. Se há entre vós alguns que já tenham sido seduzidos, não devem perder um momento, a fim de não caírem nas mãos da justiça. Os que desprezarem meus conselhos e persistirem na sua falta[,] terei de julgá-los e castigá-los para assustar os estúpidos e aterrar os perversos. As famílias que têm a fortuna de contar entre seus membros letrados ou funcionários que gozam de ilustração oficial e devem por isso dar bons exemplos, deverão redigir e expor na sala dos antepassados a regra de conduta sobre tão importante matéria; deverão expulsar do

seu seio todos aqueles que adotaram o cristianismo, rompendo assim por sua livre vontade os laços que os uniam aos seus parentes; deverão também denunciá-los aos magistrados e submetê-los à justiça. Os notáveis e os habitantes das aldeias farão minuciosas indagações e, se descobrirem quem propague a doutrina de Jesus, denunciarão os culpados aos superiores, concorrendo para a sua prisão a fim de que não sejam responsabilizados por aqueles crimes. E desse modo serão contidos os maus instintos do povo [e] as leis serão prontamente respeitadas. É o meu sincero desejo que assim suceda. Que todos tremam e obedeçam; que ninguém resista. Proclamação especial.



APÊNDICE B

CHAPA DO MANDARIM DE HIANG-XAM AO PROCURADOR DA CIDADE DE MACAU

(Ar[quivo] do Conselho Ultramarino)

Eu, o Mandarim de Hiang-xam, faço saber a V. Mce. Senhor Procurador da cidade, como também aos senhores governadores atual e seu sucessor, e juntamente aos mais senhores do Senado, que os ingleses que entraram nessa cidade de Macau, debaixo do pretexto de defenderem a mesma cidade contra os franceses, não consideram que Macau é colônia pertencente ao império, concedida aos portugueses pelo nosso grande imperador por especial graça para morarem nela e tratarem do giro do seu comércio. Tantos séculos têm passado em que os franceses nunca se atreveram a chegar a este país para perturbar o sossego do povo: mas no caso que agora pretendam vir, o exmo. Suntó de Cantão enviará as nossas tropas para os expulsar.

Se os ingleses são amigos antigos ou aliados dos portugueses, como dizem, deviam eles observar as leis do império, seguindo o exemplo dos portugueses; além disso deviam na sua chegada avisar-me primeiramente

o motivo da sua vinda, para eu então dar parte ao exmo. Suntó, cuja determinação se havia de executar conforme o seu mandado. Pois eles não fizeram o que deviam, antes se atreveram logo a desembarcar, entrando na cidade armados, trazendo consigo bombardas e outros petrechos de guerra, e ainda mais ocupando também as igrejas e fortalezas, declaram certamente por este modo de obrar, que eles fazem pouco caso da proibição e leis do império.

Vós, os portugueses, não tendes em Macau senão duzentos ou trezentos soldados, eles têm mais de mil: vê-se claramente que pretendem constranger-vos de tal sorte, que não tenhais o lugar para a vossa morada. Se as vossas igrejas e fortalezas e moradas de casas, possuídas pacificamente por tantos séculos, ficam sujeitas à jurisdição deles, podeis persuadir-vos que os vossos bens, mulheres e filhos não poderão jamais estar seguros. Vós suportais tudo isso com muita paciência; não sei com que intentos estais vós, ou se na realidade vos comunicais também com eles, fazendo-vos réus da culpa e sócios dos maus desígnios.

O exmo. Suntó de Cantão, conforme a ordem intimada no decreto imperial, tem já tropas prontas, que brevemente para lá irão; se os ingleses resistirem, serão eles totalmente destruídos; e vós, portugueses, se não quiserdes declarar a verdade a seu tempo, ou mais cedo, chegadas que forem as nossas tropas, não farão distinção de pessoas; então tereis arrependimento, porém já tarde.

Eu compadecendo-me de vós, portugueses, desejo sinceramente tratar-vos como membros do meu próprio povo e filhos verdadeiros, não tendo coração de ver-vos destruídos juntamente com os ingleses; por isso vos dirijo este aviso, o qual visto e entendido, se na realidade não tendes comunicação com eles nos maus desígnios, ide vós instar com eles que saiam de Macau e voltem para o seu próprio reino: exortai-os com eficácia, e ao depois me dareis aviso para eu fazer ciente ao exmo. Suntó, para que ele não faça mover os soldados e enviá-los a Macau, e desta sorte ficarão sem lesão os ingleses, e vós livres de ruínas e infelicidades; mas se assim não fizerdes, chegadas as tropas, como já

disse, lhes será muito dificultoso o distinguirem uns dos outros.

Ora pois, tende cuidado e não deixeis de fazer o que vos recomendando por meio deste aviso etc.

Ano 13º do imperador Kia-King, aos 20 da lua décima
(7 de dezembro de 1808).



APÊNDICE C

TRATADO ENTRE O BRASIL E A CHINA

Artigo 1º. Haverá paz perpétua e amizade constante entre o Império do Brasil e o Império da China, bem como entre seus respectivos súditos. Estes poderão ir livremente de um para o outro Estado das duas altas partes contratantes, e aí residir.

Em cada um dos dois países obterão plena e inteira proteção para suas pessoas, famílias e bens, e gozarão de todos os direitos, vantagens e franquezas concedidas aos súditos da nação mais favorecida.

Artigo 2º. A fim de facilitar para o futuro as relações entre os dois Estados, Sua Majestade o imperador do Brasil terá a faculdade, se o julgar conveniente, de acreditar um agente diplomático junto à Corte de Pequim e Sua Majestade o imperador da China, poderá igualmente acreditar um agente diplomático junto à Corte do Rio de Janeiro.

Os agentes diplomáticos de cada uma das altas partes contratantes poderão, com suas famílias e pessoas do seu séquito, residir na capital da outra ou visitá-la temporariamente conforme o desejo dos respectivos governos.

Os agentes diplomáticos de cada uma das altas partes contratantes gozarão, em suas respectivas residências, de todas as prerrogativas,

isenções, imunidades e privilégios concedidos aos agentes diplomáticos da mesma categoria da nação mais favorecida.

Artigo 3º. – Cada uma das altas partes contratantes poderá nomear, para os portos e cidades da outra, abertas ao comércio, onde seus interesses o exigirem, um cônsul-geral, cônsules, vice-cônsules, e agentes consulares.

Estes não entrarão no exercício de suas funções antes de haverem recebido o exequátur do governo do país onde tenham de residir, que o dará gratuitamente.

Para exercer as funções de cônsul não poderão ser nomeados comerciantes. Os cônsules deverão ser verdadeiros funcionários, e como tais ser-lhes-á vedado comerciar.

Nos portos e cidades de uma das altas partes contratantes em que não houver cônsul, será facultado encarregar o cônsul de uma outra nação de exercer tais funções, contanto que não seja comerciante. Na falta de cônsul, as autoridades locais proverão quanto aos meios de assegurar aos súditos dos dois Estados os benefícios do presente tratado.

Os cônsules das altas partes contratantes gozarão de todas as atribuições, imunidades, isenções e privilégios que gozarem os cônsules da nação mais favorecida em cada um dos dois Estados.

Os cônsules não deverão sustentar pretensões dos súditos dos respectivos países vexatórias ou ofensivas às autoridades e habitantes da localidade.

Ao cônsul que se conduzir de modo ofensivo às leis do país em que residir, poderá ser retirado o exequátur, conforme o uso geral.

Artigo 4º. Os súditos brasileiros poderão ir ao interior da China e aí viajar, com a condição de se acharem munidos de um passaporte, que lhes será passado, a pedido do cônsul, pelo Tao-tai da alfândega.

Este passaporte, que será redigido em português e em chin[ês] terá de ser apresentado às autoridades dos lugares de passagem, sempre que estas o exigirem, e deverá ser devolvido no regresso do

viajante. Nenhuma dificuldade será posta ao aluguel, por parte dos viajantes, de homens, veículos, embarcações, etc., que necessitem para o transporte de suas bagagens.

Se acontecer que algum viajante não se ache munido de passaporte em regra, ou cometa qualquer ato ilegal, deverá ser conduzido ao cônsul mais próximo para que este providencie. As autoridades locais, em tal caso[,] só poderão deter o viajante e não deverão insultá-lo nem infligir-lhe maus tratos.

Os súditos brasileiros poderão afastar-se dos portos abertos, sem que lhes seja necessário munirem-se de passaporte, até uma distância de cem *li*, e por prazo que não exceda de cinco dias.

As estipulações precedentes não terão aplicação às tripulações dos navios, que ficarão sujeitas, quando em terra, aos regulamentos estabelecidos, de comum acordo, entre os cônsules e as autoridades locais.

Os súditos chineses terão a liberdade de viajar por todo o território do Brasil, enquanto aí se conduzirem pacificamente e não infringirem as leis e regulamentos do país.

Artigo 5º. Os súditos brasileiros poderão transitar com suas mercadorias e comerciar por todos os portos e lugares da China onde tenham a faculdade de comerciar os súditos de todas as outras nações.

Os súditos chineses poderão igualmente transitar e comerciar por todo o território do Brasil, a par dos súditos de todas as outras nações.

Fica entendido que se, de hoje em diante, uma das altas partes contratantes conceder, de seu livre arbítrio, a qualquer outra nação, vantagens submetidas a condições especiais, a outra alta parte não poderá participar de tais vantagens, senão acedendo às condições que lhes sejam inerentes, ou a outras equivalentes, estipuladas de comum acordo.

Artigo 6º. Os súditos e navios mercantes de cada uma das duas altas partes contratantes ficarão sujeitos, nos portos abertos da outra, aos regulamentos comerciais atualmente em vigor para todas as outras nações ou que possam vigorar para o futuro.

Os súditos dos dois Estados não serão obrigados a pagar direitos de importação e exportação mais elevados do que os que pagam os súditos da nação mais favorecida.

Artigo 7º. Os navios de guerra de cada um dos dois Estados serão admitidos em todos os portos do outro, onde a entrada seja ou possa vir a ser franqueada aos navios de guerra de todas as nações, e serão tratados no mesmo pé que os da nação mais favorecida.

Esses navios deverão encontrar toda a facilidade para a compra de víveres, carvão, etc., bem como para fazerem aguada e efetuarem os consertos de que possam carecer.

Outrossim, serão isentos de pagar direitos de toda e qualquer natureza, tanto à entrada como à saída dos portos.

Os comandantes dos navios de guerra brasileiros, na China, tratarão em pé de igualdade com as autoridades locais.

Artigo 8º. Os navios mercantes de cada um dos dois Estados poderão frequentar os portos do outro abertos ao comércio ou que possam abrir-se para o futuro, e aí transportar mercadorias, e serão, a todos os respeitos[,] tratados como os navios mercantes de todas as outras nações.

Os navios mercantes de cada um dos dois Estados que tiverem acidentes no mar, na proximidade das costas do outro, e forem compelidos a procurar abrigo em um porto qualquer, deverão encontrar, da parte das autoridades locais, toda a assistência e auxílio que estas estejam no caso de prestar.

As mercadorias salvas não serão sujeitas ao pagamento de direitos, salvo se tiverem de ser vendidas.

Os navios nestas circunstâncias serão tratados como os de todas as outras nações em casos idênticos.

Artigo 9º. Os brasileiros, na China, que tiverem qualquer motivo de queixa contra algum chin, deverão dirigir-se ao cônsul brasileiro,

o qual, depois de informar-se do assunto da contestação, procurará conciliá-lo.

Do mesmo modo se algum chin tiver motivo de queixa contra algum brasileiro, na China, o cônsul brasileiro deverá ouvi-lo e esforçar-se por fazê-los chegar a um acordo amigável.

Se o Cônsul não conseguir acomodar as partes, a contestação deverá ser julgada, com toda equidade, unicamente pela autoridade de quem depender o acusado, sem considerar-se se o queixoso é brasileiro ou chin.

Artigo 10º. Os súditos brasileiros, na China, que cometerem algum crime contra súditos chineses, serão presos pelas autoridades consulares e punidos segundo as leis do Brasil e por quem elas o determinarem.

Os súditos chineses que se tornarem culpados de algum ato criminoso contra súditos brasileiros, na China, serão presos e punidos pelas autoridades chinesas, de conformidade com as leis da China.

Em regra geral, todo processo, civil ou criminal, entre súditos dos dois Estados na China, não deverá ser julgado senão de conformidade com as leis e pelas autoridades da nação a quem pertencer o réu ou acusado.

As altas partes contratantes não ficarão obrigadas ao reembolso das quantias roubadas ou devidas por súditos de uma aos da outra. Nos casos de roubo, se procederá segundo as leis do país a que pertencer o criminoso; e nos de dívida, as autoridades do país do devedor farão o que estiver ao seu alcance para que o devedor satisfaça o seu compromisso.

Se[,] na China, quaisquer súditos chineses autores ou cúmplices em um crime, homiziam-se nas residências, nos armazéns, ou a bordo dos navios mercantes de um súdito brasileiro, a autoridade chinesa informará do fato a autoridade consular brasileira, e ambas nomearão agentes para de concerto efetuarem a captura dos criminosos, os quais não poderão ser protegidos nem ocultados.

Artigo 11º. Todas as contestações de direitos, quer de pessoa, quer de propriedade, que se possam suscitar entre súditos brasileiros na China, dependerão unicamente da jurisdição das autoridades brasileiras. Os processos entre súditos brasileiros e outros estrangeiros, na China, dependerão unicamente das autoridades de seus países.

Se algum súdito chinês achar-se envolvido nestes processos[,] dever-se-á proceder de conformidade com os artigos precedentes.

Se para o futuro o governo da China julgar conveniente estabelecer, de acordo com as potências estrangeiras, um código único para regular a matéria de jurisdição relativa aos súditos estrangeiros na China, o Brasil deverá igualmente tomar parte nesse acordo.

Artigo 12º. Se acontecer que gente de bordo dos navios de cada uma das altas partes contratantes, qualquer que seja sua condição, saltando em terra, em um porto aberto da outra, aí promova distúrbios, os culpados serão punidos de conformidade com os usos estabelecidos para casos semelhantes em cada um dos dois países.

Quanto aos processos por casos de abalroamento entre navios dos dois Estados, nas águas da China, serão julgados pelas autoridades do acusado, de conformidade com os regulamentos em vigor para os casos de abalroamento entre navios de todas as nações.

Se o queixoso não conformar-se com a sentença, as autoridades de quem este dependa terão a faculdade de dirigir-se oficialmente às autoridades das quais depender o acusado, para que estas revejam o processo, e pronunciem definitivamente com toda equidade.

Artigo 13º. Os súditos chineses no Brasil terão livre acesso aos tribunais de justiça do país, para defesa de seus justos direitos e, a esse respeito, gozarão dos mesmos direitos e privilégios que os brasileiros e os súditos da nação mais favorecida.

Artigo 14º. As duas altas partes contratantes convêm em proibir aos súditos de cada uma delas que importem ópio nos portos habitados

da outra e o transportem de porto a porto tanto por conta própria como por conta de cidadãos ou súditos de terceira nação e não só em navios pertencentes a súditos de ambas Partes Contratantes, mas também em navios pertencentes a cidadãos ou súditos de terceira nação.

Convêm, outrossim[,] as duas altas partes contratantes em proibir a seus respectivos súditos o comércio do ópio, nos portos habilitados da outra.

A cláusula da nação mais favorecida não poderá ser invocada contra as disposições deste artigo.

Artigo 15º. O presente tratado foi redigido nas três línguas, portuguesa, chinesa e francesa. Em cada uma destas três línguas escreveram-se quatro exemplares; as traduções foram comparadas, achadas em tudo conformes e isentas de erros.

O texto português fará fé no Brasil, e o texto chinês na China. Em caso de divergência de interpretação, o texto francês decidirá.

Artigo 16º. Se com o correr do tempo, as altas partes contratantes desejarem introduzir modificações neste tratado, terão a liberdade[,] após um prazo de dez anos, a datar do dia da troca das ratificações, de abrir negociações nesse sentido.

A notificação oficial das modificações que qualquer das altas partes tiver intenção de propor, será sempre feita com seis meses de antecipação.

No caso de não ser feita semelhante notificação, o tratado continuará em vigor.

Artigo 17º. O presente tratado será ratificado por Sua Majestade o Imperador do Brasil e Sua Majestade o Imperador da China. A troca das ratificações se fará, no menor prazo possível, em Xangai ou em Tien-tsin; em seguida ao que, deverá o tratado ser impresso e publicado para que os funcionários e súditos dos dois impérios possam ter pleno conhecimento de suas estipulações e as observem.

APÊNDICE D

OS LETRADOS

Da obra *À travers la Chine* de Léon Rousset, p. 52

C'est dans ces quartiers tranquilles et aérés que vit la bourgeoisie lettrée, cette portion importante de la société chinoise près de laquelle il faut aller chercher ces exemples lorsqu'on veut parler de l'organisation, de l'esprit et des mœurs de cette société.

L'erreur d'un grand nombre de voyageurs a été d'ignorer ou de dédaigner ce grand corps; la plupart ont cru qu'il suffisait d'étudier les caractères et les mœurs des Chinois avec lesquels les Européens sont le plus généralement en contact dans les ports, et d'étendre les résultats de cette étude à toute la population; ils n'ont pas songé que le commerce, le motif qui amène en Chine les quatre vingt dix neuf centièmes des Européens, ne pouvait attirer autour d'eux qu'une population mêlée de gens illettrés et grossiers, porte-faix, manoeuvres ou courtiers, qui appartiennent aux classes inférieures de la société chinoise, et d'après lesquels il est aussi ridicule de vouloir la juger, qu'il le serait de prétendre avoir un tableau exact de la société française, en se bornant à prendre pour types les habitants des faubourgs maritimes de nos grands ports de commerce. D'autres, se contentant de reproduire les renseignements qui leur étaient fournis par des personnes que leur situation met en rapport avec la classe officielle, sont tombés dans le défaut opposé, en donnant pour type de la société chinoise le caractère orgueilleux et retors des mandarins, toujours défiants, surtout lorsqu'ils sont en présence de personnages officiels étrangers, et en rendant la nation tout entière responsable des abus qui se sont introduits dans l'administration.

La bourgeoisie, cette classe moyenne en laquelle se résument toutes les forces vitales d'un pays, a été presque toujours négligée par les Européens. A part quelques missionnaires protestants et quelques

rare membres du corps consulaire, la plupart des résidents étrangers, imbus des idées de supériorité de leur race et de leur civilisation, et mis en défiance par les représentants de la nation chinoise avec lesquels ils sont en rapport, ne cherchent pas à pénétrer davantage dans cette société et affectent, au contraire, pour elle et pour sa civilisation qu'ils ne connaissent pas, un souverain et orgueilleux mépris. De son côté, la bourgeoisie chinoise, n'ayant, en sa qualité de classe lettrée, qu'une médiocre estime pour le commerce, et, ne voyant dans ces étrangers venus d'au-delà des mers que des gens guidés par l'appât du gain et l'amour du négoce, ne se sent nullement attirée vers eux et, se renfermant chez elle, leur rend dédain pour dédain. De là résulte un antagonisme qui fait que chacun conserve ses préjugés réciproquement défavorables, et qu'on s'use de part et d'autre en accusations ou en récriminations violentes et mal fondées. La bourgeoisie chinoise est cependant très hospitalière; elle accueille le mieux du monde les rares étrangers qui, en apprenant sa langue et en se mettant au courant de ses usages, ont montré le désir d'entrer en relations avec elle.

Des circonstances toutes spéciales facilitèrent mes rapports avec quelques familles de la bourgeoisie de Fou-Tchéou. Ce que j'ai pu y voir ou y apprendre touchant les mœurs intimes et l'organisation intérieure de ces maisons m'a rempli d'admiration et de respect pour l'esprit de famille qui forme la base des institutions sociales dans ce pays. Le chef de la famille y jouit d'une autorité incontestée, et profondément respectée, et il l'exerce paternellement sur tous ceux dont il a la charge. L'ordre patriarcal qui règne dans ces communautés suffit pour maintenir l'harmonie entre leurs membres; chacun contribue selon la mesure de ses forces, et sous la direction du père, à la dépense commune. Tandis que les hommes utilisent au dehors leurs connaissances ou leur industrie, les femmes s'occupent, sous l'autorité de la mère, à tous les travaux d'intérieur. L'éducation des enfants et des petits-enfants y est entourée de la sollicitude la plus vigilante, et tout ce petit monde donne l'exemple de la concorde et de l'union la plus parfaite.



ÍNDICE

Introdução	15
------------------	----

CAPÍTULO I

Hong Kong

À vista da terra florida – Juncos – Contrastes – Bosquejo histórico – Piratas – Movimento comercial – Hongs – Compradores – <i>Pitchin English</i> – Macaístas – <i>Queen's Road</i> – Bairro chinês – Metamorfose de um cozinheiro – Partida para Cantão – O vapor <i>Uen-fai</i> – Passageiros perigosos – Fumadores de ópio – Trombas d'água – Um sinistro – Fleuma Britânica – Chegada a Cantão	19
---	----

CAPÍTULO II

Os europeus na China

Primeiras relações dos europeus com a China – Tradições e narrações de viagem – Os portugueses aportam a Cantão – História da primeira embaixada portuguesa – Estabelecimento dos espanhóis, holandeses, russos, franceses, norte-americanos e ingleses – Guerra do ópio – Paz de Nanquim e suas consequências – Aliança da França, Inglaterra e Estados Unidos – Tratados de 1858 e 1860 – Relações com outras potências europeias e com o Peru e Brasil – Nova política chinesa	33
---	----

CAPÍTULO III

Cantão

Uma cidade aquática – Barcos de flores – Cha-mín – Transformação de um pântano – À procura da pedra filosofal – O suplício dos turistas – Corramos a via sacra – Costeletas de cão à milanesa – As pagodas – Uma visita ao prego – Os Quinhentos Santos e o Deus do Norte – Um galo tabelião – O palácio dos exames – Nada de cola – A cidade tártara – Passado e presente – O jardim de Puting-Kuá – Arte antiga – Um jardim em miniatura – <i>Canton Hotel</i> – Vantagem de falar português – Uma casa particular – A cama das visitas – Ainda o ópio – Cantão comercial – O infanticídio – Um turista de bom humor – Expedientes dos missionários – Os precursores de Solon – Rabicho por coroa – <i>Le sou pour les petits chinois</i> – Notícias de gazetilha	52
---	----

CAPÍTULO IV

Agricultura e Indústria

Máquinas de ferro e máquinas humanas – Invenção da agricultura – Teoria e prática – O arroz e seu cultivo – O chá – Sua preparação – Preto e verde – Exportação do chá – Chá caravana – Chá tijolo – Provadores de chá – Produção do chá – O algodão – A cana de açúcar, a árvore-de-sebo, a canforeira e o rami – A amoreira – Descoberta da seda – Sua propagação – Criação do bicho da seda – Qualidades da seda chinesa – A seda Pondgi – A porcelana – Fornos de King-te – Antiga e moderna – Falsificações – Outras indústrias – Indústria mineira – O ferro e o cobre – Carvão de pedra – Poços de sal e fogo – A caça – Caçadores a metralhadora – Um sinal característico – Alçapões para tigres – Manhas de pescadores – Corvos pescadores – Ninhos de andorinhas 71

CAPÍTULO V

Macau

Hostilidades chinesas – Os *fieis aliados* de Portugal – Macau salva pelos mandarins – Jugo chinês – Um governador mártir – Expulsão do rabicho – Uma tranca em porta arrombada – Disputa de soberania – Argumentos chineses e portugueses – Opinião do visconde de Santarém – A praia – Modas passadas – Cupido em Macau – Ingleses descamisados – Calçadas e calçadinhas – Comércio decadente – Negligência governamental – Judeu ou trovador – O jogo em Macau – Plebeus e patrícios – Mônaco na China – O fan-tan e a roleta – Pesca de dólares – Relíquias na arquitetura – Os barracões – Gruta de Camões – Reflexões interrompidas – Cheiros e cheiros – Sagacidade canina – Pés pequenos – Ciúmes de um príncipe – Solitude paternal – Os *lirios dourados* e o espartilho – Um pouco de estética – Processo de mutilação – Explicação gráfica 95

CAPÍTULO VI

Religião, Ciências e Artes

Cosmogonia chinesa – O culto oficial – Analogias com o cristianismo – Seitas filosóficas – Lao-tse e a razão – Confúcio e o materialismo – Preceitos morais – Controvérsias com os missionários – Mêncio –

Culto de Buda – Festas supersticiosas – O ano bom – A festa das lanternas – Culto dos defuntos – A verdade sobre as superstições chinesas e ocidentais – Instrução primária e superior – A prática vence a teoria – Astronomia chinesa – Divisão e medição do tempo – Antiguidade do sistema decimal – O <i>Suanpan</i> – As sapecas – Moedeiros falsos – Os mais velhos banqueiros do mundo – Médicos chineses – Teorias modernas – A acupuntura – Um meio de fazer quebrar a companhia do gás – Academia moderna – Língua falada e língua escrita – Um paradoxo – Poetas e cômicos – O juízo de Salomão – A música – Concerto infernal – Uma compensação – Outras artes – Japoneses e chins	115
---	-----

CAPÍTULO VII

De Hong Kong a Xangai

O <i>Yang-tse</i> - Satisfação materiais e morais – Um <i>Globe trotter</i> e um filósofo – Sua-teu, Tsatung e Amoy a voo de pássaro – A ilha Formosa – Fu-tcheu e o seu arsenal – Vivos entre mortos – Guerra à locomotiva – Frades agricultores – Ning-pó e Tchusan – Um rio gigante – Pedreiros amarelos ou brancos – Uma opinião – A república de Platão – Saxônios e latinos – O <i>Bund</i> – <i>Jen-lik-cha</i> e carrinho de mão – Uma excursão aos trambulhões [<i>sic</i>] – O Lago dos Prazeres – Almoço interminável – Observações de um <i>Tao-tai</i> – Porque são pançudos os mandarins – Bifes providenciais – Ginástica diplomática – Um passeio a <i>Bubbling-well</i> – Pleno carnaval – Sikaei e os jesuítas – Um observatório modelo – Os japoneses em Xangai – Navegação e comércio – Um provérbio chinês – Duas grandes cidades – Um viaduto do Rio de Janeiro a Barra Mansa – Imenso formigueiro – Nanquim e os <i>Ta-pings</i> – Mand-chús e chins	147
---	-----

CAPÍTULO VIII

Instituições Políticas

Direito divino e humano – Constituição chinesa – Igualdade perante a lei – Os grandes Conselhos e os Censores – O gong imperial – Ministérios – Sistema financeiro – Os tropeiros de Minas e as carroças de café – Organização militar – O poder dos manchus – Administração provincial – Os eleitos do povo – As botas do bom mandarim – Nobreza chinesa – Moralidade de um contraste – Condecorações – Hierarquias dos botões – Bacharéis e doutores – A ciência falsificada –
--

Um mandarim re[c]ambiado – Administração da justiça – O poderoso bambu – Casamento e concubinato – O divórcio – Castigos legais – Escravização e não escravidão – O Lin-che e a lei de Lynch – Tormentos legais – Legislação impraticável – A Piedade filial	171
--	-----

CAPÍTULO IX

De Xangai a Tien-tsin

Recordação da Pátria – Um amigo e um escudo – Colisão e superstição – Tche-fu – Episódio guerreiro – O Pei-ho – Montanhas de sal – Um representante do povo – Minha casa chinesa – Moveis e bibelôs – Meus criados e mestres – O alfaiate “espirro” – As barbas do Alexandre – Falta-me um nome – Sing e Ming – Meus padrinhos – Sou um Culto Filósofo – Visita de agradecimento – Os óculos de Uei-si-ye – A miserável choupana do mandarim Liu – Religião das mulheres – O que pensam os chins de nós – Peixes anões – Infração ao cerimonial – Os botões europeus – Cocktail e caviar – O jogo de bolas – Um triunfo moral e uma derrota real – Bumprakim – Estudo etimológico – Visita a Li-hung-chang – Os especialistas – O pandego Ma – Um rabicho perigoso – Dificuldades diplomáticas – Conclusão do tratado – Um cortejo extraordinário – Mau agouro – Duas leituras e uma vingança – Grande banquete – Tribulações de um diplomata – Anedotas e discursos – Receita para o calor – O grande canal – Pao-ting-fu e Pequim – O palácio de verão – Quais são os bárbaros	195
--	-----

CAPÍTULO X

Raças, Caráter e Costumes

Mongóis ou chins – Miao-tse – Punti, Hakka, Hiaolo e Tankia – Opiniões de Huc e Rémusat – Outra vez a “Piedade filial” – O poder paterno – Castigo de um mandarim – Os chefes de tribos – Uma responsabilidade incômoda – Uma vingança singular – Abnegação de conspiradores – Vícios chineses – Critérios opostos – Hábitos <i>yankee</i> – Os <i>smartmen</i> – A pele de Fierpépin – Curiosos contrários – No trono da imparcialidade – Opiniões antigas – As queixas dos chins – Partidos da guerra e da paz – História de um cavalo cego – Uma lembrança de Christie – Um mandarim calmo e um diplomata eloquente – Mabile e Montecarlo – Jogadores em consciência – O sensualismo chinês e a <i>Pall Mall Gazette</i> – O casamento e suas cerimônias – Opiniões de Demócrito e Diógenes – Féretros confortáveis – As três almas –	
--	--

O corretor de almas – As choronas – Exatidão chinesa – Lorde Chesterfield e a “camelote” – O operário chinês – Um caixa exato – Os fósforos de Jonkoping – Um general fornecedor – Polidez chinesa – Os <i>grevistas</i> – Uma lição proveitosa	237
---	-----

CAPÍTULO XI

Emigração Chinesa

Emigração interna e externa – Os chins em Sião – Emigração por contrato – Emigração para Cuba – O tráfico amarelo e suas iniquidades – Emigração legal – Macau e os barracões – Sábias medidas e sábios expedientes – Intervenção inglesa – Abolição do tráfico – Emigração para o Peru – Testemunho de um brasileiro – Emigração para as colônias inglesas – Um útil campo de estudos – Emigração para Panamá – Uma hecatombe – Emigração para o Brasil – A voz de visconde de Bom Retiro – Emigração livre – Singapura e Pulo-Penang – Opiniões imparciais – Sumatra, Java, Bornéu e a Austrália – Um viajante de 1887 – Os chins na Califórnia – O livro de Salvador de Mendonça – Opiniões do sr. P. D. G. Paes Leme e do emissário do Barão de Indaiatuba – Porque são repelidos os chins – Opinião do sr. M. de Pina – Questões eleitorais – A nossa mongolização – Um pouco de matemática – Milagres da imigração chinesa – Substituição do escravo – Destinos da imigração europeia – Uma lei fatal – O africano e o liberto – O que sucede em Venezuela – Proprietários agiotas – Um quadro triste – Última palavra do autor	282
---	-----

APÊNDICE A

Proclamação do prefeito de Kia-in-tchao contra o Cristianismo	323
---	-----

APÊNDICE B

Chapa do Mandarim de Hiang-xam ao Procurador da Cidade de Macau	327
---	-----

APÊNDICE C

Tratado entre o Brasil e a China	329
--	-----

APÊNDICE D

Os letrados – Extrato da obra <i>À travers la Chine</i> , de Léon Rousset	336
---	-----









Formato:	15,5 x 22,5
Mancha gráfica:	10,5 x 19,5
Papel:	Pólen Soft 80g (miolo)
Fontes:	Book Antiqua, Bookman Old Style, Garamond, Myriad Pro, Times New Roman, Wingdings.